

**UFRRJ**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE AGRONOMIA**  
**INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**DISSERTAÇÃO**

**A CHINA NA ÁSIA CENTRAL E A COOPERAÇÃO COMO CÓDIGO  
GEOPOLÍTICO**

**JONATHAN CHRISTIAN DIAS DOS SANTOS**

**2022**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE  
JANEIRO  
INSTITUTO DE AGRONOMIA  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



**A CHINA NA ÁSIA CENTRAL E A COOPERAÇÃO COMO CÓDIGO  
GEOPOLÍTICO**

**JONATHAN CHRISTIAN DIAS DOS SANTOS**

*Sob orientação do professor*

**André Santos da Rocha**

*e coorientação do professor*

**Pablo Ibañez**

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Geografia**, pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de Concentração Espaço, Política e Planejamento.

**SEROPÉDICA, RJ**

**MARÇO DE 2022**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S194c Santos, Jonathan Christian dias dos, 1995-  
A China na Ásia Central e a cooperação como código  
geopolítico / Jonathan Christian dias dos Santos. -  
Rio de Janeiro, 2022.  
163 f.: il.

Orientador: André Santos da Rocha.  
Coorientador: Pablo Ibañez.  
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal  
Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em  
Geografia, 2022.

1. Geografia Política. 2. Geopolítica. 3. Projetos  
de Infraestrutura. 4. Defesa. I. da Rocha, André  
Santos, 1983-, orient. II. Ibañez, Pablo, 1978-,  
coorient. III Universidade Federal Rural do Rio de  
Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Geografia. IV.  
Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO Nº 2/2022 - PPGGEO (12.28.01.00.00.35)

Nº do Protocolo: 23083.006098/2022-55

Seropédica-RJ, 02 de fevereiro de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE AGRONOMIA / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

JONATHAN CHRISTIAN DIAS DOS SANTOS

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 01/02/2022

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG-UFRRJ, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e, neste caso, a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

André Santos da Rocha. (Dr.) - PPGGEO-UFRRJ  
(Orientador - presidente da banca)

Maurício Santoro Rocha (Dr.) - UERJ  
(membro da banca)

Ivaldo Gonçalves de Lima. (Dr.) - POSGEO-UFF.  
(membro da banca)

*(Assinado digitalmente em 02/02/2022 18:18)*  
ANDRE SANTOS DA ROCHA  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeGEOIA (11.39.39)  
Matrícula: 1832629

*(Assinado digitalmente em 03/02/2022 18:39)*  
IVALDO GONÇALVES DE LIMA  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 875.645.647-68

*(Assinado digitalmente em 03/02/2022 17:50)*  
MAURÍCIO SANTORO ROCHA  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 081.190.717-19

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número : 2, ano: 2022, tipo: **HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**, data

de emissão: **02/02/2022** e o código de verificação: **be0e1fab81**



## DEDICATÓRIA

*À minha mãe, Vânia, pelo suporte nestes anos e por acreditar na minha capacidade de alcançar mais esta conquista. À minha irmã, Karen, por todo apoio, paciência, preocupação e incentivo aos meus estudos e à minha vida acadêmica.*

*À minha amada parceira, Thaís, pelo amor, pelo apoio nos momentos mais difíceis desta etapa, pelo incentivo e pela compreensão ao longo de minha trajetória.*

*À minha querida amiga e, também, geógrafa Luciana Damazio Reis, que infelizmente nos deixou durante o processo de escrita deste trabalho. Onde quer que esteja, te dedico este trabalho pelo incentivo e pelo apoio desde os tempos de graduação.*

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

Agradeço à minha mãe, Vânia, e à minha irmã, Karen, por todo o carinho, paciência e apoio que me deram ao longo destes vinte e quatro meses de mestrado.

Agradeço à minha parceira, Thaís, por todo o amor, suporte e incentivo nas diversas etapas do curso, assim como pela compreensão nos momentos em que precisamos abdicar de estar próximos para que este trabalho fosse concluído.

Agradeço ao meu sobrinho, Romeo, pelos momentos de diversão após dias e horas cansativos de escrita e leitura.

Agradeço ao meu colega de curso, Gabriel Landim, por todas as nossas conversas sobre a vida, a nossa profissão; pelos trabalhos que realizamos juntos e, por último, mas não menos importante, pelas caronas que me fizeram economizar minutos de caminhada no imenso *campus* de nossa Universidade.

Agradeço ao meu querido orientador, Prof. Dr. André Santos da Rocha, por ter acreditado e aceitado realizar a orientação desta pesquisa, bem como pelo incentivo, pelas opiniões, pelas dicas e pelo apoio nos últimos vinte e quatro meses.

Agradeço ao meu coorientador, Pablo Ibañez, por toda a ajuda prestada ao longo desta pesquisa e pelas opiniões de grande valia, que contribuíram significativamente para a qualidade deste trabalho.

Agradeço a todo o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, pelas reflexões propostas em sala de aula e pelo esforço em proporcionar um alto nível de aprendizagem aos discentes.

Agradeço aos técnicos do Departamento de Geociências da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que, apesar das condições de trabalho adversas, mantêm, com muita dedicação, o nosso espaço sempre pronto para utilização nas melhores condições possíveis.

Agradeço ao pesquisador paquistanês Ahmed Bux Jamali, da *Shanghai Institutes for International Studies*, pela colaboração e pelo fornecimento de dados que contribuíram para esta pesquisa.

Agradeço à minha professora de russo, Vera Dyu, pela colaboração na compreensão do idioma importante para certos trechos desta pesquisa.

Agradeço a Giovane Fernandes Oliveira, doutorando em Estudos da Linguagem na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pela revisão gramatical do trabalho.

## RESUMO

DOS SANTOS, J. C. D. A **China na Ásia Central e a cooperação como código geopolítico**. 2022. 163f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Agronomia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Os eventos político-econômicos ocorridos nos últimos trinta anos alteraram significativamente a organização do espaço mundial. Associada a essa alteração no ordenamento territorial e nas fronteiras mundiais, a ascensão de países até então classificados como “Terceiro Mundo” ou “em desenvolvimento” estabeleceu um novo padrão de relação entre os atores estatais. Se, anteriormente, esses vínculos eram verticalizados do Norte para o Sul Geopolítico, com o Norte definindo as referências de um modelo social-econômico a ser seguido pelo Sul, entre o final o século XX e o começo do século XXI, esse paradigma é quebrado com um novo modelo de colaboração entre os países em progressivo crescimento naquele momento, como, por exemplo, o Brasil, a China e a Rússia. É justamente essa parceria entre o Sul Geopolítico que marca a abordagem geopolítica contemporânea dos chineses em relação a seus inúmeros parceiros. Nesta pesquisa, buscamos interpretar como os acordos de cooperação, na área da defesa e da infraestrutura (ou integração regional), que Pequim firma com os países da Ásia Central, proclamados independentes em 1991, demonstram as distintas fases e faces da geopolítica chinesa para essa região, que tem uma posição geográfica estratégica, estando situada entre a parte mais a Leste do continente asiático e o continente europeu, além de ter conexões também com o Oriente Médio. Para tanto, buscamos evidenciar os acordos entre estes atores estatais nos últimos vinte anos, realizados por meio tanto da Organização para Cooperação de Xangai quanto da Nova Rota da Seda (*Belt and Road Initiative* ou BRI, em inglês). A partir de *databases* de instituições internacionais, de notícias em agências de notícias estatais e/ou civis e de projetos disponíveis no site de bancos chineses de fomento ao desenvolvimento, conseguimos mapear projetos que exemplificam as estratégias da geopolítica chinesa contemporânea.

**Palavras-Chave:** *geografia política; geopolítica; projetos de infraestrutura; defesa.*

## ABSTRACT

DOS SANTOS, J.C. D. **China in Central Asia and cooperation as a geopolitical code**. 2022. 163p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Agronomia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022

The political and economic events of the last thirty years have significantly altered the organization of the world space. Associated with this change in territorial planning and world borders, the rise of countries hitherto classified as "Third World" or "developing" established a new pattern of relationship among state actors. If, previously, these links were verticalized from the North to the Geopolitical South, with the North defining the references of a social-economic model to be followed by the South, between the end of the 20th century and the beginning of the 21st century, this paradigm is broken with a new model of collaboration between countries in progressive growth at that time, such as Brazil, China and Russia. It is precisely this partnership between the Global South that marks the contemporary geopolitical approach of the Chinese towards their numerous partners. In this research, we seek to interpret as the cooperation agreements, in the area of defense and infrastructure (or regional integration), that Beijing signs with the countries of Central Asia, proclaimed independent in 1991, demonstrate the different phases and faces of Chinese geopolitics for this region, which has a strategic geographical position, being situated between the easternmost part of the Asian continent and the European continent, as well as having connections with the Middle East. To this end, we seek to highlight the agreements between these state actors in the last twenty years, made through both the Shanghai Cooperation Organization and the Belt and Road Initiative. From international institutions' databases, news at state and/or civil news agencies and projects available on the website of Chinese development banks, we have been able to map projects that exemplify the strategies of contemporary Chinese geopolitics.

**Key-words:** *political geography; geopolitics; infrastructure projects; defense.*

## LISTA DE ABREVIACÕES

**ABC** – Agricultural Bank of China  
**AIIB** – Asian Infrastructure Investment Bank  
**AIOC** – Companhia Anglo-Iraniana de Petróleo  
**APEF** – Asia Pacific Energy Forum  
**ASEAN** – Associação de Nações do Sudeste Asiático  
**BIRD** – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento  
**BOC** – Bank of China  
**BP** – British Petroleum  
**BRI** – Belt and Road Initiative  
**C&T** – Ciência e Tecnologia  
**CAD** – Comitê de Assistência ao Desenvolvimento  
**CCB** – China Construction Bank  
**CCTEG** - China Coal Technology & Engineering Group  
**CDB** – China Development Bank  
**CDI** – Cooperação para o Desenvolvimento Internacional  
**CENTGAS** – Central Asia Gas Pipeline  
**CMC** – Comissão Militar Central  
**CMEC** – China Machinery Engineering Corporation  
**CNNIC** – China Internet Network Information Center  
**CNISCO** – China National Institute for Shanghai Cooperation Organization International Exchange and Judicial Cooperation  
**CNPC** – China National Petroleum Corporation  
**CPEC** – China-Pakistan Economic Corridor  
**CPECC** – China Petroleum Engineering and Construction Corporation  
**CREC** – China Railway Group Limited  
**CSTO** – Organização do Tratado de Segurança Coletiva  
**ELP** – Exército de Libertação Popular  
**EXIM** – Export-Import Bank of China  
**FPAP** – Força de Polícia Armada do Povo Chinês  
**HTI** – Hizb at-Tahrir al-Islami  
**ICBC** – Industrial and Commercial Bank of China  
**IDE** – Investimento Direto Estrangeiro  
**IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano  
**ISAF** – Força Internacional de Apoio à Segurança  
**MIU** – Movimento Islâmico Uzbeque  
**MOFA** – Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China  
**MOFCOM** – Ministry of Commerce People's Republic of China  
**NDRC** – National Development Reform Council  
**NEA** – Agência Nacional de Energia da China  
**NSA** – National Security Agency  
**NSF** – National Science Foundation  
**OCX** – Organização para Cooperação de Xangai  
**ODF** – Official development finance  
**OMC** – Organização Mundial do Comércio  
**ONG** – Organização Não Governamental  
**ONU** – Organização das Nações Unidas  
**PCCh** – Partido Comunista Chinês  
**PCT** – Tratado de Cooperação em matéria de Patentes

**PIB** – Produto Interno Bruto

**PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

**RDH** – Relatório de Desenvolvimento Humano

**SADUM** – Administração Espiritual dos Muçulmanos da Ásia Central

**SNI** – Sistema Nacional de Inovações

**SRF** – Silk and Road Fund

**TBEA** – Tebian Electric Apparatus

**UEE** – União Econômica Eurasiática

**URSS** – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

**WIPO** – World Intellectual Property

**ZEE** – Zonas econômicas especiais

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Esquema de organização geopolítica chinesa .....	43
<b>Figura 2</b> - Base de apoio do Exército de Libertação Popular em Djibouti.....	51
<b>Figura 3</b> - Ferrovias Oremburgo - Tashkent e Trans-Caspia dispostas dentro da configuração territorial moderna da Ásia Central .....	64
<b>Figura 4</b> - Tipos de cooperação militar entre os países da Ásia Central e os EUA entre 2001-2014 ..	73
<b>Figura 5</b> - Configuração e membros da Organização para Cooperação de Xangai.....	85
<b>Figura 6</b> - Corredores econômicos da Belt and Road Initiative .....	90
<b>Figura 7</b> - Portos e estruturas portuárias internacionais sob a administração chinesa.....	91
<b>Figura 8</b> - Região Autônoma de Xinjiang como Centro da Belt And Road Initiative .....	100
<b>Figura 9</b> - Linha do Tempo da Reforma do Sistema Financeiro chinês: de 1978 à criação dos Policy Banks.....	105
<b>Figura 10</b> – Sócios, Possíveis Sócios e Não Sócios do Asian Infrastructure Investment Bank .....	107
<b>Figura 11</b> - Fases e Faces do código geopolítico chinês na Ásia Central. ....	113
<b>Figura 12</b> - Principais rotas de ligação entre China e os países da Ásia Central.....	116
<b>Figura 13</b> - Contingente Militar dos países centro-asiáticos e da China .....	124
<b>Figura 14</b> - Projetos de infraestrutura no Tadjiquistão.....	134
<b>Figura 15</b> - Projetos de Infraestrutura no Uzbequistão .....	137
<b>Figura 16</b> - Projetos de Infraestrutura no Cazaquistão .....	140
<b>Figura 17</b> - Projetos de Infraestrutura no Quirguistão.....	143
<b>Figura 18</b> - Projetos de Infraestrutura no Turcomenistão .....	145

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Características da cooperação internacional e local-regional.....	20
<b>Tabela 2</b> – Diferenciações básicas entre a geopolítica clássica e a crítica. ....	23
<b>Tabela 3</b> – Códigos geopolíticos e seus objetivos. ....	38
<b>Tabela 4</b> – Diferenças entre os eurasianistas democráticos e eslavófilos.....	79
<b>Tabela 5</b> – Os principais bancos chineses e suas funções após a reforma financeira da década de 1970. .....	102
<b>Tabela 6</b> – Bancos chineses de desenvolvimento.....	104
<b>Tabela 7</b> – Exercícios militares entre os países da Ásia Central e a China entre 2002 e 2021. ....	125
<b>Tabela 8</b> – Armamento vendido ou doado pela China aos países da Ásia Central. ....	127
<b>Tabela 9</b> – Investimento chinês nos países da Ásia Central (2014-2021).....	130



## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Produto Interno Bruto da China (2010-2020). .....	45
<b>Gráfico 2</b> – Crescimento anual do PIB chinês (2011-2019).....	46
<b>Gráfico 3</b> – Efetivo militar chinês. ....	48
<b>Gráfico 4</b> – Títulos de Propriedade Intelectual concedidos a China entre os anos de 2009-2018. ....	53
<b>Gráfico 5</b> – Empresas com maior número em solicitações de registro de patente no ano de 2019.....	54
<b>Gráfico 6</b> – Distribuição populacional da China entre os anos de 2010-2019. ....	56
<b>Gráfico 7</b> - Produto Interno Bruto per capita chinês entre 2011-2014. ....	96
<b>Gráfico 8</b> - População com acesso a seguro básico de saúde. ....	97
<b>Gráfico 9</b> - Fluxo comercial (importação - exportação) entre os países da Ásia Central e a China entre 2017 e os primeiros seis meses de 2021.....	115
<b>Gráfico 10</b> - Fluxos de Investimento Estrangeiro Direto chinês na Ásia Central entre 2004-2010. ...	118
<b>Gráfico 11</b> - Valor total de armamento russo e chinês enviados aos países da Ásia Central entre 2000-2019.....	127
<b>Gráfico 12</b> - Principais financiadores chineses dos projetos de infraestrutura na Ásia Central. ....	131
<b>Gráfico 13</b> - Número de obras de infraestrutura por país. ....	132

## SUMÁRIO

SUMÁRIO .....	14
INTRODUÇÃO .....	15
CAPÍTULO I.....	17
COOPERAÇÃO, GEOPOLÍTICA E O CÓDIGO CHINÊS.....	17
1.1 A dimensão geográfica da cooperação.....	17
1.2 Alterações na imaginação geopolítica.....	22
1.2.1 A geopolítica crítica.....	25
1.2.2 A análise do discurso e o seu propósito geopolítico.....	28
1.2.3 A China à luz da perspectiva do discurso geopolítico ocidental.....	32
1.3 O código geopolítico chinês e os seus elementos: breve panorama.....	36
1.3.1 O desenvolvimento do discurso e do código geopolítico chinês: componentes para a construção estrutural das relações de cooperação.....	39
1.3.2 O quadro econômico, industrial e financeiro.....	43
1.3.3 O quadro militar.....	47
1.3.4 O quadro tecnológico.....	52
1.3.5 O quadro socioeconômico e as contradições chinesas.....	55
CAPÍTULO II.....	61
A ÁSIA CENTRAL E A SUA MAGNITUDE PARA A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.....	61
2.1 Ásia Central: um espaço estratégico.....	61
2.2 Ásia Central e Estados Unidos da América: uma cooperação trivial?.....	65
2.3 Ásia Central e Rússia: a concepção do 5 +1 e a sua influência na geopolítica chinesa.....	74
2.4 Ásia Central e China: cooperação leal.....	80
2.4.1 Organização para Cooperação de Xangai.....	81
2.4.2 Nova Rota da Seda.....	86
CAPÍTULO III.....	92
A COOPERAÇÃO MATERIALIZADA NO TERRITÓRIO: MAPEANDO A ATUAÇÃO DO CÓDIGO GEOPOLÍTICO CHINÊS NA ÁSIA CENTRAL.....	92
3.1 Planos do Desenvolvimento Econômico e Social Chinês.....	93
3.1.1 O Décimo Segundo Plano Quinquenal Chinês (2011-2015).....	94
3.1.2 O Décimo Terceiro Plano Quinquenal Chinês (2016-2020).....	98
3.2 O sistema financeiro e os bancos chineses: como eles contribuem para o código geopolítico?.....	101
3.3 Compreendendo o código geopolítico da China para a Ásia Central: os projetos de infraestrutura e de defesa.....	112
3.3.1 A cooperação na Defesa.....	122
3.3.2 A cooperação em projetos de infraestrutura.....	129
3.3.2.1 Projetos de infraestrutura no Tadjiquistão.....	132
3.3.2.2 Projetos de infraestrutura no Uzbequistão.....	136
3.3.2.3 Projetos de infraestrutura no Cazaquistão.....	139
3.3.2.4 Projetos de infraestrutura no Quirguistão.....	141
3.3.2.5 Projetos de infraestrutura no Turcomenistão.....	144
CONSIDERAÇÃO FINAIS.....	148
REFERÊNCIAS.....	151

## INTRODUÇÃO

A geopolítica asiática ainda é muito pouco abordada na Geografia brasileira. Apesar de ser trabalhada em outros campos, como as Relações Internacionais, os geógrafos brasileiros ainda dedicam pouco espaço à compreensão da Ásia, continente de relevância cultural e econômica crescente no cenário mundial. Podemos apontar diversos motivos para isso: a barreira linguística, a própria distância geográfica e as distintas realidades continentais, dentre outras. Todavia, quando pensamos em questões políticas e econômicas no continente asiático, lembramos de países como Japão, Singapura, Coreia do Sul e, também, a China, não dando a atenção necessária a países igualmente importantes, como os da região centro-asiática.

Considerando esse panorama, esta pesquisa tenta, de alguma maneira, contribuir com o campo da Geopolítica, a partir de uma perspectiva geográfica, sobre a interação de duas zonas que têm se destacado nos últimos anos por constituírem, através de suas dimensões, recursos e populações, territórios fundamentais para o desempenho do sistema econômico mundial. A conexão entre a China – um país continental que concentra grandes fábricas, mão de obra e recursos importantes para a produção de itens presentes no nosso dia a dia, que vão desde um simples par de sapatos até uma peça de *notebook* – e a Ásia Central – uma região independente há trinta anos e que carrega consigo a importância de estar posicionada entre dois grandes continentes, com grande fluxo monetário, bem como de sujeitos e de recursos naturais – é um tema que precisa ser analisado para se compreenderem as transformações e as disputas espaciais oriundas dessas interações.

Nos últimos vinte anos, a China chama a atenção mundial pelo seu crescimento econômico progressivo: não à toa, na atualidade, posiciona-se como a segunda maior economia do mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos da América. Não são por acaso tais crescimento econômico e conquista de influência na arena político-econômica global. Pelo menos desde os anos 1970, os chineses se esforçam em traçar uma estratégia para alcançarem o posto de principal nação do mundo, o que, na filosofia confucionista, a China nunca deixou de ser (POMAR, 2003).

Enquanto os chineses iam conquistando seu espaço no cenário internacional, com a sua política de abertura econômica, atraindo empresas estrangeiras para o país e desenvolvendo zonas econômicas especiais, os centro-asiáticos ainda estavam sob a tutela dos soviéticos. Durante a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), as fronteiras entre tais países (China, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão) estiveram encerradas, sem uma interação direta entre si durante parte da Guerra Fria. Após 1991, com a dissolução da URSS, os chineses estabeleceram um diálogo direto com os centro-asiáticos os quais, a partir daí, passaram a ter um papel cada vez mais fundamental nas estratégias geopolíticas da China.

Entretanto, os chineses não foram os únicos a entenderem a dimensão geoestratégica que o conjunto de países da Ásia Central apresenta. A disputa pela construção de regiões de influência, na área recém-independente, envolveu diversos atores: turcos, iranianos, árabes e indianos utilizaram fatores histórico-culturais para estabelecerem influência geopolítica na região. Os russos, que têm historicamente uma conexão com a região – afinal, ocuparam-na por mais de 100 anos –, em um primeiro momento, não se importaram muito em manter uma aproximação com os países. Isso muda com a chegada de Putin ao poder e a nova estratégia geopolítica russa, de manter o antigo espaço soviético sob influência da Rússia moderna. Os estadunidenses tinham grandes interesses em reservas de petróleo e gás, além de tentarem estabelecer política econômica neoliberal em uma região onde nunca tiveram muito sucesso em instituírem influência geopolítica (vide os exemplos do Irã, na década de 1980 e o Afeganistão, nos anos 1990).

Diante dessa disputa, para garantirem alguma aproximação da região, os chineses utilizaram como ferramenta geopolítica os acordos de cooperação. Para compreendermos a cooperação como uma estratégia geopolítica chinesa, recorreremos à Geopolítica Crítica e aos seus autores. A partir deles, conseguimos delinear o que abordamos como código geopolítico ou, conforme explicamos nas páginas seguintes, como a forma de atuação de um país com os seus parceiros. No caso da China, o código político apresenta duas dimensões na Ásia Central ou, como falaremos em diversas passagens do texto, faces e fases. Tais faces e fases são compreendidas em duas partes: a primeira ocorre entre o final do século XX e o começo do século XXI, com a Organização para Cooperação de Xangai; já a segunda fase é iniciada com a Nova Rota da Seda. Cada uma dessas fases do código geopolítico chinês tem suas características próprias de atuação, mas, geralmente, elas são marcadas pela lógica de auxílio (cooperação) presente no discurso geopolítico chinês.

Diante do que foi exposto nos parágrafos anteriores, a **questão central** desta produção é a compreensão por esse código geopolítico chinês (a cooperação) e demonstrar a reafirmação geopolítica da região centro-asiática, uma zona de alto valor geoestratégico conforme apontamos anteriormente e veremos adiante como um dos principais pilares, por diversas razões, da estratégia geopolítica chinesa.

A partir disso, tivemos, como **objetivo geral** desta pesquisa, compreender em que medida as dinâmicas de cooperação, em níveis de infraestrutura (integração regional) e de defesa, permitem-nos ver as faces e as fases da geopolítica chinesa na Ásia Central. A ideia inicial que nós temos e tentaremos desvendar nos capítulos a seguir é compreender como os acordos de cooperação que a China vem explorando na Ásia Central desde o começo do século XXI fazem parte e demonstram os diferentes elementos da geopolítica chinesa para a região centro-asiática. Tais fases e faces, como pontuamos anteriormente, podem ser compreendidas como a Organização para Cooperação de Xangai (em atividade desde 2001) e a Nova Rota da Seda (anunciada em 2013).

Os **objetivos específicos** que norteiam tal investigação são os seguintes: (a) compreender a intencionalidade das cooperações estabelecidas entre a China e os países da Ásia Central até o momento; (b) analisar de que forma as práticas políticas oriundas dessa cooperação reestruturam o ordenamento espacial centro-asiático ao longo do século XXI; (c) identificar quais elementos auxiliaram e/ou auxiliam para a construção e a manutenção dessa relação de cooperação.

Como parte da metodologia do presente trabalho, utilizaremos a revisão documental aplicando a análise geopolítica, especialmente da escola crítica com base em autores como John Agnew, Simon Dalby, Geraoid O'Thuail, Colin Flint e outros com os quais dialogaremos ao longo desta dissertação. Como fontes de pesquisa, utilizamos algumas *databases* e as agências de notícias estatais e civis dos países de que tratamos aqui. Para acesso à informação sobre acordos de cooperação na área de defesa, vamos utilizar o *SIPRI Arms Transfers Database*, mantido pelo Stockholm *International Peace Research Institute*, e o *Central Asia Arms Flow*, da *Oxus Society*, *think tank* feito por diversos estudiosos da região centro-asiática espalhados pelo Mundo. Além desses dois *databases*, também usaremos notícias coletadas em agências de notícias como a *Xinhua*, estatal chinesa, e agências locais mantidas por entidades civis, além de consulta a sites oficiais de organismos como a Organização do Tratado de Segurança Coletiva.

Para os dados sobre projetos de cooperação na área de infraestrutura, utilizaremos as seguintes *databases*: *AIDDATA*, *China's Overseas Development Finance*, *Unpacking China in Central Asia: Digital resources for students and businesses* e o *China Global Investment Tracker*. Além disso, também consultamos sites oficiais de organismos como o *Asian Infrastructure Investment Bank* e o *Silk and Road Fund* e buscamos outras informações em agências de notícias estatais e não estatais. Tais informações foram mapeadas e são apresentadas ao final deste texto.

O presente trabalho está dividido em três capítulos,: no primeiro capítulo, realizamos a discussão teórica que serve como fio condutor da discussão e a partir da qual tentaremos responder ao nosso objetivo geral de pesquisa, citado anteriormente; o segundo capítulo, por sua vez, trabalha com a dimensão da Ásia Central nos planos de cooperação dos três principais atores geopolíticos atuantes na região; e, por fim, no terceiro capítulo apresentamos os dados que coletamos e que nos ajudam a compreender a estratégia geopolítica chinesa na região centro-asiática.

## CAPÍTULO I COOPERAÇÃO, GEOPOLÍTICA E O CÓDIGO CHINÊS

Neste primeiro capítulo, propomos uma análise sobre a relação entre a dimensão geográfica da cooperação e o campo da geopolítica. Para que a investigação da relação entre as duas esferas seja possível, utilizaremos uma série de ideias e autores que nos auxiliem na indicação da complementariedade entre esses dois âmbitos.

Portanto, esta primeira parte da dissertação será estruturada de modo que a construção de um arcabouço teórico mantenha coesa a ideia de convergência entre a dimensão geográfica da cooperação e a geopolítica. Isto significa dizer que a geopolítica é necessária para uma leitura das consequências territoriais e espaciais oriundas das relações entre os atores implicados em um determinado elo cooperativo.

Isso posto, uma leitura teórica sobre os principais elementos que configuram a presente investigação é extremamente necessária, uma vez que, sem a compreensão de tais fatores, teríamos um estudo deficiente de coesão e ideias. Por isso, nas páginas a seguir, o nosso primeiro capítulo está organizado da seguinte maneira: (a) na primeira seção, intitulada *A dimensão geográfica da cooperação*, apresentaremos as principais ideias que sustentam uma possível definição de *cooperação* e seus desdobramentos ao longo dos séculos XX e XXI; (b) na segunda seção, intitulada *Teorias geopolíticas*, indicaremos os rumos conceituais da esfera geopolítica, que orientará a análise aqui proposta; (c) na terceira seção, intitulada *O código geopolítico chinês*, abordaremos a cooperação como um agente da estratégia geopolítica chinesa.

Destarte, nas próximas linhas, pretendemos expor toda a cadeia de ideias que está por trás da presente investigação e que é de fundamental importância para o cumprimento do objetivo que aqui perseguimos.

### 1.1 A dimensão geográfica da cooperação

O termo *cooperação* evoca uma gama de significados que podem sofrer múltiplas interpretações. A etimologia da palavra *cooperação* vem do latim *cooperatio* e exprime a ação de cooperar (MARTINS, 2014). Segundo o dicionário Aurélio da língua portuguesa, *cooperação* define-se como a ação de “trabalhar em comum, colaborar, auxiliar, ajudar” (FERREIRA, 2008, p.164). No sentido político, Norberto Bobbio não chega a nos apresentar uma definição própria de *cooperação*, mas entende que “As Alianças constituem a forma mais íntima de cooperação entre Estados. Elas vinculam a ação dos Estados nas circunstâncias e nos modos previstos pelo acordo ou tratado que as institui” (BOBBIO, 1998, p.17).

Em suma, a concepção de cooperação está associada ao auxílio. Esse auxílio pode ocorrer em diferentes níveis e através de copiosas feições. Tal colaboração pode se expressar por meio de atores que estão posicionados externamente ao bloco de poder estatal, como organizações não governamentais (ONGs), organizações humanitárias internacionais e/ou

locais, organizações de bairros (associação de moradores), ou pode ser externalizada por meio de grupos inerentes ao bloco estatal.

Por conseguinte, a dimensão da cooperação é ampla e, assim como sugere a origem do termo, suas frentes de análises são muitas. As vertentes de observação podem seguir uma perspectiva de investigação (a) internacional ou (b) local-regional (ROCHA, 2019). Esses campos de análise da cooperação serão aprofundados a partir da finalidade que se espera obter de quem a estuda. Tal objetivo irá se diversificar a partir do campo científico (geografia, história, ciência política, relações internacionais, dentre outros) que estará atento a essa relação.

A cooperação em caráter internacional está mais ligada ao crescimento econômico de Estados e empresas (GECO, 2016)<sup>1</sup>. Nessa feição de estudo, o objeto da cooperação tem como ponto central de reflexão os elementos do Estado, aproximando-se de uma interpretação do sistema-mundo por uma visão wallenteiniana (ROCHA, 2019). Ou seja, trata-se de um entendimento das relações entre os Estados e as sociedades a partir do sistema capitalista como principal agente das relações assimétricas de poder<sup>2</sup>. Nesse cenário, os contornos que delimitam as conexões de cooperação se darão por numerosos caminhos. As colaborações ocorrem por meio de auxílio técnico, financeiro, social (BINI, 2016) e por mecanismos de governança (PAULO, 2014).

As origens dessa configuração *macro* da cooperação remontam ao pós-Segunda Guerra Mundial, com a instauração do *European Recovery Plan* (ERP), popularmente conhecido como Plano Marshall. Todavia, o período de maior êxito da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CDI), resultado do ERP, é a segunda metade do século XX, a partir dos “quatro pontos” sinalizados no discurso do então presidente dos Estados Unidos da América, Harry S. Truman, em 1949 (BINI, 2016; TOTA, 2017). A instauração desse processo de ajuda a países considerados por Truman como não desenvolvidos evidenciou o desenvolvimento como algo a ser conquistado, um objetivo comum a todos os países beneficiários, sendo “muitas vezes entendido como uma adaptação das populações a uma norma representada pelas sociedades ocidentais” (BINI, 2016, p.14).

O caráter normativo da CDI desenvolveu ao longo das décadas uma relação entre o Norte-Sul que demonstrava uma clara estratégia geopolítica e de projeção de poder. Nesse contexto, o Norte surge como um espaço desenvolvido, rico e provedor de todas as necessidades que sofressem os países do Sul, considerado uma área subdesenvolvida, pobre e sem capacidade tecnológica. Duchêne; Mushakoji; Owen (1973) entendem que, nos primórdios da CDI, a cooperação entre os países ricos (industrializados) e pobres (menos industrializados) era inadequada e de poucos esforços dos países ricos para a transformação desse cenário.

Na virada do século XX para o XXI, Emma Mawdsley (2015) acredita que houve um rompimento na característica hierárquica da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Essa “quebra” da relação hegemônica ocorre por meio da mudança de posição dos países no espectro geopolítico mundial. Quer dizer, surgem novos polos de poder. Se, antes, os países do Sul eram vistos como pobres e desprovidos de igualdade social, parcialmente isso é alterado devido à posição de “renda média” conquistada por alguns desses países (Brasil, China, Índia, por exemplo) e, também, devido às interações e ao estabelecimento de parceria entre Estados do Sul Geopolítico<sup>3</sup> e o Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) (MAWDSLEY, 2015).

<sup>1</sup> GECO é o acrônimo utilizado para o grupo de pesquisa “Geografia, cooperação para o desenvolvimento e desenvolvimento local”, grupo composto por pesquisadores italianos de diversas universidades.

<sup>3</sup> O conceito de “Sul Geopolítico” busca superar uma visão geopolítica mundial, sobre o chamado “Terceiro Mundo”, herdada dos tempos de Guerra Fria e atualmente reproduzida por acadêmicos Europeus e Estadunidenses através do termo popularmente conhecido como “Sul Global”. A ideia do “Sul Geopolítico” busca fornecer uma concepção menos generalista sobre os países geograficamente localizados no Hemisfério Sul e que durante muitos

Apesar disso, como bem aponta Mawdsley, essa relação de cooperação entre os estados do Sul deve ser observada com cuidado. Os países do Sul, segundo a autora, “também são motivados pela busca de interesses geopolíticos e soft power” (MAWDSLEY, 2015, p.2). Fica evidente que a cooperação enquanto um instrumento internacional é um elemento geopolítico, pois está vinculada no interior das bases políticas, econômicas e sociais dos países. É a partir desses elementos que a cooperação influencia a hegemonia e soberania dos Estados em qualquer que seja a escala de projeção que se pretende alcançar.

No modo local-regional, a cooperação é explorada junto ao desenvolvimento, sendo amplamente investigada por pesquisadores italianos (ROCHA, 2019). Esses autores (em sua maioria ligados ao *Dipartimento Interateneo Territorio*, da Universidade de Turim) estão interessados, também, na compreensão da cooperação no seu sentido mais formal ou, como diz Sebastian Paulo, “cooperação intergovernamental” (PAULO, 2014, p. 12). Entretanto, buscam desenvolver a ideia de cooperação próxima a uma escala comunitária em que os atores participem ativamente das articulações e das circunstâncias dessas relações (ANDRADE; SERRA, 2017; SAQUET, 2018). Os geógrafos italianos, ao conceberem seus estudos, centralizam o poder da cooperação sobre o território e se aproximam do poder enquanto um elemento multidimensional, tal qual afirma Raffestin (1993), ao declarar que o poder também emana das relações no interior do Estado e não somente dele.

De maneira mais explícita, podemos dizer que esse aspecto de estudo da cooperação “busca entender os desdobramentos da relação geográfica e de cooperação também numa base territorializadora, onde pode-se averiguar os efeitos em dimensões locais e regionais” (ROCHA, 2019, p. 318). A afirmação de Rocha sobre a escola italiana e suas colaborações na concepção de uma outra perspectiva para o entendimento acerca da cooperação demonstram que o território tem um papel imprescindível nessa leitura.

A semântica territorial, na cooperação local-regional, assume um papel importante “à medida que colocou o território como um conceito central de suas interpretações e não o espaço geográfico” (ANDRADE; SERRA, 2017, p. 577). Todavia, a conceituação sobre o território é um ponto de debate da ciência geográfica bastante complexo e que continua a ser um dos principais focos dos geógrafos.

Longe de ser uma monossímia, o território é alvo de múltiplas interpretações justamente pela sua dimensão conceitual. A ideia de *território* “têm uma certa tradição também em outras áreas, cada uma com enfoque centrado em uma determinada perspectiva” (HAESBAERT, 2014, p.37). Isto é, o território é um elemento que sempre está em movimento, não sendo algo estático, sem vida ou sem interação com os sujeitos e os objetos em seu interior. O que alterna é o método que se utiliza para assimilar a relação entre o espaço e o indivíduo.

Raffestin (1993) entende que o território é o espaço onde se projeta um trabalho, seja um trabalho de energia ou um trabalho de informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. Em sua visão, o território é parte do espaço, e a sua instrumentalização pode ser considerada o processo territorializador. Segundo o autor, a organização territorial está moldada por meio de atores que exprimem seu poder sobre o espaço. A construção de uma realidade territorial pode variar historicamente, uma vez que, para o autor, as representações espaciais (identidades territoriais) só atingem elementos vitais para o meio social.

Já Milton Santos (2006) diz que “por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada” (SANTOS; SILVEIRA, 2006). Esse sentido de apropriação e uso do território ao qual Santos se refere pode ser compreendido como o desenvolvimento do espaço, a partir de uma estruturação histórica e muito particular dos sujeitos que o ocupam. O também geógrafo Jean Gottmann afirma que

---

anos foram submetidos a uma ordem normativa aos padrões sociais e econômicos, por meio das cooperações estabelecidas, com os países do Norte Geopolítico. Ver mais em Braga (2018).

os componentes naturais de qualquer território dado foram delimitados pela ação humana e são usados por um certo número de pessoas por razões específicas, sendo tais usos e intenções determinados por e pertencentes a um processo político. (GOTTMANN, 1975, p.29, tradução nossa).

Tal qual afirma Rocha (2014), as capacidades analíticas do território podem estar ligadas a uma dimensão de controle, delimitação e apropriação. Entendemos, desse modo, que a construção do território (e sua identidade/representação) também está associada a um aspecto político-social, sendo, como afirma Guermond (2006, p. 292), “uma construção geopolítica”.

Na concepção da escola italiana, essa noção não é descartada, porém é problematizada a partir da mobilização e da luta de outros atores que buscam o equilíbrio do poder no território. A dessemelhança entre os autores italianos e a geografia política clássica, de Friedrich Ratzel, reside no fato de que o poder está contido no espaço (*raum*) e na posição (*lage*) e a sociedade é apontada como um símbolo unitário, no sentido de coesão nacionalista ou no desenvolvimento de um território de identidade abstrata.

As obras italianas sobre a cooperação em escala local-regional estão associadas a uma tendência de cooperação mais solidária entre as comunidades que vão compor um ou mais territórios. Essas relações irão romper com as fronteiras que delimitam as representações de poder do Estado. A noção de *desenvolvimento* para qual a cooperação em escala local-regional converge está ligada a uma melhora do nível de vida dos sujeitos que ali habitam, através dos esforços e das ações coletivas.

Podemos dizer, então, que o caráter de análise da cooperação suporta duas dimensões:

**Tabela 1** – Características da cooperação internacional e local-regional.

<b>Cooperação internacional</b>	<b>Cooperação local-regional</b>
<b>Caraterística:</b> análise da cooperação por meio de um ponto de vista dos poderes mais associados aos Estados, sistemas econômicos.	<b>Caraterística:</b> visão analítica da cooperação por meio do território e seus sujeitos enquanto agentes centralizadores do poder.
<b>Objetivo:</b> compreensão das relações entre Estados-Nações e seus desdobramentos no sistema-mundo.	<b>Objetivo:</b> compreensão das ações tomadas em comum pelos sujeitos que ocupam um determinado território.
<b>Escala:</b> macro (global).	<b>Escala:</b> local-regional.

**Fonte:** Elaboração do autor.

Isso não significa dizer que não exista uma mescla entre a cooperação internacional e a cooperação local-regional. As diferenças de escalas em suas análises não constituem um problema para a interação entre estes dois campos. A cooperação internacional, que cada vez mais tem moldado os padrões geoeconômicos<sup>4</sup> do mundo, interfere diretamente nas escalas locais e regionais, alterando, assim, as espacialidades do mundo.

Para Paulo (2014), essa interdependência entre as duas esferas se estrutura por meio dos bens públicos (globais ou domésticos). Tal organização seria demonstrada por meio de provisões (regras comerciais globais), apoio (limitação da utilização e/ou remodelação dos bens

<sup>4</sup> A ideia de *geoeconomia* surge no começo dos anos 1990 do século passado, com as mudanças políticas e econômicas advindas do fim da União Soviética. Após o fim da bipolaridade mundial, alguns autores como Luttwak e Huntington compreendiam que a força econômica, e não mais a militar ou política, seria determinante para as relações entre os Estados-Nações (SCHOLVIN, WIGELL, 2018). De forma mais pragmática, adotaremos, aqui, a definição de *geoeconomia* como o “uso da economia como instrumento para promover os interesses e a defesa nacional, e produzir resultados geopolíticos positivos” (BLACKWILL, WARIS, 2016, p.20, tradução nossa).



públicos), acesso (disponibilidade do bem público para os indivíduos) e preservação (preservação ou não do bem público pelo desenvolvimento doméstico).

Essa correlação altera o local-regional de acordo com o nível de imersão do plano local no contexto internacional. Isso indica que “o projeto local é fortemente condicionado pelas estratégias dos financiadores internacionais e, portanto, responde a estímulos externos do sistema local no sentido estrito” (BINI, 2016, p.34).

Nessa perspectiva, a cooperação necessita de um olhar aproximado em relação à sua eficácia. Da mesma maneira que os resultados de um acordo entre dois atores apresentam possíveis princípios para a expansão do sistema capitalista, eles também podem desenvolver espaços de inclusão e/ou exclusão. A geografia deve, então, colaborar para a compreensão desses novos elementos territoriais que são frutos das relações de cooperação.

A dimensão geográfica da cooperação deve ser interpretada como um instrumento de discernimento para além do sentido puramente relacional entre Estado-nações. O papel da Geografia para com a cooperação está em assimilar além das fronteiras estatais. É a partir da análise geográfica que conseguiremos identificar a integração dos agentes (estatais ou não) de múltiplos campos de ação por trás dessa relação, assim como seus fatores resultantes sobre a base territorial. Nesse sentido, a ideia geográfica de *cooperação* e a sua utilização são fundamentais para a nossa pesquisa, pois temos como questão central a busca pela compreensão do código geopolítico (conforme abordaremos mais adiante) que a China utiliza na relação com a Ásia Central desde o final do século XX e o começo do século XXI e a reafirmação geopolítica da região centro-asiática. Esse código apresenta, como sua principal característica, justamente a cooperação, a qual, como veremos adiante, está demonstrada em diferentes fases e faces e marcam a estrutura geopolítica chinesa com a região centro-asiático.

Se, anteriormente, as relações de cooperação estabelecidas no século XX eram tidas como relações colonialistas e – como apontamos em páginas anteriores – foram se transfigurando na virada do século, reduzindo o seu caráter hierárquico, a geografia deve acompanhar esse movimento. Da mesma maneira que tais relações poderiam ser tidas como verticalizadas, não devemos nos esquecer de que a ciência geográfica também atuou nesse processo, afinal, como indaga Ribeiro (2015), não teria sido a geografia institucionalizada com a finalidade de legitimar uma dominação e uma demarcação do território?

A abordagem geográfica da cooperação tem a capacidade de detalhar a relação de poder no território, visto que a base territorial é o princípio dos conflitos e das interações entre os indivíduos. Nessa lógica, são louváveis os esforços realizados tanto pelos autores da escola italiana quanto pelos autores que se debruçam sobre a cooperação internacional; afinal, suas ideias e suas teorias são frutos de uma renovação de indagação da ciência geográfica.

Isso posto, acreditamos que a dimensão geográfica da cooperação pode ser entendida como a capacidade de interpretação das operacionalizações, no território, oriundas das relações entre dois atores comprometidos com um objetivo em comum. Esses objetivos podem envolver vários sujeitos e transcorrer através de variados dispositivos. A ideia de colaboração com o outro, na dimensão geográfica da cooperação, assume uma postura política muito próxima da defendida por Hannah Arendt.

A postura política de Arendt (1999) evoca um aspecto colaborativo e de ação com o outro. Para a autora, a política se apoia na diversidade do homem e na sua liberdade. Isso manifesta uma ideia de organização dos indivíduos por meio de suas diferenças, organização na qual a política mediará tais contrastes na esfera social. A filósofa entende que “os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças” (ARENDR, 1999, p. 21-22).

Se pensarmos em todos os parâmetros apresentados neste primeiro tópico, podemos concluir que as relações de cooperação, apesar de exprimirem a ideia de ação com o outro, atuaram de modo impositivo pelo menos até o século XX. Esse padrão se assim podemos

considerar, é alterado justamente pela nova perspectiva geopolítica que se estabelece no mundo no período posterior à Guerra Fria, com a emergência de novos atores nos campos políticos e econômicos internacionais.

Entretanto, tal modo impositivo ainda mantém resquícios nas relações de cooperação atuais, que segundo Mawdsley (2015, p.6) “não tem sido simplesmente uma redistribuição de poder (‘desenvolvimento’) do ‘Norte’ para o ‘Sul’”. Pelo contrário, chamam de ascensão do ‘retroliberalismo’”. Isto ocorre, segundo Bini (2016, p.38), porque “a relação entre cooperação internacional e o desenvolvimento local é complexa devido à forte assimetria de poder que caracteriza os atores envolvidos”.

Contemporaneamente, a cooperação tem desenvolvido cada vez mais o papel de elemento da coligação global. Como apontamos anteriormente, seus mecanismos de atuação definem as formas territoriais, econômicas e políticas do mundo. Não pensar e explorar a cooperação como um elemento geopolítico é um erro, pois as ações tomadas a partir dela tem concernido a um ponto de equilíbrio nas relações mundiais e locais-regionais.

Essa posição geopolítica acerca da cooperação, reforçamos, tem sido desdobrada cada vez mais, por exemplo, através de conectividades (rodovias, ferrovias), infraestruturas (indústrias), produção de bens de consumo e assistência técnica, alternando, agora, não somente na relação entre o “Norte” e o “Sul”, mas também nas chamadas relações “Sul-Sul”, encabeçadas por Rússia, China, Brasil e outros. O objetivo final, seja na relação “Norte- Sul” ou “Sul-Sul”, em escala internacional ou regional-local, é a projeção de poder e atuação de influência.

O que tentamos trazer, na sistematização de ideias desta primeira parte do trabalho, é uma noção introdutória do que pode ser compreendido como cooperação na geografia. Suas características nos permitem uma gama de olhares e possibilidades para o estudo acerca das colaborações no território. Para ser possível observarmos tais sinergias políticas expressas por meio dessas relações, devemos nos apoiar inevitavelmente em uma geopolítica da cooperação.

Não pretendemos, aqui, desenvolver uma epistemologia acerca da geopolítica da cooperação; contudo, no tópico a seguir, faremos uma releitura das principais teorias do campo geopolítico e apresentaremos qual campo de análise nós utilizaremos como alicerce para compreendermos a origem teórica do código geopolítico, o qual tem a cooperação como seu atributo, bem como para compreendermos a essência geopolítica por trás das ações entre os atores aqui investigados e as relações de poder sobre os territórios da região centro-asiática.

## 1.2 Alterações na imaginação geopolítica

Após apresentarmos os caminhos teóricos sobre a cooperação que pretendemos seguir, em nossa abordagem investigativa ao longo do trabalho, dedicar-nos-emos, neste tópico, a uma releitura quanto aos pensamentos geopolíticos que serão empregados nesta pesquisa e que serviram justamente como bases para uma reflexão a respeito da atuação geopolítica da China na Ásia Central.

A geopolítica, que pode ser entendida como uma compreensão de múltiplas práticas e representações de um território (GILMARTIN; KOFMAN, 2004), no decorrer da história, teve em seu pensamento alterações teóricas e analíticas, a partir dos vários autores clássicos que se dedicaram a aprofundar as problemáticas do campo. A datar das obras de Friedrich Ratzel (1844-1904) (“*Politische Geographie*”), Rudolf Kjellén (1864-1922) (“*As grandes potências*”), Paul Vidal de La Blache (184-1918) (“*La France de l’Est*”)<sup>5</sup>, Halford John Mackinder (1861-1947) (“*The Geographical Pivot of History*”), dentre outros considerados

---

<sup>5</sup> Ver *Território, Império e Nação: geopolítica em Paul Vidal de La Blache* (RIBEIRO, 2010).

como precursoras do pensamento geopolítico moderno<sup>6</sup>, lançadas a partir do final século XIX, as análises geopolíticas estavam focadas em elementos como o Estado, as fronteiras, os recursos e as populações (FLINT, 2006).

Entretanto com o avanço da ciência geográfica, as análises geopolíticas deixaram de ser apenas sobre questões do contexto social e político do século XIX. Com as mudanças nos processos estruturais econômicos mundiais, que sofriam a transição do período chamado de bem-estar social (*welfare state*) para o neoliberalismo econômico (GUIMARÃES, 2015), os analistas geopolíticos passaram a dedicar-se aos estudos sobre as representações, os discursos, a cidadania e os direitos, as políticas públicas, os movimentos sociais. Surge, assim, no período pós-1970, a corrente chamada de geopolítica crítica.

Poderíamos, então, sintetizar a linha temporal de estudos e objetos da geopolítica da seguinte maneira:

**Tabela 2** – Diferenciações básicas entre a geopolítica clássica e a crítica.

<b>Geopolítica clássica</b>	<b>Geopolítica crítica</b>
<b>Principal ator:</b> Estado	<b>Principal ator:</b> Estado, empresas, organizações internacionais, tratados, mídias, populações tradicionais.
<b>Conjuntura:</b> Imperialismo Europeu, visão conservadora, concentração de poder pelo Estado.	<b>Conjuntura:</b> Globalização, novos nacionalismos, novas epistemologias.
<b>Principais autores:</b> Friedrich Ratzel, Vidal de La Blache, Halford John Mackinder, Alfred Thayer Mahan, Karl Haushofer, Rudolf Kjellén, Nicholas J. Spykman.	<b>Principais autores:</b> Yves Lacoste, John Agnew, Dalby, Claude Raffestin, Gearóid Ó Tuathail.
<b>Dimensões analíticas:</b> Território, fronteiras, soberanias, recursos.	<b>Dimensões analíticas:</b> Representações, discursos, ações de cooperação, cidadania e direitos, políticas públicas, gênero.

**Fonte:** Elaboração do autor.

O progresso no campo analítico da geopolítica, que outrora foi desprezada e cercada de aversão na própria geografia (AZEVEDO, 1955; SPENCER, 1988), permitiu a ampliação do escopo de observação das sociedades do mundo, a partir das suas relações próprias ao território. O retorno da geopolítica ao cerne da ciência geografia ocorre justamente pelo fator determinante que o território/espaco representa nos modernos processos da prática política (SMITH, 1996) e, também, social.

Isso não significa que seja existente um dualismo nas distintas formas de concepção geopolítica. Entendemos que ambas as visões podem ser utilizadas e trabalharem de modo conjunto em uma análise geopolítica. Dessa forma, não pretendemos desenvolver críticas reducionistas aos trabalhos de Ratzel, de Mackinder e de outros pensadores da geopolítica clássica, os quais, segundo Ribeiro (2014), tiveram suas obras e os estudos destas tomados como uma “[...] tradição negativa associado ao determinismo, ao imperialismo e à geopolítica nazi-fascista” (RIBEIRO, 2014, p.154).

<sup>6</sup> Consideramos esses autores como pensadores da chamada geopolítica moderna por dois fatores: [a] se considerarmos a geopolítica apenas como um instrumento de análise das relações entre poder, política e território, como aponta Retaille (2000), tais autores já demonstravam essa relação no passado e influenciaram gerações de analistas geopolíticos que os seguem utilizando como referências até os dias atuais; [b] esses autores estão pensando a relação entre poder, território e Estado na lógica estatal instaurada após a Paz de Westfália (1648), que determinou a organização dos Estados-Nação praticamente hegemônico atualmente.

Não estamos, aqui, rejeitando o caráter expansionista, colonialista e imperialista das obras dos autores clássicos, mas novamente nos vemos inclinados a concordar com Ribeiro (2014), pois também entendemos que, para além das relações colonialistas presentes nos tradicionais autores da geografia (e da própria ciência geográfica), é preciso interpretar como suas ações reverberam hodiernamente na composição mundial.

Não reconhecer ou deixar de escanteio tais autores pode acabar se mostrando um equívoco, pois são de suma importância para a abordagem histórica sobre a relação entre a política e o território. A partir desses autores, teremos o princípio daquilo que contemporaneamente nos dedicamos a investigar.

Logo, quais seriam essas análises que nos afastariam de um suposto arranjo *démodé* da geopolítica clássica, mas que estarão em interação imediata com as abordagens supostamente longínquas? Essas concepções partem dos esforços da corrente crítica da geopolítica, que, dentre outros caminhos, toma como ponto de partida a descentralização do poder, isto é, a ideia de que o poder não se origina somente do Estado (RAFFESTIN, 1993; AGNEW, 2010; Ó TUATHAIL, 2005).

Essa nova abordagem geopolítica, ou chamada de geopolítica crítica, passa pela análise dos discursos políticos para identificar as ações de poder a eles intrínsecos, bem como as representações espaciais no cerne destes discursos. A partir disso, busca-se compreender as consequências de tais ações e representações (FLINT, 2006). Nesse sentido, o Estado deixa de ser concebido como principal fonte de amplificação do poder. Assim sendo, “o território institucionalizado do Estado nacional é levado em conta, como a organização das relações de poder, com a multiplicidade de forças que se sobrepõem, se articulam e até disputam entre si” (DENEZ, 2017, p.16).

Essa multiplicidade de forças à qual se refere o autor pode ser assimilada como os diversos atores que compõem o mosaico territorial (ONGS, empresas multinacionais, relações de cooperação, regionalismos, dentre outros). A metamorfose que o sentido do Estado-Nação sofre entre os pensamentos da geopolítica clássica e aqueles da geopolítica crítica surge a partir dos contextos históricos nos quais estavam inseridos os pensadores que desenvolveram as reflexões de cada corrente.

O significado do Estado-Nação advém como um elemento centralizador de organização política, social e econômica desde a Revolução Francesa (BASSIN, 1987). Para Carnoy (1988), o surgimento dessa teoria clássica do Estado surge pelo menos um século antes da Revolução Francesa. Segundo o autor, “a teoria clássica do Estado surgiu a partir da mudança das condições do poder econômico e político na Europa do século XVII” (CARNOY, 1988, p.22). O Estado como o âmago das principais questões continua como ponto de partida para as análises políticas ainda nos séculos seguintes, com os diversos processos históricos que ocorreram nos anos posteriores (revoluções, nacionalismos, Revolução Industrial, guerras).

Portanto, veremos, com os autores clássicos da geopolítica no século XIX e no começo do século XX, uma precaução muito grande em pensar a política, a economia e a sociedade a partir dos Estados, pois estes seriam unidades territoriais de integração dos diferentes povos e basilares para a manutenção de suas fronteiras contra o inimigo externo (BASSIN, 1987; RATZEL, 1987). Para ser possível a união de diferentes elementos no interior do mesmo território, era necessária a criação de uma identidade<sup>7</sup> que desenvolvesse o senso de pertencimento ao mesmo local.

---

<sup>7</sup> O nacionalismo surge como esse instrumento de junção política. Para Castro (2005, p.45), na virada entre os séculos XIX e XX, o nacionalismo estabelece, por meio do imaginário nacional, o território como um recurso a ser resguardado a todo custo. A esse respeito, Geary (2005) afirma que “Os Estados-Nações de base étnica dos dias de hoje foram descritos como ‘comunidades imaginadas’, geradas pelos esforços criativos dos intelectuais e políticos do século XIX, que transformaram antigas tradições românticas e nacionalistas em programas políticos” (GEARY, 2005, p. 28).

Assim sendo, as questões apontadas anteriormente obviamente estarão presentes nos estudos de Ratzel, Mackinder, Mahan e outros, pois, como já dito, esses pensadores traduziam e faziam uma leitura do contexto em que estavam inseridos. Também devemos considerar que a ciência geográfica naquele momento era restrita a uma elite agregada aos poderes estatais.

Na geopolítica crítica, essa concepção do Estado se alterna pelo fato das leituras realizadas por esta corrente não estarem, pensando ou vivendo, no contexto de gênese do Estado-Nação. Obras como *Geopolitics Re-visioning world politics*, de John Agnew (2003), *Critical Geopolitics: The Politics of Writing Global Space*, de Gearóid Ó Tuathail (1996), *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre*, de Yves Lacoste (1976), *Urban Europe: Fifty Tales of the City*, de Virginie Mamadouh (2016), *Condensing the Cold War*, de Joanne Sharp (2000), dentre outras, refletem justamente sobre as consequências do processo de formação de Estados (colonialismo, imperialismo, assimetria nas relações entre os Estados) apontados pelos autores clássicos em suas obras.

Por isso, não entendemos como algo necessário uma divisão ou exclusão das correntes de pensamento geopolítico. Ambas são passíveis de críticas, entretanto, de algum modo, são complementares e possibilitam a análise dos diferentes momentos de historicidade do mundo e da sua composição espacial. Todavia, após esta breve espécie de “estado da arte” da geopolítica, se assim podemos considerar, assumiremos, nas linhas a seguir, de forma mais clara, em qual linha teórica do campo geopolítico nos apoiaremos para podermos compreender o papel da geopolítica na concepção e na execução da cooperação, o que é de grande valia para a análise do nosso objetivo nesta pesquisa.

### 1.2.1 A geopolítica crítica

A geopolítica, como mostramos nas páginas anteriores, esteve renegada na própria ciência geográfica no decurso de um determinado período histórico da disciplina. Sua associação ao colonialismo, ao imperialismo e ao nazifascismo fez com que o campo geopolítico fosse apropriado por outras áreas do saber.

Entretanto, negar a geopolítica enquanto um saber geográfico não seria negar a própria geografia? Fazemos tal indagação, pois, tal como aponta Lacoste (2012), a geografia é um estudo político e constitui a proximidade entre o poder e o território. Por isso, não faz muito sentido que se continue a negar a geopolítica enquanto uma ramificação também fundamentalmente geográfica.

Desse modo, no tempo em que ressurgiu nos círculos de debate da geografia, a geopolítica desperta com um novo aspecto. Esse aspecto, segundo Retaille (2000), está atrelado à mudança da leitura de poder centrada no Estado a etnicidade. Ou seja, a geopolítica (crítica) estaria dedicada aos mapas das nações, não mais ao mapa dos Estados (RETAILLÉ, 2000).

Essa nova geopolítica (crítica) surge no contexto das lutas anti-imperialistas, durante os processos de independência das colônias europeias no continente africano, e também no ápice da Guerra Fria, bem como no momento de transição entre sistemas econômicos. Em resumo, podemos apontar que o período de ressurreição da geopolítica (entre os anos 1970 e 1980) ocorre em um momento de crise global, na etapa de um novo processo de conjuntura político, social e econômica. O esforço para o reaparecimento da geopolítica nos circuitos acadêmicos foi empreendido especialmente pelos franceses Yves Lacoste, Paul Claval e Claude Raffestin (LIMA, 2013).

À vista disso, a geopolítica, que sempre surge nos momentos de crises globais, foi novamente posta em evidência, buscando desvendar as novas problemáticas espaciais do mundo à luz de uma nova abordagem.

Para Cohen (2014), com o regresso da geopolítica à esfera da geografia, três cenários de abordagens para estudos se fizeram presentes, sendo eles: “(1) um sistema de poder internacional policêntrico; (2) um sistema mundial de base econômica unitária; e (3) ordenação ambiental e social geopolítica” (COHEN, 2014, p. 30, tradução nossa).

Os inéditos pressupostos analíticos da nova geopolítica – que passou, então, a ser rotulada como geopolítica crítica – ganham destaques ainda maiores através das obras de Agnew, Ó Tuathail, Dalby, Routledge, dentre outros, lançadas a partir do final dos anos 1980 e do começo dos anos 1990. Tais pensadores, através de suas obras, introduzem novos horizontes para a exploração geopolítica, permitindo originais linhas de pensamento e se afastando de um pensamento geopolítico ortodoxo influenciado pela Guerra Fria (Ó TUATHAIL, 1999).

O geógrafo John Agnew (2016) entende que o ponto de partida (ou, como ele mesmo diz, ponto crucial) para o desenvolvimento de uma teoria crítica da geopolítica foi a ideia de *sistema-mundo* do sociólogo Immanuel Wallerstein, que citamos na primeira parte deste capítulo (cf. seção 1.1). Para Agnew, a teoria wallesteriana proporcionou um novo modo de pensar geopolítico, devido à sua visão de processo hegemônico de um determinado núcleo global sobre outro. De acordo o autor, a gênese da geopolítica crítica seria um “pequeno movimento intelectual dentro de um subcampo da geografia anglo-americana” (AGNEW, 2016, p. 15, tradução nossa), que se modificou a partir da interação com outros campos do saber, tornando complexa a produção teórica do campo geopolítico.

Por sua vez, Dalby (1991) entende que os primeiros trabalhos de George Ó Tuathail, atualmente professor da Virginia Polytechnic Institute and State University, dão bases para aproximações críticas na geopolítica. Para Dalby, as concepções de Ó Tuathail, aproximando-se das ideias foucaultianas de *poder* e de *discurso*, possibilitam avistar a geopolítica como um meio material e discursivo. A proximidade com os escritos de Foucault, forneceu a capacidade de compreender a geopolítica também como estratégia expandida sobre o campo cultural, identitário, e não somente atrelada à ideia militarizada de divisão do território.

Um exemplo de como as ideias de Ó Tuathail apresentadas por Derby são exploradas pode ser visto no artigo “*Critical geopolitics and terrains of resistance*”, publicado em 1996 por Paul Routledge. Nesse artigo, o autor tenta demonstrar como os movimentos sociais tendem a desafiar o poder de grupos no Estado. Passando também pela perspectiva foucaultiana sobre o poder, Routledge concebe que os movimentos sociais são um grupo de poder contra-hegemônico no centro do equilíbrio de poder, ao contrário do que era comumente entendido, como agrupamentos nas bordas da esfera de poder.

É importante ressaltar que essa leitura de Routledge está próxima do conceito de *antigeopolítica*, o qual não utilizaremos nesta investigação, mas que expressa a ideia de uma força (cultural, política, ética) que, no interior da sociedade, busca sua independência permanente do Estado (LIMA, 2013; SHARP, 2013).

A ideia primordial por trás da geopolítica crítica pode ser compreendida como “reconceituar a geopolítica como discurso que contribui para a construção cultural do mapa geopolítico global. Como discurso, caberia diferenciar uma ‘geopolítica prática’ de uma ‘geopolítica formal’ (CAIRO, 2008) ou, como afirma Ó Tuathail (1999), a geopolítica crítica pode ser entendida como um “empreendimento teórico problematizador que coloca em questão as estruturas existentes de poder e conhecimento.” (Ó TUATHAIL, 1999, p.107, tradução nossa). Lima (2013) parece sintetizar bem a ideia de ambos os autores quando afirma que

A geografia política crítica se traduz nos esforços de decifração do mundo contemporâneo, a partir da flexibilização da relação espaço – poder que passa a ser desdobrada em toda sua potencialidade e complexidade, escapando da armadilha do estadocentrismo através da reabilitação crítica de antigas temáticas, da incorporação

de temas e questões inéditos e, sobretudo, da atualização do escopo de seu corpus teórico. (LIMA, 2013, p.153).

Se considerarmos esta ideia de Cairo e dos autores aqui já citados, a geopolítica crítica seria então uma resposta a leitura da política e economia global realizada pelos homens do estado (aqueles que governam os países ou fazem parte do sistema político), considerando em sua perspectiva analítica, os grupos que ameaçam a hegemonia de poder destes indivíduos que encabeçam as tomadas de decisões no sistema estatal, nos aproximando de Lima (2013) quando ele afirma que

É justamente essa imaginação geopolítica moderna, ancorada na escala internacional – realista e masculinista -, nascida da experiência euro-americana e projetada mundo afora desde o fim do século XV e início do XVI até o presente, que está passando pelo crivo de uma revisão epistemológica crítica (LIMA, 2013, p.151).

A geopolítica crítica, como elucidamos nos parágrafos anteriores, expande de tal forma o campo analítico da geopolítica que, nos tempos hodiernos, é possível encontrar estudos sobre a geopolítica da imagem, do cinema, dos movimentos sociais, das cidades, das cidadanias, das representações, das geopolíticas pós-coloniais, da geopolítica dos gêneros, dentre outros diversificados temas (POWER; CAMPBELL, 2010; SHARP, 2013; FLINT, 2006). Como afirma o geógrafo inglês Peter J. Taylor (2003), essa heterogeneidade da nova geopolítica faz com que, atualmente, esse campo saia um pouco das bordas e se mova em direção à centralidade das ciências humanas.

Acredito que este momento do texto seja passível de uma crítica ao uso da geopolítica: desde que voltou a ser amplamente estudado, o campo geopolítico vem sofrendo uma certa vulgaridade na sua produção. Enquanto os geógrafos, os cientistas políticos, os internacionalistas e afins se dedicam com afinco à produção de uma geopolítica que busque desvendar os meandros das relações de poder entre os múltiplos atores que compõem uma esfera de poder social, é igualmente crescente a produção de geopolíticas “vulgares”.

O que entendemos por geopolítica vulgar é uma geopolítica generalista, que não considera múltiplas variáveis em sua análise, como, por exemplo, o simbolismo espacial para um grupo. Essa geopolítica é regularmente vista nos meios de comunicação, por exemplo, seja por uma falta de entendimento do que é e/ou deveria ser uma leitura geopolítica ou, ainda, por uma desorientação geográfica, isto é, por uma desconsideração do fator geográfico quase que por completo na formulação da geopolítica vulgar.

A concepção de Taylor (2003) em relação à condição periférica da geopolítica na geografia parece indicar um caminho para os motivos que levam à produção dessas geopolíticas vulgares. Segundo o autor,

[...] podemos ver a geopolítica como a periferia de uma periferia de periferia: sempre teve uma relação desconfortável com a geografia política, que por sua vez foi localizada na borda da geografia humana, que por sua vez, nunca se estabeleceu no núcleo das ciências sociais. (TAYLOR, 2003, p. 375, tradução nossa).

A produção dessa geopolítica vulgar, quase sempre imediatista, atenta apenas aos fatos rasos de um determinado cenário, excluindo dimensões históricas, sociais, e focando quase em sua totalidade na dimensão econômica do contexto que se averigua.

A geopolítica crítica passa, então, a ter como desafio o combate a essas geopolíticas vulgares. A pulverização do campo talvez tenha contribuído para diversas interpretações

equivocadas e que levam, por uma série de razões, à designação desses estudos como sendo geopolíticos. Isso, inclusive, pode conduzir a concepções inadequadas de que a leitura geopolítica estaria chegando ao seu apogeu.

A interdisciplinaridade da geopolítica é o seu grande atrativo, e acreditamos que seja essencial para a prosperidade de nossa área. Entretanto, tal interdisciplinaridade deve ser feita com ponderações, a fim de evitar-se uma permanente banalização da produção e do termo “geopolítica”.

Não estamos tentando reproduzir, aqui, uma linha do tempo simplista sobre a história do pensamento geopolítico (LIMA, 2013), mas intentando demonstrar que ambas as reflexões (da geopolítica clássica e crítica) podem contribuir com uma análise a partir das suas construções. A linearidade do nosso campo de estudo promoveu muitos debates, até culminar no ressurgimento da criticidade geopolítica e no seu estado atual.

A utilização dessa corrente, em nosso trabalho, justifica-se principalmente pela capacidade dos pensadores de tal ramificação de compreenderem o impacto do caráter normativo dos Estados em outras escalas que não a *macro*. A abertura de um escopo em que é possível observar novas territorialidades parece um elemento útil à nossa investigação; afinal, não estariam as práticas geopolíticas chinesas, através do seu código geopolítico, ou seja, a cooperação, produzindo e/ou transformando espaços na região centro-asiática?

Em função disso, parece-nos bastante apropriado associar esse pensamento crítico à nossa análise, visto que a geopolítica crítica nos concede esse caráter epistemológico de interação entre os elementos espaciais. Como afirma Mamadouh (2009), as alterações epistemológicas na geopolítica nos permitiram uma compreensão mais elaborada do caráter multiescalar da geopolítica, o que nos dá liberdade para manejar tal artifício em nossa pesquisa.

## 1.2.2 A análise do discurso e o seu propósito geopolítico

Nessa corrente da geopolítica, que funciona como um contra-argumento ou, ao menos, como uma interpretação crítica às decisões dos homens no cerne do Estado, o discurso, como vimos anteriormente, desponta como uma possibilidade analítica de entendimento das ações políticas dos Estados, de seus objetivos e de suas consequências. Desse modo, começaremos este tópico abrindo um debate sobre a “análise do discurso”, que apresenta diversas interpretações; posteriormente, avançaremos para a sua emergência e real contribuição ao campo geopolítico. Partindo desse pressuposto, cabe-nos, agora, um questionamento: o que podemos compreender por análise do discurso?

O discurso enquanto disciplina fundamenta-se nos anos 1950, a partir dos trabalhos de Zellig Harris, R. Jakobson e E. Benveniste (BRANDÃO, 2006). Melo (2009) argumenta que o processo de criação da análise do discurso é francês, sobretudo no período posterior a maio de 68. Entretanto, tal questão se aprofunda, no sentido em que a análise do discurso (AD) ganha maior força, a partir da década de 1970 (GREGOLIN, 1995).

Segundo Melo (2009), as indagações acerca da análise do discurso começam a partir da “preocupação com o funcionamento da linguagem em uso, introduzem-se componentes pragmáticos e a dimensão social começa a fazer parte do estudo da língua com o objetivo de combater a perspectiva estruturalista que vigorava” (MELO, 2009, p. 2).

Os múltiplos prismas sobre a análise do discurso podem gerar algum tipo de imprecisão analítica. Isso posto, abordaremos algumas definições sobre a AD postuladas por alguns dos principais nomes que se dedicaram à área. Iniciaremos, então, com Michel Pêcheux.

Um dos nomes mais conhecidos pelos estudos desenvolvidos neste campo foi o do filósofo francês Michel Pêcheux. As análises de Pêcheux começaram a partir da sua obra *Análise Automática do Discurso*, lançada em 1969 (BRAGA, 2012).



Melo (2009) salienta que Pêcheux (1990) aponta o discurso como “uma forma de materialização ideológica, como identificaram os marxistas em outras instâncias sociais. O sujeito é um depósito de ideologia, sem vontade própria, e a língua é um processo que perpassa as diversas esferas da sociedade” (MELO, 2009, p.3).

Uma passagem muito interessante de Pêcheux sobre a análise do discurso político está presente em seu artigo “L'étrange miroir de l'analyse de discours”, publicado em junho de 1981. Nele, o autor aponta que:

[...] a análise dos discursos (políticos) surgiu sob a forma de um trabalho político e científico especializado, destinado a tomar posição num campo ideologicamente estruturado (desmontando/criticando/justificando este ou aquele discurso, inscrito nesta ou naquela posição). (PÊCHEUX, 1981, p. 5, tradução nossa).

Segundo Brandão (2006), as ideias de Pêcheux estão inseridas no que pode ser chamada de “escola francesa de análise do discurso” (p.16). A conexão entre Pêcheux e a escola francesa ocorre através de dois elementos basilares presentes no pensamento do autor supracitado: a ideologia e o discurso. Ambos os conceitos são essenciais nas leituras dos franceses sobre a análise do discurso (BRANDÃO, 2006), portanto, obviamente, serão vistos nos escritos de Pêcheux.

Podemos compreender que o autor supracitado aponta o discurso como um modo de se utilizar a linguagem por meio das práticas sociais e ideológicas. É importante compreender que a escola francesa conjecturava uma análise da linguagem associada às ações de poder. Melo (2009) ilustra essa afirmação quando aponta que

Importava à AD a investigação do modo como os indivíduos interagiam pela linguagem e a descrição das funções que formas lingüísticas realizavam em práticas discursivas específicas; normalmente institucionais e ligadas ao Estado. Essa vertente dos estudos discursivos enfocava a linguagem em seu uso concreto, como prática social, e contemplava a produção de sentido do discurso como resultante do processo de interação social. (MELO, 2009, p. 5)

Outro francês que contribuiu muito para a análise do discurso, sendo inclusive um dos principais influenciadores de Pêcheux (BRANDÃO, 2006), foi Michel Foucault. O também filósofo, que se dedicou a entender principalmente as relações de poder, assume, em 1970, uma posição no Collège de France. O discurso proferido por ele, ao tomar posse de sua cadeira, acabou por se tornar um livro intitulado *L'ordre du discours*, lançado um ano depois.

O livro em questão, é de grandiosa contribuição para o campo da análise do discurso. Conforme Brandão (2006), Foucault (1969) define o discurso como “uma dispersão, isto é, como sendo formado por elementos que não estão ligados por nenhum princípio de unidade. Cabe a análise do discurso descrever essa dispersão, buscando o estabelecimento de regras capazes de reger a formação dos discursos” (BRANDÃO, 2006, p.32). Em *L'ordre du discours*, o autor se utiliza justamente de tais regras para propor uma análise de força e produção de poder que o discurso possui. O filósofo supõe que

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1966, p.8).

Os procedimentos que Foucault aponta como limitadores da amplificação do discurso passam pela preocupação do autor (demonstrada nas primeiras páginas de sua obra) com a

construção do discurso, que ele demonstra não ser neutra e estar pautada, sobretudo, na ordem das regras onde será pronunciado.

Os parâmetros que definem os caminhos que o discurso seguirá serão impostos pelos espaços onde ocorre a sua produção; entretanto, quando não respeitadas tais regras, o discurso será invalidado. A esse movimento, Foucault denomina de *interdição*. A interdição, para o autor, é o modo que contém os perigos e/ou as ameaças do discurso. A título de exemplo, ele cita o campo da política, cujo discurso, na concepção do autor, possui um caráter pacifista quando interdito. O filósofo nos diz que “as interdições que o atingem [o discurso] revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (FOUCAULT, 1996, p.10, grifo nosso).

Essas ligações entre o desejo e o poder presentes nos discursos, para Foucault, representam de modo muito persuasivo os motivos pelos quais lutamos pelo poder de que desejamos alcançar. Dessa maneira, quando não ajustados aos preceitos institucionalmente estabelecidos (dentro do Estado e/ou um de grupo hegemônico de poder), os discursos serão extintos, como apontou Pêcheux (1981).

Gostaríamos de destacar, aqui, as disciplinas. Em determinado trecho de “*L'ordre du discours*”, Foucault aponta as disciplinas como um princípio também de interdição (ou limitador): “[...] princípio este também relativo e móvel. Princípio que permite construir, mas conforme um jogo restrito” (FOUCAULT, 1996, p.29-30).

De acordo com o autor, em linhas gerais, a disciplina é um domínio de objetos, um conjunto de métodos. Trata-se de uma construção de proposições novas e não do redescobrimto de um sentido. É um dos procedimentos de imposição de regras aos sujeitos. A formulação destas novas proposições, segundo o autor, deve atender a um conjunto de instrumentos e técnicas bem definidos (p.33). Em outras palavras, a produção do conhecimento científico é igualmente um limitador do discurso, desde que nos submetemos a um rígido conjunto de regras para que nosso discurso seja aceito na comunidade (social e/ou acadêmica).

Por Consequente, concordamos com a ideia de que “o discurso não pode mais ser analisado simplesmente sob seu aspecto linguístico, mas como jogo estratégico de ação e de reação, de pergunta e resposta, de dominação e de esquiva e também como luta” (BRANDÃO, 2006, p.37 *apud* FOUCAULT, 1974, p.6). O discurso tem esse caráter poderoso de propagação de poder devido à sua característica ideológica, como bem apontou Pêcheux em suas obras. Gregolin (1995) define isso de modo satisfatório quando diz que

O discurso é um dos aspectos da materialidade ideológica, por isso, ele só tem sentido para um sujeito quando este o reconhece como pertencente a determinada formação discursiva. Os valores ideológicos de uma formação social estão representados no discurso por uma série de formações imaginárias, que designam o lugar que o destinador e o destinatário se atribuem mutuamente (Pêcheux, 1990, p.18). (GREGOLIN, 1995, p. 20).

Esclarecidas as origens e as direções que definem a análise do discurso como uma disciplina, devemos, agora, entender quais são as suas efetivas contribuições em uma proposta metodológica de análise efetivamente geopolítica, caso da proposta aqui encaminhada. Primeiramente, é necessário esclarecermos como a análise do discurso foi e está incorporada ao contexto do campo geopolítico.

Segundo Dalby (1991, p.273, tradução do autor), “a construção de uma geopolítica crítica sugerida por Ó Tuathail, é fortemente baseada nos textos de Foucault, particularmente na sua insistência sobre o poder do discurso”, preocupando-se com a intenção do discurso e com a sua ação com e para a sociedade (MÜLLER, 2013).

Nessa perspectiva, o discurso passa a ser trabalhado como uma categoria analítica na corrente crítica da geopolítica, iniciada entre a década de 1980 e 1990. Autores deste novo

subgrupo de formulações e pensamentos geopolíticos, como Ó Tuathail, Simon Dalby e John Agnew, por exemplo, passam a explorar o caráter político que as formas geográficas ganharam nos discursos, sem ignorarem as linguagens destes em suas análises (DALBY, 2008).

O discurso geopolítico é essencialmente dotado de poder, visto que é munido de componentes, isto é, apresenta uma “retórica estratégica e técnicas representacionais” (Ó TUATHAIL, 2000, p.126), que forjam uma determinada concepção espacial, tendo também atribuições “ideológicas e políticas” (MÜLLER, 2013, p.54). Essa compreensão espacial, no campo geográfico, parte de uma “visão estruturante [...] compreendendo os efeitos espaciais como resultado das interações e relações uns com os outros” (AGNEW, 1994, p.55).

Tais discursos (geopolíticos) estão introduzidos na linguagem compartilhada no cotidiano coletivo. Isto é, a geopolítica popular<sup>8</sup> apontada por Müller está associada a formas culturais. Tais formas que, efetivamente, estão relacionadas as nossas crenças e considerações, agem de acordo com tomada de decisões políticas por governantes e/ou por Estados. Ou seja, os discursos da geopolítica popular dispõe da eloquência na esfera política mundial com base no apoio popular (Ó TUATHAIL, 2000).

Por isso, concordamos com Dalby quando este aponta que

Ó Tuathail quando argumenta que “o conceito de cultura (no sentido mais amplo, generalizado e não restrito) da geopolítica é uma posição ontológica muito mais sólida, pois não reifica nem o 'econômico' nem o 'político', mas postula uma relação dialética (interconectada) entre os dois. (DALBY, 2008, p.417, tradução do autor).

Um exemplo desta junção pode ser verificado a partir de representações e conflitos políticos que se respaldam no bojo cultural e são registrados em diversas partes do mundo, observadas através de diferentes escalas, segundo Ó Tuathail (MAMADOUH; DIJKINK, 2006). Em uma escala *macro* (*macro level*), na qual se trabalha com o imaginário social, pode ser considerado o exemplo da Turquia, que propõe uma construção da identidade nacional através da representação gráfica do território a partir do alcance da cultura turca, suportando a expansão da projeção de poder do país para além de suas fronteiras (BATUMAN, 2010). Igualmente pode ser considerado o uso do nacionalismo como discurso geopolítico, enunciado nos meios de comunicação de massa ou com o estabelecimento de datas comemorativas, para a obtenção de apoio popular em prol de atritos entre nações, caso da Argentina e das Ilhas Malvinas (BENWELL; DODDS, 2011). Já na Ásia Central, o que notamos é o uso das tradições e da cultura como um instrumento geopolítico, sobretudo para a construção da cultura política posteriormente à URSS. Nesse caso, a região centro-asiática não está inserida em uma aproximação *macro* do discurso geopolítico, mas sim em uma escala reduzida (*meso level*).

Apesar de não ter uma metodologia efetiva, a análise do discurso detém, na geopolítica, orientações que a tornam eficaz e buscam reduzir possíveis imprecisões analíticas. Segundo Müller, é necessário que o estudo realizado seja adaptado ao objeto empírico e aos caminhos teóricos adotados, contando com três bases distintas, porém complementares, que fornecerão as coordenadas de uma análise do discurso geopolítico mais concisa. Tais bases são as seguintes:

[a] **evitar a análise por meio resumos:** estes tendem a explorar e chamar mais a atenção para determinados elementos, enquanto outros são ignorados, podendo também gerar possíveis distorções no objeto de análise;

[b] **evitar a análise considerando ou tomando lado específico:** as análises dos discursos não podem tecer críticas infundadas ou apenas críticas para se posicionarem

---

<sup>8</sup> Segundo Mamadouh e Dijkink (2006, p.355) a geopolítica popular pode ser compreendida como “o domínio da esfera pública e dos meios de comunicação que fomentam suporte e legitimidade para a política externa”.

ao lado dos menos favorecidos na narrativa. Elas precisam demonstrar os níveis de exclusão ou inclusão perpetuados pelo caráter estrutural do discurso;

[c] **não desconsiderar as especificidades presentes no discurso:** isto é, aquele que realiza uma análise do discurso geopolítico não deve ignorar elementos específicos (por exemplo, características de determinado espaço ou de um grupo de indivíduos) e que fazem parte do discurso. É necessário entender e apontar como essa particularidade opera quando incorporado ao discurso, quais são seus objetivos e a quem atende. (MÜLLER, 2013, p.58, tradução do autor).

Considerando tais ponderações, quando nos empenhamos em realizar uma análise do discurso, partindo dos autores da corrente crítica da geopolítica, estamos propondo uma compreensão dos discursos que desenvolvem um imaginário do espaço global e que, gradualmente, penetram na cultura através da geopolítica popular (MÜLLER, 2013). Isso significa produzir uma análise geopolítica considerando todas as máximas de análise, nos contextos que as envolvem. Uma geopolítica que não seja uniforme, mas sim plurivalente. Segundo Mamadouh e Dijkink (2006, p.354-355), na geografia, os estudos sobre discurso geopolítico tem se debruçado sobre múltiplas concepções presentes nos aspectos usuais da comunidade (sensações, narrativas, códigos, visões). Nesse sentido, consideraremos, em nossa análise, uma perspectiva específica: o código. Além disso, não faria sentido escolher outro caminho analítico senão o do código geopolítico, visto que a questão central desta pesquisa, como expusemos previamente, busca compreender o código geopolítico chinês para a Ásia Central e a reafirmação geopolítica da região centro-asiática.

O código geopolítico, cunhado por Ó Tuathail como parte do discurso geoestratégico<sup>9</sup> (MAMADOUH; DIJKINK, 2006), será explorado de modo extenso mais adiante. Por ora, é válido ressaltar que esse elemento também é parte da análise do discurso geopolítico, pois é partir de um discurso político habilmente estruturado e reverberado (através da geopolítica popular) na rotina do corpo social de um Estado, que o código geopolítico irá obter -ou não- êxito no seu objetivo, sendo este variado, diversificando-se conforme a finalidade do Estado à qual esse código atende. Em outros termos, é possível compreender que o código geopolítico é altamente influenciado pelos discursos geopolíticos, sendo, portanto, necessário assimilar o discurso geopolítico para interpretar a real intenção e os cálculos incorporados ao código geopolítico.

Contudo, antes de entrarmos, de fato, no discurso e na ideia de *código geopolítico* e, mais especificamente, nos componentes fundamentais para a formulação do código geopolítico chinês, é preciso observarmos como a geopolítica ocidental (e o seu discurso) tem se portado (histórica e contemporaneamente) em relação às estratégias políticas da China, para que, então, possamos traçar uma noção aproximada de como está pautado o discurso e a proporção que tal código chinês tem buscado atingir. Portanto, no próximo subtópico (1.2.3), faremos uma análise do discurso geopolítico ocidental em relação à China; já nos tópicos seguintes (1.3, 1.3.1), trataremos do código e do discurso geopolítico chinês.

### 1.2.3 A China à luz da perspectiva do discurso geopolítico ocidental

No Ocidente, existe uma desconfiança acompanhada de uma certa dificuldade em compreender as estratégias e as concepções de política externa dos países não alinhados às democracias do eixo estadunidense-europeu. Com a China, não é diferente. Entretanto, isso não

---

<sup>9</sup> A *geoestratégia* pode ser compreendida como a dimensão espacial da estratégia, ideia esta que apareceu no “final do século XVIII como uma redefinição da antiga “arte da guerra”, preocupa-se essencialmente como a gestão [administração] da guerra e segurança pública” (VESENTINI, 2011, p.10). Esta dimensão espacial é a análise não só da escala geográfica ou da geografia física do teatro de operações, ou seja, do espaço disputado em que irá ocorrer um determinado conflito, mas também dos caminhos que serão percorridos por tropas, soldados, mantimentos, equipamentos e outros elementos essenciais ao conflito (MARTINS, 1996).

é algo recente e menos ainda praticado de forma involuntária. O princípio do discurso geopolítico antichina pode ser datado a partir do século XIX, com a propagação, no espaço europeu e anglo-, da ideia do “perigo amarelo”.

O perigo amarelo (ou *yellow peril*, em inglês) pode ser considerado, segundo Lyman (2000, p.688 apud Thompson 1979, p.2-3, tradução nossa), como o “medo generalizado das nações e estados da Ásia, que sobreviveu com variações de intensidade e em diferentes formas [...] [desde a] Idade Média até hoje”. A intencionalidade e a proliferação do discurso do perigo amarelo – que, de modo geral, não era algo restrito apenas à diáspora chinesa no Ocidente, mas alcançava igualmente os demais povos orientais (japoneses, vietnamitas etc.) residentes no espaço ocidental – é basicamente a criação cultural de um ideal de superioridade racial estimulada por intelectuais, políticos, líderes e pela elite ocidental.

O medo propagado pelo discurso do perigo amarelo é transmitido através de diversos setores da sociedade. Por exemplo, em seu longo artigo “*The ‘Yellow Peril’ Mystique: Origins and Vicissitudes of a Racist Discourse*”, Lyman (2000) demonstra que o “perigo amarelo” esteve fortemente presente no discurso cultural europeu e, também, no estadunidense. A possível “dominação do mundo pelos chineses” ou a “invasão chinesa” ao território dos Estados Unidos foi, por exemplo, um assunto amplamente explorado pela literatura estadunidense entre o final do século XIX e o começo do século XX, através de inúmeros contos que continham enredos sinofóbicos (“*A Short and Truthful History of the Taking of California and Oregon by the Chinese*”, de Robert Woltor; “*Last Days of the Republic*”, de Pierton W. Dooner, dentre muitos outros).

Como Lyman explora em seu artigo, o discurso do “perigo amarelo” igualmente foi utilizado pelas civilizações ocidentais para fundamentar a contenção do fluxo migratório dos chineses para os seus territórios, algo que já havia sido feito em maio de 1882 pelo então presidente estadunidense Chester A. Arthur, quando este determinou o primeiro ato de exclusão chinês, proibindo a imigração laboral de todos os chineses para o território dos EUA.

De qualquer forma, o “perigo amarelo” é um discurso que conferiu aos povos orientais a alcunha de sujeitos ameaçadores de outras sociedades, sobretudo das ocidentais pautadas em valores cristãos. Portanto, não era incomum se observar, nos principais elementos de formação da opinião pública (cultura, política, meios de comunicação), análises que apresentavam o inimigo oriental do momento (primeiros chineses, depois japoneses, posteriormente vietnamitas e, atualmente, uma vez mais os chineses) como uma grande ameaça à estabilidade e à paz mundial.

Além do discurso do “perigo amarelo”, que, como apontamos nos parágrafos anteriores, cria junto à opinião pública uma perspectiva ameaçadora de determinados atores orientais, os analistas ocidentais tendem a recorrer às teorias clássicas da geopolítica ao interpretar a China contemporânea. Dentre estas, consta as de Mackinder, que, por meio das teses da *Pivot area* e *Heartland*, demonstrou um grande interesse pela Ásia Central. Isso não ocorre por acaso, considerando-se que os principais pensadores ocidentais da geopolítica que formularam as estratégias de política externa dos Estados Unidos da América e da Europa no pós-guerra (como, por exemplo, Nicholas Spkyman e Zbigniew Brzezinski) foram fortemente influenciados pelas ideias e pelos escritos do geógrafo britânico (MELLO, 2015). Todavia, tais teorias não contemplam a complexidade dos planos geopolíticos que hoje caracterizam o crescimento chinês (IBAÑEZ, 2020); afinal, tais teorias foram concebidas tendo como ator central o crescimento e/ou a manutenção de territórios de Estados ocidentais e em tempos nos quais as fronteiras dos Estados apresentavam formatos distintos daqueles que conhecemos em tempos hodiernos.

Além disso, os governos de países como os Estados Unidos e o Reino Unido contam com uma sofisticada estrutura para a disseminação de opiniões através da geopolítica popular, por intermédio dos meios de comunicação de massa (TVs, jornais) e da internet. Não são

atípicas acusações direcionadas à China por governos ocidentais e amplamente difundidas no seio social pelos principais conglomerados de comunicação. Obviamente, tal estratégia tem por objetivo o que apontamos anteriormente: a construção de um imaginário espacial em que suas políticas sejam amplamente aceitas. Uma clássica disputa pelo poder. Exemplos dessa construção de esfera de influência e seus reflexos no campo geopolítico mundial podem ser observados diariamente. Nos parágrafos seguintes, abordaremos alguns fatos que corroboram essa nossa reflexão.

No campo tecnológico, por exemplo, a China e os países do Ocidente travam uma disputa em torno da tecnologia 5G. O principal argumento dos Estados Unidos é o de que a Huawei poderia utilizar-se do fornecimento de sua tecnologia para transpor dados de milhões de usuários ao governo chinês. Porém, no final dos anos 1990, já existia o projeto *Echelon*, um sistema de espionagem global arquitetado pela *National Security Agency* (NSA), com a participação do Reino Unido, do Canadá e da Austrália. Além do *Echelon*, há 7 anos foi revelado outros programas de vigilância em escala universal, como o *Prism* e o *Muscular*. Tal monitoramento – que contava com o auxílio de empresas estadunidenses como o *Google* e o *Facebook* – captava os dados e as trocas de informações (*e-mails*, dados de créditos e afins) que os usuários na internet. O controle de dados por parte da NSA foi tão elevado que até mesmo os chefes de Estados dos aliados, como o Brasil, foram espionados. Após o episódio ter sido exposto, o então presidente Estadunidense, Barack Obama, disse que não iria se desculpar por fazer “o que serviços de inteligência de qualquer outra nação fazem”<sup>10</sup>. Enquanto os EUA fazem pressão para que a Huawei seja banida de países aliados<sup>11</sup>, em uma clara tentativa de desestabilização da influência externa da política chinesa, outras empresas – como a sueca Ericsson e a finlandesa Nokia – ganham terreno para ocupar tal espaço que poderá ser deixado pela empresa chinesa.

Ao mesmo tempo, a China busca desenvolver, por meio da União Internacional de Telecomunicações, a regulamentação dos padrões que irão regulamentar o uso e o desenvolvimento da tecnologia 5G por outras empresas<sup>12</sup>. Em outras palavras: mesmo que os chineses não forneçam todo o sistema do 5G, partes necessárias ao funcionamento desta tecnologia serão de propriedade intelectual de empresas chinesas. Logo as empresas ocidentais que tentem replicar a rede de quinta geração sem fio, terão de pagar *royalties* às empresas chinesas desenvolvedoras destes sistemas.

Outro ponto muito explorado pelos governos (e pelos meios de comunicação) ocidentais é a questão do povo Uigur e da região autônoma de Xinjiang<sup>13</sup> (região vizinha ao nosso espaço de pesquisa: a Ásia Central). Essa província, que concentra uma quantidade significativa de recursos energéticos<sup>14</sup>, além de ser muito importante para o comércio chinês, tendo sido estabelecidas ali, em 2011, duas novas Zonas econômicas especiais (ZEE)<sup>1516</sup>. A história nos

<sup>10</sup> Obama promete parar de espionar líderes aliados. Em discussão. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/emdiscussao/edicoes/espionagem-cibernetica/mundo-o-mundo-perplexo-diante-do-big-brother/obama-promete-parar-de-espionar-lideres-aliados>. Acesso em: 24 jul. 2020.

<sup>11</sup> Reino Unido vai proteger Nokia e Ericsson após saída da Huawei do país, diz ministro. O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/reino-unido-vai-protoger-nokia-ericsson-apos-saida-da-huawei-do-pais-diz-ministro-1-24545285>. Acesso em: 24 jul. 2020.

<sup>12</sup> China leads the way on global standards for 5G and beyond. *Nikkei Asian Review*. Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Politics/International-relations/China-leads-the-way-on-global-standards-for-5G-and-beyond>. Acesso em: 28 jul. 2020.

<sup>13</sup> A região é composta pelos povos das etnias Uigur e Han.

<sup>14</sup> How oil has shaped Xinjiang. *China Dialogue*. Disponível em: <https://chinadialogue.net/en/energy/11031-how-oil-has-shaped-xinjiang/>. Acesso em: 27 jul. 2020.

<sup>15</sup> Xinjiang to set up two special economic zones in 2011. *People's Daily Online*. Disponível em: <http://en.people.cn/90001/90778/90862/7287228.html>. Acesso em: 27 jul. 2020.

<sup>16</sup> Economia de Xinjiang cresce 40% nos últimos cinco anos. *Rádio China Internacional*. Disponível em: <http://portuguese.cri.cn/news/currentevents/409/20190705/312804.html>. Acesso em: 27 jul. 2020.

aponta que a China, um país geograficamente extenso, é composta por diferentes povos e culturas. Isso, todavia, não é algo exclusivo da formação do Estado chinês. Os países e as suas configurações territoriais formam-se a partir de diferentes povos e costumes, inseridos em um território delimitado e regulamentado por uma entidade central.

O povo uigur, concentrado na região noroeste da China, compõe uma das 56 etnias oficialmente reconhecidas por Pequim, sendo muito mais ligado histórica e culturalmente aos povos de origem turco-iraniana, que se localizam na Ásia Central, do que propriamente à cultura chinesa. O *status* de autonomia, conquistado pela região em 1995, não conseguiu refrear os movimentos separatistas que pedem autonomia total da região, desligando-se completamente do Partido Comunista Chinês (PCCh). Um desses movimentos, o Movimento Islâmico do Turquestão Oriental – considerado uma organização terrorista tanto pela China quanto pela ONU – é por Pequim apontado como o principal responsável pelos ataques terroristas que ocorreram no solo chinês nos últimos anos.

Por sua vez, múltiplos atores ocidentais (analistas, universidades, organizações não governamentais de direitos humanos, meios de comunicação e afins) alegam que tais acontecimentos ocorridos na China são frutos de uma política repressiva e de perseguição que o povo uigur vem sofrendo há décadas. A mais recentemente acusação está relacionado aos chamados campos de concentração e/ou detenção para a reeducação de muçulmanos, a maioria dos quais são uigures de Xinjiang. Enquanto as denúncias no Ocidente falam em aprisionamento e genocídio cultural do povo uigur, os chineses alegam que tais locais são centros vocacionais, que visam eliminar as diferenças sociais e evitar o alargamento do terrorismo ou do nacionalismo. É inegável a existência de tais centros, assim como as inconsistências aos verdadeiros fatos sobre esses locais. Isso porque, da mesma forma que diversos relatos de abusos e agressões sofridos por dissidentes desses campos ecoaram pelo Ocidente, os chineses também desenvolveram ao longo dos anos uma ampla rede de informação em múltiplos idiomas, objetivando a difusão internacional de informação (exemplificam isso os veículos Rádio Internacional da China, Xinhua, CGTN). Apesar de não terem um alcance tão grande quantos os veículos tradicionais prestigiados no Ocidente, para além da propaganda chinesa no mundo ocidental, esses instrumentos servem como uma forma de contra-ataque à geopolítica popular empregada pelo eixo estadunidense-europeu. Nesses mesmos canais, por exemplo, diversas reportagens baseadas em dados e números buscam demonstrar que o PCCh não promove uma perseguição em massa contra as minorias muçulmanas<sup>17</sup>.

Entretanto, da mesma forma que alguns governos ocidentais expõem uma problemática interna chinesa, utilizando-se simultaneamente do discurso geopolítico e do poder econômico, através de sanções econômicas às empresas chinesas<sup>18</sup>, como uma forma de resposta à retirada dos direitos humanos da minoria uigur, diversas crises humanitárias recentes demonstram uma política ocidental muito próxima daquela que é atribuída ao governo chinês. Ilustra isso a recente onda migratória ocorrida na América Central e na América do Norte, bem como as diversas denúncias de maus-tratos durante o período de detenção de latino-americanos no EUA, inclusive com a separação entre pais e filhos<sup>19</sup>, além dos recentes protestos contra os abusos policiais a cidadãos negros e o racismo estrutural existente no país.

<sup>17</sup> *Chinese FM debunks rumors about Xinjiang with facts.* Xinhua. Disponível em: [http://www.xinhuanet.com/english/2019-09/25/c\\_138422055.htm](http://www.xinhuanet.com/english/2019-09/25/c_138422055.htm). Acesso em: 27 jul. 2020.

<sup>18</sup> Trump assina lei que prevê sanções à China por abusos contra etnia uigur. UOL Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2020/06/18/trump-assina-lei-que-preve-sancoes-a-china-por-abusos-contr-etnia-uigur.htm>. Acesso em: 27 jul. 2020.

<sup>19</sup> Por que pais e filhos estão sendo separados na fronteira EUA- México. Nexo Jornal. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/06/18/Por-que-pais-e-filhos-estao-sendo-separados-na-fronteira-EUA-Mexico#:~:text=Ou%20seja%2C%20mães%20e%20pais,detenção%20da%20família%20na%20fronteira.&text=>



Não estamos, aqui, tentando relativizar os diversos problemas humanitários e sociais que têm crescido nas últimas décadas. A perseguição a minorias e os problemas migratórios, por exemplo, são problemas que se tornaram ainda mais expressivos durante o período de independência dos países africanos e o fim da Guerra Fria, com a criação de diversos novos Estados. Observando atentamente e pela perspectiva estrutural os elementos que constroem e interagem sobre o território, podemos constatar que todos os membros permanentes do conselho de segurança da ONU<sup>20</sup>, de alguma forma, em algum momento e em diversos graus, violaram os direitos humanos. Entretanto, o que buscamos apontar com os bases empíricos até aqui expostos é justamente a disputa e a construção dos espaços geopolíticos por meio dos discursos. Seja pelo lado chinês ou pelo lado ocidental (liderado pelos EUA), os organismos de política externa são fundamentais para a interação e a construção do poder e da influência na arena política mundial, ambas os lados tendo interesses geoeconômicos entrelaçados.

Após apresentarmos a visão geopolítica ocidental sobre a China, seguiremos para o que consideramos como umas partes fundamentais para a compreensão da perspectiva geopolítica chinesa: as relações de cooperação. Compreendemos que o tópico a seguir do trabalho irá nos ajudar assimilar a concepção das cooperações, sendo estas responsáveis pela modificação e/ou pelo ordenamento dos territórios centro-asiáticos, equivalendo estes territórios também a componentes fundamentais da estratégia geopolítica que os chineses empregam visando a um grau de influência em escala mundial.

### 1.3 O código geopolítico chinês e os seus elementos: breve panorama

Considerando toda a análise do discurso ocidental exposta no tópico anterior, que construiu historicamente em muitas ocasiões uma representação espacial e política ameaçadora sobre a China, neste tópico, introduziremos a discussão acerca do discurso geopolítico chinês e do código por ele influenciado. Antes de explorarmos a formação do discurso geopolítico chinês, precisamos compreender o que significa esse código geopolítico, que já situamos repetidas vezes como parte fundamental da questão central desta pesquisa.

Nas páginas seguintes, abordaremos as origens, o conceito e o modo como podemos mobilizar a noção de *código geopolítico*, assim como os elementos que o compõem, para que, ao final deste primeiro capítulo, possamos compreender o delineamento das cooperações sino-centro-asiáticas, não desconsiderando os fundamentos teóricos básicos sobre cooperação expostos no início do presente trabalho.

O geógrafo Claude Raffestin, em seu livro *Por uma Geografia do Poder*, defende que a geografia política do século XX foi gerada com base em uma visão estadocêntrica, levando em conta apenas um poder unidimensional, sendo apenas o Estado-Nação importante nas análises desse período realizadas no campo político da ciência geográfica. A essas análises, o autor atribui o nome de “geografia do Estado”. Raffestin (1993, p. 22) afirma que “a geografia do Estado foi construída a partir de uma linguagem, de um sistema de sinais, de um código que procede do Estado. Quais são esses sinais?”.

Ainda na mesma obra, o autor entende existirem dois tipos de códigos sobre o território: o código semântico e o código sintático. O código semântico tem “um caráter estático que não deve ser negligenciado, mas que dissimula a estratégia ou as estratégias que conduziram a esse resultado” (RAFFESTIN, 1993, p.23). O código sintático, por seu turno, “é constituído por uma série de articulações, tais como a dimensão, a forma e a posição, para considerar apenas estas, por enquanto” (RAFFESTIN, 1993, p.23). Em outras palavras, isso significa dizer que os

---

[As%20crianças%20e%20adolescentes%20permanecem.sem%20contato%20com%20seus%20responsáveis.](#)  
Acesso em: 27 jul. 2020.

<sup>20</sup> Os cinco membros permanentes do conselho são os seguintes: China, EUA, França, Reino Unido e Rússia.



códigos semântico e sintático correspondem às ações que buscam dar algum significado para à utilização do território. Entretanto, o que representa, de fato, a concepção de um código?

A ideia de um código, segundo o filósofo italiano Umberto Eco, no livro *A estrutura ausente*, lançado em 1968, pode ser interpretada como “uma estrutura elaborada sob forma de modelo e postulada como regra subjacente a uma série de mensagens concretas e individuais que a ela se adequam e só em relação a ela se tornam comunicativas” (ECO, 2013, p.39-40).

Ou seja, na visão de Eco, o código é uma estrutura subjacente a um conjunto de elementos que só a ele corresponderão. O código, portanto, é algo muito específico e que inevitavelmente varia conforme o seu objetivo ou a sua disposição. Cada código tem sua representação e seu modo de agir, assim como suas necessidades. Por isso, concordamos com o geógrafo Rodrigo Pina de Souza, o qual, em sua admirável dissertação de mestrado, pontua o seguinte:

A ideia geral de que os códigos são social e historicamente determinados, nos leva a afirmar que alguns deles, além de serem produzidos em determinados contextos históricos, possuem feições territoriais evidentes por solicitarem o território para seu sustento básico, como no caso do código geopolítico. (TAYLOR e FLINT, 2002). (SOUZA, 2007, p.102)

A ideia de um código geopolítico manifesta-se, primeiramente, através do “código operacional”, ideia por sua vez atribuída ao sociólogo e cientista político estadunidense (de origem russa) Nathan Leites (DIJKINK,1998). Tal ideia do “código operacional” é desenvolvida nos estudos de Leites sobre o bolchevismo e as crenças comumente presentes nas tomadas de decisão dos líderes soviéticos (DIJKINK, 1998). Essa ideia “busca avaliar o impacto de diferenças pessoais sobre decisões e resultados políticos” (SILVA; PEREZ, 2013, p.62).

Os estudos de Leites são aprofundados por Alexander George (1969), o qual intenta expandir as ideias de Leites para além do âmbito bolchevique e aplicá-las no campo das relações internacionais. Em sua interpretação, o conceito de código operacional deveria ser utilizado para se entenderem as tomadas de decisão com base em juízos e valores do indivíduo, assim como do local em que ele está inserido.

Para George, o tomador de decisão possui um conjunto de princípios e valores relativos à vida política que adquire e aplica no processamento de informações, com o objetivo de exercer julgamento e fazer suas escolhas ao longo do processo decisório (George, 1979). Assim, é preciso avaliar não apenas o ambiente em que o ator político se encontra (e as instituições ali existentes), mas também o conjunto de elementos que compõe as motivações, valores e preferências individuais do tomador de decisão. (SILVA; PEREZ, 2013, p.62).

O código operacional pode ser considerado como um pontapé do código geopolítico, tendo este segundo termo sido apresentado, pela primeira vez, por John Lewis Gaddis (DIJKINK,1998), em seu livro *Strategies of Containment: A Critical Appraisal of Postwar American National Security Policy during the Cold War*, publicado em 1982.

No prefácio dessa obra, em que Gaddis estuda as mudanças de postura dos Estados Unidos da América em sua política externa desde a Segunda Guerra Mundial, o autor assume que sua abordagem foi influenciada pelas ideias de George, apresentado, ainda nesse prefácio, o termo *código geopolítico*:

Partindo deste argumento, eu sugeriria que existem para as administrações presidenciais certos códigos "estratégicos" ou "geopolíticos", suposições sobre os interesses americanos no mundo, potenciais ameaças a eles e respostas viáveis, que

tendem a ser formados antes ou logo após uma administração tomar posse, e salvo circunstâncias muito incomuns tendem a não mudar muito depois disso. (GADDIS, 1982, p.xi).

Ou seja, a gênese das ideias que levariam até a formulação do termo *código geopolítico* ocorreu nos anos 1950, sendo desenvolvida até se configurar na ideia de Gaddis, que entende o código geopolítico como uma série de estimativas programas visando a tomada de decisões conforme os interesses no âmbito da política externa.

Corroborando nossa afirmativa, Souza (2007) esclarece que “os códigos geopolíticos podem ser caracterizados como um conjunto de supostos estratégicos elaborados por um Estado sobre outros Estados, com o objetivo de orientar sua política externa” (SOUZA, 2007, p.102). Por sua vez, Taylor e Flint (2018) sustentam que os códigos geopolíticos consistem em

[...] códigos operacionais que consistem num conjunto de pressupostos de geografia política subjacentes ao desenvolvimento das relações de um país com outros países. Esse código terá de incorporar uma definição dos interesses de um Estado, uma identificação das ameaças externas a esses interesses, uma resposta planejada a tais ameaças e uma justificação para essa resposta. Haverá tantos códigos geopolíticos quanto Estados. (TAYLOR E FLINT, 2018, p.51, tradução nossa).

O que Taylor e Flint (2018) nos apontam é a profusão dos códigos geopolíticos, uma vez que estes são desenvolvidos e postos em ação em vários cenários de atuação. Cada prática realizada por um Estado em face da política de outro Estado significa um código geopolítico em atuação. Em resumo: um Estado pode ter múltiplos códigos geopolíticos simultaneamente.

Os autores ainda afirmam que os códigos operam em três níveis, sendo eles: **local**, **regional** e **global** (TAYLOR E FLINT, 2018, p.52). As três distintas camadas dos códigos geopolíticos poderiam ser classificadas da seguinte forma:

**Tabela 3** – Códigos geopolíticos e seus objetivos.

<b>Local</b>	<b>Regional</b>	<b>Global</b>
O código local envolve a avaliação dos Estados vizinhos. Os governos de todos os países, por menores que sejam, devem ter esse código.	São necessários para a projeção de poder para além dos seus vizinhos imediatos. Todas as potências regionais precisam desse código.	Código utilizado por países que têm uma esfera de influência geopolítica em escala mundial.

**Fonte:** Taylor e Flint (2018, p.52).

Em síntese, os autores supracitados entendem que todos os países apresentam o código local, muitos o código regional e poucos o código global (TAYLOR; FLINT, 2018, p.52). Em suma, o código geopolítico é um modo de agir dos Estados, o qual não apenas se observa nas mudanças espaciais, mas também nas relações entre os atores da esfera geopolítica mundial, uma vez que todos eles estarão inseridos pelo menos na esfera local.

Sendo, então, um modo de influência a partir das tomadas de ação com o outro, os códigos geopolíticos podem se manifestar através de acordo comercial, aliança militar, ajuda em situações de catástrofe, relação de cooperação internacional e afins. Eles traduzem uma tomada de decisão a partir da leitura estratégica dos Estados perante o cenário geopolítico mundial.

A orientação por trás dessas tomadas de decisão parte de cinco questões básicas que os Estados deveriam se fazer<sup>21</sup>. Tais indagações seriam: a) **Quais são meus aliados?** b) **Quais são**

<sup>21</sup> Ver “Geopolítica na Geografia Brasileira nos últimos cinquenta anos” (KAROL, 2013). Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericana.org.mx/egal13/Geografiasocioeconomica/Geografiapolitica/03.pdf> -

**os meus inimigos atuais e os meus potenciais inimigos? c) Como manter meus atuais aliados e conquistar outros futuramente? d) Como combater as atuais e futuras ameaças? e) Como justificamos os quatro cálculos acima para o nosso público e a comunidade global?**

Devemos, também, atentar para a possibilidade de coexistência de dois níveis distintos de código (SOUZA, 2007). Um exemplo disso pode ser visto nos conflitos fronteiriços entre os Estados centro-asiáticos do Quirguistão e Tadjiquistão, devido a questões de uso da terra para produção agrícola (KURMANALIEVA, 2019), que produz uma hostilidade no código local. Entretanto, ambos os países compartilham o mesmo código regional na esfera da Organização do Tratado de Segurança Coletiva (CSTO).

Apesar de Souza (2007), Taylor e Flint (2018) e Gaddis (1982) investigarem o código geopolítico tendo como cerne de suas análises os efeitos da política externa estadunidense, é perfeitamente possível pensar esse conceito no âmbito das relações entre China e Ásia Central. Não estariam as cooperações entre tais espaços inseridas no bojo de diferentes escalas de ações (ou códigos geopolíticos) que permeiam as múltiplas esferas da estratégia geopolítica chinesa? Isso nos parece muito notório, sendo, por isso, necessário realizarmos, nas próximas partes do trabalho, especialmente nos dois últimos capítulos, o exercício de interpretar de forma apurada o código geopolítico chinês.

### **1.3.1 O desenvolvimento do discurso e do código geopolítico chinês: componentes para a construção estrutural das relações de cooperação**

Após discorremos, no tópico anterior, sobre a ideia de *código geopolítico*, no início deste subtópico, abordaremos o discurso geopolítico chinês que exerce uma interferência sobre como se exterioriza o código geopolítico chinês, do qual trataremos nas páginas finais desta seção (1.3.1).

Para melhor assimilar alguns pontos centrais do discurso geopolítico chinês (e, conseqüentemente, suas partes importantes para vislumbrar o código geopolítico chinês), é também preciso entender a diplomacia chinesa. Desde a década de 1950, tal diplomacia busca um diálogo amplo com todos os países, utilizando como princípio as “cinco regras de coexistência pacífica: respeito mútuo à soberania e integridade territorial, não agressão, não ingerência nos assuntos internos de um país por parte do outro, igualdade e benefício recíprocos e coexistência pacífica” (POMAR, 2003, p.154-155).

Essa preocupação em manter a integridade territorial e a da política interna ocorre após o período que os chineses historicamente chamam de “O século de humilhação”, onde: *i*) A China teve, durante a dinastia Manchu, o seu território partilhado pelas potências industriais do século XIX (especialmente para a extração de recursos); *ii*) e, anos mais tarde, com a chegada do PCCh ao poder, a consolidação do Maoísmo e a instauração da República Popular Chinesa, em 1949, não obteve o reconhecimento dos países ocidentais, alinhados aos EUA, Estado com o qual os comunistas chineses tiveram, durante o século XX, uma série de imbróglis (como a atuação divergente de ambos nas Guerras da Coreia e do Vietnã, bem como a política das duas Chinas<sup>22</sup> adotada pelos EUA, por exemplo). Nesse sentido, os EUA se utilizaram da postura

---

Acesso em: 27 fev. 2020. *Geopolitical Codes*. Disponível em: <https://www.e-education.psu.edu/geog128/node/644>. Acesso em: 27 fev. 2020.

<sup>22</sup> A chamada “política das duas Chinas” se refere aos países que se opõem e/ou opuseram a ideia de “um país, dois sistemas”, proposta por Pequim e que tem por objetivo a reunificação de territórios chineses (como foi realizado com Hong Kong e Macau). Tal política foi tentada com Taiwan, que recusou a oferta do PCCh e, atualmente, segue reivindicado o seu reconhecimento internacional enquanto um território independente da China continental. Os países que adotam e/ou adotaram, no passado, a “política das duas chinas”, na prática, reconheceram o estatuto político de Taiwan enquanto um Estado independente. Todavia, a maioria dos países

antichina (que, na esfera da opinião pública, fez-se no discurso do “perigo amarelo”, citado em páginas anteriores), segundo Calvocoressi (2012, p.133), “porque a China tinha se tornado um manancial de uma nova onda de comunismo”. Por considerarem os comunistas chineses (vitoriosos na Segunda Guerra Civil Chinesa) como principais propagadores do comunismo no Leste e no Sudeste Asiático, os EUA e aliados apoiaram os nacionalistas (refugiados em Taiwan, ligados à antiga elite chinesa e aos interesses externos), liderados por Chiang Kai-shek, considerando-os porta voz de toda a China.

Ou seja, em 111 anos (da primeira Guerra do Ópio à Guerra da Coreia), de um país fragmentado por ocidentais (Rússia, Alemanha, Inglaterra, Japão e outros), a China passou a ser compreendida como um ator de forte influência no continente asiático<sup>23</sup>, de modo deveria ser contida. Uma forma de talvez enfraquecer a força comunista chinesa, na perspectiva do bloco capitalista, seria debilitando ou reforçando a desintegração de sua unidade nacional-territorial.

Deve-se ressaltar, também, que os entraves na relação entre a China e a URSS, durante a Guerra Fria, marcaram a construção da diplomacia chinesa. As divergências sobre a suposta neutralidade de Moscou em relação à questão territorial envolvendo Taiwan, as estratégias que deveriam adotar para a expansão da influência comunista nos países da África e da América Latina, bem como as discórdias sobre a política externa adotada pelos soviéticos durante a administração de Nikita Khrushchev (pautada na chamada “Tese da Coexistência”) levaram, paulatinamente, à retirada do apoio soviético à economia chinesa, estabelecida após a chegada do PCCh ao poder. Esse afastamento enfraqueceu não somente as relações entre as duas maiores nações comunistas, mas também os próprios mecanismos de progressão econômica chinesa, como o Grande Salto Adiante<sup>24</sup> (CALVOCORESSI, 2012).

Além disso, o choque nas relações URSS-China igualmente alterou a orientação política chinesa. Foi a partir desses acontecimentos que Mao Tsé-Tung, segundo Santana (2009, p. 117), “começou a refletir sobre os caminhos que a revolução na China estaria seguindo graças à crescente burocratização do Partido Comunista Chinês”. Esse processo de reflexão de Mao Tsé-Tung deu abertura para a ação que ficou conhecida como a “Revolução Cultural Proletária” ou “Revolução Cultural”. Tal movimento “pode ser empreendida como um choque entre as concepções das duas elites partidárias<sup>25</sup> em relação aos destinos da nação chinesa” (SANTANA, 2009, p.118).

A ideia principal, que era extinguir possíveis “ideias burguesas” que estivessem impregnadas no seio cultural e científica do país, “tornaram-se complexas na medida em que

---

reconhecem a República Popular da China como representante legítima de toda a China (incluindo Taiwan), entretanto mantém relações comerciais informais com a ilha.

<sup>23</sup> É importante ressaltar que, na cultura chinesa, a China jamais deixou de ser um país de grande relevância regional e, até mesmo, mundial. A esse propósito, Wladimir Pomar (2003) aponta que, do século VIII ao século III a.C., a China desenvolveu a sua base cultural filosófica e os conhecimentos técnicos. Nesse mesmo período, no Ocidente, ocorria “[...] florescimento da cultura grega. E, da mesma forma que esta teve grande influência no mundo ocidental, a cultura chinesa desse período estenderia suas teorias e preceitos a todo o desenvolvimento posterior da China e do Oriente” (p.23). O autor acrescenta que “Lao Zi, Confúcio, Mo Zi, Sun Zi e vários outros pensadores desse período preocupavam-se em elaborar uma visão própria do mundo e da sociedade” (POMAR, 2003, p.23). Ao mesmo tempo em que as culturas ocidentais desenvolviam suas técnicas e seus conhecimentos, os chineses, por intermédio das diferentes filosofias propagadas por tais pensadores, também elaboravam técnicas e conhecimentos próprios sobre os mais variados temas e campos científicos.

<sup>24</sup> O Grande Salto Adiante foi uma tentativa de promover o crescimento e a igualdade na China. Para tanto, dever-se-ia “mobilizar a força de trabalho, liberar as mulheres para trabalhos industriais, estabelecer indústrias locais como um acessório para unidades de produção maiores e apresentar os processos industriais às pessoas das zonas rurais” (CALVOCORESSI, 2012, p.144).

<sup>25</sup> Conforme Santana (2009), tais elites partidárias que disputavam as tomadas de decisões na RPC poderiam ser classificadas como, de um lado, uma elite militante, oriunda das comunas e da longa marcha contra o Japão, e, de outro lado, uma elite funcional, mais ligada à burguesia e aos intelectuais.

estudantes e trabalhadores elevaram ao extremo as formulações maoístas sobre a necessidade de se levar adiante uma transformação eficaz no processo de produção capitalista” (SANTANA, 2009, p.128). Tal processo, que isolou ainda mais a China do resto do mundo, perdurou até a morte de Mao Tsé-Tung e, como veremos adiante, foi considerado pelos próprios chineses como um fator que contribuiu significativamente para o atraso no desenvolvimento do país.

Todavia, se a relação sino-russa sofreu com uma ruptura, a mudança na postura dos EUA para com os chineses, durante o governo Nixon (que culminou em uma visita do presidente estadunidense a Mao Tsé-Tung em 1972), bem como a sua reorganização militar (desenvolvimento de armamento nuclear), promoveu uma transformação da política externa de Pequim. Por meio da sua reorganização diplomática, que propiciou o fortalecimento da China continental como líder regional diante do mundo, em outubro de 1970, através da resolução 2758 adotada na 26ª sessão da Assembleia Geral da ONU, os comunistas substituíram os nacionalistas na ONU e passaram a ocupar o cargo permanente no conselho de segurança do organismo.

Após a morte de Mao Tsé-Tung e o fim da Revolução Cultural, em 1976, assim como após a breve liderança política de Hua Guofeng, Deng Xiapiong chega ao poder, estabelecendo diretrizes para a modernização e a abertura econômica da China, com vistas a recuperar o país do “atraso” que havia sofrido durante os anos em que esteve recluso. De acordo com Li e Worm (2011), entre o final dos anos 1970 e o começo dos anos 1980, o processo de remodelação político e econômico chinês permitiu que o país passasse a integrar os organismos internacionais e compusesse o sistema global econômico.

Essa integração, ocorrida paulatinamente (ao longo de décadas), também despertou nos dirigentes chineses o interesse na construção de uma política que permitisse o desenvolvimento do país no âmbito tanto interno quanto externo. Partindo-se dessa perspectiva, durante o período de liderança política de Hu Jintao, passa-se a arquitetar a ideia de uma “ascensão pacífica” da China. Tal ascensão é marcada pelo propósito filosófico da política externa chinesa em desenvolver um espaço, ou melhor dizendo, uma comunidade com futuro compartilhado (operacional), de caráter global, onde todos os atores no interior dessa comunidade pudessem realizar suas tomadas de decisão de forma conjunta, não necessariamente seguindo uma resolução estabelecida por um grupo de países e/ou blocos hegemônicos (MING, 2020).

A ideia dessa comunidade com princípios cooperativos – e que, de fato, é o discurso influenciador do código geopolítico chinês – é baseada na construção de um multilateralismo introjetado em um ambiente estável e favorável ao desenvolvimento do país no âmbito tanto interno quanto externo. Essa ideia de cooperação como Mawdsley (2015) nos aponta, é muito utilizado por países que hoje lideram um bloco diplomático alternativo, em relação aos países do Norte mundial. Observamos isso principalmente nas relações da China e Rússia com países do Sudeste Asiático, América Latina e a parte Meridional da África.

A criação desse discurso espacial global com tomadas de decisão de forma conjunta e compartilhada, como propõe a China, também pode ser compreendida como uma resposta da escola internacionalista chinesa, que considera as teorias internacionalistas ocidentais etnocêntricas. Tal discurso da comunidade com futuro compartilhado pode ser entendido como uma das várias possibilidades para a construção de uma ordem mundial chinesa compassiva (WOON, 2017).

Portanto, não é incomum que, atualmente, alguns analistas da política internacional acreditem que essa estratégia geopolítica mundial chinesa esteja cada vez mais pautada na sua história secular, com um objetivo de ultrapassar o modelo westfaliano. Todavia, o que ganha um destaque especial é o conceito do *The Tianxia System*. Na própria política interna chinesa, tal sistema tem sido alvo de alguns estudos e apontado como um norte para a formulação da política externa chinesa moderna. A ideia da Tianxia pode ser compreendida como “um sistema

de relações hierárquicas sinocêntrico entre incomuns, governado conforme os princípios de benevolência confucionista” (DREYER, 2015, p.1, tradução nossa).

Tal sistema sinocêntrico reconheceria a realidade desigual entre os Estados do Mundo, e a ordem seria mantida através de um Estado hegemônico e administrado para o benefício de todos (DREYER, 2015). Apesar de autores chineses, como Zaho Tingyang, reconhecerem que o conceito é datado e que não se aplicaria aos tempos modernos, não é ilusório acreditar que ele exerça alguma influência sobre os pensadores da escola internacionalista chinesa, os quais buscam formular teorias alternativas àquelas de pensadores ocidentais e que praticamente dominam a visão e a construção de discursos geopolíticos de diversos espaços pelo mundo.

Entretanto, segundo Pomar (2003), esses fundamentos diplomáticos, de tomada de decisão e de ascensão política pacífica, foram os elementos que respaldaram a construção da política externa chinesa, logrando o sucesso em resoluções de questões fronteiriças com os países da Ásia Central ao final da Guerra Fria, nas negociações com o Reino Unido por Hong Kong, na construção de diversos acordos com outros países asiáticos e no desenvolvimento de acordos voltados para o livre comércio.

Portanto, o discurso geopolítico chinês – marcado por uma evolução paciente, de respeito à soberania territorial e nacional de outros atores estatais, e principalmente, onde todos os países possam colaborar nas tomadas decisões do espaço mundial –, caracteriza o código geopolítico chinês por meio da cooperação. Quando observada a partir da sua dimensão internacional e intergovernamental, explicitada no primeiro tópico deste capítulo (“Dimensão geográfica da cooperação”), é notório que a cooperação é uma das (várias) faces do código geopolítico chinês, no qual podemos constatar-la mais explicitamente através das políticas de cooperação *win-win*, ou seja, uma troca em que ambos os lados ganham. No caso da relação sino-centro-asiática, podemos considerar dois grandes vetores de cooperação que demonstram este discurso, ou melhor dizendo, as faces e as fases do atual código geopolítico chinês no espaço centro-asiático, sendo eles: a Organização para Cooperação de Xangai (OCX), mais voltada para a área de segurança, e a *Belt and Road Initiative* (BRI), atuante na construção de redes de circulação de bens. Abordaremos tais faces e fases de forma ampla no segundo capítulo do presente trabalho. Isso posto, acreditamos que a estratégia geopolítica chinesa pode ser sistematizada da seguinte maneira:

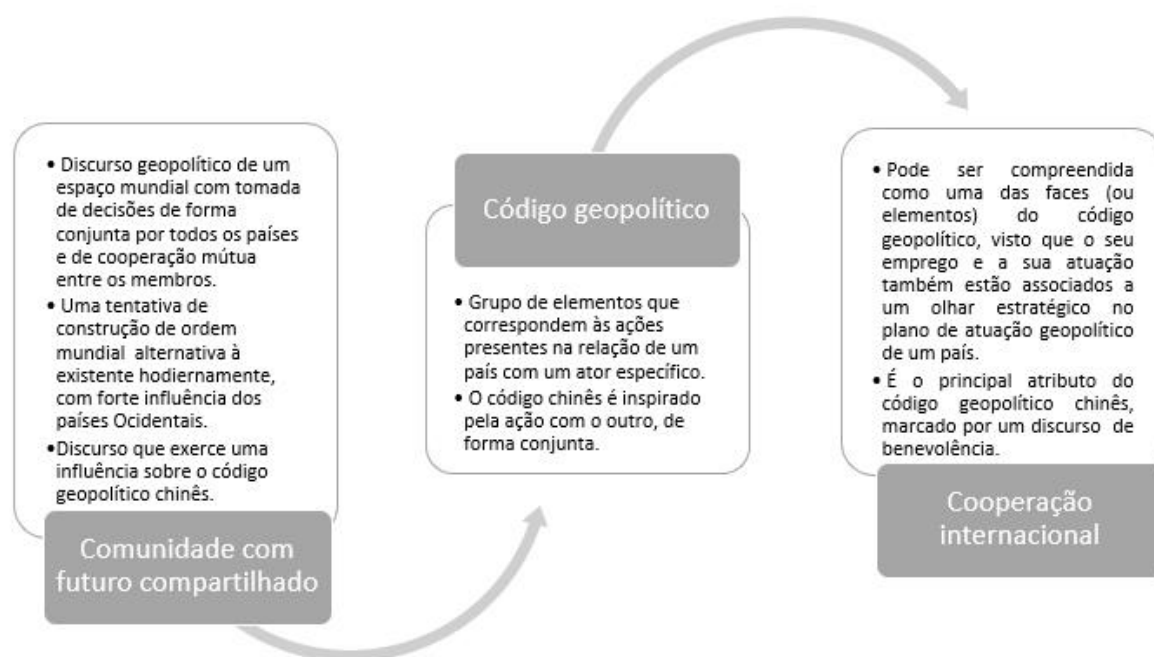
**Figura 1** – Esquema de organização geopolítica chinesa.

**Fonte:** Elaboração do autor.

Após esse panorama sobre o campo diplomático chinês, é possível perceber que a evidenciação de tal tríade reforça a nossa ideia de que as relações de cooperação e a sua dimensão geográfica como código geopolítico, ou seja, como uma relação que concentra e emana poder, através de suas ações, é capaz de influenciar a configuração do ordenamento territorial em uma dialética multiescalar. Desse modo, acreditamos ser necessária a identificação dos elementos que configuram os interesses por trás do código geopolítico chinês. Os elementos que veremos a seguir, atuam sobre o código geopolítico que Pequim mantém com seus parceiros, e geralmente são oriundos das próprias questões e demandas internas do país. Vejamos, no subtópico seguinte, alguns quadros explanatórios sobre esses elementos.

### 1.3.2 O quadro econômico, industrial e financeiro

O crescimento da República Popular da China, nos últimos anos, chama a atenção do mundo para as suas políticas econômicas, industriais, tecnológicas e sociais. Após passar de um país com problemas estruturais na década de 1950 à segunda maior economia do mundo no



século XXI, a China tem participado cada vez mais ativamente das decisões econômicas e políticas do mundo, através de seu modelo de desenvolvimento econômico proposto como um socialismo de mercado (MAHTANEY, 2007).

Os primeiros passos dessa ideia de *socialismo de mercado* surgiram na terceira sessão plenária do décimo primeiro congresso nacional do Partido Comunista Chinês (PCC), em dezembro de 1978. As concepções econômicas propostas a partir desse congresso foram responsáveis pela reformulação do setor econômico chinês no século passado. Por trás dessas concepções, estão três grandes e importantes figuras dentro do PCC: Deng Xiaoping, Chen Yun e Zhao Ziyang (OSNOS, 2015). Apesar de distintos perfis e caminhos percorridos na construção de suas carreiras políticas, esses três foram os mentores responsáveis pelo planejamento da economia chinesa a partir da década de 1980 e, também, iniciaram o processo

de transição de um comunismo centralizado para um socialismo de mercado. Essa transição posteriormente marcaria a reforma econômica que o país começou a desenvolver a partir da referida década (MAHTANEY, 2007).

A chamada modernização econômica da China, segundo Bachman (1986, p. 297), era comparada por Chen Yun a uma relação entre a gaiola e o pássaro: “se a gaiola fosse muito apertada, o pássaro sufocaria. Se não houvesse gaiola, o pássaro iria voar para longe”. Além dos múltiplos debates (que estudavam e refletiam sobre as diferentes áreas da economia chinesa e a velocidade em que ela deveria se modernizar, por exemplo) e visões entre os líderes, essa nova política considerou a abertura econômica da China aos outros países, por meio do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) com a atração de empresas transnacionais que passariam a atuar Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), criadas na década de 1980 (PAULINO, SPERANCETE, 2019).

A “política de portas abertas”, como afirma He (1997), foi instituída após muitos debates entre os membros do PCCh. O formato desse processo de reforma econômica designava uma série de regras:

[...] o Governo proíbe que as empresas de capital estrangeiro compitam com as empresas de propriedade estatal. Elas são estimuladas a exportar, e a venda de seus produtos no mercado interno somente é permitida nos casos em que os produtores locais estão impossibilitados de fornecer esses produtos. As fusões entre uma joint-venture e uma empresa estatal devem ser autorizadas pelo Estado. As empresas de capital estrangeiro têm o direito de vender seus produtos no Exterior e de determinar seus preços. Quanto às suas vendas no mercado interno, devem se submeter às mesmas restrições que afetam as empresas de propriedade do Estado, isto é, devem vender seus produtos aos distribuidores comerciais designados pelo Estado, os quais se encarregam de vendê-los aos consumidores. Entretanto as restrições mudam constantemente. Mais recentemente, as autoridades locais têm tido maior autonomia para elaborar suas próprias políticas em relação aos investidores estrangeiros. (HE, 1997, p.1997).

A concepção desse formato econômico e os dezessete anos durante os quais durou o processo de reforma da economia nacional fizeram com que a China tivesse um crescimento do seu PIB de aproximadamente 7% ao ano, mesmo durante e após a crise financeira asiática de 1997 (HART-LANDSBERG, BURKETT, 2005). Seus esforços no regimento de abertura econômica, que desenvolveram as ZEEs<sup>26</sup>, permitiram a liberalização do comércio exterior, o desenvolvimento tecnológico, a produção industrial em larga escala e a entrada de investimentos estrangeiros no país (HE, 1997; NONNEBERG, 2010).

A título de ilustração, segundo o *Ministry of Commerce People's Republic of China* (MOFCOM), nos primeiros cinco meses de 2021, cerca de 18,497 empresas com investimentos estrangeiros foram estabelecidas na China, um aumento de 48,6% em relação ao mesmo período em 2020 e de 12,4% em relação ao mesmo período em 2019<sup>27</sup>. Ainda conforme dados do MOFCOM, em 2019 os investimentos estrangeiros aceitos no país alcançaram o valor de US\$

<sup>26</sup> “De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, os países costeiros têm direito a declarar uma zona econômica exclusiva (ZEE) de espaço marítimo para além das suas águas territoriais, na qual podem utilizar recursos tanto vivos como não-vivos. O país também tem responsabilidade na gestão ambiental da zona. A ZEE é delimitada, em princípio, por uma linha situada a 200 milhas marítimas da costa e separa as águas nacionais das águas internacionais”. Tensões no Mar do Sul da China. RIPE (2017). Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ripe/wp-content/uploads/2017/05/Mar-do-Sul-da-China.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.

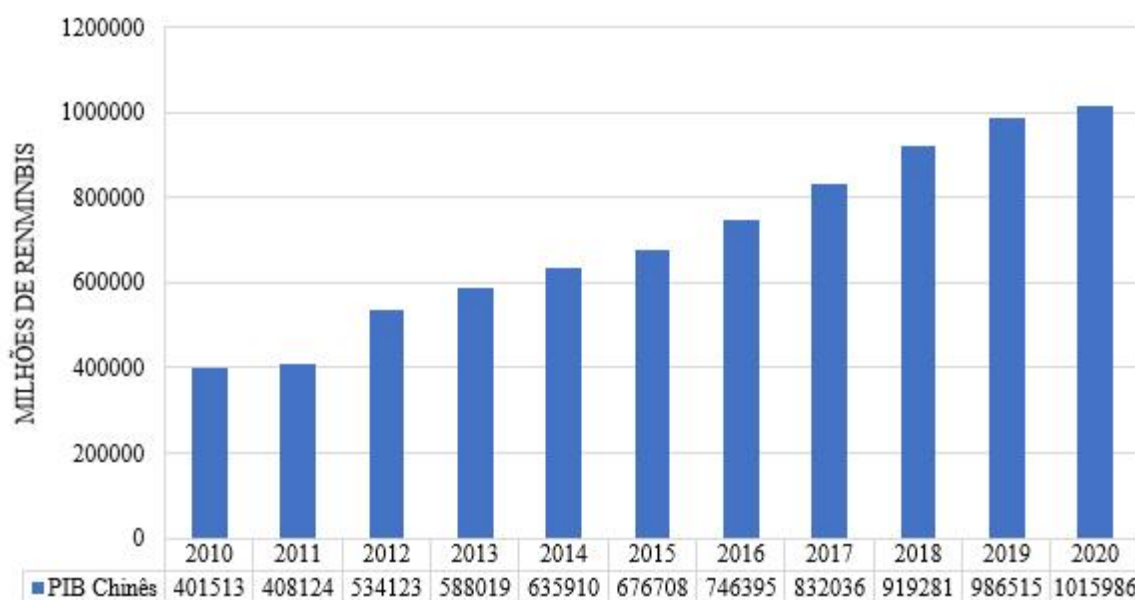
<sup>27</sup> FDI to China registered RMB481 billion in the first five months, up by 35.4%. Ministry of Commerce. People's Republic of China. Disponível em: <http://english.mofcom.gov.cn/article/newsrelease/policyreleasing/202106/20210603111137.shtml>. Acesso em: 02 jul. 2021.



124,3 bilhões<sup>28</sup>, enquanto em 2020 esse número deu um salto ainda maior: US\$ 144,37 bilhões (equivalente a ¥ 999,98 bilhões), representando um aumento de 4,5% em relação ao ano anterior. Nos primeiros quatro meses de 2021, esse número estava na casa dos US\$ 59 bilhões.

Essas medidas permitiram que, nos últimos trinta anos, a economia chinesa continuasse a crescer de modo vertiginoso. O Produto Interno Bruto (PIB) do país mais que dobrou nos últimos dez anos, saindo de US\$ 6 bilhões em 2010 para US\$ 15 trilhões (¥101,6 trilhões) em 2020, de acordo com o *National Bureau of Statistics of China*<sup>29</sup> (gráfico 1). A taxa de crescimento do PIB chinês tem tido um ritmo lento, porém estável, tendo uma variação entre 6 e 7% ao ano. Todavia, em 2020, o crescimento foi apenas de 2,3% em relação ao ano anterior (2019), também segundo o *National Bureau of Statistics of China* (gráfico 2). Obviamente, esse crescimento encolhido (se comparado ao dos anos anteriores) tem relação com a pandemia de Covid-19, doença causada pelo Novo Coronavírus e que teve seus primeiros casos registrados justamente na China, em novembro de 2019. Tal pandemia impactou severamente as relações comerciais mundiais durante todo o ano de 2020 e parte de 2021.

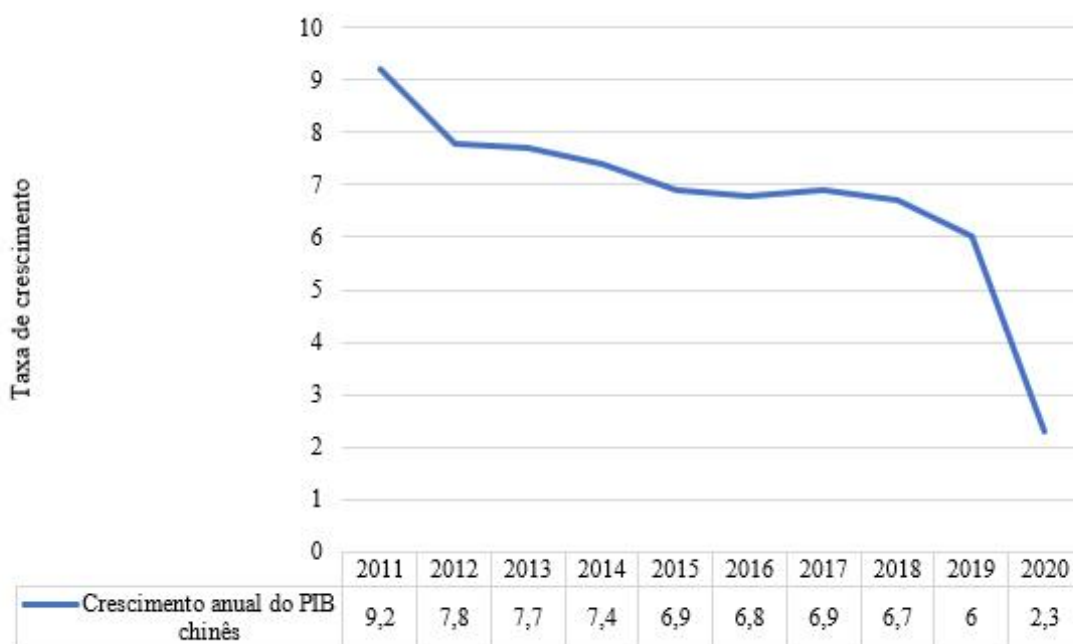
**Gráfico 1** – Produto Interno Bruto da China (2010-2020).



**Fonte:** *Statistical Communiqué of the People's Republic of China.*

<sup>28</sup> *The Monthly FDI Absorption. Ministry of Commerce. People's Republic of China.* Disponível em: <http://english.mofcom.gov.cn/statistic/charts.shtml>. Acesso em: 02 mar. 2020.

<sup>29</sup> *Statistical communiqué of the People's Republic of China on the 2020 National Economic and Social Development. National Bureau of Statistics of China.* Disponível em: [http://www.stats.gov.cn/english/PressRelease/202102/t20210228\\_1814177.html](http://www.stats.gov.cn/english/PressRelease/202102/t20210228_1814177.html). Acesso em: 02 jul. 2021.

**Gráfico 2** – Crescimento anual do PIB chinês (2011-2019).

**Fonte:** *Statistical Communiqué of the People's Republic of China.*

Os planos quinquenais, produzidos desde 1953, também devem ser ressaltados. Através dos planos, elaborados pelo *National Development Reform Council* (NDRC), o país estabelece e traça metas para a economia (e, também, para outros setores) durante um período de cinco anos. Nesses 67 anos de existência, já foram concebidos 14 planos. Em nossa pesquisa, os planos que mais nos interessam são o décimo segundo e o décimo terceiro, que serão investigados de modo mais profundo no terceiro capítulo desta dissertação.

O que pretendemos abordar sobre os planos, neste quadro (1.3.2), é o foco no desenvolvimento industrial que está presente neles desde a definição do primeiro plano, que durou de 1953 até 1957. O PCCh apontou para o desenvolvimento industrial como um dos focos de suas políticas econômicas. Ao longo das décadas, outros pontos tornaram-se o cerne dos planos (questões de defesa, agricultura, desenvolvimento energético), entretanto sem postergar o avanço da base industrial do país<sup>30</sup>. Como resultado, a produção industrial chinesa tornou-se a maior do mundo (RILEY, 2013).

O papel da indústria na economia chinesa foi fundamental para que o país pudesse se inserir no cenário econômico internacional dos últimos anos (MASIERO; COELHO, 2014). A dinâmica que se desenhou nos planos quinquenais fez com que a industrialização na China tivesse um protagonismo imprescindível no aporte ao desenvolvimento econômico, algo que não ocorreu no Brasil, por exemplo, país que começou o seu processo de industrialização anteriormente à China, na década de 1930.

Tamanha é a importância da categoria para o desenvolvimento econômico chinês que, em 2019, o setor primário da indústria (extração de recursos) chinesa contribuiu com cerca de 7,1% ao PIB, enquanto o secundário (transformação dos recursos em produtos acabados), 39%,

<sup>30</sup> *Changes in China's Five-Year Plans' Economic Focus.* Zhang Rui. Disponível em: <http://www.china.org.cn/english/2005/Nov/148163.htm>. Acesso em: 02 mar. 2020.

e o terciário (serviços públicos), 53,9%<sup>31</sup>. Em 2018, segundo o Banco Mundial, a participação da indústria no PIB chinês foi cerca de 40%<sup>32</sup>, enquanto a média mundial correspondeu a 25%<sup>33</sup>.

A escala de produtividade da indústria chinesa pode ser exibida através da produção de cimento, por exemplo. A produção de cimento no país asiático, em 2019, foi de 199,35 milhões de toneladas<sup>34</sup>, enquanto no Brasil foi de 32 milhões<sup>35</sup>. Outro exemplo é o do setor energético. Também em 2019, o país gerou 654,9 bilhões de kilowatt-hora<sup>36</sup>, consolidando como uma potência também energética. Claro que essa abundância produtiva da China é igualmente amparada por dois fatores – o primeiro: grande população, sendo o país mais populoso do mundo, o que lhe permite ter uma significativa mão de obra; o segundo: a sua extensão geográfica (9.6 milhões km<sup>2</sup>)<sup>37</sup>, que a coloca como o 4º maior país em extensão territorial.

Entretanto, esse feroz crescimento econômico (e industrial) chinês requer a utilização abundante de energia, o que tem se tornado cada vez mais um foco de preocupação de Pequim. Apesar da grande produção energética do país, os números não são suficientes para manter a economia (produção agrícola e industrial) girando conforme a força que ela precisa, o faz com que a China crie uma dependência energética em relação a outros Estados e gera um alerta nas estratégias de segurança energética nacional (KAHN, 2010, p. 108).

Essa dependência é vista muito evidentemente, por exemplo, em relação aos países centro-asiáticos, sendo o espaço da Ásia Central um ponto-chave na segurança energética chinesa (JAMALI, 2018), tendo a China se tornado o maior parceiro comercial (ou um dos principais) dos países da região, financiando gasodutos para o escoamento de gás natural e sendo o seu principal comprador. Sobre isso, trataremos adiante; contudo, já demonstramos, aqui, uma dimensão básica da importância dos países centro-asiáticos para a China.

Desse modo, neste quadro (1.3.2), podemos notar que a prosperidade chinesa está atrelada à conexão de suas ações internas com parceiros externos. Por meio dessa fusão, o código geopolítico chinês tem se renovado, procurando não somente se modernizar, mas também se adequar a realidade do país à sua política externa, buscando, assim, parceiros com os quais ela possa exercer uma relação que beneficie diretamente os interesses nacionais. Nesse sentido, veremos no subtópico seguinte quais caminhos a China adotou para isso.

### 1.3.3 O quadro militar

<sup>31</sup> Statistical Communiqué of the People's Republic of China on the 2019 National Economic and Social Development. Disponível em: [http://www.stats.gov.cn/english/PressRelease/202002/t20200228\\_1728917.html](http://www.stats.gov.cn/english/PressRelease/202002/t20200228_1728917.html). Acesso em: 02 mar. 2020.

<sup>32</sup> Industry (including construction), value added (% of GDP) – China. World Bank. Disponível em: [https://data.worldbank.org/indicator/NV.IND.TOTL.ZS?end=2018&locations=CN&name\\_desc=false&start=2010](https://data.worldbank.org/indicator/NV.IND.TOTL.ZS?end=2018&locations=CN&name_desc=false&start=2010). Acesso em: 02 mar. 2020.

<sup>33</sup> Industry (including construction), value added (% of GDP). World Bank. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NV.IND.TOTL.ZS?end=2018&start=2010>. Acesso em: 02 mar. 2020.

<sup>34</sup> Industrial Production Operation in December 2019. National Bureau of Statistics of China. Disponível em: [http://www.stats.gov.cn/english/PressRelease/202001/t20200119\\_1723613.html](http://www.stats.gov.cn/english/PressRelease/202001/t20200119_1723613.html). Acesso em: 03 mar. 2020.

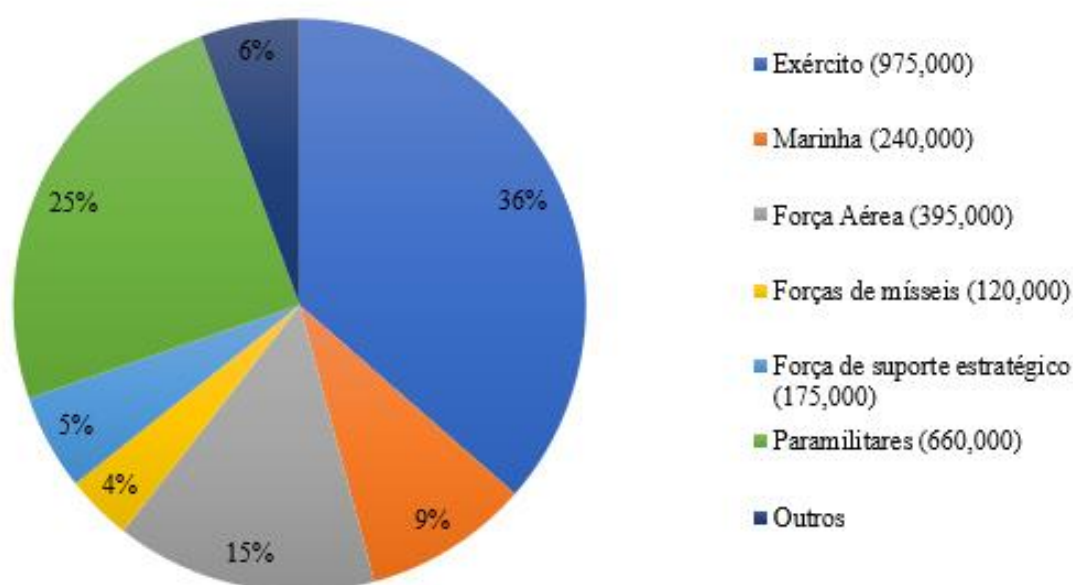
<sup>35</sup> Números da Indústria. Sindicato nacional da indústria do cimento. Disponível em: <http://snic.org.br/numeros-industria.php>. Acesso em: 03 mar. 2020.

<sup>36</sup> Industrial Production Operation in December 2019. National Bureau of Statistics of China. Disponível em: [http://www.stats.gov.cn/english/PressRelease/202001/t20200119\\_1723613.html](http://www.stats.gov.cn/english/PressRelease/202001/t20200119_1723613.html). Acesso em: 03 mar. 2020.

<sup>37</sup> Geografia. Câmara Brasil – China. Disponível em: <http://www.camarabrasilchina.com.br/a-china/geografia>. Acesso em: 03 mar. 2020.

As forças armadas chinesas são compostas pelo Exército de Libertação Popular (ELP), pela Força de Polícia Armada do Povo Chinês (FPAP) e pela Milícia<sup>38</sup>. No total, as forças armadas chinesas têm aproximadamente cerca de 2,035,000 soldados na ativa e outros 510 mil na reserva, o que confere à China o posto de maior exército do mundo, sendo seguido pela Índia (1,445,550 de soldados na ativa) e, logo depois, pelos Estados Unidos (1,379,800 de soldados na ativa) (THE MILITARY BALANCE, 2020). Os soldados chineses são distribuídos da seguinte maneira:

**Gráfico 3** – Efetivo militar chinês.



**Fonte:** *The Military Balance* (2020).

Em um panorama histórico recente, o exército chinês também foi importante para o desenvolvimento interno (e tecnológico) do país, quando “foi chamado a cumprir um papel especial no programa de reformas, com impactos na melhoria produtiva da economia como um todo” (CASSIOLATO, p.66, 2013). Nos últimos dez anos, a China mantém uma média de investimento de 1,9% do seu PIB na área militar<sup>39</sup>. Nesse mesmo período, a força militar chinesa tem expandido sua atuação, face aos novos desafios de crescimento ao nível global do país, focando na segurança marítima e no alargamento das fronteiras chinesas em parâmetros ultramarinos (ROLLAND, 2019; THE MILITARY BALANCE, 2018).

A reestruturação do ELP converge com os interesses da China no seu campo geopolítico, em especial no ambiente da cooperação. A partir de 2013, com o anúncio da *Belt and Road Initiative* (BRI), os chineses promovem uma renovação no seu poderio estratégico militar para poderem proporcionar a segurança necessária em áreas que consideram como novos

<sup>38</sup> *Building and Development of China's Armed Forces. Ministry Of National Defence The People's Republic Of China*. Disponível em: [http://eng.mod.gov.cn/Database/WhitePapers/2013-04/16/content\\_4442757.htm](http://eng.mod.gov.cn/Database/WhitePapers/2013-04/16/content_4442757.htm). Acesso em: 04 mar. 2020.

<sup>39</sup> *Military expenditure (% of GDP) – China. World Bank*. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.GD.ZS?end=2018&locations=CN&start=2010>. Acesso em: 03 mar. 2020.

territórios estratégicos para os seus negócios (ROLLAND, 2019). Em 2019, por exemplo, lançaram o seu primeiro porta-aviões produzido nacionalmente<sup>40</sup>.

A reorganização militar chinesa parte de mudanças nos principais cargos da Comissão Militar Central (CMC), novos teatros de comando até o investimento em recursos para o desenvolvimento de atividades militares espaciais e guerras (ou defesa) eletrônicas e cibernéticas, por meio da Força de Suporte Estratégico. No bojo da recomposição das forças militares chinesas, o que vemos é o objetivo do PCCh em tornar o ELP um exército mais forte, eficiente e tecnológico, buscando atender o objetivo de torná-lo uma força global de nível superior (THE MILITARY BALANCE, 2018).

Nos territórios para além das fronteiras chinesas, as forças armadas também têm atuado de modo significativo, defendendo os interesses geopolíticos do país. Em 2017, inauguraram a base de apoio da ELP em Djibouti (figura 1), no continente africano, operada pela marinha. A inauguração dessa base pode ser vista como uma projeção de poder da China no Oceano Índico, resultado da sua preocupação com a Rota da Seda Marítima (Porto de Doraleh, ferrovia Djibouti – Etiópia)<sup>41</sup> e com a grande presença da marinha estadunidense no Golfo de Aden (ROLLAND, 2019).

De modo oficial, trata-se da única base militar em território estrangeiro construída pela China. Entretanto, é possível que a quantidade de bases em espaços estrangeiros aumente pela necessidade de proteção dos projetos da BRI em territórios internacionais<sup>42</sup>. Além disso, circulam rumores, na mídia ocidental, de que a China possa ter construído ou recebido a acesso às bases em países como Camboja, Afeganistão, Tadjiquistão<sup>43</sup> e Myanmar. Contudo, nenhuma dessas informações é confirmada pelos governos locais ou por Pequim.

Uma estratégia adicional adotada pela China, visando marcar sua presença militar internacionalmente, são os exercícios militares conjuntos com outras nações, tendo realizado, nos últimos anos, exercícios com países como Irã (2019), Rússia (2018, 2019), Paquistão (2015) e Camboja (2020). No âmbito da Organização para Cooperação de Xangai (OCX), a defesa é um dos principais objetivos do bloco, o que faz com que a interação militar entre os estados membros<sup>44</sup> seja constante.

Ademais, a força militar chinesa tem sido vista em prática no mar meridional da China, espaço de crescentes tensões. Nos últimos anos, o país tem reforçado a sua presença na região, por meio de sua marinha, a fim de contrabalancear a presença dos EUA, que apoia os Estados que reivindicam o território.

Enfim, a China tem progressivamente expandido sua atuação militar, concomitantemente ao alargamento de seu código geopolítico (projetos de cooperação

<sup>40</sup> Pequim lança segundo porta-aviões e reforça poderio militar no mar do Sul da China. Diário de notícias. Disponível em: <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/18-dez-2019/pequim-reforca-poderio-militar-no-mar-do-sul-da-china-11629751.html>. Acesso em: 10 mar. 2020.

<sup>41</sup> *Djibouti president meets with Chinese FM, eyes enhanced cooperation in blue and digital economies.* xinhuanet.com. Disponível em: [http://www.xinhuanet.com/english/2020-01/10/c\\_138691879.htm](http://www.xinhuanet.com/english/2020-01/10/c_138691879.htm). Acesso em: 05 mar. 2020.

<sup>42</sup> *Military and Security Developments Involving the People's Republic of China 2019.* Office of the Secretary of Defense, 2019.

<sup>43</sup> No caso do Tadjiquistão trata-se de mais um posto avançado de observação para as Forças Armadas do Tadjiquistão, construído pela China, como parte do acordo de cooperação em segurança firmando entre o Tadjiquistão e a China em 2016. Outros países também possuem acordos semelhantes com os tadjiques. Os Estados Unidos, por exemplo, desde 2002 ofereceram mais de \$300 milhões e construíram aproximadamente 12 postos de fiscalização nas fronteiras do Tadjiquistão (U.S. Embassy in Tajikistan, 2021).

<sup>44</sup> A OCX é composta oficialmente por: China, Rússia, Índia, Cazaquistão, Paquistão, Quirguistão, Uzbequistão e Tadjiquistão. Afeganistão, Bielorrússia, Irã e Mongólia apresentam-se como Estados-observadores, enquanto Azerbaijão, Armênia, Camboja, Nepal, Turquia e Sri Lanka exercem o papel de parceiros do bloco. *The Shanghai Cooperation Organisation.* Disponível em: [http://eng.sectsco.org/about\\_sco/](http://eng.sectsco.org/about_sco/). Acesso em: 05 mar. 2020.

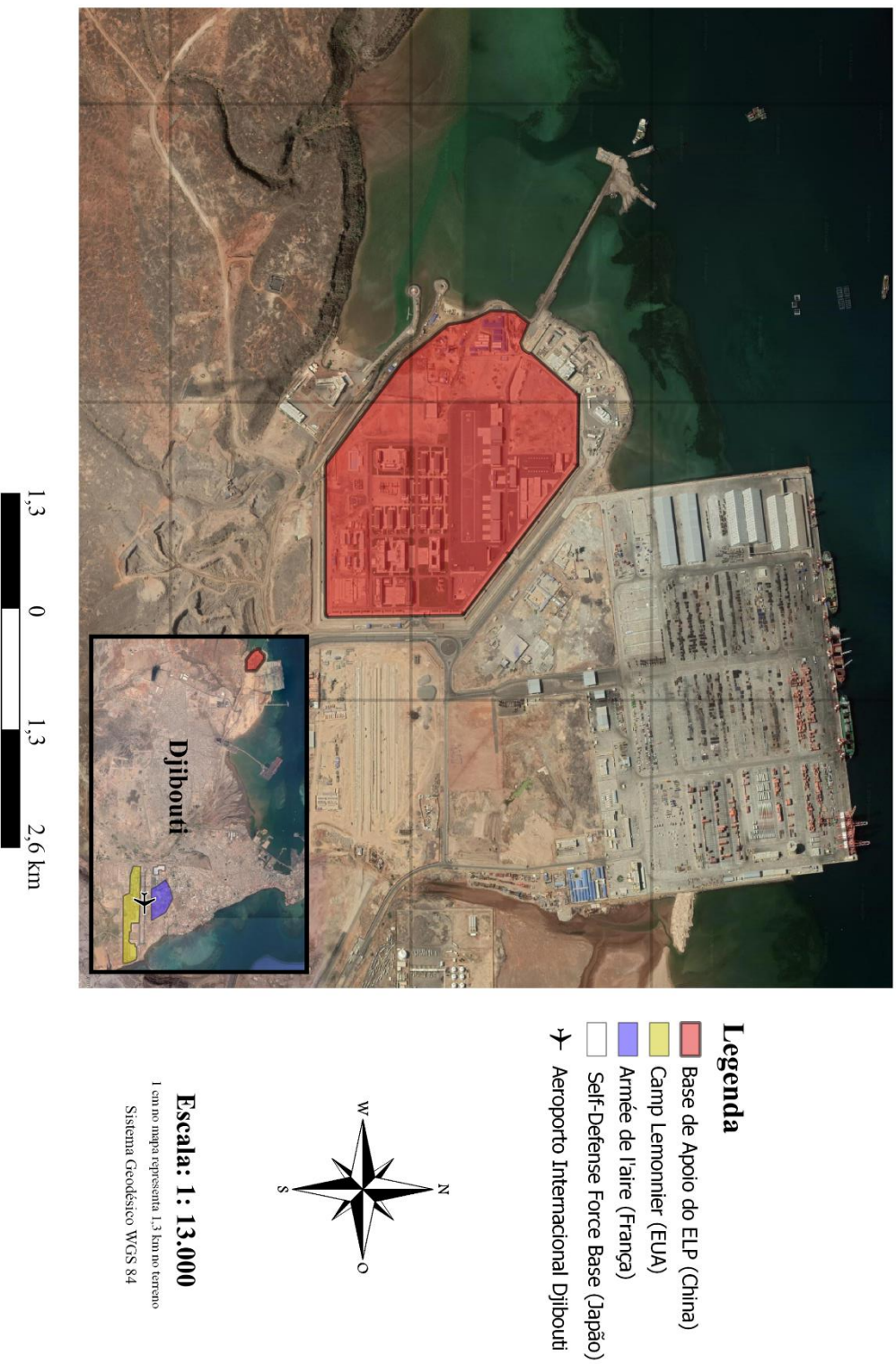
internacional). Esses dois processos necessitam de uma conexão para que as intenções nacionais de Pequim sofram o menor número possível de obstruções em sua operacionalização.

Isso necessariamente atribui à China um papel imperialista no mundo contemporâneo? Nas páginas seguintes, voltaremos a essa questão tentando elucidá-la de modo mais prudente.



Figura 2 - Base de apoio do Exército de Libertação Popular em Djibouti

## Localização da base chinesa no Djibouti



### 1.3.4 O quadro tecnológico

Desde o processo de renovação iniciado em 1978, o investimento e a valorização da ciência e da tecnologia (C&T) na China é um dos principais elementos para o desenvolvimento nacional que refletiram na capacitação produtiva de alguns setores (JAGUARIBE, 2016; CASSIOLATO, 2013).

As reuniões que serviram como pilares para a implementação de políticas tecnológicas na China (1978, 1985, 1995, 1999 e 2006) igualmente foram bases para a reorganização do Sistema Nacional de Inovações (SNI), em 1985. Segundo Jaguaribe (2016),

A reforma do Sistema Nacional de Inovação (SNI) se inicia em 1985, com a reorganização das academias e dos institutos de pesquisa e com o Programa Torch, dedicado, sobretudo, ao conhecimento. A partir de 2004, o planejamento para ciência e tecnologia passa a ser mais detalhado, com metas que associam o desenvolvimento de novos campos do conhecimento e da pesquisa a setores industriais e, posteriormente, a setores industriais estratégicos. (JAGUARIBE, p.361, 2016).

Essa atenção do PCCh às políticas tecnológicas é dividida, conforme Cassiolato (2013), em quatro momentos: “i) reestruturação da C&T, após a Revolução Cultural; ii) organização das instituições de pesquisa, construção de um mercado tecnológico e fomento à pesquisa (Torch); iii) As políticas de C&T dedicam-se a questões ligadas as inovações tecnológicas; iv) desenvolvimento chinês por meio da sua C&T, ou seja, inserção do país no mercado global por meio do desenvolvimento endógeno de tecnologia, não mais na produção manufatureira.” (p.69-75).

Em outras palavras, no período de 1978 a 2006, a China idealizou quatro etapas complementares nas quais conseguiu organizar seus setores de pesquisa, promover a interação entre eles e desenvolver meios de produção e valorização de sua tecnologia própria, visando, assim, alcançar o seu objetivo de uma economia inovadora (JAGUARIBE, 2015).

A importância da inovação fica ainda mais evidente nos planos quinquenais (décimo segundo e décimo terceiro). No décimo segundo, no segundo capítulo (*Guiding Principles*), a inovação (descrita como desenvolvimento científica) é compreendida como o principal elemento para a criação e o desenvolvimento chinês, sendo sempre atrelada ao rápido crescimento econômico do país. De acordo com o décimo terceiro plano quinquenal (2016-2020), no quarto capítulo do documento (*The Development Philosophy*), a inovação:

[...] deve ser colocada no centro do desenvolvimento da China e avançada em todos os campos, da teoria às instituições, ciência, tecnologia e cultura. A inovação deve permear o trabalho do Partido e do país e se tornar parte inerente da sociedade. (The 13<sup>th</sup> Five-year Plan for Economic and Social Development of the People’s Republic of China, p.20, 2015, tradução nossa).

Em um primeiro momento, as conexões que permitiram a interação entre os sistemas desenvolvedores de inovação na China eram promovidas pelas empresas estrangeiras que atuavam no país, justamente pela obrigatoriedade que estas possuíam de estabelecer atividades locais. Entretanto, no começo da década, essa cadeia de conexões se alterou devido à mudança no ator que instituíra tais pontes entre os elementos inovadores (universidades, centros de pesquisas) (CASSIOLATO, 2013).

O governo chinês passou lentamente a substituir o papel das empresas estrangeiras como catalizadoras de investimento em inovação (ou seja, recurso estrangeiro) e passou ele próprio a custear a C&T no país, tornando-a um ponto-chave no desenvolvimento nacional. A partir desse momento, a China deixou de apenas se utilizar das fases finais da cadeia produtiva tecnológica e passou ela própria a desenvolver o processo em sua totalidade.



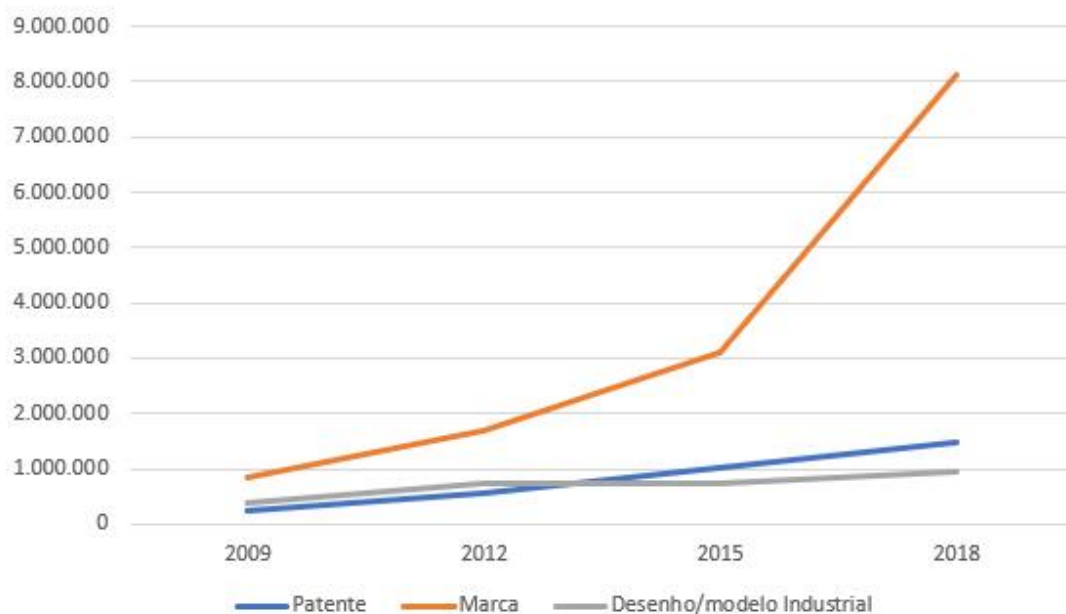
As alterações no aparelho estatal, como aponta Jaguaribe (2016), estruturaram-se de forma que as políticas e a economia do Estado sejam flexíveis aos seus carecimentos. É nesse quadro que se insere a Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, realizada no ano de 2006.

Tal conferência reorientou os investimentos em C&T e, também, a dinâmica econômica chinesa (CASSIALATO, 2013), priorizando, então, um desenvolvimento econômico pautado na criação de inovações autóctones. Isso significa dizer que a China naturalmente aumentou o número de suas contribuições para o campo científico mundial. Esse crescimento, todavia, também é uma estratégia chinesa para amplificar o seu código geopolítico.

Um traço desse crescimento ordenado da C&T na China pode ser observado, por exemplo, através de um relatório divulgado, em 2018, pelo *National Science Foundation* (NSF). Nesse relatório, a China desponta como o país que mais produziu artigos científicos no mundo naquele ano. Foram cerca de 426,165 artigos, correspondendo a 18.6% do total mundial<sup>45</sup>.

Os números em relação a reivindicação de patentes, marcas e desenhos/modelos industriais apresentados pela China, nos últimos anos, igualmente expressam o resultado do investimento do Estado na C&T. Entre 2009 e 2018, foi progressivo o número em títulos de propriedade intelectual solicitados e concedidos à China, conforme exposto no gráfico abaixo, elaborado com base nos dados apresentados pela *World Intellectual Property* (WIPO)<sup>46</sup>:

**Gráfico 4** – Títulos de Propriedade Intelectual concedidos a China entre os anos de 2009-2018.



**Fonte:** Statistical Country Profiles, World Intellectual Property.

Ainda com base nos dados da WIPO, é interessante observar o número de solicitações, de empresas chinesas, via o Tratado de Cooperação em matéria de Patentes (PCT), o que significa o pedido de proteção de uma invenção em vários países (150) simultaneamente<sup>47</sup>.

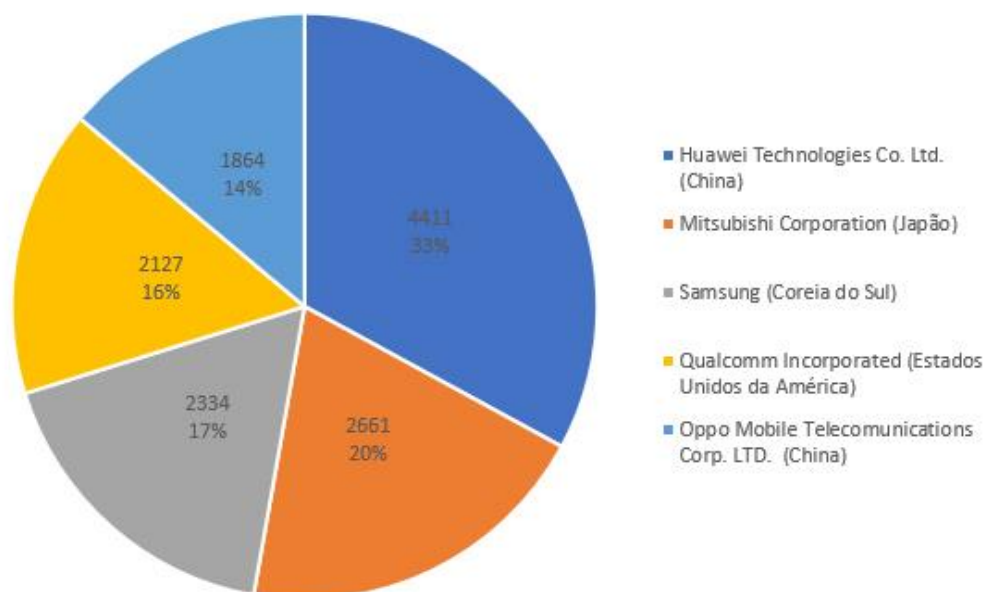
<sup>45</sup> *S&E articles in all fields, by country or economy: 2006 and 2016. National Science Foundation.* Disponível em: <https://www.nsf.gov/statistics/2018/nsb20181/tables/tt05-22>. Acesso em: 07 mar. 2020.

<sup>46</sup> *World Intellectual Property* é uma agência de Direito Internacional Público, parte da Organização das Nações Unidas (ONU). Sua principal função é a organização e administração a proteção da propriedade intelectual.

<sup>47</sup> *Protecting your Inventions Abroad: Frequently Asked Questions About the Patent Cooperation Treaty (PCT).* *World Intellectual Property.* Disponível em: <https://www.wipo.int/pct/pt/faqs/faqs.html>. Acesso em: 08 mar. 2020.

No ano de 2019, segundo as estatísticas da WIPO, a empresa que mais pediu registro de patentes em esfera internacional (PCT) foi a chinesa Huawei. Ainda dentre as cinco primeiras, figura também, na lista, a *Oppo Mobile Telecommunications Corp. LTD.* A classificação da WIPO, considerando as empresas e seus países de origem, apresenta-se da seguinte maneira:

**Gráfico 5** – Empresas com maior número em solicitações de registro de patente no ano de 2019.



**Fonte:** WIPO Database<sup>48</sup>.

Esse dado nos oferece uma perspectiva explícita: a China tem sucessivamente tentado aumentar a presença da sua tecnologia no mercado global. Em 2019, por exemplo, a Huawei, mesmo com a crise com o governo estadunidense, superou a Apple em número de venda de *smartphones*. Outra marca chinesa, a Xiaomi, também surgiu como uma das marcas de *smartphones* mais vendidos no mundo nesse mesmo ano<sup>49</sup>. Apesar disso, como mostra Jaguaribe (2016), ainda há resistência, por parte de tais mercados, a essa política de globalização das empresas promovida pela China.

Outro fator que deve ser destacado é o avanço da China, em 2018, no Índice de Inovação Global. Segundo reportou a agência estatal Xinhua, igualmente com base em informações da WIPO, o país pela primeira vez figurou entre os 20 primeiros países do mundo com maior índice de inovação<sup>50</sup>.

Os sucessivos processos de renovação econômica, educacional, social da China, iniciados no século passado, permitiram um aprimoramento da sua indústria de alto valor

<sup>48</sup> Disponível em: <https://www.wipo.int/edocs/infogdocs/en/ipfactsandfigures2019/>. Acesso em: 22 set. 2021.

<sup>49</sup> *Strategy Analytics: Apple Becomes World's No.1 Smartphone Vendor in Q4 2019.* Strategy Analytics. Disponível em: <https://news.strategyanalytics.com/press-releases/press-release-details/2020/Strategy-Analytics-Apple-Becomes-Worlds-No1-Smartphone-Vendor-in-Q4-2019/default.aspx>. Acesso em: 08 mar. 2020.

<sup>50</sup> China reforçará proteção de propriedade intelectual para melhorar clima de negócios. Xinhua Português. Disponível em: [http://portuguese.xinhuanet.com/2019-07/18/c\\_138236581.htm](http://portuguese.xinhuanet.com/2019-07/18/c_138236581.htm). Acesso em: 08 mar. 2020.

agregado/tecnologia. Essa evolução é expressa justamente nos gráficos e parágrafos anteriores. Não à toa o país vem registrando um rápido crescimento nesse setor<sup>51</sup>.

A partir desse breve panorama, podemos concluir que o papel do Estado chinês foi crucial não somente para a integração do país à cadeia produtiva global, mas também para o desenvolvimento interno do país, bem como para o seu avanço na produção de tecnologia própria e de alta qualidade. A organização estabelecida pelo Estado em relação a desenvolvimento, pesquisa e produção inovativa no país submeteu-se às características do país (CASSIALATO, 2013), almejando uma estratégia audaciosa e que hoje o coloca em uma posição de projeção de poder muito satisfatória, permitindo-lhe uma atuação muito forte no campo geopolítico global.

Como afirma Jaguaribe (2016), esse processo e seus meandros apresentam uma série de desafios, que reserva à China muitas questões a serem respondidas nos próximos anos e décadas. O fato é que a prosperidade industrial e tecnológica chinesa, bem como a sua integração ao mercado global, faz parte de uma estratégia geopolítica que parece estar avançando e funcionando como uma espécie de introdução do código geopolítico global chinês, frente aos atores que desejam equilibrar o poder.

### **1.3.5 O quadro socioeconômico e as contradições chinesas**

Nos últimos 30 anos, o que também se modificou paulatinamente foi o cenário socioeconômico da China. O país observou a mudança nos parâmetros sociais, que, por sua vez, acompanharam paralelamente as mudanças promovidas em âmbito econômico e industrial.

A população chinesa, segundo os mais recentes dados publicados pelo *National Bureau Of Statistics Of China*, chegou à marca de 1,4 bilhão de pessoas (considerando-se as trinta e uma províncias e as regiões administrativas: Hong Kong, Macau e Taiwan). Desses 1,4 bilhão de habitantes espalhados pelo vasto território chinês, 60% estão concentrados na zona urbana e 39,40%, na zona rural.

---

<sup>51</sup> Indústria manufatureira de alta tecnologia da China registra rápido crescimento em agosto. Xinhua Português. Disponível em: [http://portuguese.xinhuanet.com/2019-10/07/c\\_138453690.htm](http://portuguese.xinhuanet.com/2019-10/07/c_138453690.htm). Acesso em: 08 mar. 2020.

**Gráfico 6** – Distribuição populacional da China entre os anos de 2010-2019.

**Fonte:** 2019 National Economic and Social Development; China Statical Book Year 2011; China Statical Book Year 2015. National Bureau Of Statistics Of China.

O perfil demográfico da China é atualmente composto por 51% da população correspondente a homens e 48,9%, a mulheres, sendo que 64% da população está na faixa etária entre 16 e 59 anos de idade. Ou seja, mais da metade da população pode ser considerada mão de obra ativa.

No Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), produzido e divulgado em 2018 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a China aparece tendo um alto nível de desenvolvimento humano<sup>52</sup>. O número da população, especialmente rural, vivendo na pobreza extrema também diminuiu significativamente nos últimos anos. Em 2015, 5,7% da população rural vivia em situação de pobreza extrema. Em 2019, essa porcentagem caiu para 0,6%, conforme dados do *National Bureau Of Statistics Of China*.

O nível de desemprego na China é considerado baixo, com apenas cerca de 3,6% da população ativa sem posto de trabalho. O salário-mínimo no país é determinado por cada província. Em geral, as principais e maiores cidades urbanas de cada província apresentam os maiores salários. Em contrapartida, as cidades menores e as áreas rurais apresentam os menores salários. Em Xangai, o salário-mínimo equivale a ¥2,480 renminbis (ou US\$ 356,00), sendo o maior do país. O menor salário, ¥1,120 (ou US\$ 121,15), é o da província de Liaoning, na região nordeste do país, de acordo com dados da *China Briefing*<sup>53</sup>.

O serviço de saúde na China conta atualmente com 34,000 hospitais, sendo 12,000 públicos e 22,000 privados, segundo o *National Bureau Of Statistics Of China*. Já o número de trabalhadores na área da saúde, em 2019, chegou à marca de 10,10 milhões de técnicos (médicos

<sup>52</sup> Relatório do Desenvolvimento Humano 2018. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/idh/relatorios-de-desenvolvimento-humano/relatorio-do-desenvolvimento-humano-2018.html>. Acesso em: 09 mar. 2020.

<sup>53</sup> *A Guide to Minimum Wages in China in 2020. China Briefing*. Disponível em: <https://www.china-briefing.com/news/minimum-wages-china-2020/>. Acesso em: 09 mar. 2020.

e enfermeiros). O número de leitos no país, por sua vez, corresponde a 8,92 milhões, distribuídos entre os hospitais e os centros de saúdes municipais<sup>54</sup>.

De igual maneira, a expectativa de vida teve um aumento significativo nas últimas décadas. Como registra a Comissão Nacional de Saúde da China, a expectativa de vida no país aumentou dos 35 anos, em 1949, para 77 anos, em 2018. As taxas de mortalidade infantil e de mortalidade materna também sofreram declínio nos últimos anos: a mortalidade infantil caiu de 6,8 para 6,1 mortes, enquanto a mortalidade materna teve uma redução de 19,6 para 18,3 a cada 100 mil partos<sup>55</sup>.

Além disso, as políticas sociais da China, nos últimos anos, têm demonstrado resultados, como vimos nos dados anteriores. O governo vem concentrando, nas últimas décadas, um grande esforço em melhorar significativamente os parâmetros sociais do país, o que não significa que os problemas deste tenham sido erradicados. Afinal, a China ainda enfrenta grandes desafios, como questões ambientais (poluição), desigualdades regionais, educacionais, geração de empregos e saúde pública.

Devemos, aqui, realizar um *entr'acte*: tais desafios que a China precisa encarar geram contradições que tornam ainda mais complexa a análise desse imenso país. Nos últimos anos, como apontamos extensivamente, o crescimento vertiginoso permitiu a expansão dos países para todos os campos: ciência e tecnologia, saúde, militar e parâmetros sociais. Todavia, os meandros da história chinesa, inclusive os mais recentes capítulos, escritos nos últimos quarenta anos (a contar do fim da Revolução Cultural e da morte de Mao Tsé-Tung), mostram que esses crescimentos amplificaram a divergência social chinesa.

A própria elite política do país reconhece tais problemas. No décimo segundo plano quinquenal, o partido está preocupado com o crescimento do país e em fazer com que uma grande parte da população se beneficie disso:

Para acelerar a transformação do modo de desenvolvimento econômico é necessária uma séria reforma nos campos econômico e social da China, que deve ser executado em todo o processo e nos vários campos de desenvolvimento da economia e da sociedade, para fazer para um desenvolvimento abrangente, coordenado e sustentável. (12<sup>th</sup> Five-Year Plan (2011-2015) for National Economic and Social Development, p.3, 2011).

Apesar disso, as preocupações ainda persistem. No décimo terceiro plano, a disparidade social na China ainda é um ponto que o PCC busca eliminar e pelo qual demonstra ter um grande interesse:

O desenvolvimento é desigual entre as áreas rurais e urbanas e entre as regiões, o desenvolvimento espacial é ineficiente, as restrições de recursos ficam cada vez mais apertadas, e a tendência contínua de maior degradação ecológica e ambiental ainda está para ser fundamentalmente revertida. A prestação de serviços públicos básicos permanece inadequada, as lacunas de renda são amplas, o envelhecimento populacional está acelerando e a tarefa de erradicar a pobreza é formidável. (The 13<sup>th</sup> Five-year Plan for Economic and Social Development of the People's Republic of China, p.12, 2015)

A ideia de *individualidade*, que adentrou o país especialmente após a política de abertura que abordamos anteriormente, trouxe à sociedade chinesa uma nova maneira de lidar com o seu crescimento. Osnos (2015) aponta que essa ideia, amplamente difundida através de músicas, filmes e moda, alterou a filosofia da sociedade chinesa. Para o autor, a forma como o partido

<sup>54</sup> *Statistical Communiqué of the People's Republic of China on the 2019 National Economic and Social Development. National Bureau Of Statistics Of China.* Disponível em: [http://www.stats.gov.cn/english/PressRelease/202002/t20200228\\_1728917.html](http://www.stats.gov.cn/english/PressRelease/202002/t20200228_1728917.html). Acesso em: 09 mar. 2020.

<sup>55</sup> Expectativa de vida dos chineses aumentou em 42 anos nos últimos 70 anos. Diário do Povo Online. Acesso em: <http://portuguese.people.com.cn/n3/2019/0524/c309806-9581228.html>. Acesso em: 09 mar. 2020.

passou a trabalhar essa nova relação social com os avanços e o *boom* econômico chinês também foram fatores determinantes para a formação de indivíduos que acreditam na ideia da meritocracia como caminho para o seu sucesso.

Além disso, naquilo que muitos chamam de a “Nova China”, a renda é uma das principais formas de medição do sucesso social (OSNOS, 2015). Obviamente, em um país de proporções gigantescas e com milhões de habitantes, com abismos entre regiões rurais e urbanas, além das desigualdades nos próprios núcleos urbanos, esse parâmetro como avaliação de êxito não pode ser compreendido como algo favorável e justo. Tais transformações alteraram não apenas as oportunidades e as possibilidades que um indivíduo consegue alcançar no sistema chinês, mas também as relações interpessoais (relacionamentos amorosos, conquista de emprego, vagas em hospitais e afins).

Outrossim, com o avanço da tecnologia, o PCCh precisou se reinventar e aperfeiçoar o controle da população. À medida que uma parte da população conseguiu ter acesso a bens (devido a um colossal crescimento de sua faixa de renda, se comparada com períodos vivenciados pelas antigas gerações chinesas) e aos modernos serviços de telecomunicações (internet), as falhas e os desvios de dirigentes do partido também ficaram mais expostas.

Ao mesmo tempo que a censura em relação aos assuntos sensíveis se tornou maior e mais extensa, a população também passou a se interessar em manifestar sua insatisfação, ainda que na maioria das vezes através de pseudônimos ou de forma anônima em *blogs*, com episódios que, caso ocorressem outrora, dificilmente seriam contestados publicamente pelos cidadãos. A internet, que, segundo a *China Internet Network Information Center* (CNNIC), alcança 31,3% (309 milhões de pessoas) da população rural e 68,7% (680 milhões de pessoas) da população urbana<sup>56</sup>, permitiu – nesse sentido e até certo ponto – uma maior liberdade de expressão por parte da população.

O que tentamos, com o breve panorama até aqui traçado, foi demonstrar uma síntese dos principais setores que acreditamos fomentarem a geopolítica chinesa. Tais elementos permeiam toda a estratégia que caracteriza o discurso geopolítico chinês, pois estão interligados à dinâmica de desenvolvimento interno do país, peça fundamental do pensamento e da prática política chinesa desde a década de 1970. Os setores militar, tecnológico, econômico e social são as forças que convergem de modo a colocar em ação as estratégias nacionais traçadas e modificadas pelo PCCh nas últimas décadas.

Tais ações políticas e estratégicas são conexas a um discurso desenvolvimentista e autocentrado, que faz parte de uma ideologia chinesa influenciada por uma filosofia confucionista, segundo a qual somente os interesses chineses são necessários e importantes para o país. Entretanto, é muito evidente que a China não conseguirá esses expressivos avanços econômicos e sociais, apontados neste e anteriormente no subtópico 1.3.1, atuando de modo solitário. Como bem afirma Agnew (2010), a China não está livre de negociar ou de ser influenciada pelo resto do mundo, o que é demonstrado, em parte, pelos quadros descritos.

Dessa maneira, os elementos aqui especificados se constituem como os principais condutores do código geopolítico chinês pelo fato de todos estarem, não ao acaso, na esteira da revolução de 1978. Isso porque a abertura da China, promovida por Deng Xiaoping, é uma leitura política muito ousada, pois: i) era praticamente inevitável que a China não sofresse a influência e os impactos das políticas ocidentais (AGNEW, 2010); ii) a abertura política e econômica também serviu como uma válvula de projeção de poder chinês para além de suas fronteiras, por meio daquilo que ela poderia oferecer para os seus parceiros externos (mão de obra abundante e barata, indústrias, exportação e convites a estrangeiros para investimentos na China); iii) através das cooperações com seus parceiros e dos investimentos que obteve,

---

<sup>56</sup> *The 47th Statistical Report on China's Internet Development. China Internet Network Information Center.* Disponível em: <https://www.cnnic.com.cn/IDR/ReportDownloads/202104/P020210420557302172744.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2021.



progressivamente reorganizou os setores socioeconômico, industrial, financeiro, determinando campos de inovação que deveriam desenvolver-se internamente e inserindo, assim, o país no circuito inovador, produtivo e econômico global.

Nessa direção, cabe voltarmos a um questionamento feito no subtópico 1.3.2.2: a expansão da influência chinesa, na arena geopolítica mundial, desempenha um papel imperialista no mundo contemporâneo? A política externa chinesa é concebida de forma a se incidir na escala internacional e local-regional através de modo de ação com o outro. É uma política, teoricamente, baseada na parceria. Isso não significa dizer que os chineses e os seus parceiros sairão em vantagem ou que não existe algum traço de coerção nesse elo, pois é possível observar um certo desequilíbrio de poder entre eles.

Isso nos aproxima muito mais de uma visão hegemônica do que de uma visão imperialista, sendo necessário distinguir ambas. A hegemonia, posição que acreditamos possuir a China no âmbito da política internacional,

Significa dominação ou liderança, especificamente em um Estado ou nação, em uma liga ou confederação, porém sem uma clara indicação de sentido, se é o resultado de uma coerção ou de um consenso, ou uma combinação de ambos. Sem dúvida, no entanto, a dominação ou liderança exercida não é necessariamente territorial ou contígua. Pode ser ampla e difusa ou concentrada geograficamente. Normalmente, envolve mais do que uma mera coerção econômica e militar, dependendo de cooperação e de um consentimento ativo. (AGNEW, 2008, p.208).

Conforme Agnew (2008), sobre o conceito de *império*,

Normalmente, trata-se de um governo em que várias pessoas e territórios estão unidos administrativamente sob uma única jurisdição ou aparato administrativo. Um império pode ser um território contíguo (como nos casos da Antiga Roma e dos impérios russos modernos), mas também um império estrangeiro ou marítimo (como foi o caso do império espanhol, do holandês, do francês e do britânico). (AGNEW, 2008, p. 209)

Já a ideia de *imperialismo*, segundo Garcia (2010),

[...] foi, por um longo tempo, restrito ao campo marxista. Mesmo as diversas intervenções militares estadunidenses durante a Guerra Fria não suscitaram o uso do termo pelas principais correntes de pensamento nas RI, uma vez que a situação da Guerra Fria justificava as estratégias geopolíticas. (GARCIA, 2010)

A ideia de *imperialismo* está muito associada aos marxistas, pois foi a partir dessa corrente de pensamento que surgiu uma conceituação mais completa sobre tal ideia. Como aponta Garcia (2010), “[...] com os pensadores marxistas que o conceito de imperialismo será definido de forma complexa e abrangente. A teoria marxista clássica do imperialismo é de Lênin” (GARCIA, 2010). A leitura clássica do marxismo está muito associada aos impactos e à expansão do sistema de acumulação capitalista no mundo, ou seja, ao domínio do capital financeiro na esfera política de relação dos Estados.

Em síntese, podemos constatar que a ideia de *império/imperialismo* está muito associada à ideia de *dominação* (militar, econômica) sobre o outro, enquanto que na ideia de *hegemonia* o exercício de poder é feito de modo mais brando, através de outros mecanismos onde a intenção de controle e dominação não ficam evidentes de modo tão explícito. Entretanto, em ambas as ideias, o elemento condutor e de maior importância é o território, seguido dos atores em seu interior, fundamentais para que seja bem-sucedido o processo de instauração do poder hegemônico.

Sem uma leitura geográfica, isto é, sem compreender as interações entre os diferentes territórios (estatais ou não) e as transfigurações oriundas destas, o entendimento acerca das

estratégias geopolíticas se torna meramente uma leitura sobre força entre Estados-Nação, considerando-se estes Estados como as únicas fontes de poder territorial, tal qual era idealizado pela geopolítica clássica. Dessarte, a exclusão de outros atores que não o Estado não nos permite observar integralmente o modo de atuação político na construção e na modificação do espaço.

Para concluirmos este primeiro capítulo, podemos interpretar que a China não deve ser compreendida, hoje, como um país em desenvolvimento tecnológico ou econômico. Os chineses possuem, pelo menos desde a década de 1980, um código geopolítico que se desenvolveu simultaneamente aos desafios e aos objetivos internos do país. Se pensarmos nas ideias de Taylor e Flint (2018) apresentadas neste capítulo, podemos verificar que a China encontra-se, atualmente, em processo de transição de um código geopolítico regional para o global, impõe ao bloco ocidental constantes desafios.

Tais desafios (econômicos, tecnológicos, militares, culturais), foram formulados ao longo dos anos através de um bem estruturado processo geopolítico, que se renova incessantemente e que necessita da constante interação (econômica e espacial) dos chineses com outras nações. Essa necessidade está evidente através, por exemplo, da cooperação internacional, que como apontamos anteriormente é um dos principais códigos geopolíticos da China contemporânea e neste trabalho se constitui como nosso foco principal de investigação. No capítulo seguinte, explanaremos sobre o caráter geoestratégico da Ásia Central para outros atores geopolíticos, bem como apresentaremos os dois principais instrumentos de cooperação chinesa (ou seja, o código geopolítico chinês) e o modo como estes se estabeleceram na região.



## CAPÍTULO II

# A ÁSIA CENTRAL E A SUA MAGNITUDE PARA A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

O espaço centro-asiático historicamente é um local de disputas, de trânsito e de grande importância tanto para a construção da história oriental quanto para a ligação entre o Ocidente e o Oriente. Tradicionalmente tendo a aplicabilidade de uma zona mercantil (FRANKOPAN, 2019; HAMBLY et al, p.30, 1972), a heterogênea paisagem da Ásia Central era, no passado, preenchida por diversas caravanas de comerciantes que circulavam entre o extremo Oriente e a Europa. Atualmente, contudo, tal espaço é ocupado por modernas máquinas, gasodutos, ferrovias, hidroelétricas, barragens e por uma intensa rede de elementos tecnológicos que permitem as conexões, com outras áreas do planeta, das diferentes cidades que, hoje, fazem parte dessa região. Esse espaço carrega consigo profundas transformações espaciais e de reconfiguração territorial e cultural. Buscaremos compreender neste capítulo como a Ásia Central, o recorte espacial desta pesquisa, se incorpora a estratégia geopolítica chinesa, abordada no capítulo anterior.

Para tanto, dividiremos o presente capítulo da seguinte maneira. Na seção 2.1, mostraremos o valor geoestratégico dessa região ao longo da história. Não pretendemos montar, aqui, uma seção historiográfica da região. O que pretendemos é demonstrar como, ao longo do tempo, a região se apresentou enquanto um espaço de extrema importância para o fluxo cultural e econômico entre dois grandes continentes (o europeu e o asiático). Nas seções 2.2 e 2.3, abordaremos as relações entre outros dois atores que atuam na região (Rússia e EUA), assim como a necessidade e/ou influência deles sobre o vínculo sino-centro-asiático. Na última seção deste segundo capítulo (2.4), demonstraremos os principais blocos de cooperação que reúnem Ásia Central e China, sendo eles: a Organização para Cooperação de Xangai (OCX) e a *Belt and Road Initiative* (BRI).

### 2.1 Ásia Central: um espaço estratégico

Com múltiplas formações geológicas, diversas etnias e uma cultura variada, a Ásia Central<sup>57</sup> é uma região rica por sua história e por sua posição geográfica no mundo. Responsável pela conexão entre o Oriente e Ocidente, não à toa foi considerada o “*Hearland*” por Mackinder. Nesse espaço, formaram-se religiões, artes, culturas e idiomas que, por anos, décadas e séculos, marcaram e marcam até hoje os territórios que compõem esse grande espaço mundial. Recorrendo à historiografia, é possível notar alguns traços por meio dos quais a região em questão já demonstrava, na antiguidade, sua aspiração à condição de um espaço de centralidade e fusão entre diferentes práticas culturais e políticas.

Um dos primeiros sinais da existência de técnicas para a instrumentalização e a constituição das relações políticas-econômicas dos territórios centro-asiáticos que a história atesta se encontra antiguidade clássica, no Império Aquemênida, com o comércio de ouro e prata, importados das fronteiras orientais e exportados para o oeste (região do Egeu e dos Balcãs). Além disso, a agricultura era um dos elementos econômicos importantes do império, tendo sido sistematizada (FRANKOPAN, 2019) e utilizada como um instrumento político, na medida em que a existência de canais de irrigação na Ásia Central, semelhantes aos construídos

---

<sup>57</sup> A Ásia Central é compreendida, na História, pela vasta região que vai do Irã à fronteira ocidental da China, englobando o Paquistão, o Afeganistão, a Mongólia e partes da Índia. Isso porque o desenvolvimento dos acontecimentos históricos de tal espaço envolveu uma série de atores que, hoje, compõem elementos culturais e históricos desses países. Em nossa pesquisa, consideramos a Ásia Central apenas os países da região que constituíram o antigo bloco soviético (o antigo Turquestão Russo), sendo eles: Cazaquistão, Uzbequistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Turcomenistão.

em Suez por Dário I, eram entendidos como um meio de se obter cotas de ganhos dos agricultores (HAMBLY et al., p.24-25, 1972). Quando Alexandre, o Grande, invadiu o Império Aquemênida, em 330 a.C., e, posteriormente, também manteve um vasto poder sobre os territórios da Ásia Central, suas grandes obras foram a construção dos postos militares e a restaurações dos já existentes, tentando controlar as rotas terrestres e de comunicação que conectavam a Ásia Menor à Ásia Central (FRANKOPAN, 2019; HAMBLY et al, p.30, 1972).

A função de rota entre Europa, Ásia e, até mesmo, o Oriente Médio perdurou por séculos. Durante o Império Cuchano (30 d.C. – 375 d.C.), que englobava partes da Ásia Central, a região participou ativamente dos câmbios mercantis entre China e Roma (HAMBLY et al, p.48-49, 1972), uma vez que, “assim como os chineses tinham pouco trato direto com Roma, o conhecimento que a região do Mediterrâneo possuía a respeito do mundo além das montanhas do Himalaia e do Oceano Índico era limitado” (FRANKOPAN, p.40, 2019). É justamente nesse período que se tem a gênese da Rota da Seda, a mais importante rota comercial chinesa com o Ocidente nos primeiros séculos da era cristã. Mais adiante, iremos nos aprofundar especificamente nesse importante tema.

Além das funções comerciais apontadas nos parágrafos anteriores, essas rotas terrestres tiveram um importante papel para a queda e a conquista de outros impérios e povos que instalados no interior da Ásia, em distintos momentos históricos. A função militar e estratégica das rotas terrestres pode ser vista com a invasão árabe na Ásia Central, que foi vitoriosa justamente pela utilização destas diferentes conexões para avanços simultâneos sobre o território, liquidando, de forma fulminante, o Império Sassânida em 651 a.C. (HAMBLY et al.,1972). Além da tomada árabe, tais rotas também foram importantes elementos para as incursões de Gengis Khan contra a China setentrional. Foi a partir dos comerciantes muçulmanos que utilizavam a rota para seus negócios com a China, que Temudjin (nome que Gengis Khan recebeu em seu nascimento) reuniu o maior número possível de informações sobre os chineses e assim conceber suas estratégias de ataque (HAMBLY et al, 1972).

O prestígio estratégico que a região detinha deteriorou-se a partir do século XV, com as grandes navegações e a utilização dos mares como as principais rotas comerciais entre Europa, Américas, Ásia, Índias e Oriente Médio. À medida que o fluxo de comércio decaía, os territórios da Ásia Central começaram a experimentar crises econômicas, assim como a instabilidade política dos governantes que comandavam estes espaços (HAMBLY et al., p.174, 1972). Todavia, durante o século XIX, o Império Russo, que já penetrava as estepes centro-asiáticas desde o século XVIII, ampliou a sua campanha expansionista sobre os territórios centro-asiáticos e subjugou canatos de Khiva e Kokand, assim como o Emirado de Bucara.

Na Ásia Central, os russos conceberam o uso de seus territórios para o plantio e o pasto. Não à toa, estimularam a ocupação desses espaços através de migrações no final do século XIX, inclusive com a construção de ferroviárias que permitissem que tal processo ocorresse de modo mais ágil (HAMBLY et al., p.216, 1972). Na condição de mobilizador espacial para o seu uso comercial, o Império Russo levou para a Ásia Central elementos que mudaram não somente as formas econômicas de interação com os territórios, mas também os seus simbolismos, as suas culturas e as relações entre os sujeitos que habitavam os seus espaços (nativos e colonos russos). Tais metamorfoses espaciais conferiam, aos territórios da Ásia Central, um novo significado de seu uso, o que os reposicionava no âmbito de uma lógica mercantil. Como bem pontua Hambly et al. (p. 218, 1972), diversas obras de engenharia foram planejadas para o espaço centro-asiático, sendo desde ferrovias (como a Oremburgo-Tashkent e a Trans-Caspia, cf. figura 2), até projetos de irrigação modernizados (como apontamos anteriormente, já construídos durante o Império Aquemênida) que envolviam, inclusive, a alteração no curso do Amu-Dária para a irrigação do deserto de Karakum (no Turcomenistão). Todos esses projetos (alguns finalizados já durante o período soviético) tinham como principal objetivo facilitar a cadeia produtiva e comercial e a conectividade entre ambas. Uma prova disso é a importância que tais redes de

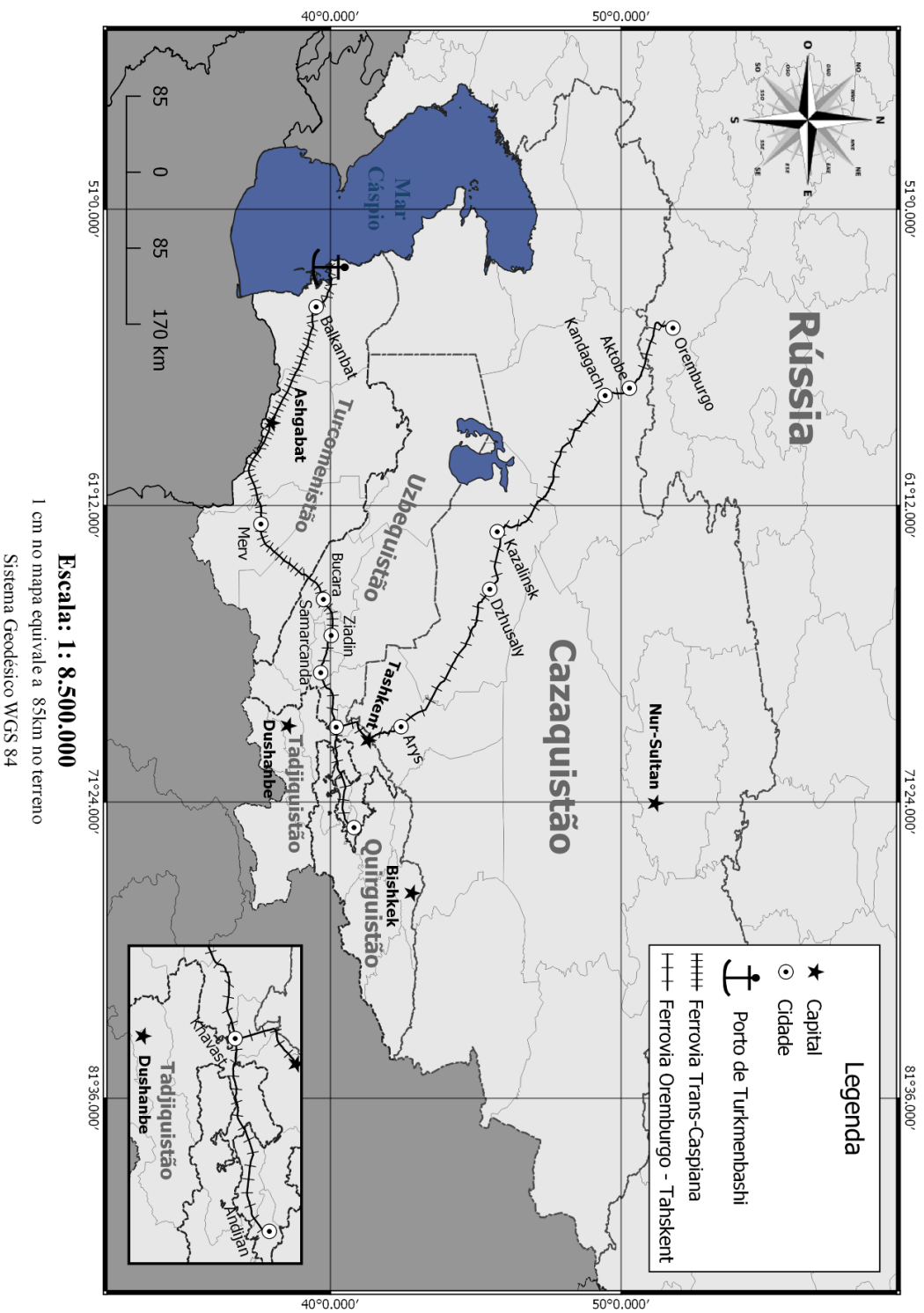
transporte tiveram durante a crise no canal de Suez, na década de 1950 (FRANKOPAN, 2019), bem como para a ligação entre as diferentes cidades russas afastadas pela gigantesca extensão do país e a exploração dos múltiplos recursos naturais existentes na Ásia Central, o que se também apresenta no mundo contemporâneo como um dos principais elementos de importância geoestratégica da região.

Com a Guerra Fria, os territórios que antes eram parte do Império Russo passaram a integrar o bloco soviético. Apesar de resistências das elites locais, em sua grande maioria composta por russos que foram para os territórios da Ásia Central durante o processo de colonização citado no parágrafo anterior, em outubro de 1924, ocorre a dissolução dos antigos Estados de Khiva, Bucara e Kokand (a essa altura, englobados pela República Soviética Socialista Autônoma do Turquestão), o que deu espaço à configuração estatal-territorial mais próxima do modelo que presenciamos atualmente. Apesar de outros *players*, como Índia, Paquistão, Turquia e Irã, também terem um interesse geopolítico (econômico e cultural) sobre aquele espaço, daremos um enfoque maior a outros dois atores (além, obviamente, da China) que exerceram ou exercem uma significativa influência na esfera centro-asiática no período pós-soviético, atores que, de alguma maneira, estão entrelaçados à perspectiva da atuação chinesa na região.

Justamente pelo caráter estratégico do espaço centro-asiático em diversos aspectos, a cooperação – considerada em sua definição mais ampla, ou seja, como um elemento de aliança, tal qual apontou Bobbio e tal qual demonstramos no primeiro capítulo – expressa-se na Ásia Central em múltiplas esferas e em diferentes ocasiões da história. As inúmeras batalhas e mudanças no curso da formação política e cultural centro-asiática são cercadas de alianças e cooperações. Durante a era de Gengis Khan, por exemplo, sua ascensão ao poder se deu justamente pela sua capacidade de alianças e de reunião de seguidores, que foram leais a ele e o ajudaram a derrotar Tughril (HAMBLY et al., 1972). Já no século XX, durante a crise iraniana, foi também possível observar a cooperação entre setores da sociedade com o bloco ocidental, com vistas a uma mudança no curso político do país (FRANKOPAN, 2019). O próprio comércio entre Oeste e Leste, que envolvia uma série de atores, igualmente contava com o mínimo de cooperação e troca entre diferentes sujeitos para que pudesse ocorrer. À medida que as formas estatais foram se modificando, as relações políticas, diplomáticas e econômicas que se desenvolveram entre os Impérios e, posteriormente, entre os Estados-Nação permitiram a partilha de conhecimentos, filosofias e técnicas, transformando-se em vínculos cada vez mais sofisticados e culminando no que hoje concebemos como cooperação internacional. Por isso, nas páginas seguintes, abordaremos mais profundamente algumas dessas conexões de cooperação que contribuem para a formatação e a funcionalização econômico-político do espaço centro-asiático na modernidade.

**Figura 3 -** Ferrovias Orenburgo e Trans-Caspia dispostas dentro da configuração territorial moderna da Ásia Central

## Primeiras redes ferroviárias na Ásia Central



**Fonte:** Elaboração do autor com base em Hambly et al (1972), Taaffe (1962) e O'zbekiston Temir Yo'liari - The history of railways in Uzbekistan. Disponível em: [http://railway.uz/en/gazhikistoriya\\_zheleznykh\\_dorog/](http://railway.uz/en/gazhikistoriya_zheleznykh_dorog/) - acesso em 15 ago. 2020

## 2.2 Ásia Central e Estados Unidos da América: uma cooperação trivial?

Os Estados Unidos da América e a Ásia Central são espaços geográfica e culturalmente distantes. Suas relações econômicas são recentes, estabelecidas após o fim do bloco soviético em 1991. A tentativa de entrada (expansão de influência) dos estadunidenses na Ásia Central pode ser remontada a partir dos anos 1950, principalmente com o episódio de ruptura entre o então primeiro-ministro iraniano Mohammed Mossadegh e a Grã-Bretanha. O Irã era então liderado pelo Xá Mohammad Reza Pahlavi, um grande aliado dos Estados Unidos (principalmente devido à compra de armamentos) e da Grã-Bretanha, que controlava a Companhia Anglo-Iraniana de Petróleo (AIOC), atualmente conhecida como *British Petroleum* (BP).

A chegada de Mossadegh ao poder tem ligação com a situação da sociedade iraniana nesse período. Um país rico em recursos naturais, riqueza essa, porém, concentrada na mão de estrangeiros e de uma pequena elite, que lucravam milhões enquanto a maior parte da população definhava em pobreza (COGGIOLA, 2008). A sua eleição como primeiro-ministro, no pós-Segunda Guerra Mundial, em 1951, está associada também à sua ideologia nacionalista, que, nesse período, era fortemente presente no Irã, uma vez que o relacionamento com a Grã-Bretanha era tido como uma relação colonialista por parte da população. Sua chegada ao cargo oficializou o rompimento com o Império Britânico a partir do projeto de nacionalização do petróleo iraniano. A partir de então, não mais os britânicos teriam controle sobre os recursos do território iraniano, mas o próprio país controlaria e tomaria decisões sobre as suas riquezas.

Obviamente, isso não foi bem recebido pela corte inglesa, sendo aí que os estadunidenses entram em cena. De acordo com Coggiola (2008) e Frankopan (2019), os Estados Unidos passam a ter interesse em ocupar o espaço deixado pelos britânicos. Primeiramente, com a atuação diplomática do então presidente Harry Truman, que reconheceu o direito iraniano de ter o controle sobre o seu território e os seus recursos com base na “autodeterminação dos povos” (COGGIOLA, 2008). Posteriormente, em 1953, a *Central Intelligence Agency* (CIA) desencadeou a operação *TPJAX*, como mostram os registros de auxílio operacional da própria agência datados entre os meses de abril e agosto do referido ano<sup>585960</sup>. Tal operação, arquitetada ao longo de 1953, conforme diversos registros liberados recentemente pelos EUA<sup>61</sup>, mostram que o golpe de Estado visava à retirada de Mossadegh do poder e à sua substituição pelo general Fazlollah Zahedi. Frankopan (2019, p.457) observa que “foi nesse ponto que os Estados Unidos ocuparam a brecha; foi nesse ponto que os Estados Unidos entraram de vez em contato com a região por tantos séculos atravessada pelas Rotas da Seda”.

Após o golpe de 1953, os Estados Unidos estabeleceram diversos acordos de cooperação com o Irã. Todavia, os níveis altíssimos de corrupção, a crise econômica e a própria insatisfação popular com o governo central por este não atender às suas reivindicações levaram à revolução de 1979, a qual tornou os estadunidenses *persona non grata* não somente no Irã, mas igualmente em outras partes do Oriente Médio. A essa altura, os soviéticos já se encaminhavam para o

<sup>58</sup> TPJAX. Cia Library. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/readingroom/document/cia-rdp78-04913a000100030031-8> Acesso em: 11 ago.2020.

<sup>59</sup> Support for Special Operation: TPAJAX. Cia Library. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/readingroom/document/cia-rdp78-04913a000100030032-7> - acesso em 11 ago.2020

<sup>60</sup> Project TPJAX. Cia Library. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/readingroom/document/cia-rdp78-04913a000100030029-1>. Acesso em: 11 ago.2020.

<sup>61</sup> Em 2017, o Departamento de Estados dos EUA liberou um volume de dezessete documentos sobre as relações internacionais dos Estados Unidos, inclusive durante o período da Primeira Guerra Mundial. Entre os documentos, encontram-se disponíveis materiais referentes ao período de interferência estadunidense na política interna iraniana, durante os anos de 1951-1954. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1951-54Iran/pressrelease>. Acesso em: 11 ago.2020.

Afeganistão, outro país que, durante anos, solicitou auxílio dos Estados Unidos e foi ignorado (FRANKOPAN, 2019), mas que era uma parte essencial da estratégia de contenção da influência soviética sobre o sudeste asiático.

Após terem seus pedidos de ajuda negados pelos EUA, os afegãos recorreram aos soviéticos. Foi a Rússia, por exemplo, que deu a possibilidade de modernização das forças afegãs desde a Segunda Guerra Mundial<sup>62</sup>, a partir de acordos de cooperação, na esfera militar, estabelecidos entre os russos e afegãos. A aproximação entre as duas partes foi aumentando gradualmente ao longo das décadas. Na década de 1950, os dois países celebraram o seu primeiro acordo de cooperação econômica e, também, de trânsito entre os seus territórios. No começo da década de 1970, mais de 100 especialistas militares soviéticos foram enviados a Kabul, a pedido do próprio governo afegão (OLIKER, 2011). Outro exemplo da proximidade entre afegãos e soviéticos se expressa através de cifras: a partir de 1954, a URSS forneceu ao Afeganistão milhões de dólares (uma linha de crédito de US\$100 milhões foi concedida pelos soviéticos aos afegãos, o que representava mais da metade dos investimentos estrangeiros feitos no país). A maioria desses investimentos era destinado a fins militares e econômicos (HAMMOND, 1987). Segundo Rahsid (2000), até a retirada do Exército Vermelho do país, em 1989, Moscou gastou aproximadamente US\$ 45 bilhões no Afeganistão. Naquele momento, a maior conexão dos afegãos com os soviéticos do que com os ocidentais representava mais um dos sintomas da perda de influência ocidental sobre o espaço do Oriente Médio e da Ásia Central.

Com a invasão soviética ao Afeganistão em 1979, o país se tornou um palco de ação tanto para a URSS quanto para os EUA. Apesar de nunca terem se envolvido diretamente em um conflito armado, o território afegão serviu de teatro de operações para um conflito armado indireto entre as duas nações. Ao mesmo tempo em que as forças soviéticas apoiavam e auxiliavam as forças da República Democrática do Afeganistão, os estadunidenses (e, também, os chineses, os sauditas e os paquistaneses) apoiavam ou financiavam, direta ou indiretamente, as forças insurgentes, as quais ficaram popularmente conhecidos como *mujahidins* (Rashid, 2000). Como veremos mais adiante, a herança deixada por esse conflito é presente e influencia não somente a geopolítica estadunidense para a Ásia Central, mas também a de outros atores.

A retirada soviética do Afeganistão, em 1989, já ocorre no contexto de declínio da URSS, enfraquecida econômica e politicamente, mas que ainda buscava um certo respiro com as suas reformas “perestroika” e “glasnost”. A despeito da tentativa de reforma política e econômica, o bloco soviético não resistiu e se desfez oficialmente em dezembro de 1991. Surgiu, nesse momento, a oportunidade de estabelecer a construção de um novo espaço geopolítico, até então nunca explorado pelo Ocidente contemporâneo. Os territórios centro-asiáticos passam a ter uma outra função no âmbito da lógica geopolítica e capitalista do mundo que se instaurava no final do século XX.

Para os EUA, os territórios da Ásia Central representavam a possibilidade de finalmente exercerem uma influência política que haviam perdido décadas antes. Além disso, o espaço centro-asiático que havia estado por mais de setenta anos sobre o domínio russo/soviético, agora, encontrava-se “disponível” para investimentos e exploração dos seus vastos recursos, o que podemos compreender como uma inserção da Ásia Central nas redes de produção globais, que, à época, ganhavam ainda mais força. Ademais, alguns líderes da Ásia Central pareciam fazer um aceno ao Ocidente, buscando se posicionar novamente como uma ponte de conexão e de cooperação entre o Leste e o Oeste. Nursultan Nazarbayev, primeiro presidente do Cazaquistão pós-soviético, por exemplo, deixa isso muito claro em seu discurso feito em 23 de maio de 1992, no *think tank Council on Foreign Relations*, em Nova Iorque. Nele, Nazarbayev diz:

---

<sup>62</sup> Soviet Aid Afghanistan. Cia Library. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP79R00890A000800100012-5.pdf> - acesso em 12 ago.2020.



Gostaria de salientar que, ao desenvolver esta cooperação, não participaremos em nenhum bloco ideológico ou denominacional, distanciando-nos artificialmente do resto do mundo, mas tentaremos usar o papel verdadeiramente único do Cazaquistão como uma ponte continental que liga o Oriente e o Ocidente. (NAZARBAYEV, 2013, p. 15, tradução do autor).

Além do Cazaquistão, outro que se posicionou em partes como um possível parceiro ocidental na Ásia Central pós-soviética foi o Turcomenistão. Apesar da sua característica de permanente neutralidade na política externa, não se pode deixar de observar as viagens que o então presidente turcomeno, Sapamurat Niyazov, realizou ao EUA durante os anos 1990, na busca por investimentos estrangeiros no desenvolvimento de infraestruturas para a extração e a venda de gás natural, sua principal *commodity*. Em 1993, Niyazov viajou até os EUA, mas não fora recebido pelo então presidente estadunidense Bill Clinton<sup>63</sup>. Cinco anos mais tarde, em 1998, os presidentes finalmente se encontram na Casa Branca, sede do governo estadunidense<sup>64</sup>.

Durante esse período dos anos 1990, diversas eram as empresas que começavam a adentrar a região centro-asiática com o capital privado e começavam a exploração do seu território, quebrando, assim, a hegemonia russa nesse espaço. À época, como veremos mais adiante, a Rússia tinha seus problemas internos e não estava interessada em manter uma proximidade em relação ao espaço centro-asiático. Esse vácuo político russo permitiu, dentre outras coisas, que se desenvolvesse uma rede de infraestruturas e acordos entre empresas petrolíferas transnacionais e os países da Ásia Central no que tange à exploração de recursos. Nesse mesmo período, por exemplo, iniciaram-se as conversações sobre um consórcio envolvendo Estados Unidos, Turcomenistão, Rússia, Arábia Saudita, Japão, Coreia do Sul e Paquistão. Embora a Rússia fizesse parte do negócio, a iniciativa não veio de sua estatal Gazprom. O empreendimento surgiu por interesse dos árabes e dos estadunidenses. A UNOCAL liderava o projeto que pretendia levar gás do Turcomenistão ao Paquistão através de um sistema de gasoduto, cortando o Afeganistão. Tal empreitada recebeu o nome de *Central Asia Gas Pipeline, Ltd (CentGas)*<sup>65</sup>. Apesar de o projeto com o Turcomenistão não ter seguido adiante (também por questões de segurança), outras tentativas foram realizadas nos outros países da região.

A Exxon Mobil Corporation, a Chevron, a KazMunayGas e a LukArco (uma joint venture entre a russa Lukoil e a estadunidense ARCO, atualmente pertencente à Marathon Petroleum), em 1993, firmaram a *joint venture* Tengizchevroil. O principal objetivo da empresa, o de explorar os campos petrolíferos no mar cáspio e no nordeste do Cazaquistão, complementava o *Caspian Pipeline Consortium*, que partia da costa do Mar Cáspio, no Cazaquistão, até a costa do Mar Negro, na Rússia. A Newmont Mining Corporation (maior empresa de mineração do mundo), no mesmo ano, criou junto ao governo do Uzbequistão

---

<sup>63</sup>Ex-Communist Rules Turkmenistan Like a Sultan. The New York Times. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1995/11/23/world/ex-communist-rules-turkmenistan-like-a-sultan.html> - acesso em 13 ago.2020.

<sup>64</sup> Turkmenistan: President Receives Low-Key Welcome At White House. Radio Free Europe / Radio Liberty. Disponível em: <https://www.rferl.org/a/1088457.html> - acesso em 13 ago. 2020

<sup>65</sup> Tal projeto hoje se chama *TAPI (Turkmenistan – Afghanistan – Pakistan – India) gas pipeline*. As dificuldades para a execução do projeto ainda continuam, apesar dos avanços graduais que os países realizam com o apoio de países como a Rússia. Os principais obstáculos à conclusão do projeto são a geografia acidentada dos países, a instabilidade de algumas regiões em que se pretende alocar os gasodutos e a situação financeira dos participantes.

também uma *joint venture* chamada Zarafshan-Newmont, para a expansão da exploração dos recursos presentes na mina de ouro *Muruntau*, situada no deserto de Kyzyl Kum<sup>66</sup>.

Com a eclosão da Guerra ao Terror, após os ataques de 11 de setembro de 2001, durante a administração Bush, e a conseqüente invasão do Afeganistão (*Operation Enduring Freedom* ou *Operação Liberdade Duradoura*), os territórios da Ásia Central são refuncionalizados no quadro da geoestratégia estadunidense. Os países da Ásia Central passam a servir como locais de trânsito para as tropas dos EUA, que, inclusive, contaram, em um primeiro momento, com o apoio russo e chinês. O então ministro da defesa russo, Sergei Ivanov, chegou a dizer que, se “fosse necessário”, poderiam ser utilizadas bases no Tadjiquistão para ataques contra alvos afegãos<sup>68</sup>. Quatro países, dos cinco que antes eram integrados ao espaço soviético, colaboraram com os ocidentais na guerra do Afeganistão: Cazaquistão, Uzbequistão, Quirguistão e Tadjiquistão.

No Uzbequistão, as tropas estadunidenses chegaram ao país em outubro de 2001<sup>69</sup>. O país permitiu que as forças armadas estadunidenses se hospedassem na base aérea de Karshi-Khanabad (também conhecida como K-2), aproximadamente a 145 km de distância do território afegão. Em um primeiro momento, cerca de 1.000 homens foram estacionados na base, que recebeu autorização para funcionar apenas como um ponto de apoio logístico e humanitário para as tropas dos EUA e dos aliados. Posteriormente, a base foi se tornando um ponto fundamental na rede logística de apoio às tropas referentes à área de responsabilidade das Forças Armadas dos EUA<sup>70</sup>.

Após o episódio ocorrido em Andijan<sup>71</sup>, no ano de 2005, e a resposta dada ao evento pelo então presidente do Uzbequistão, Islam Karimov, geraram críticas na comunidade internacional, fazendo com que setores do próprio EUA defendessem o encerramento nas parcerias entre os dois países. Todavia, quem pôs fim a essa cooperação foi o Uzbequistão, após o governo estadunidense também se unir aos organismos internacionais e pedir uma investigação internacional sobre as reações que as forças armadas uzbeques tiveram durante os eventos em Andijan<sup>72</sup>. Quatro anos mais tarde, o presidente uzbeque permitiu que cargas da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) utilizassem o aeroporto de Navoiy e seu sistema ferroviário para a circulação de suas cargas não letais com destino ao Afeganistão<sup>73</sup>.

Por sua vez, o Tadjiquistão permitiu, em 2001, que os Estados Unidos e os aliados utilizassem suas bases e seu espaço aéreo como ponto de suporte às campanhas contra o

<sup>66</sup> Zarafshan Newmont Joint Venture- Third facility. European Bank for Reconstruction and Development. Disponível em: <https://www.ebrd.com/work-with-us/projects/psd/zarafshan-newmont-joint-venture-third-facility.html> - acesso em 13 ago.2020.

<sup>67</sup> Uzbekistan. U.S. Department of State. Disponível em: <https://2009-2017.state.gov/outofdate/bgn/uzbekistan/81746.htm> - acesso em 13 ago.2020.

<sup>68</sup> The United States and The Global Coalition against terrorism, september 2001 – december 2003. U.S Department of State Archive. Disponível em: <https://2001-2009.state.gov/r/pa/ho/pubs/fs/5889.htm> - acesso em 14 ago.2020.

<sup>69</sup> U.S. troops at Uzbekistan military base. CNN. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2001/US/10/09/ret.us.uzbekistan/index.html> - acesso em 14 ago.2020.

<sup>70</sup> Khanabad, Uzbekistan Karshi-Kanabad (K2) Airbase Camp Stronghold Freedom. Global Security.org. Disponível em: <https://www.globalsecurity.org/military/facility/khanabad.htm> - acesso em 14 ago.2020

<sup>71</sup> Em maio de 2005, a população de Adjian, no leste do Uzbequistão, promoveu uma série de manifestações contra as condições socioeconômicas em que se encontrava a região. Os protestos foram reprimidos pelos serviços de segurança do país. O número exato de mortos nunca foi revelado. Oficialmente, o governo alegou terem sido 113 vítimas, mas os organismos que atuam na defesa dos direitos humanos acreditam em um número muito maior. A reação do governo uzbeque ante a insatisfação popular foi severamente criticada pelos países ocidentais.

<sup>72</sup> Uzbekistan kicks US out of military base. The Guardian. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2005/aug/01/usa.nickpatonwalsh> - acesso em 14 ago.2020.

<sup>73</sup> Uzbek President announces air transit for NATO's Afghan operations. UZ Daily. Disponível em: <http://www.uzdaily.uz/en/post/5653> - acesso em 17 ago.2020.



Talibã<sup>74</sup>. Tadjiquistão desempenhou, na guerra ao terror, um papel menos significativo que o do Uzbequistão e o do Quirguistão, todavia tinha uma certa importância para os ocidentais por fazer fronteira com o Afeganistão e, também, por ser uma conexão territorial com o país, o que permitiria o envio de alimentos e o possível desenvolvimento de projetos de cooperação com os povos que viviam nas fronteiras entre os dois países<sup>75</sup>. Estima-se que a cooperação dos EUA com o Tadjiquistão (que, além do treinamento e do suporte às forças armadas tadjiques, desenvolveu estruturas terrestres de conexão entre o país e o Afeganistão<sup>76</sup>) dure até os dias atuais, com o Tadjiquistão fornecendo seus aeroportos e suas rodovias como rotas para cargas não militares dirigidas às forças da OTAN presentes no Afeganistão e com os EUA, financiando e dando suporte operacional às forças armadas tadjiques<sup>77</sup>. Todavia, não há presença de tropas estadunidenses estacionadas no Tadjiquistão, que mantém um *status* de rota alternativa necessária aos ensejos estratégicos das Forças Armadas dos EUA.

Já o Cazaquistão tem um papel estratégico mais contemporâneo na guerra do Afeganistão. Desde 2009, autoriza o uso do seu espaço aéreo, além de pouso e trânsito de equipamentos para as forças armadas dos EUA e da OTAN<sup>78</sup>. Assim como o Tadjiquistão, o Cazaquistão permite apenas a movimentação de material não letal sobre o seu território<sup>79</sup>. Em mais um processo de se estabelecer como um interlocutor da Ásia Central com o Mundo e de se posicionar como um país mediador de conflitos, em abril de 2018<sup>80</sup>, o Cazaquistão ampliou a sua cooperação para a estabilidade regional quando permitiu a utilização de seus portos localizados no Mar Cáspio para o recebimento e o envio de material às tropas ocidentais no Afeganistão. O ministro das relações exteriores do Cazaquistão à época, Kairat Abdrakhmanov, disse em entrevista que o principal tipo de carga eram veículos blindados sem armamentos<sup>81</sup>. Além disso, o Cazaquistão é um dos principais interessados regionais na resolução do conflito afegão e no suporte à retirada das tropas da coalisão do país, juntamente com os seus vizinhos uzbeques. Os cazaques e uzbeques são importantes e necessários no contexto pós-guerra Afegã<sup>82</sup>.

Quanto ao Quirguistão, este foi, ao lado do Uzbequistão, em um primeiro momento, o país que mais deu suporte às tropas aliadas e às operações no Afeganistão. Na capital do Quirguistão, os Estados Unidos estabeleceram, em 2001, uma base aérea no Aeroporto

<sup>74</sup> Country Profile: Tajikistan. Library of Congress – Federal Research Division. Disponível em: <https://www.marines.mil/Portals/1/Publications/Tajikistan%20Profile.pdf> – acesso em 14 ago.2020.

<sup>75</sup> The United States and The Global Coalition against terrorism, september 2001 – december 2003. U.S Department of State Archive. Disponível em: <https://2001-2009.state.gov/r/pa/ho/pubs/fs/5889.htm> - acesso em 14 ago.2020.

<sup>76</sup> Tajikistan Offers To Transit NATO Supplies To Afghanistan. Radio Free Europe / Radio Liberty. Disponível em: <https://www.rferl.org/a/Tajikistan Offers To Transit NATO Supplies To Afghanistan/1380459.html> - acesso em 17 ago.2020.

<sup>77</sup> U.S. Embassy Constructs Outpost for Tajikistan’s Border Forces on the Tajik-Afghan Border. U.S. Embassy in Tajikistan. Disponível em: <https://tj.usembassy.gov/pr-11012019/> - acesso em 17 ago.2020.

<sup>78</sup> Kazakhstan: Recent Developments and U.S. Interests. Congressional Research Service. Disponível em: <https://fas.org/sgp/crs/row/97-1058.pdf> - acesso em 17 ago. 2020.

<sup>79</sup> Kazakhstan allows cargo transit for US and NATO troops. France 24. Disponível em: <https://www.france24.com/en/20090209-kazakhstan-allows-cargo-transit-us-nato-troops-> - acesso em 17 ago. 2020.

<sup>80</sup> Kazakhstan Expands NATO's Northern Distribution Network With Its Seaports. Caspian News Disponível em: <https://caspiannews.com/news-detail/kazakhstan-expands-natos-northern-distribution-network-with-its-seaports-2018-4-20-21/> - acesso em 17 ago.2020.

<sup>81</sup> Astana Denies Plans For Kazakhstan To Host U.S. Military Base. Caspian News. Disponível em: <https://caspiannews.com/news-detail/astana-denies-plans-for-kazakhstan-to-host-us-military-base-2018-7-11-4/> - acesso em 17 ago. 2020.

<sup>82</sup> Visita de Pompeo à Ásia Central seria tentativa de reduzir influência de Rússia e China na região? Sptunik Brasil. Disponível em: [https://br.sputniknews.com/asia\\_oceania/2020020315090551-visita-pompeo-asia-central-para-tentar-reduzir-influencia-de-russia-e-china-na-regiao/](https://br.sputniknews.com/asia_oceania/2020020315090551-visita-pompeo-asia-central-para-tentar-reduzir-influencia-de-russia-e-china-na-regiao/) - acesso em 18 ago. 2020.

Internacional Biskeque-Manas. Entre 2001 e 2014, ano em que a base foi encerrada, mais de 5,3 milhões de militares estadunidenses e aliados passaram pela base, e cerca de 33 mil missões de reabastecimentos foram feitas com suporte dela, segundo documento publicado pelo *NATO Strategic Communications Centre of Excellence*<sup>83</sup>. De dezembro de 2001 a outubro de 2003, foi a única base estrangeira em solo quirguiz, pois, em 24 de outubro de 2003, ocorre a abertura da Base Aérea de Kant, operada pela Federação Russa<sup>84</sup>.

O *Transit Center at Manas*, como era conhecida a base, foi um elemento importante no sistema de transporte e suporte à Operação Liberdade Duradoura, principalmente após os eventos no Uzbequistão no ano de 2009 e as recusas do Tadjiquistão em hospedar uma base estrangeira em seu território<sup>85</sup>. Apesar das tensões envolvidas nas negociações, a renovação de uso da base ocorreu por duas vezes: em 2006 e em 2009. A primeira renovação, realizada um ano após o movimento que levou à queda do presidente Askar Akayev, veio durante o governo de Kurmanbek Bakiyev, acompanhada de uma elevação da taxa de pagamento pela utilização do espaço. De \$ 2,5 milhões, tal taxa passou para \$ 20 milhões de dólares ao ano. Além disso, foi acordado um valor de \$150 milhões de dólares em assistência dos EUA para o Quirguistão ao longo dos anos<sup>86</sup>. Já a segunda renovação, três anos depois, teve lugar após a aprovação do congresso quirguiz em fechar a base, depois da promessa de assistência milionária entre Rússia e Quirguistão<sup>87</sup>. A situação foi revertida e os Estados Unidos reiteraram a sua presença no país com um acordo em que o valor da assistência aumentou de \$150 para \$180 milhões de dólares<sup>88</sup>, assim como o aluguel da base aumentou de \$20 para \$60 milhões.

Em 2013, já sob o governo de Almazbek Atambaiev, eleito após as manifestações populares que derrubaram Bakiyev em 2011, o parlamento votou pela não renovação do contrato de uso da base. O prazo para a retirada das tropas estadunidenses e da Força Internacional de Apoio à Segurança (ISAF) foi de um ano. Desse modo, em junho de 2014, a base foi formalmente entregue às forças quirguizes, o que deu fim a doze anos de operações da coalisão internacional no Quirguistão. Durante esse período, estima-se que o Quirguistão tenha recebido \$318 milhões de dólares em investimento direto<sup>89</sup>. Atualmente, apenas a Base Aérea de Kant, operada pelos russos, permanece como força estrangeira atuante no país.

De acordo com o “*United States Strategy for Central Asia for 2019-2025*”, documento lançado em fevereiro de 2020, durante a visita do então Secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, ao Cazaquistão e ao Uzbequistão, os EUA forneceram \$ 9 bilhões em assistência direta à Ásia Central, abrindo-lhe também a possibilidade de até \$ 50 bilhões em empréstimo através dos organismos internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento). Além disso, tal documento mostra que a

<sup>83</sup> US Transit Center at Manas. NATO Strategic Communications Centre of Excellence. Disponível em: <https://www.stratcomcoe.org/download/file/80781> - acesso em 18 ago. 2020.

<sup>84</sup> Central Asia Report: October 24, 2003. Radio Free Europe/Radio Liberty. Disponível em: <https://www.rferl.org/a/1342229.html> - acesso em 24 dez.2021

<sup>85</sup> Tajikistan says Russia is main partner, rejects foreign offers. Reuters. Disponível em: [https://www.reuters.com/article/us-tajikistan-russia/tajikistan-says-russia-is-main-partner-rejects-foreign-offers-idUSBRE83G0QN20120417#:~:text=DUSHANBE%20\(Reuters\)%20-%20Tajikistan%2C,its%20president%20said%20on%20Tuesday](https://www.reuters.com/article/us-tajikistan-russia/tajikistan-says-russia-is-main-partner-rejects-foreign-offers-idUSBRE83G0QN20120417#:~:text=DUSHANBE%20(Reuters)%20-%20Tajikistan%2C,its%20president%20said%20on%20Tuesday). – acesso em 18 ago. 2020.

<sup>86</sup> The U.S. – Kyrgyz military base negotiations. The Central Asia-Caucasus Analyst. Disponível em: <http://cacianalyst.org/publications/field-reports/item/11077-field-reports-caci-analyst-2006-9-6-art-11077.html> - acesso em 18 ago. 2020.

<sup>87</sup> Kyrgyzstan shuts U.S. base. Reuters. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-afghan/kyrgyzstan-shuts-u-s-base-idUSLJ81827320090219> - acesso em 18 ago.2020.

<sup>88</sup> Kyrgyz parliament approves U.S. base deal. Reuters. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-usa-kyrgyzstan-base/kyrgyz-parliament-approves-u-s-base-deal-idUSTRE55O1DP20090625> - acesso em 18 ago.2020

<sup>89</sup> US Transit Center at Manas. NATO Strategic Communications Centre of Excellence. Disponível em: <https://www.stratcomcoe.org/download/file/80781> - acesso em 18 ago. 2020.

estratégia estadunidense para a região, até pelo menos 2025, apresenta, no campo político, seis objetivos: (a) apoiar e fortalecer a soberania e a independência dos Estados da Ásia Central regionalmente; (b) reduzir as ameaças terroristas na Ásia Central; (c) expandir e manter o apoio à estabilidade no Afeganistão; (d) estimular a conectividade entre a Ásia Central e o Afeganistão; (e) promover reformas no Estado de direito e o respeito aos direitos humanos; (f) promover investimentos estadunidenses para e no desenvolvimento da Ásia Central.

Esse mesmo documento demonstra, com muita clareza, que a principal função da Ásia Central, no âmbito do projeto geopolítico estadunidense, é parte da plataforma para a reconstrução do Afeganistão. Por isso, os EUA apoiam fortemente o desenvolvimento e a facilitação de comércios e bens através das redes de transporte entre os Estados centro-asiáticos e o Afeganistão, por meio do corredor *Lapis-lazuli*, por exemplo. Também auxiliam redes de conexão que permitam a cooperação energética entre a Ásia Central e o Afeganistão. O *Central Asia-South Asia power Project* (CASA-1000), por exemplo, é um desses projetos de distribuição de energia apoiados pelo Banco Mundial<sup>90</sup>.

A importância do espaço centro-asiático (na geoestratégia estadunidense) se expandiu ainda mais com a força que o Talibã reestabeleceu no Afeganistão com a retirada mais acelerada, no segundo semestre de 2021, das tropas estrangeiras. O grupo tomou diversos pontos e cidades afegãs estratégicas, que apresentam grande fluxo comercial com os países da Ásia Central, colocando em risco a plataforma geopolítica estadunidense. No dia 22 de junho, por exemplo, a cidade de Shir Khan Bandar foi tomada pelos rebeldes que passaram a ter o controle da ponte que liga o país ao Tadjiquistão<sup>91</sup>. No começo de julho, essa tomada de território se expandiu para a fronteira com o Uzbequistão.

Tal ação do Talibã ocasionou uma crise migratória, com a fuga de milhares de soldados afegãos para o Tadjiquistão e o Uzbequistão, os quais acolheram boa parte desse contingente<sup>92</sup>. Ao passo que o domínio territorial do grupo insurgente aumentava, os Ministros das Relações Exteriores de Tadjiquistão e Uzbequistão foram a Washington se encontrar com o então Secretário de Estado estadunidense, Antony J. Blinken. Na agenda, além das temáticas envolvendo cooperação, também esteve a situação do Afeganistão, conforme as notas oficiais do Governo dos EUA<sup>94</sup>. O governo Biden tem grande interesse em estabelecer uma nova base na Ásia Central, defendendo como candidatos os dois países citados anteriormente e utilizando o argumento de uma possível ajuda ao Afeganistão.

Entretanto, um dos países (Tadjiquistão) já conta com uma base russa em seu território; além disso, esse espaço, como veremos adiante, é extremamente importante para a geopolítica da Rússia e da China. Então, (re)estabelecer uma base estadunidense na Ásia Central também

<sup>90</sup> Central Asia South Asia Electricity Transmission and Trade Project (CASA-1000). The World Bank. Disponível em: <https://projects.worldbank.org/en/projects-operations/project-detail/P145054> - acesso em 18 ago. 2020.

<sup>91</sup> Taliban capture Afghanistan's main Tajikistan border crossing. France24. Disponível em: <https://www.france24.com/en/live-news/20210622-taliban-capture-afghanistan-s-main-tajikistan-border-crossing> - Acesso em 22 jun.2021.

<sup>92</sup> ABOUT THE SITUATION ON THE BORDER WITH AFGHANISTAN. Statement by the Press Center of the Border Troops of the State Committee for National Security. KHOVAR. Disponível em: <https://eng.khovar.tj/2021/07/about-the-situation-on-the-border-with-afghanistan-statement-by-the-press-center-of-the-border-troops-of-the-state-committee-for-national-security/> - Acesso em 05 jul.2021.

<sup>93</sup> Uzbekistan bracing for possible Afghan refugee crisis. Eurasianet. Disponível em: [https://eurasianet.org/uzbekistan-bracing-for-possible-afghan-refugee-crisis?utm\\_source=dlyr.it&utm\\_medium=twitter](https://eurasianet.org/uzbekistan-bracing-for-possible-afghan-refugee-crisis?utm_source=dlyr.it&utm_medium=twitter) - Acesso em 05 jul.2021.

<sup>94</sup> Secretary Blinken's Meeting with Tajikistan Foreign Minister Muhridin. Office of the Spokesperson. Disponível em: <https://www.state.gov/secretary-blinkens-meeting-with-tajikistan-foreign-minister-muhridin/> - Acesso em 05 jul. 2021.

<sup>95</sup> Secretary Blinken's Meeting with Uzbekistan Foreign Minister Kamilov. Office of the Spokesperson. Disponível em: <https://www.state.gov/secretary-blinkens-meeting-with-tajikistan-foreign-minister-muhridin/> - Acesso em 05 jul. 2021.

pode demonstrar uma tentativa de contenção estadunidense da relação sino-russa, cada vez mais influente na região. Atentos a essa movimentação, os russos parecem já ter enviado seu recado a Washington, alegando que “a saída do Afeganistão não deve se transformar em uma redistribuição militar por países vizinhos”, como disse, à mídia russa<sup>96</sup>, o então representante especial do Kremlin no Afeganistão, Zamir Kabúlov.

Completando este subtópico, é importante destacar que a política dos EUA para a região centro-asiática foi e é materializada no território através de mecanismos estruturais econômicos e tecno-informacionais. Observamos isso através da instalação de empresas e a tentativa de atração de investimentos para tais Estados, que, de certo modo, trouxeram algum sucesso com a criação *joint-ventures* apontada anteriormente, bem como com empréstimos, auxílio monetário, desenvolvimento de estruturas rodoviárias, industriais e energéticas, apoio às forças armadas dos países da região e afins. Todavia, esses fatores não garantem, aos estadunidenses, uma influência política e econômica avantajada na Ásia Central em relação aos outros dois atores que abordaremos nas páginas seguintes. Isso ocorre por dois motivos.

O primeiro motivo decorre da ausência de um projeto geopolítico estadunidense de envergadura mais robusta em relação aos seus principais adversários na região. Suas atuações são pontuais e em prol de uma política de atenuação de danos ocasionados pelo seu antigo código geopolítico de inserção em uma zona de influência que, até então, não tinham sob seu controle total. Nesse sentido, os outros *players* geopolíticos logram mais sucesso que os EUA, justamente por compreenderem que esse espaço é de sua influência, além de serem mais próximos à realidade política, econômica e até cultural da Ásia Central, o que lhes permite movimentações e tomadas de decisão mais bem estipuladas. O que observamos recentemente, na geopolítica estadunidense, é a mudança da cooperação internacional para a cooperação local-regional como principal *background* dessa geopolítica.

Já o segundo motivo da desvantagem dos EUA é a ausência de cooperação nessa estratégia, isto é, a não promoção de uma integração regional entre os Estados da Ásia Central, em um primeiro momento, para posteriormente a incorporação de tal região à sua prática geopolítica global (no caso, a guerra ao terror). Hodiernamente, os estadunidenses tentam corrigir isso através da *C5+1 Diplomatic Platform*, plataforma por meio da qual buscam promover uma maior conexão regional (entre os próprio Estados da Ásia Central) juntamente com os EUA via questões ligadas a segurança, economia regional e afins.

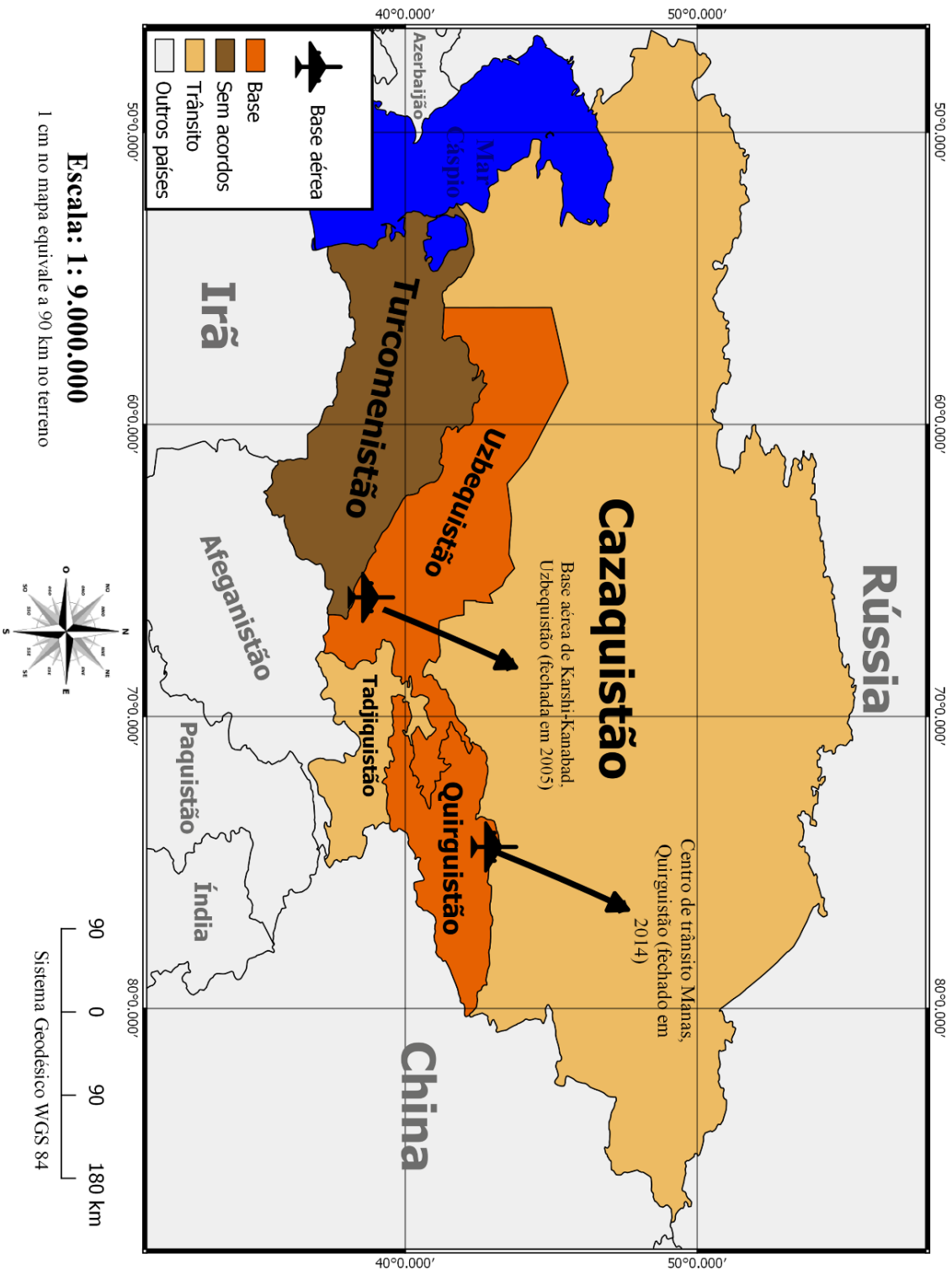
Nessa perspectiva, a Rússia e a China souberam melhor costurar essa cooperação regional intergovernamental, através de múltiplos acordos e blocos regionais de assistência econômica e de defesa, acordos realizados desde o final dos anos 1990 e aprofundados no século XXI. Nisso reside o fator determinante da inferioridade estadunidense na Ásia Central.

---

<sup>96</sup> "La salida de Afganistán no debe convertirse en un redespliegue militar por los países vecinos". Sputnik Mundo. Disponível em: <https://mundo.sputniknews.com/20210703/1a-salida-de-afganistan-no-debe-convertirse-en-un-redespliegue-militar-por-los-paises-vecinos-1113780574.html>. Acesso em: 04 jul. 2021.

Figura 4 - Tipos de cooperação militar entre os países da Ásia Central e os EUA entre 2001-2014

### Histórico da presença das forças armadas estadunidense na Ásia Central



Fonte: Elaboração do autor



### 2.3 Ásia Central e Rússia: a concepção do 5 +1 e a sua influência na geopolítica chinesa

Outro país que está introjetado na ação geopolítica da Ásia Central é a Rússia. Historicamente, os russos adentraram na Ásia Central durante o século XVII, segundo HAMBLY et al (1972), buscando para além dos recursos naturais existentes na região, uma maior estabilidade nas suas fronteiras meridionais. Para tal, o Império Russo, construiu uma série de fortes e estimulou a ocupação de territórios que iam do Mar Cáspio a Öskemen (atual Cazaquistão). Isto porque, os russos temiam os diversos ataques que os cazaques faziam dentro de seu território, o que também dificultou o comércio centro-asiático - russo. A partir de 1820, principalmente após o fim dos canatos de duas das três hordas cazaques<sup>97</sup>, deu-se espaço para unidades políticas subordinadas aos russos, as quais permitiram uma incursão mais efetiva sobre o território centro-asiático.

Após as invasões sobre o canato de Kokand e conquistas de território na região do Rio Ili, no final da década de 1940 do século XVIII, os planos de expansão do território russo para o sul foram freados devido à Guerra da Crimeia (1854-1856). O flanco sul só retornou para o radar do czar anos mais tarde, devido à Guerra de Secessão (1861-1865), uma vez que os EUA eram o principal fornecedor de algodão para o Império Russo, e devido ao conflito civil estadunidense o abastecimento para os russos foi debilitado. Observando o espaço centro-asiático como um possível ponto de plantio de algodão, os militares russos invadiram todo o Vale Chuy (que, atualmente, corresponde aos territórios do Quirguistão e do Cazaquistão). O ordenamento territorial perante uma entidade regional, que englobava todos estes espaços em uma única administração política e econômica, veio em 1865, quando foi fundada a *oblast* do Turquestão (não englobando os protetorados de Khiva e de Bucara), sendo esta administrada pelo governador geral de Oremburgo (HAMBLY et al., 1972).

O Turquestão passou a ter seu próprio administrador em 1867, com a criação do cargo de governador geral do Turquestão. O primeiro a ocupar o posto foi o militar Konstantin Petrovich von Kaufmann. Com Kaufmann, iniciaram-se os primeiros passos de um modelo político-econômico-territorial russo na Ásia Central, mas respeitando os costumes dos povos locais (HAMBLY et al., 1972). Nesse momento, com a contínua conquista dos territórios adjacentes (a exemplo da conquista do atual Turcomenistão em 1881), os russos também estimularam a ocupação de regiões propícias ao cultivo. Dentre outras ações (que citamos no começo do capítulo, como a construção de ferrovias), o Império continuou a estimular a colonização dos territórios centro-asiáticos. Os colonos, como ficaram conhecidos os russos que migravam para a Ásia Central, eram donos da grande maioria das plantações e das terras utilizáveis para o plantio de algodão, cereal e outros produtos.

Da mesma maneira que, em 1905, a população na Rússia estava impaciente e exigia do czar mudanças políticas (REIS FILHO, 2003), os povos islâmicos na Ásia Central, segundo HAMBLY et al. (1972), já se encontravam inquietos por considerarem que haviam sido abandonados no que dizia respeito ao seu próprio desenvolvimento. Entende-se que, após os eventos de 1905,

Manteve-se o papel central do Estado e o reformismo pelo alto, na tradição da intelectocracia russa, representada no período sobretudo por P.Stolypin (1906-1911). Abandonou-se, contudo, em larga medida, a perspectiva de construção de uma modernidade alternativa, centrada em valores comunitários e estatistas e no interesse geral. (REIS FILHO, 2003, p.46).

<sup>97</sup> As Hordas Cazaques se formaram após a morte de Kasym Khan, que manteve durante o seu reinado um domínio sobre todo o território que outrora pertenceu a Abu'l-Khayr Khan, tendo este unificado todas as tribos nômades situadas entre o rio Ural e Sir-Dária. Três eram as Hordas que dividiram e comandaram o território do atual Cazaquistão entre os séculos XVI e XIX: *Ulu Zhuz*, *Orta shuz* e *Kishi Zhus*. (HAMBLY et al., 1972).

A “contrarrevolução autocrática”, como chama Reis Filho (2003), que ecoava os problemas internos que a Rússia sofria nesse período, também refletiram na Ásia Central. A *oblast* do Turquestão, assim como todo o resto do Império, igualmente sofreu com os altos impostos cobrados por Nicolau II e com a alta inflação, além das consequências da participação russa na Primeira Guerra Mundial. Durante a Primeira Grande Guerra, o Turquestão teve um papel importante. Por um lado, passou a ser território de reterritorialização para os refugiados da zona de guerra. Por outro lado, o caráter de território para uso e exploração foi mais acentuado. Por exemplo, as carroças, os gados e as *yurts*<sup>98</sup> das populações locais foram requisitados e utilizados pelas tropas russas durante suas campanhas. Ademais, estima-se que 225 mil prisioneiros austro-húngaros tenham sido enviados para campos de detenção localizados no Turquestão (HAMBLY et al., 1972).

A participação da Rússia na Primeira Guerra Mundial foi, inclusive, um dos pontos que levaram o país à Revolução de 1917. A sociedade do país, a essa altura, já sofria com a escassez e o Czar era constantemente alvo de críticas devido ao seu modo de atuação não somente na política interna, mas também na forma como conduzia suas forças armadas durante a guerra. O ponto final da era imperial na Rússia ocorreu no começo de 1917, em fevereiro, com a queda do Czar diante dos movimentos sociais de Petrogrado, que protestavam contra o governo (REIS FILHO, 2003). Com o fim da dinastia Romanov, a população passou a contestar, falar e opinar sobre os caminhos da Rússia. A organização das massas (soldados, camponeses, trabalhadores industriais), em conselhos (*soviets*), expressava os desejos, os anseios e os objetivos para suas classes.

Dentre os múltiplos congressos realizados pelas diversas classes da sociedade russa, durante o ano de 1917, e as tomadas de decisão do governo provisório eleito pela Duma após a revolução de fevereiro, o país realizou uma ofensiva fracassada contra a Alemanha, que forçou a renúncia do então governo e a formação de um novo, o qual contou com a participação dos deputados *soviets*. Todavia, tal governo quase se tornou uma ditadura através da figura de Kornilov, visto pela elite do governo como um chefe militar republicano (REIS FILHO, 2003). A sua tentativa de golpe fracassou, o que deu espaço para os *soviets* e as forças populares. Segundo Reis Filho (2003),

Teve início, então, um processo fulminante de radicalização dos *soviets* de soldados e operários. Bolchevizavam-se não no sentido de que houvesse uma adesão formal ao partido bolchevique, mas no sentido de que aderiam à proposta bolchevique de que todo o poder deveria ser assumido pelos *soviets*. O fenômeno combinou-se com um crescente movimento de ocupação de terras. (REIS FILHO, 2003, p.63).

Em outubro de 1917, ocorre o golpe militar<sup>99</sup>, que encerrou o governo liberal que havia comandado o país nos últimos meses. Na realidade, o governo já havia perdido sua força depois dos eventos de Kornilov. Após a ação ter sido aprovada pelo congresso dos *soviets*, o evento ganhou ainda mais força política com a aprovação do governo soviético pelos camponeses, dois meses depois do ocorrido, em dezembro de 1917. A partir de então, começaram a ganhar forma as raízes do Estado Federativo Socialista Russo, o qual, posteriormente, viria a se tornar a URSS.

No contexto pós-golpe revolucionário de 1917, a Ásia Central tornou-se um espaço contrarrevolucionário por um motivo ainda ligado à disputa pelo uso da terra e ao processo colonizador do Império Russo no século anterior. Os colonos que ocuparam as terras, no espaço

<sup>98</sup> Habitação típica utilizada por povos nômades que viviam nas estepes da Ásia Central. Tradicionalmente está associada à cultura dos povos quirguizes, cazaques e mongóis.

<sup>99</sup> Conforme Reis Filho (2003, p.67) “A análise das circunstâncias sugere a hipótese de uma síntese: golpe e revolução. Golpe na urdidura, decisão e realização da inserurreição [...]. Revolução nos decretos, aprovados pelos *soviets*, reconhecendo e consagrando juridicamente as aspirações dos movimentos sociais”.

centro-asiático, opuseram-se aos bolcheviques – os quais haviam tomado o poder em outubro – e lutaram fortemente (inclusive de modo armado) contra estes. Segundo Hambly et al. (1972), desde 1916, os russos já oprimiam de forma muito violenta (com deportação e morte de um grande contingente populacional local) as revoltas que iam das estepes do Cazaquistão até a costa do cáspio.

Durante a ocupação no período imperial, grande parte dos cargos de importância – os postos mais altos nas fábricas, nos campos e afins – eram ocupados por russos, ficando o trabalho mais árduo e pesado para os locais. -Este sempre foi um dos motivos de revolta e atrito entre os colonos e a população local, uma vez que a exploração de suas riquezas estavam sob domínio estrangeiros. Além do fator ligado à manutenção de poder, dos colonos russos, à terra e recursos, os povos nativos da região também começaram a pleitear seus direitos e a sua autodeterminação, sobretudo no *Union des Nationalités*, evento realizado em 1916 na cidade de Lausanne, na Suíça (HAMBLY et al., 1972).

Entre o começo do ano de 1917 e a revolução de outubro, a Ásia Central viu a sua econômica cair e a fome se espalhar por toda a região. Enquanto isso, os povos centro-asiáticos eram duramente oprimidos pelos colonos russos, que também contavam com o apoio dos altos oficiais do exército imperial. Mesmo com a instauração do governo soviético no Turquestão, em Tashkent, também se viu pouca distinção entre o governo provisório de fevereiro e o revolucionário de outubro. O problema permanecia o mesmo: russos ocupando altos cargos, determinando e ditando os aspectos econômicos da região, sem a colaboração da população nativa. Contra isso, inúmeros movimentos nacionalistas das diversas populações centro-asiática se opuseram ao governo bolchevique; todavia, esses mesmos movimentos também foram utilizados pelos colonos russos como um instrumento de manobra para frear o avanço da revolução na Ásia Central (HAMBLY et al., 1972).

Até a ocupação total do Turquestão pelos bolcheviques, passaram-se anos e com a ocorrência de conflitos uma série de medidas tiveram de ser tomadas. Dentre tais medidas, constam negociações com movimentos nacionalistas (como o *Alash-Orda*), devolução de terras anteriormente confiscadas, revogação de leis contra práticas religiosas e afins. Essa plataforma política soviética também permitiu que o Turquestão e os protetorados de Khiva e Bucara criassem, em 1923, uma espécie de cooperação entre os Estados centro-asiáticos, através do Conselho Econômico da Ásia Central, que, segundo Hambly et al. (1972), “se tornou um poderoso instrumento no processo de integração das repúblicas independentes”. Tal cooperação possibilitou que os soviéticos tivessem uma maior aproximação dos protetorados e que, lentamente, estes fossem integrados à unidade territorial do Turquestão. Isso foi realizado através da integração entre o Turquestão, Khiva e Bucara por meio das redes soviéticas (de comunicação, de transporte, de economia).

Apesar da existência dos múltiplos movimentos nacionalistas na Ásia Central, estes foram perdendo espaço e apoio popular à medida que não conseguiam realizar suas promessas. Gradualmente, tais Estados foram se integrando, através de intervenções e associações, ao Partido Comunista. Somente em outubro de 1924 (com a legitimação do Tratado da Criação da União das Repúblicas Socialistas na Constituição Soviética de 1924) formou-se, na Ásia Central, a seguinte configuração territorial: a **República Socialista Soviética do Uzbequistão** (englobando boa parte do canato de Khiva, a região de Samarcanda e Fergana), a **República Socialista Soviética do Turcomenistão** (compreendendo a região do Mar Cáspio, partes ocidental do Emirado de Bucara e um pedaço de Khiva), a **República Socialista Soviética Autônoma do Cazaquistão** (boa parte da *oblast* do Turquestão, ligada a Federação Russa) e a **República Socialista Soviética Autônoma do Tadjiquistão** (localizada no interior da República Socialista Soviética do Uzbequistão, contemplando a região próxima às cordilheiras Pamir, que anteriormente pertenciam ao Emirado de Bucara), além das **regiões autônomas** da **Quirguízia** e do **Caracalpaquistão** (posteriormente englobada ao Uzbequistão). Até o ano de



1936, a região passou por diversas modificações em termos políticos, tendo, Tadjiquistão, em 1929, deixado de ser uma república autônoma, se tornando a **República Socialista Soviética Tadjique**. O Cazaquistão e o Quirguistão tornaram-se repúblicas constituintes da URSS na Constituição Soviética de 1936 e passaram a se chamar **República Socialista Soviética Cazaque (ou do Cazaquistão)** e **República Socialista Soviética Quirguiz (ou do Quirguistão)**, respectivamente.

Durante a era soviética, a cooperação foi um dos principais instrumentos de funcionamento do socialismo no espaço centro-asiático. Pode-se compreender que os bolcheviques aplicaram o socialismo na Ásia Central em três fases distintas, porém complementares: “*i) transição para a transição para o caminho socialista (1920-29), ii) coletivização em massa da agricultura (outono de 1929 até meados de 1930), iii) desenvolvimento e consolidação do sistema de coletivização agrícola*” (ROSLYYAKOV; TASHLIEV, 1965, p. 80, tradução e grifo meus).

Na Ásia Central, além desse processo de coletivização da terra e do sistema agrícola na região – que anteriormente estava em sua grande parte na mão dos colonos russos –, os bolcheviques começaram a inserir um sistema de produção modernizado tanto na área industrial quanto no campo (ferramentas modernizadas para cultivo, tratores etc.) Segundo Roslyakov e Tashliev (1965, p. 73-74), uma série de construções para irrigação em larga escala foi desenvolvida nos países da Ásia Central, além de múltiplos reservatórios hídricos. Na área urbana, as indústrias foram reconstruídas e outras, de novos segmentos, foram estabelecidas, o que permitiu disparar a exportação industrial de países como Uzbequistão, Turcomenistão, Quirguistão e Tadjiquistão. Os principais produtos exportados pelos países eram fertilizantes inorgânicos, ferro, algodão, vidro, equipamento elétricos e recursos minerais.

Os soviéticos também forneceram assistência tecnológica, especialistas e materiais para que os centro-asiáticos pudessem ter êxito em seu objetivo político e econômico no espaço centro-asiático. Pouco a pouco, os países da Ásia Central soviética foram desenvolvendo, na população local, indivíduos capazes de substituírem os especialistas anteriormente deslocados para o processo de desenvolvimento da economia centro-asiática. Nesse sentido, os soviéticos começaram também a desenvolver, a partir de 1920, com a abertura da Universidade Estadual da Ásia Central, em Tashkent, uma série de institutos de pesquisa e universidades, com o objetivo de formar e habilitar uma massa de cidadãos com alta educação (ROSLYYAKOV; TASHLIEV, 1965, p. 117).

Tais exemplos mostram que os russos desempenham, na Ásia Central, um papel mais significativo que os estadunidenses. Apesar de continuar a promover um ordenamento territorial que levou a uma série de equívocos durante as crises interétnicas ocorridas no espaço centro-asiático no século XX<sup>100</sup>, os soviéticos foram relevantes para o desenvolvimento da região centro-asiática em alguns aspectos importantes: contribuíram para o desenvolvimento dos setores industrial, agrícola, científico e, também, para as redes de transporte e telecomunicações. Em outras palavras: estabeleceram, de modo mais vigoroso, as junções desses espaços, por meio da tecnicidade que colaborou para a manutenção territorial soviética. Historicamente, a Rússia possui um papel de interventor na Ásia Central, o que lhe permite tanto conhecer um pouco melhor as nuances territoriais-sociais quanto ter uma aproximação cultural maior em relação a outros atores geopolíticos que objetivem atuar nesse espaço. Nesse sentido, a cooperação se torna muito mais acessível.

Entretanto, após o fim da URSS em 1991, a Rússia não assume esse papel de imediato. Segundo Segrillo (2000), durante a década de 1990, os russos passaram por um processo de

<sup>100</sup> Tal ordenamento territorial promovidos primeiramente pelo Império Russo e posteriormente pelos soviéticos, não levava em consideração a interação entre território, cultura, religião e os múltiplos sujeitos ali alocados. Essas crises interétnicas não se limitaram apenas à Ásia Central. Também ocorreram conflitos no Cáucaso, no Báltico e em outras áreas da URSS.

transição econômica e política. Esse período foi marcado pelos auxílios ocidentais que, sistematicamente, determinaram os caminhos que a política econômica do presidente Boris Yeltsin deveria seguir. Os atores da área econômica (principalmente Yegor Gaidar, Viktor Chernomyrdin e Anatoly Chubais) do governo Yeltsin estiveram em sintonia com as premissas do FMI e da *United States Agency for International Development* (USAID). Enquanto promoviam, no período pós-soviético, o maior processo de privatização da história, impulsionaram a abertura do mercado russo, permitindo a sobreposição dos bens estrangeiros sobre os de origem nacional e gerando uma forte queda de produtividade no setor industrial do país. Na década de 1990, também era recorrente o acúmulo das riquezas nacionais por uma elite muito específica e muito bem representada no âmbito do Kremlin. Essa elite, comumente chamada de oligarcas, se beneficiou das políticas de privatizações lançadas no período logo após o fim da antiga URSS. Esse grupo mantinha o controle sobre empresas estratégicas (setor energético, bancos, telecomunicações, aviação, etc).

Além da transformação econômica e política (com os constantes atritos entre Yeltsin e o parlamento), os embates no interior do Estado russo igualmente contribuíram para um afastamento da Rússia em relação à Ásia Central durante os primeiros anos após o apogeu soviético. No decorrer dessa era de transições, os russos tiveram dois grandes conflitos em seu território: trata-se das guerras da Chechênia, a primeira das quais eclodiu em 1994 e a segunda, em 1999. Ambos os eventos, ao mesmo tempo em que agravaram a crise russa (custeio monetário da guerra e perda de vidas humanas), também trouxeram um sentimento de respostas aos ataques que o país havia sofrido dos insurgentes chechenos. É nesse contexto de eliminação da ameaça à segurança nacional que surge Vladimir Vladimirovitch Putin.

Putin, que se tornou primeiro-ministro de Yeltsin em agosto de 1999 e, posteriormente, em 2000, presidente da Federação Russa, conferiu à política externa da Rússia uma nova plataforma geopolítica. Essa inovação na disposição geopolítica trouxe consigo uma nova visão sobre o posicionamento russo no cenário geopolítico mundial. A partir desse momento, a Rússia passaria a ser um importantíssimo *player* na esfera política mundial, deixando de ser um espaço sob a influência ocidental (o que perdurou durante os anos 1990), para ser um país influenciador (ou ator organizacional dos eventos econômicos e políticos no interior do território), sobretudo nos países que compuseram territorial e administrativamente parte do Império Russo e da URSS. É nessa conjuntura que a Ásia Central volta ao radar de Moscou<sup>101</sup>.

Segundo Svarin (2016), os espaços geopolíticos formulados pela política externa russa podem ser compreendidos em três setores: a Eurásia, o Euro-Atlântico e a Ásia-Pacífico. A construção desses três setores de influência e a relação geopolítica da Rússia com o Mundo permitem os russos colocar em prática a sua ideia de ter uma atuação sólida na arena política internacional, isto é, ter uma voz ativa e conseguir estabelecer um equilíbrio na esfera do poder mundial. Ainda conforme o autor, é igualmente possível reconhecer três escolas distintas que orientam o pensamento da política externa russa: os ocidentalistas, os estadistas e os civilizacionistas.

Focando especificamente nessa última escola, ela nos aproxima muito da corrente de pensamento descrita como “eurasianismo” ou “neoeurasianismo”. Os civilizacionistas, de acordo com Svarin (2016, p.3 apud Tsygankov, 2006, p. 7, tradução do autor), acreditam que “[...] a Rússia tinha sua própria civilização eurásiana oposta à do Ocidente e ao sistema ocidental de valores, insistindo na superioridade cultural da Rússia e da civilização centrada na Rússia”. A corrente eurasianista, por sua vez, “foi a primeira alternativa séria as teorias pró-ocidentais que eram dominantes no pensamento da política externa durante o final dos anos

---

<sup>101</sup> É necessário registrar que apesar desse afastamento (político) da Rússia em relação aos Estados do antigo bloco soviético, o país permaneceu como o principal parceiro econômico destes em boa parte dos anos 1990, sobretudo no contexto das organizações multilaterais e dos acordos firmados entre o Kremlin e os Estados Pós-Soviéticos do Cáucaso e da Ásia Central.

oitenta e começo dos anos noventa” (SERGUNIN, 2016, p.86, tradução do autor). Essa linha de pensamento tornou-se popular entre os intelectuais russos durante a década de 1990, enfatizando a singularidade russa, de culturalmente nunca ter feito parte da Europa. Por nunca ter sido parte da cultura europeia, a Rússia deveria ser tomar para si o papel de se estabelecer como uma ponte entre o Ocidente e o Oriente.

A corrente de pensamento eurasianista é interpretada de maneira distinta por dois grupos: “democráticos” e “eslavófilos”:

**Tabela 4** – Diferenças entre os eurasianistas democráticos e eslavófilos.

“Democráticos”	“Eslavófilos”
Têm como ponto de partida a insatisfação de um determinado setor político-intelectual com os governos ocidentais e a não inserção da Federação Russa nas tomadas de decisão dos organismos internacionais. Sua principal intenção é de conquistar a opinião pública e a elite política do país com a ideia de que os objetivos da Rússia, no espaço Eurasiático, estão ligados a questões histórico-culturais, bem como à manutenção da segurança e dos diretos humanos na região.	Apresentam uma visão de que a Rússia se distingue tanto do Ocidente quanto do Oriente. Nesse sentido, a Federação Russa se estabelece como uma terceira via, uma espécie de ponte de ligação entre esses dois espaços mundiais. Opuseram-se à assistência ocidental e acreditam que a Rússia tem uma missão histórica de controle e unificação dos territórios que outrora compuseram o Império Russo.

**Fonte:** Elaboração do autor com base em Sergunin (2016).

Independentemente da interpretação de pensamento no cerne do eurasianismo, o território é o principal ponto de reflexo e tensionamento para o discurso geopolítico e a manutenção de poder da Rússia sobre a Ásia Central, sobretudo por essa filosofia estar calcada na ideia do *Heartland*. Não à toa, um dos principais pensadores de tal corrente, o analista político Aleksandr Dugin, em sua obra intitulada *Geopolítica da Rússia contemporânea*, defende que “a civilização eurasiática, estabelecida, em redor do Heartland e tendo no seu seio os povos russos, é muito mais ampla do que a Rússia contemporânea” (DUGIN, 2016, p.11), compreendendo que “[...] praticamente todos os países da Comunidade de Estados Independentes fazem parte desta” (DUGIN, 2016, p.11). Apesar da ideia do eurasianismo e de seu caráter chauvinista não serem a única corrente filosófica componente da política externa russa, de fato, não deixam de exercer uma certa influência nessa política.

Apesar disso, a Rússia não é a única a exercer uma influência sobre a organização e a movimentação econômico-política do espaço centro-asiático. Como veremos mais adiante, a China tem se apresentado como um forte parceiro dos países pós-soviéticos que ali se estabeleceram, não permitindo uma hegemonia geopolítica russa nesse espaço. Então, como ambos os países, que servem como uma espécie de força contra-hegemônica no cenário geopolítico mundial, buscam interagir e trabalhar em conjunto com os territórios da Ásia Central?

Primeiramente, é necessário compreender que a relação sino-russa, deteriorada durante parte do século XX, foi restaurada com robustez durante o século XXI. Nos últimos anos, tal união vem desenvolvendo um arco espacial de atuação geopolítica, englobando espaços, indivíduos, culturas, técnicas, economias, estruturas tecnológicas e científicas. Esse arco espacial, que vai do Oriente Médio ao Sudeste Asiático, atua conforme as necessidades desses dois países. Nele, China e Rússia buscam estabelecer condições (em conjunto ou em acordos bilaterais com os países que integram o núcleo em questão) que as tornem um pouco mais independentes em relação ao Ocidente. Por isso, as referidas nações têm investido em

infraestruturas<sup>102</sup> e, sobretudo, em um modelo comercial em que, gradualmente, o dólar deixe de ser a moeda cardinal das transições<sup>103</sup>.

O arco geopolítico sino-russo representa uma combinação de interesses desses atores (China e Rússia), que passam a explorar os limites territoriais (e os elementos existentes no seu interior) dos países da Ásia Central, com o objetivo de operar de forma mais dinâmica possível as vantagens do espaço centro-asiático no contexto de suas ambições geopolíticas. Um desses mecanismos, por exemplo, é a ideia do 5+1.

A concepção do 5+1, segundo Hu, Liu e Yan (2017), surge em 2010 sob a forma de um mercado comum a Rússia, Cazaquistão e Belarus. Após anos de negociações e acordos, em 2015, os três países, com a adição do Quirguistão e da Armênia, formaram a União Econômica Eurasiática (UEE)<sup>104</sup>. Esses cinco países componentes da UEE correspondem a uma parte significativa da massa territorial que está no centro das questões e das estratégias geopolíticas chinesas. Segundo os autores, os países pertencentes à UEE detêm 48% da área territorial total da *Belt and Road Initiative* (BRI), 15% do PIB total da BRI, além de 36% da água disponível para o uso agrícola (HU; LIU; YAN, 2017). Portanto, a união e a cooperação chinesa com o bloco é mais que necessária, uma vez que o êxito da BRI está diretamente associado às transformações espaciais-econômicas que a China vem promovendo nesses espaços.

Tal ideia do 5+1 serviu apenas como um dos múltiplos exemplos que poderíamos utilizar para ilustrar a cooperação e a composição do arco geopolítico citado anteriormente. A Rússia compreende que a Ásia Central (pertencente à sua concepção de espaço eurasiático) é naturalmente um zona de influência (cultural, econômica e política) e de domínio geopolítico, devido à influência histórica na região e, também, por entender que, após o fim da URSS, era necessário conter o avanço e a criação de novos espaços de influência que os ocidentais, sustentados pela OTAN, estavam desenvolvendo em territórios e indivíduos<sup>105</sup> que antes estiveram sob a interferência russa desde o século XVIII.

## 2.4 Ásia Central e China: cooperação leal

A Ásia Central e a China mantêm, historicamente, ligações culturais, comerciais e políticas. A interação entre esses dois espaços foi reforçada durante o Império Mongol, que, além da conquista do que hoje compreendemos como o Centro e o Noroeste chinês (Xinjiang)<sup>106</sup>, também se utilizou das práticas e do conhecimento alfandegário dos povos (como, por exemplo, os Uígures) que habitavam o território dominados pelos mongóis (HAMBLY et al, p.113, 1972). Desse modo, o vínculo entre Cazaquistão, Tadjiquistão,

<sup>102</sup> Putin e Xi inauguram gasoduto entre Rússia e China. Época. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2019/12/putin-e-xi-inauguram-gasoduto-entre-russia-e-china.html>. Acesso em: 04 set.2020.

<sup>103</sup> Rússia e China reduzem uso do dólar no comércio bilateral. Valor Econômico. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2020/08/10/china-e-russia-reduzem-uso-do-dolar-no-comercio-bilateral.ghtml>. Acesso em: 04 set.2020.

<sup>104</sup> Atualmente, a Rússia negocia com o Uzbequistão e com o Tadjiquistão a possibilidade de adesão de ambos os países ao bloco.

<sup>105</sup> Nesse sentido, apontamos que a influência do bloco ocidental sobre o antigo espaço soviético poderia incidir em múltiplos campos, desde a substituição da língua russa, como a segunda mais falada, para o inglês, por exemplo. Isso permitiria uma construção de discursos geopolíticos mais ocidentalizados, colocando os russos em uma posição desfavorável em uma zona com a qual construíram ligações históricas e identitárias (através da colonização). Para além da questão cultural, a presença militar estrangeira e ocidental em fronteiras russas ao sul também é algo que seria desfavorável a Moscou e reforçaria a compreensão de um cerco militar ao seu território, como os russos já entendem com a presença da OTAN no Leste Europeu e no Báltico.

<sup>106</sup> Genghis Khan facilita renascimento europeu, afirmam historiadores chineses. China Radio International Online. Disponível em: <http://portuguese.cri.cn/101/2006/07/21/1@47647.htm>. Acesso em: 05 set.2020.

Uzbequistão, Turcomenistão, Quirguistão e China variou conforme a conjuntura e a lógica em que seus territórios estavam inseridos ao longo dos diferentes séculos.

Assim sendo, é possível identificar distintas formas de atuação e cooperação entre o espaço centro-asiático e os chineses, formas em que o grau de interesse do objetivo intentado pelas duas partes definiu as relações entre estas. Portanto, quando nos debruçamos sobre a conexão sino-centro asiática, especificamente entre os séculos XX e XXI, podemos notar três momentos que compuseram tal vínculo: [a] afastamento entre ambos os espaços e seus indivíduos, fruto da ruptura da relação entre a URSS e a China, durante a década de 1970, o que demonstramos no primeiro capítulo; [b] reaproximação e resolução de questões territoriais com o espaço centro-asiático após o fim da URSS; [c] ampliação e aprofundamento das relações com os países da Ásia Central no começo do século XXI.

Nossa pesquisa tem por objetivo focalizar os dois últimos momentos, ou seja, os momentos mais recentes dessa relação. Em vista disso, nas páginas seguintes, iremos nos aprofundar e apresentar dois blocos que consideramos estruturas basilares que marcam não somente a conexão entre Ásia Central e China nos tempos modernos, mas também se manifestam como as fases (que, conseqüentemente, irão exteriorizar as faces) da geopolítica chinesa no espaço centro-asiático, – a qual constitui a questão central de nossa pesquisa. Dessarte, seguiremos uma ordem cronológica, primeiramente atentando à Organização para Cooperação de Xangai, oficialmente criada em 2001, e, posteriormente, avançando para o que consideramos o período recente e vigente desse elo geopolítico, promovido através da *Nova Rota da Seda*.

#### 2.4.1 Organização para Cooperação de Xangai

A Organização para Cooperação de Xangai (OCX) foi criada oficialmente no dia 15 de julho de 2001, em Xangai, China, com a declaração de estabelecimento da organização. Na declaração de estabelecimento da Organização para Cooperação de Xangai, os seis estados signatários (Cazaquistão, Rússia, China, Tadjiquistão e Uzbequistão) anunciam que:

A Organização de Cooperação de Xangai visa: fortalecer a confiança mútua, amizade e boa vizinhança entre os Estados membros; encorajando cooperação efetiva entre eles nas áreas política, comercial, econômica, científica, campos técnicos, culturais, educacionais, energéticos, de transporte, ambientais e outros; fazendo esforços conjuntos para manter e garantir a paz, segurança e estabilidade na região e estabelecer uma política internacional nova, democrática, justa e racional e ordem econômica. (*Shanghai Cooperation Organization, Declaration of The Establishment of the Shanghai Cooperation Organization*, 2001, p.1-2, tradução do autor).

Antes dessa união diplomática entre os países, precisamos voltar um pouco no tempo para compreendermos, de fato, a gênese da OCX. Por isso, retornaremos à década de 1990. Nesse período, a China e os países da Ásia Central reacenderam suas relações após um afastamento mantido praticamente durante todo o século XX, enquanto a Ásia Central era um espaço pertencente (política, econômica e culturalmente) à URSS. Em 1994, o primeiro-ministro chinês Li Ping realizou a primeira visita oficial de Estado – desde o fim do bloco soviético, ocorrido três anos antes – de uma autoridade chinesa à Ásia Central. Nessa viagem, Ping visitou o Cazaquistão, o Uzbequistão, o Turcomenistão e o Quirguistão<sup>107</sup>. O encontro entre os representantes dos governos da Ásia Central e da China estabeleceu uma série de acordos que visavam diversificar o escopo de cooperação entre ambos os espaços. Com o

<sup>107</sup> Chinese Premier Begins Goodwill Tour of Central Asia. Los Angeles Times. Disponível em: <https://www.latimes.com/archives/la-xpm-1994-04-20-mn-48237-story.html>. Acesso em: 07 set.2020.

Cazaquistão, por exemplo, foram assinados acordos de cooperação que variavam desde empréstimos financeiros até programas culturais, no setor de transporte aéreo e de trânsito entre os cidadãos dos dois países<sup>108</sup>.

De acordo com Sun Zhuangzhi, Li Peng anunciou, nessa visita, seis diretrizes que, a partir de então, norteariam as relações entre a região centro-asiática e a China. Essas diretrizes seriam as seguintes:

1. Igualdade e benefícios mútuos agindo de acordo com as leis econômicas;
2. Diversificar os tipos de cooperação;
3. Partindo da situação real e fazendo pleno uso dos recursos locais;
4. Melhorar as condições de comunicação e transporte, construindo uma “Nova Rota da Seda”;
5. Fornecimento de ajuda econômica modesta para os países da Ásia Central como uma expressão de amizade; e
6. Desenvolver a cooperação econômica multilateral, promovendo prosperidade comum. (ZHUANGZHI, 2007, p.50, tradução do autor).

Dois anos mais tarde, em 1996, ocorre a criação do mecanismo chamado de “Os cinco de Xangai” (*Shanghai Five*). Tal mecanismo foi criado a partir do acordo de fortalecimento na esfera militar entre China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tajiquistão. Esse acordo era importante para os chineses por duas questões de caráter de controle territorial: [a] apesar de os esforços para poderem cooperar mutuamente na esfera militar (de modo a evitarem a proliferação de células separatistas/terroristas ou de fundamentalismo religioso, cf. VISENTINI, 2013), o acordo também previa a redução de tropas dos países signatários entre as suas fronteiras; [b] esse acordo igualmente abriu caminho para que a China resolvesse questões de ordem fronteiriça que acumulava com a Ásia Central desde o período soviético.

Ainda sobre os cinco de Xangai, entre 1996 e 1999, os países estabeleceram o acordo de não interferência em assuntos internos e de cooperação para a manutenção da soberania e da independência de seus respectivos Estados. Em outras palavras: os cinco de Xangai se traduzia em um acordo essencialmente preocupado com a estabilidade regional, não sendo diretamente uma ferramenta de cooperação no campo econômico.

Em 2001, quando os cinco de Xangai transformam-se na OCX, a relação sino-centro asiática tem uma nova guinada. A partir de então, o relacionamento entre Pequim e os países centro-asiáticos passou a ser baseado nos princípios da referida organização, definidos na fundação do bloco. Também conhecidos por “espírito de Xangai”, tais princípios eram os seguintes: reconhecimento da soberania de cada Estado-Membro, não interferência em assuntos internos, respeito mútuo às culturas dos países e cooperação *win-win* (CABESTAN, 2013).

O ex-embaixador indiano no Quirguistão, Phunchok Stobdan, em seu recém-lançado livro *India and Central Asia: The Strategic Dimension*, entende que a OCX passou a ter um caráter mais econômico, com o objetivo de estabelecer uma contenção na crescente influência estadunidense na Ásia Central (STOBDAN, 2020). Como mostramos em páginas anteriores, no final dos anos 1990, aumentava progressivamente o número de investidores estrangeiros (estadunidenses) na Ásia Central, enquanto a Rússia passava por uma séria crise econômica e social, além da transição do seu modelo econômico. Ainda tivemos o período da “Guerra ao Terror”, onde os territórios da Ásia Central passaram a ter um novo valor para a geoestratégia estadunidense.

Após 2001, é possível compreender que a OCX passa a ter dois objetivos práticos no código geopolítico chinês para a Ásia Central: (a) intensificar a exploração econômico-territorial do espaço centro-asiático pós-soviético, com o objetivo, primeiramente, de minar a

<sup>108</sup> Brief introduction to relations between China and Kazakhstan. China Daily. Disponível em: [https://www.chinadaily.com.cn/en/doc/2003-05/27/content\\_166588.htm](https://www.chinadaily.com.cn/en/doc/2003-05/27/content_166588.htm). Acesso em: 07 set.2020.



presença de atores econômicos estadunidenses na região e, paulatinamente, ocupar alguns desses postos e transformar a região em um espaço de provimento das necessidades energéticas chinesas; (b) intensificar a colaboração militar entre os Estados-Membros, afastando qualquer possibilidade de aproximação ou alargamento da presença militar estadunidense na região, que já era relativamente alta devido ao conflito no território afegão. Por isso, concordamos com a seguinte asserção de Visentini (2013):

A Organização para Cooperação de Xangai se tornou um importante pilar da política externa Chinesa como contraponto à influência dos Estados Unidos na região da Ásia Central na medida em que é estabelecida a cooperação dos Estados membros na área de segurança. (VISENTINI, 2013, p. 31).

Nos últimos anos, a OCX tem se expandido, demonstrando cada vez mais ser um organismo ativo, renovando-se diante dos novos desafios que a Ásia Central enfrenta, além de ser uma resposta à presença de outros atores com interesses geopolíticos na região. Em 2017, a organização ganhou dois novos membros: a República da Índia e a República Islâmica do Paquistão. Desse modo, a estrutura do organismo passou a ser composta por oito países membros, quatro dos quais na condição de membros observadores e seis na condição de parceiros de diálogo.

Considerando apenas os países-membros (China, Cazaquistão, Índia, Paquistão, Rússia, Uzbequistão, Tadjiquistão e Quirguistão), a organização concentra os maiores países em extensão geográfica e contingente populacional. Se considerarmos apenas China (1,4 bilhões de pessoas)<sup>109</sup> e Índia (1,38 bilhões de pessoas)<sup>110</sup>, constatamos que se situam no bloco um pouco mais de 30% da população mundial<sup>111</sup> e a metade do PIB internacional<sup>112</sup>. O Cazaquistão, o maior país *landlocked*<sup>113</sup> do mundo, igualmente faz parte do bloco. Logo, considerando todos esses dados, podemos compreender que o bloco concentra um grande poder em diversas esferas: militar, econômica, cultural e populacional/ mão de obra.

Não podemos, entretanto, desconsiderar as contradições existentes entre os membros da OCX e, também, as contradições da própria organização. Como aponta Stobdan (2020), os acordos entre a China e os países da Ásia Central ainda permanecem, em grande parte, na esfera da cooperação bilateral, diretamente proposta e negociada entre dois atores específicos. Além disso, a OCX funciona como um contraponto (em escala bem menor) em relação aos interesses russos na região. Mesmo que estabelecido o arco de atuação geopolítica conjunta entre Rússia e China, como apontamos no tópico anterior, individualmente (China e Rússia) apresentam interesses ligados à região e, até certo ponto, disputam entre si no que concerne a tais interesses.

Por isso, Stobdan (2020) acredita que a disputa entre China e Rússia sobre o espaço centro-asiático ocorre através de acordos e antigas estruturas soviéticas, pelo lado russo, e através de investimentos em setores específicos da economia dos países, pelo lado chinês. Ou, como esclarece Lewis (2018, p.14), “enquanto a Rússia prioriza espaços e fronteiras, a iniciativa Chinesa é mais focada na promoção da economia e infraestruturas sobre a região”. É

<sup>109</sup> Statistical Communiqué of the People's Republic of China on the 2019 National Economic and Social Development. National Bureau of Statistics of China. Disponível em: [http://www.stats.gov.cn/english/PressRelease/202002/t20200228\\_1728917.html](http://www.stats.gov.cn/english/PressRelease/202002/t20200228_1728917.html). Acesso em 09 set.2020.

<sup>110</sup> India Demographics. Worldmeters. Disponível em: <https://www.worldometers.info/demographics/india-demographics/>. Acesso em 09 set.2020.

<sup>111</sup> A ONU estima que, em 2020, a população mundial abarca cerca de 7,9 bilhões de pessoas. A revisão 2019 das projeções populacionais da ONU para o século XXI. Laboratório de Demografia e Estudos populacionais. Disponível em: <https://www.ufjf.br/ladem/2019/06/18/a-revisao-2019-das-projecoes-populacionais-da-onu-para-o-seculo-xxi-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso em 09 set.2020.

<sup>112</sup> Beijing hosts briefing with SCO Secretary-General. The Shanghai cooperation organisation. Disponível em: <http://eng.sectsco.org/news/20191023/590687.html>. Acesso em 11 set.2020.

<sup>113</sup> Termo utilizado para referenciar países que não têm acesso ao mar.

exatamente sobre essa atuação chinesa que pretendemos nos debruçar de forma mais detalhada no terceiro capítulo desta dissertação. Acreditamos que tal atuação nos permite visualizar a face geopolítica chinesa materializada no território.

Outro elemento que não podemos ignorar são as disputas territoriais ao redor da região da Caxemira, que envolvem Índia, Paquistão e China, três dos oito membros do bloco.

Enquanto um bloco de cooperação regional integrado à geopolítica eurasiática, espera-se que a OCX desenvolva uma união mais sólida entre os países da região. A busca por isso pode ser observada através dos esforços que os países da OCX realizam na tentativa de estabelecerem acordos por meio dos chefes do conselho de Estado. No último encontro entre eles, em 2019, no Quirguistão, foram assinados documentos para a atuação conjunta em múltiplas esferas: melhoria no sistema de saúde dos países pertencentes ao bloco, desenvolvimento do turismo na área de atuação da organização, bem como um plano de atuação entre o bloco e o Afeganistão. Além disso, foram aprovados a criação e o desenvolvimento de programas para a atuação conjunta entre os Estados-membros nas áreas de tecnologia, meios de comunicação, combate ao tráfico de drogas<sup>114</sup>. Igualmente, os países do bloco esforçam-se para estabelecer um padrão de comércio entre si menos burocrático, simplificando questões aduaneiras e integrando-se aos padrões da Organização Mundial do Comércio (OMC)<sup>115</sup>.

De igual maneira, o bloco assinou diversos acordos com agências especializadas da ONU, assim como com o *Astana International Financial Centre*<sup>116</sup>, o qual se estabelece como uma ferramenta financeira estratégica de captação monetária para investimentos (e transformações sócio-territoriais) nos países da Ásia Central e da China. Em suma, é possível observar que, apesar de contradições, de interesses distintos em determinados aspectos e, até mesmo, de conflitos e disputas entre os seus membros, a OCX vem caminhando lentamente na busca de um posicionamento no cenário mundial, sendo os esforços apontados uma notória expressão desse movimento.

Tal movimento é parte da estratégia geopolítica chinesa não apenas de se estabelecer ainda mais como um importante *player* geopolítico na arena política mundial, mas também de conseguir materializar territorialmente o seu código geopolítico, o qual deve se conectar a outros espaços e seus elementos: recursos, economias e culturas. A OCX é um fragmento do código geopolítico (de cooperação) chinês, que se estabeleceu como a primeira fase e passo para a atuação de Pequim no campo geopolítico mundial. O alcance da OCX, enquanto um código geopolítico, obviamente é regional, mas ele é necessário, pois é justamente neste bloco que estão localizadas as principais estruturas e recursos (sejam humanos, tecnológicos ou econômicos) que a outra esfera geopolítica chinesa necessita. A OCX deve, nesse caso, integrar-se a outra plataforma de atuação do código geopolítico chinês, sendo esse de atuação no espaço mundial, que inaugura a segunda fase e demonstra outra face de atuação e posicionamento do país na esfera global: a *Belt and Road Initiative*.

---

<sup>114</sup> Bishkek Declaration of the Shanghai Cooperation Organisation's Heads of State Council. The Shanghai Cooperation Organization. Disponível em: <http://eng.sectesco.org/documents/> - acesso em 11 set.2020

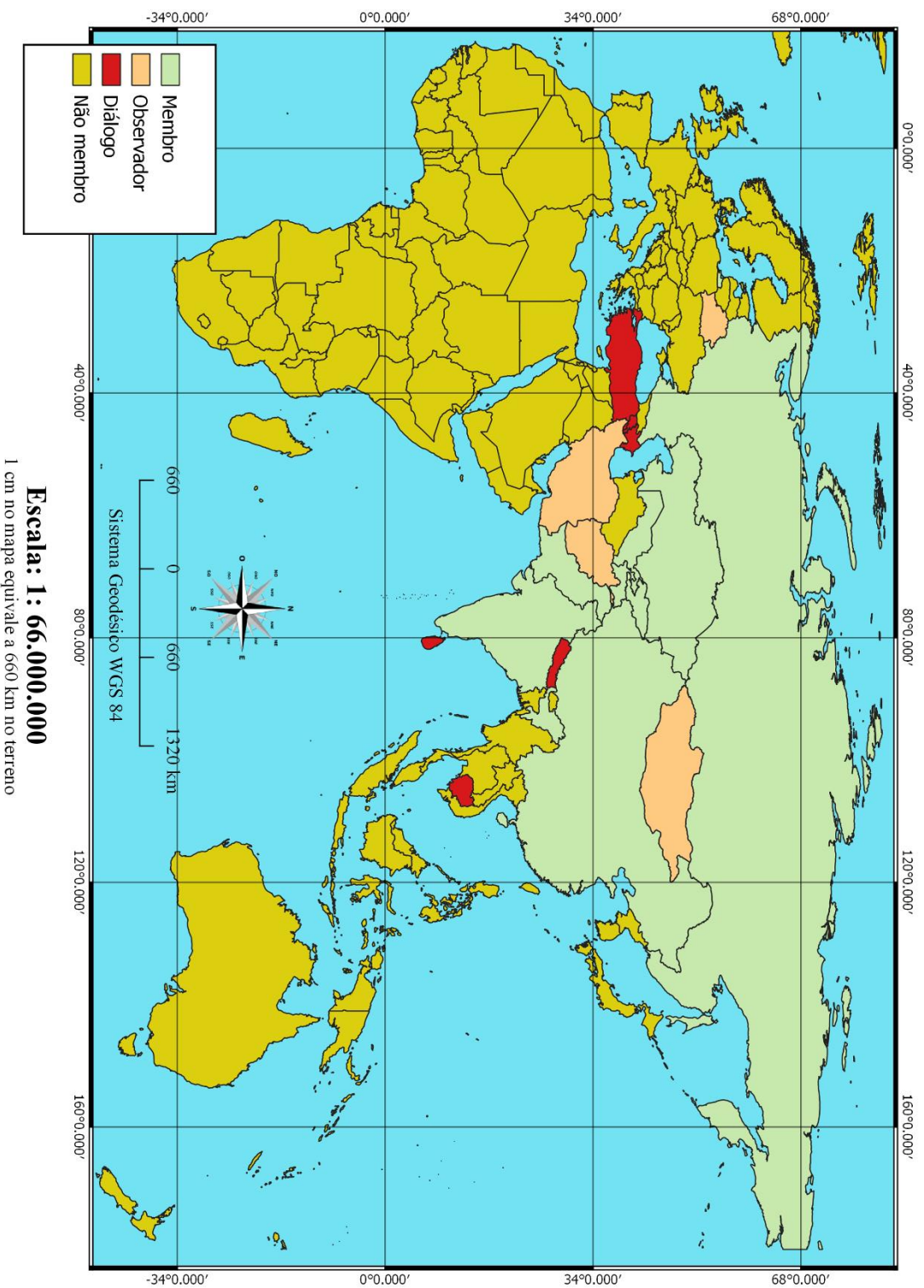
<sup>115</sup> Joint Communique of the Heads of State of the Shanghai Cooperation Organization on Simplifying Trade Procedures. The Shanghai Cooperation Organization. Disponível em: <http://eng.sectesco.org/documents/> - acesso em 11 set.2020.

<sup>116</sup> Press release on the Shanghai Cooperation Organisation's Council of Foreign Ministers meeting. The Shanghai Cooperation Organization. Disponível em: <http://eng.sectesco.org/documents/> - acesso em 11 set.2020.



Figura 5 - Configuração e membros da Organização para Cooperação de Xangai

## Membros da Organização para Cooperação de Xangai



Fonte: Elaboração do autor com base em *About The Shanghai Cooperation Organisation*. Disponível em:

[http://eng.sectsc.org/about\\_sco/](http://eng.sectsc.org/about_sco/)

## 2.4.2 Nova Rota da Seda

É impossível não descrever as Rotas da Seda como um marco da história mundial. Conhecida por muitos como a ponte entre o Oriente e o Ocidente, tal rota não apenas estimulou as trocas comerciais entre dois continentes (Europa e Ásia), mas também representou uma rede de transferências que ensejou a difusão de outros elementos, tais como religiões, conflitos, conhecimentos. Como bem descreve Frankopan (2019, p.83), “quando pensamos nas Rotas da seda, é tentador vê-las tendo um sentido de circulação sempre de leste a oeste. Na realidade, havia considerável interesse em transitar na outra direção”, ou seja, o interesse do Oriente em estabelecer relações e trocas com o Ocidente.

O primeiro passo nessa direção (de aprofundamento das relações) foi dado durante a Dinastia Han, no século III a.C. Foi nesse império, que durou cerca de 400 anos, que se teve o período de dilatação das rotas que cortavam as estepes da Ásia Central e permitiam a conexão, pelo território, entre a China e o Ocidente, mais precisamente, chegando ao mar mediterrâneo (POMAR, 2003; FRANKOPAN, 2019). Apesar de a seda ser o principal bem da relação mercantil que a rota parecia exercer, ela não era a única. Além do comércio, a troca entre os comerciantes da rota também era habitual. Segundo Frankopan (2019, p.39) “os mercadores romanos [...] também recorriam a vidro, ouro e prata, assim como a coral e topázio do mar Vermelho e ao incenso olíbano da Arábia, para trocá-los por tecido, especiarias”.

Todavia, como sinalizamos anteriormente, a abertura de rotas marítimas, a crescente tensão política secular ocorrida nos territórios da Ásia Central e os ataques sofridos pelas caravanas de mercadores fizeram com que, pouco a pouco, as Rotas da Seda perdessem a sua importância. Os eventos históricos que se sucederam (a reformulação da organização dos territórios enquanto Estados-Nação, as Grandes Guerras, as revoluções, especialmente na China e na Rússia) também acabaram por limitar qualquer campo de ação que pudesse reestruturar uma rota semelhante, pelo menos, até o século XXI.

Uma regeneração dessa rota ocorre durante a contemporaneidade, na qual os fixos e os fluxos são transformados. Na contemporaneidade, os recursos naturais e os bens de valor tecnológicos substituem a seda; as ferrovias, os aeroportos e as estradas pavimentadas florescem no lugar dos caminhos de terra; os trens, os automóveis, os aviões tomam o espaço dos animais. A reestruturação de tal rota é estimulada, também, por um crescente interesse chinês, principal impulsionador da rota, em expandir sua zona de poder e equilíbrio político mundial.

A Ásia Central, espaço importantíssimo na história das Rotas da Seda, é justamente o local onde Xi Jinping propõe a ideia de (re) criação de um Cinturão Econômico da Rota da Seda (*The Silk Road Economic Belt*). No dia 7 de setembro de 2013, na Universidade Nazarbayev, no Cazaquistão, e ao lado do então presidente do Cazaquistão, Nursultan Nazarbayev, Xi Jinping fez um discurso no qual – além de ressaltar a importância do espaço centro-asiático na história chinesa e de reforçar os laços culturais e de confiança que chineses e centro-asiáticos mantêm com a China, também expressou, de modo notório, o seu código geopolítico e a intenção de renová-lo nos territórios que compõem a região centro-asiática. Nesse discurso, o secretário-geral do PCCh, manifestou seu respeito pela soberania nacional, não interferindo nas políticas tanto internas quanto externas dos países da Ásia Central e defendendo que a cooperação era um caminho possível e vantajoso para que se desenvolvesse, na região, aquilo que ele considerava como uma “comunidade de interesses”<sup>117</sup>.

<sup>117</sup> President Xi Jinping Delivers Important Speech and Proposes to Build a Silk Road Economic Belt with Central Asian Countries. Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China. Disponível em: [https://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/topics\\_665678/xjpfwzysiesgjtfhshzzfh\\_665686/t1076334.shtml](https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/topics_665678/xjpfwzysiesgjtfhshzzfh_665686/t1076334.shtml) - acesso em 15 set.2020.

Antes de continuarmos falando sobre a Nova Rota da Seda chinesa devemos fazer um adendo. Apesar de a iniciativa atualmente ser liderada pela China, a proposta de uma Nova Rota da Seda passando pelos territórios centro-asiáticos foi originalmente proposta, em 2011, por Hillary Clinton (até então Secretária de Estado Estadunidense). Em julho daquele ano a Secretária de Estado dos EUA esteve em visita oficial na Índia, onde discursou na Biblioteca Centenária Anna, em Chennai. Neste discurso, Hillary Clinton propôs a criação de uma Nova Rota da Seda. Segundo ela:

Historicamente, as nações do Sul e do Centro asiático estavam conectadas umas às outras e ao resto do continente por uma extensa rede comercial chamada *Silk Road*. Os comerciantes indianos costumavam comercializar especiarias, pedras preciosas e têxteis, juntamente com ideias e cultura, em todos os lugares, desde a Grande Muralha da China até as margens do Bósforo. Vamos trabalhar juntos para criar uma nova Rota da Seda. Não uma única via como seu homônimo, mas uma rede internacional de conexões econômicas e de trânsito. Isso significa construir mais ferrovias, rodovias, infraestrutura de energia, como o oleoduto proposto para ir do Turcomenistão, passando pelo Afeganistão, passando pelo Paquistão até a Índia. Significa atualizar as instalações nas passagens de fronteira, como a Índia e o Paquistão estão fazendo agora em Waga. E isso certamente significa remover as barreiras burocráticas e outros impedimentos ao livre fluxo de bens e pessoas. Significa deixar de lado as políticas comerciais ultrapassadas com as quais todos ainda vivemos e adotar novas regras para o século XXI. (Remarks on India and the United States: A Vision for the 21st Century, U.S. Department of State, 2011, tradução do autor).

Entre setembro e outubro de 2011, Hillary Clinton continuou a falar sobre a Nova Rota da Seda por ela proposta meses antes. Em um discurso realizado no dia 22 de setembro de 2011, na casa alemã, em Nova Iorque, a então Secretária de Estado ao falar sobre a integração do Afeganistão ao Sul e Centro Asiático através de circuitos espaciais para circulação de bens retoma a ideia desta nova rota. Neste discurso ela diz:

Ao olharmos para o futuro desta região, tomemos este precedente como inspiração para uma visão de longo prazo para o Afeganistão e seus vizinhos. Vamos focar nossos olhos em uma nova Rota da Seda - uma rede de conexões econômicas e de trânsito que irá unir uma região muito tempo dilacerada por conflitos e divisões. (Remarks at the New Silk Road Ministerial Meeting, U.S. Department of State, 2011, tradução do autor).

No mês seguinte, em outubro, enquanto esteve em viagem oficial no Tadjiquistão, Hillary Clinton também tentou promover a ideia da Nova Rota da Seda aos tadjiques. Em discurso feito em Dushanbe, capital do Tadjiquistão, Hillary Clinton mais uma vez tentou apontar os benefícios (comercial e econômico) que a conexão regional (entre o Afeganistão, o centro e o sul asiático) poderia promover aos envolvidos na sua nova proposta<sup>118</sup>. Apesar dos esforços em ser o principal articulador da conexão entre a Ásia Interior e o Sul-Sudeste Asiático, a ideia da Nova Rota da Seda coordenada pelos EUA não foi adiante. Os motivos para o não avanço deste modelo estadunidense não são exatos, mas talvez se explique pela dificuldade, especialmente Ocidental, em compreender os meandros políticos e socioeconômicos dos países centro-asiáticos.

<sup>118</sup> US Secretary of State Hillary Clinton discusses New Silk Road Initiative; lauds AKDN for “Creating Opportunities for the Tajik People”. Aga Khan Development Network. Disponível em: <https://www.akdn.org/press-release/us-secretary-state-hillary-clinton-discusses-new-silk-road-initiative-lauds-akdn-> - Acesso em 19 fev.2022.

A iniciativa proposta pelos chineses, em 2013, foi renomeada para *Belt and Road Initiative* (BRI)<sup>119</sup> e, hoje, conta com a cooperação de diversos países, obtendo tentáculos de atuação praticamente em todos os continentes. A zona de ação, direta ou indireta, da BRI se estende da Oceania ao Sul e ao Sudeste Asiático, da Ásia Central à Europa e à África, chegando até a América Latina. Os chineses têm, através da *Maritime Silk Road*<sup>120</sup>, acesso para importação e exportação aos principais oceanos do mundo, com atividade em portos posicionados no Golfo Pérsico, no leste da África, no Índico e no Mediterrâneo, o que pode ser observado na figura 7. Além de um abundante setor de operação, a BRI também coopera com diferentes blocos econômicos e políticos, como a própria OCX, a UEE, Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). O plano de ação da BRI lançado em 2015, pelo governo chinês, diz que:

A Belt and Road Initiative é um projeto sistemático, que deve ser construído em conjunto através de consultas para atender aos interesses de todos, e esforços devem ser feitos para integrar as estratégias de desenvolvimento dos países ao longo do Belt and Road. O governo chinês elaborou e publicou a Visão e Ações para a Construção Conjunta do Cinturão Econômico da Rota da Seda e da Rota da Seda Marítima do século XXI para promover a implementação da Iniciativa, incutir vigor e vitalidade na antiga Rota da Seda, conectar os países asiáticos, europeus e africanos mais de perto e promover a cooperação mutuamente benéfica para um novo alto e em novas formas. (Action plan on the Belt and Road Initiative, The State Council the People's Republic of China, 2015, tradução do autor).

Através dos dados disponibilizados por Pequim, sabe-se que, até o ano de 2019, a BRI já havia possibilitado, entre a China e as regiões parceiras do projeto, um valor de troca comercial que atingiu a marca dos US\$ 6 trilhões. No âmbito da cooperação, o governo chinês alega ter assinado, até 2019, 171 documentos de cooperação, com 29 organizações internacionais e 123 países<sup>121</sup>. Ainda em 2019, os trens de carga que cortam os territórios da Ásia Central através dos corredores econômicos, mostrados na figura 6 e instituídos na esfera comercial da *Belt and Road*, chegaram à marca de 14 mil viagens realizadas entre a China e o continente europeu<sup>122</sup>. No setor aeronáutico, a China também coopera com diversos países, desenvolvendo estruturas aeroportuárias e fornecendo formação profissional para a atuação de sujeitos que possam vir atuar no sistema aeroviário, assim como também provê serviços e produtos de segurança para a operação aeroportuária.

Além de gerar uma rede de conectividade comercial multimodal altamente eficiente – que permite à China o seu posicionamento como uma das maiores economias do mundo, demonstrado no valor de trocar comercial apontado no parágrafo acima –, a BRI também concebe rotas secundárias, porém altamente convergentes e necessárias ao primeiro código geopolítico, a Organização para Cooperação de Xangai (OCX). Por isso, desde o impulsionamento da cultura chinesa (com a promoção, por exemplo, do mandarim através do

<sup>119</sup> O nome utilizado, em português, para a plataforma é Nova Rota da Seda, conforme apontamos na introdução do trabalho. Na língua chinesa a iniciativa é chamada de 帶路 (*yidaiyilu*).

<sup>120</sup> A *Maritime Silk Road* pode ser compreendida como uma extensão e/ou um complemento estratégico de atuação incluso no escopo do Cinturão Econômico da Rota da Seda. A ideia do projeto é que os navios cargueiros utilizem duas rotas distintas: a primeira sairia da costa chinesa em direção à Europa, através do Mar da China Meridional e do Oceano Índico; já a segunda também sairia da costa chinesa, porém em direção ao Pacífico Sul, igualmente pelo Mar da China Meridional.

<sup>121</sup> Em fevereiro de 2022, segundo o site oficial da Nova Rota Seda, 143 países possuíam acordo com a China no âmbito da plataforma. Belt and Road portal. Disponível em: [https://eng.yidaiyilu.gov.cn/info/iList.jsp?cat\\_id=10076&cur\\_page=1](https://eng.yidaiyilu.gov.cn/info/iList.jsp?cat_id=10076&cur_page=1) – Acesso em 19 fev.2022.

<sup>122</sup> China has signed 171 B&R cooperation documents. Belt and Road portal. Disponível em: <https://eng.yidaiyilu.gov.cn/qwyw/rdxw/81686.htm> - acesso em 16 set.2020.

Instituto Confúcio) até a tecnologia e a saúde, são desenvolvidos cinturões de cooperação nas bordas de atuação da BRI, interconectados à capacidade operacional (espacial e diplomática) da iniciativa. Por exemplo, através da *Digital Silk Road*, a Huawei tem se expandido para vários mercados, inclusive para o mercado centro-asiático, com a tecnologia 5G. A tecnologia da empresa chinesa já foi testada no Uzbequistão, no Cazaquistão e no Tadjiquistão. A instalação de infraestruturas de telecomunicações no percurso da BRI também pode ser observada, por exemplo, através da introdução de cabos de fibras óticas ao longo do *China-Pakistan Economic Corridor* (CPEC). Outra amostra desses corredores é a *Health Silk Road*, cujo principal objetivo é a construção de um sistema de saúde integrado e cooperativo (através de pesquisas, por exemplo) ao longo de toda a BRI. Esse projeto parece ter ganho mais força no ano de 2020, no contexto da pandemia de Covid-19, durante a qual a China tem sido um dos principais países pesquisadores da vacina contra o Sars-CoV-2. Além de defenderem que a vacina seja bem público mundial, de uso gratuito, os chineses colocam em evidência a capacidade biotecnologia que o país vem desenvolvendo na última década.

No contexto da BRI, o espaço centro-asiático é importante, pois tem dupla função nessa iniciativa chinesa: Primeiramente, a região possui a função de prestar suporte as conexões necessárias entre os diferentes pontos geográficos de atuação da geopolítica chinesa e as suas múltiplas formas de mobilidade (ferroviária, rodoviária, marítima). Essa espécie de Rota da Seda contemporânea é composta por seis principais corredores econômicos que permitem essa mobilidade a geopolítica chinesa. Dois destes corredores estão localizados no interior da região centro-asiática.

Segundo que além do uso do território para a conexão dos diferentes circuitos de escoamento da produção chinesa que abastece praticamente boa parte do mercado mundial, o território dos países centro-asiáticos, também possuem a função de suprir as necessidades de consumo do mercado chinês, isto é, a oferta de recursos para suprimir a demanda de produção e consumo (especialmente da região Oeste) interna da China. Apontamos brevemente essa dependência chinesa sobre os recursos centro-asiáticos no primeiro capítulo, quando demos o exemplo do gás natural; no terceiro capítulo; observaremos como isso se materializa no território.

Além desses dois fatores, a Ásia Central é uma região que conta com uma significativa densidade populacional, o que significa também, para a geopolítica chinesa, territórios com importância comercial, isto é, espaços que apresentam um grande mercado e um amplo consumo dos produtos de origem chinesa.

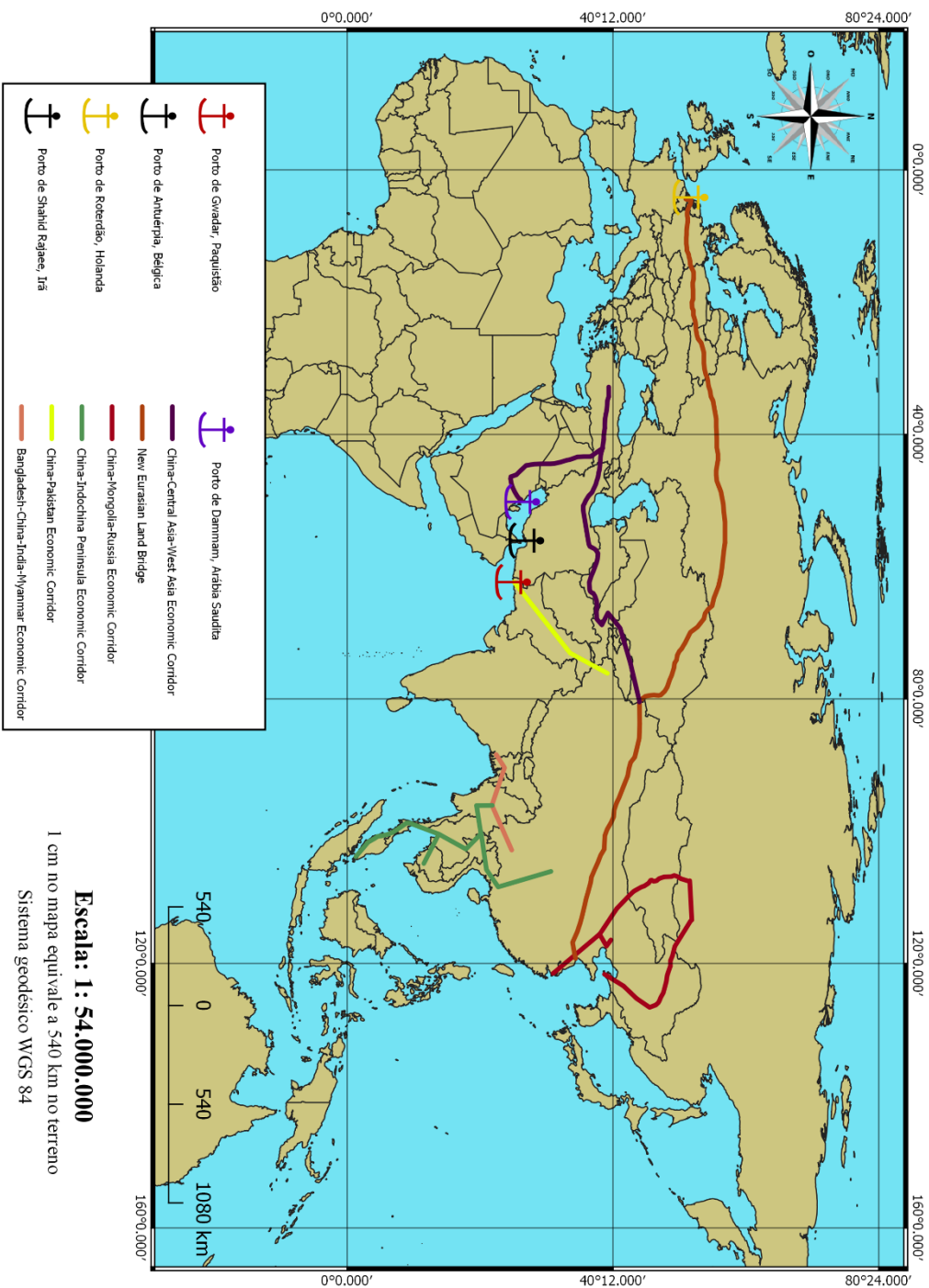
Após apresentarmos aquilo que entendemos como as duas principais expressões do código geopolítico e de construção dos espaços de atuação e influência da geopolítica chinesa – sendo tais expressões a Organização para Cooperação de Xangai, entre o final do século XX e o começo do século XXI, e a *Belt and Road Initiative*, a partir dos anos 2000 –, compreendemos que tais plataformas de cooperação (o código geopolítico chinês), em atuação conjunta, marcam as fases e as faces da geopolítica chinesa, já que eles assinalam os distintos estágios de operacionalização dessa geopolítica.

Passemos, pois, ao passo seguinte de nossa investigação, no qual buscaremos exibir a materialização das fases e das faces da geopolítica chinesa relativamente ao território da Ásia Central, nosso recorte espacial de pesquisa. Assim sendo, no próximo capítulo iremos apresentar as formas de utilização dos instrumentos oriundos desta geopolítica no espaço centro-asiático. O objetivo, na seção final do trabalho, é exibir os principais projetos (seja no contexto de cooperação na esfera da OCX ou BRI) que funcionam como impulsionadores das ações que buscam alcançar a meta traçada pela geopolítica do governo chinês (de posicionar a China como uma das grandes nações mundiais – guiando outros países ao caminho do desenvolvimento através da cooperação).



Figura 6 - Corredores econômicos da Belt and Road Initiative

## Corredores econômicos da Belt and Road Initiative

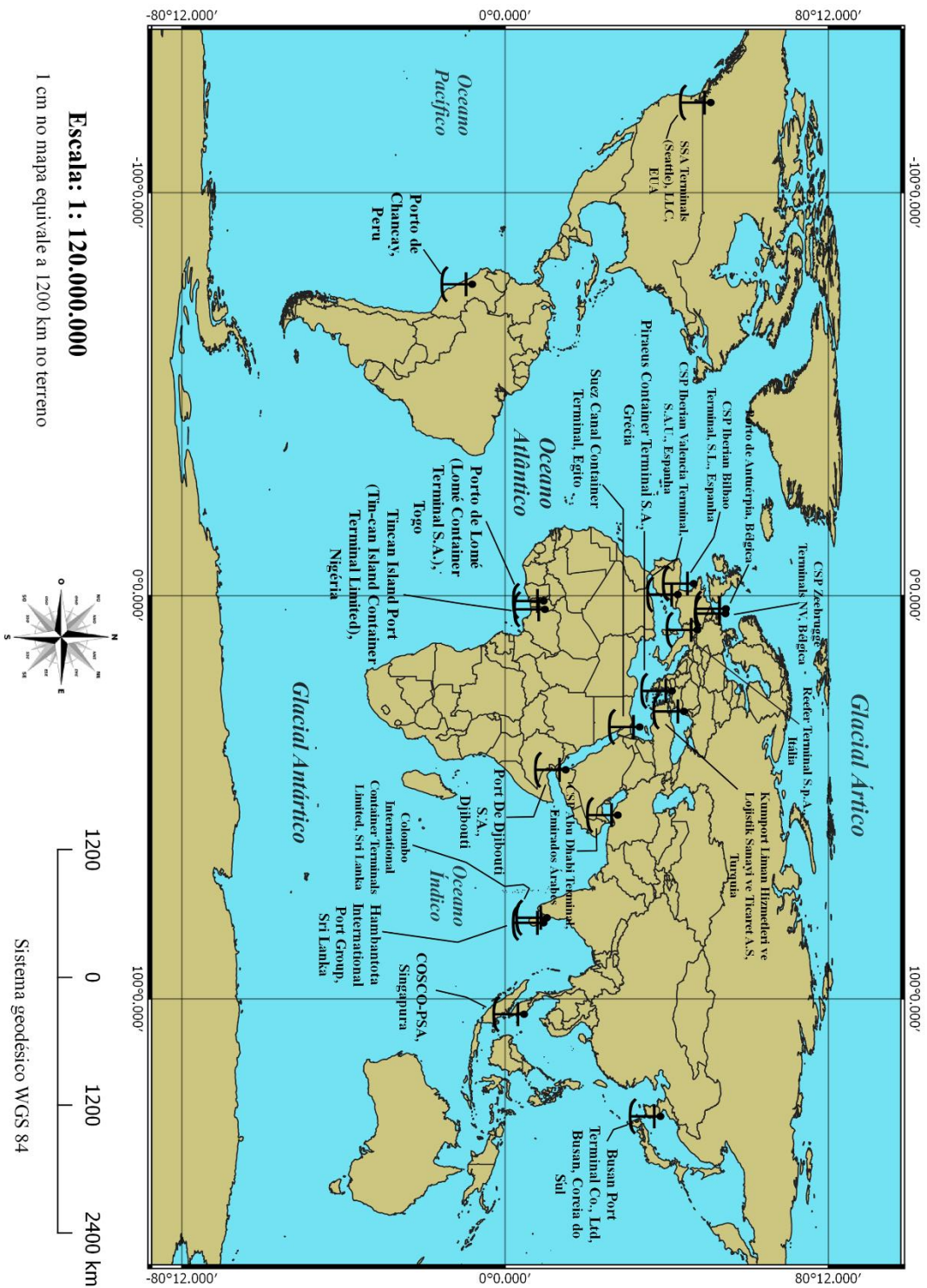


**Fonte:** Elaboração do autor com base em *Backgrounder: Economic corridors under Belt and Road Initiative*. Disponível em:

[http://www.xinhuanet.com/english/2017-05/09/c\\_136268314.htm](http://www.xinhuanet.com/english/2017-05/09/c_136268314.htm); *China-Pakistan Economic Corridor*. Disponível em: <http://cpec.gov.pk/maps>;  
*What are the six corridors of BRI?* Disponível em: <https://en.imsilkroad.com/p/311988.html>

Figura 7 - Portos e estruturas portuárias internacionais sob a administração chinesa

## Portos que a China adquiriu e fazem parte da Maritime Silk Route



Fonte: Elaboração do autor com base em China Merchants Port Holding. Disponível em: <http://www.cmpport.com.hk/EN/business/Haiwai.aspX>; COSCO Shipping. Disponível em: <http://ports.coscoshipping.com/en/Businesses/Portfolio/#OverseasTerminals>

### CAPÍTULO III

## A COOPERAÇÃO MATERIALIZADA NO TERRITÓRIO: MAPEANDO A ATUAÇÃO DO CÓDIGO GEOPOLÍTICO CHINÊS NA ÁSIA CENTRAL

A estrutura geopolítica da China quanto à Ásia Central é caracterizada por um código geopolítico que apresenta distintas fases e faces de atuação. Código que, como vimos no capítulo anterior, é marcado, de um lado, pela Organização para Cooperação de Xangai – de cunho regional e voltada (mas não apenas) à área da segurança – e, de outro lado, pela *Belt and Road Initiative*, de cunho global e voltada principalmente ao trânsito comercial, tendo os territórios da Ásia Central como uma de suas principais plataformas.

Neste terceiro capítulo, abordaremos a materialização espacial da cooperação chinesa nos países da Ásia Central. Essa cooperação se apresenta nos limites territoriais dos países centro-asiáticos de variadas formas, mas elas seguem, na maioria das vezes, as políticas desenvolvimentistas estabelecidas pela China nos seus planos quinquenais. Desse modo, foi necessária uma revisão de dois planos quinquenais específicos e já citados ao longo do presente trabalho: o décimo segundo e o décimo terceiro planos quinquenais<sup>123</sup>. Além da análise desses dois importantes documentos estatais, também foi necessária uma revisão das estruturas econômico-governamentais atuantes, as quais são fundamentais à execução das políticas de cooperação dos chineses com o resto do mundo.

Ademais, para realizar a coleta de dados sobre os projetos de cooperação da China na Ásia Central, foi preciso mais de uma fonte, visto que esses projetos, em sua maioria, nem sempre estão exatamente bem delimitados e classificados como integrantes da BRI ou da OCX. Tais projetos são anunciados, na maior parte das vezes, em reunião e/ou em visitas oficiais de autoridades chinesas aos países da Ásia Central, ou vice-versa. Outra forma de divulgação dos referidos projetos é através dos encontros – realizados anualmente pelos países membros – da *Belt and Road Initiative* e da Organização para Cooperação de Xangai.

A consulta em *datasets* de alguns *think tanks* também foi necessária para conseguirmos localizar projetos mais antigos, desenvolvidos antes do ano de 2010. Por fim, a consulta à mídia local, ou seja, à mídia dos países da Ásia Central foi outro meio que empregamos para encontrarmos projetos não listados nos outros meios de investigação. Através de falas e declarações de ministros de diversas áreas, conseguimos pontuar a existência ou o andamento de um e/ou mais projetos.

Como informamos anteriormente, os projetos de cooperação da China na Ásia Central são variados, indo desde projetos culturais até projetos de infraestrutura. Dessa maneira, optamos por realizar um recorte nestes projetos, detendo-nos somente em dois modelos, que são os mais presentes nessa relação: (a) projetos de infraestrutura e (b) projetos de assistência militar.

Finalmente, começaremos a compreender a materialização de tais projetos através dos planos quinquenais. Acreditamos que os planos quinquenais são as bases fundamentais para a forma de atuação do código geopolítico chinês; afinal, é a partir dos planos que são traçadas as principais metas desenvolvimentistas do país, a saber: quadro econômico, militar, tecnológico e socioeconômico (cf. capítulo 1). Essas metas, como já afirmado, são como estruturas estimulantes ao código geopolítico chinês. Em outras palavras, elas tensionam e fornecem os reais parâmetros à atuação de tal código.

---

<sup>123</sup> A China aprovou as diretrizes de seu décimo quarto plano quinquenal em novembro de 2020. O novo plano irá cobrir o período entre os anos de 2021 e 2025, portanto está fora de nosso escopo de análise.



### 3.1 Planos do Desenvolvimento Econômico e Social Chinês

Os planos do Desenvolvimento Econômico e Social Chinês, ou apenas planos quinquenais, desempenham um papel fundamental na política chinesa. Como pontuamos no primeiro capítulo, esses planos começaram a ser desenvolvidos em 1953, pelo *National Development Reform Council* (NDRC). O NDRC é um ministério do Conselho do Estado, conforme aponta o próprio site. As principais funções da pasta são as seguintes:

1. Formular e implementar estratégias nacionais de desenvolvimento econômico e social, planos de desenvolvimento de médio e longo prazo e planos anuais; para liderar um mecanismo de planejamento unificado. Coordenar planos especiais estaduais, planos regionais, planos de desenvolvimento geoespacial, bem como planos de desenvolvimento nacional; para elaborar planos, leis e regulamentos sobre o desenvolvimento econômico e social nacional, reforma do sistema econômico e abertura para o mundo exterior, e para formular regras e regulamentos departamentais.
2. Formular objetivos gerais para acelerar o estabelecimento de um sistema econômico moderno e promover o desenvolvimento de alta qualidade, para definir as principais tarefas e políticas relevantes. Organizar a avaliação e o monitoramento dos principais planos estratégicos, das principais políticas e projetos e apresentar propostas de ajuste.
3. Para definir as principais metas para o desenvolvimento econômico e social, monitorar e prever a tendência do desenvolvimento social e macroeconômico, e propor recomendações sobre medidas de macro-controle; coordenar a implementação de políticas macroeconômicas e pesquisar medidas de resposta macroeconômicas; ajustar o desenvolvimento econômico e se coordenar para solucionar os principais problemas relacionados ao tema; para elaborar e implementar políticas de preços, e definir os preços e padrões de cobrança de commodities e serviços importantes regulados pelo estado; e participar na formulação das políticas fiscais, monetárias e fundiárias.
4. Orientar, promover e coordenar a reforma do sistema econômico e propor sugestões; para avançar o abastecimento-lado a reforma estrutural e promover a reforma do sistema de propriedade e alocação baseada no mercado de fatores de produção; melhorar o sistema econômico básico e construir um sistema de mercado moderno, e trabalhar com as agências relevantes para implementar o sistema de lista negativa para acesso ao mercado; e desempenham um papel de liderança na melhoria do ambiente de negócios.
5. Formular estratégias, planos e políticas de utilização do capital estrangeiro, realização de investimentos no exterior e obtenção de equilíbrio agregado e otimização da estrutura; para desempenhar um papel de liderança na implementação da Iniciativa Belt and Road, e para realizar e coordenar a estratégia de "tornar-se global" da China. Trabalhar com agências relevantes para formular a lista negativa para investimento estrangeiro na China e assumir o controle, monitorar e otimizar a estrutura do tamanho total da dívida externa da China.
6. Para assumir o controle da gestão geral do investimento, defina a escala geral do investimento em ativos fixos da sociedade, formular metas de ajuste estrutural e políticas relevantes, e trabalhar com outras agências para decidir o mandato do governo na aprovação de projetos de investimento e formular o catálogo para projetos de investimento fixo aprovados pelo governo; para organizar gastos fiscais na construção econômica, e para aprovar, autorizar e revisar os principais projetos de acordo com a exigência do Conselho de Estado; e planejar o layout dos principais projetos de construção e produtividade, e elaborar políticas e medidas para estimular o investimento do setor privado. (*Main Functions of the NDRC. National Development Reform Council.* Disponível em: <https://en.ndrc.gov.cn/aboutndrc/mainfunctions/>. Acesso em: 21 jul. 2021, tradução do autor).

Isso posto, o trabalho do NRDC é executado através dos planos quinquenais. Os planos, alvos de uma certa influência dos tempos soviéticos, concentravam-se, até os anos 1980, no desenvolvimento agrário e industrial do país. Após isso, e com a nova política econômica de abertura da China a investidores estrangeiros (cf. 1.3.1.2), os planos passaram a responder à reforma econômica colocada em prática e a se adaptar a uma economia de mercado<sup>124</sup>.

Cada plano expressa os principais objetivos e metas que a China deve alcançar em médio prazo (cinco anos). Eles são deliberados na Sessão Plenária Comitê Central do PCC e aprovados nas Duas Sessões da Assembleia Popular Nacional (APN), sessões que marcam a reunião do Congresso Nacional do Povo (CNP) e do Comitê Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CNCCPPC)<sup>125</sup>.

Dessa forma, os planos representam, de certa maneira, cada fase vivenciada pela China – assim como os anseios – nos seus últimos 68 anos. O nosso foco de análise reside no décimo segundo e no décimo terceiro planos quinquenais, pois estes cobrem exatamente o período em que a relação sino-centro-asiática se acentuou. Não que esta relação tenha sido estabelecida neste momento. Muito pelo contrário: como apontamos diversas vezes ao longo do texto, essa aproximação (China-Ásia Central) se realizou logo após o fim do bloco soviético, havendo, inclusive, grandes investimentos chineses na região ainda no começo dos anos 2000. Todavia, no período correspondente aos planos quinquenais que temos como objeto de análise (2011-2020), a atuação chinesa na Ásia Central se tornou mais robusta, até mesmo pela própria natureza do código geopolítico chinês.

Vale destacar que a localização de tais planos para leitura e análise não foi uma tarefa fácil. A versão traduzida do décimo segundo plano, por exemplo, só foi possível localizarmos através da biblioteca *on-line* do *Asia Pacific Energy Forum* (APEF)<sup>126</sup>. Essa versão não é completa, tendo sido um esforço de tradução realizado pela câmara de comércio Reino Unido-China. Já a versão traduzida do décimo terceiro plano quinquenal foi localizada no próprio site do NRDC, sendo este o único plano quinquenal traduzido e disponibilizado oficialmente em um site governamental chinês.

Dessarte, nas páginas a seguir, apresentaremos alguns pontos importantes em ambos os planos, e que consideramos marcantes para a execução dos projetos e interação que a China tem tido com a região centro-asiática nas últimas décadas. Seguindo uma ordem cronológica, começaremos pelo décimo segundo plano.

### 3.1.1 O Décimo Segundo Plano Quinquenal Chinês (2011-2015)

O décimo segundo plano quinquenal chinês foi aprovado pela APN no dia 14 de março de 2011. Os principais objetivos desse plano eram o rápido crescimento econômico e a busca por um desenvolvimento social estável e harmonioso<sup>127</sup>. A época, Wen Jiabao, *premier* chinês, disse que *equilíbrio* era a palavra-chave para o crescimento chinês<sup>128</sup>. É preciso compreender o

<sup>124</sup> O que é o plano quinquenal da China? Diário do Povo Online. Disponível em: <http://portuguese.people.com.cn/n3/2020/1026/c309806-9772964.html> - Acesso em 21 jul. 2021.

<sup>125</sup> O 14º Plano Quinquenal (2021-2025) da China em Perspectiva Doméstica e Internacional: Economia, inovação e meio-ambiente. NEBRICS. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nebrics/o-14o-plano-quinquenal-2021-2025-da-china-em-perspectiva-domestica-e-internacional-economia-inovacao-e-meio-ambiente/> - Acesso em 21 jul. 2021.

<sup>126</sup> Fórum fundado em 2013 e organizado pelos países da Ásia e do Pacífico em prol do desenvolvimento energético seguro e sustentável. The Second Forum Asian and Pacific Energy Forum. Disponível em: <https://www.unescap.org/intergovernmental-meetings/apef2> - Acesso em 21 jul. 2021.

<sup>127</sup> Período de 12º Plano Quinquenal será etapa chave para China. Embaixada da República Popular da China no Brasil. Disponível em: <http://br.china-embassy.org/por/szwx/t762820.htm> - Acesso em 21 jul. 2021.

<sup>128</sup> China aprova Plano Quinquenal para crescer 7% 'com qualidade'. Exame. Disponível em: <https://exame.com/mundo/china-aprova-plano-quinquenal-para-crescer-7-com-qualidade/> - Acesso em 21 jul. 2020.

contexto em que tal plano foi posto em prática. Em 2011, o mundo vivia o complexo contexto da crise capitalista, de estagnação econômica e endividamento de muitos países, especialmente os europeus, logo após outra crise capitalista, conhecida como crise do *subprime* (2007), fruto do estouro da bolha imobiliária estadunidense.

A China obviamente foi impactada pela crise de 2011, visto que mantém um grande fluxo comercial com o restante do Mundo (fluxo vulgarmente chamado *fábrica do mundo*), fruto da reforma econômica de 1980. Todavia, a preocupação do PCCh em minimizar os riscos da crise mundial em seu território também foi motivada pela disparidade interna que a sociedade chinesa experienciava com o passar dos anos e o desenvolvimento do país.

Nesse período, o país passava por um rápido crescimento industrial, tecnológico, urbano e de renda *per capita*. Por isso, para a elite política do país, era necessário um equilíbrio na manutenção da China como economicamente ativa, com um crescimento de 7% ao ano, e também na minimização das contradições sociais. Para isso, os chineses apostavam no desenvolvimento tecnológico (inovação), como uma alternativa para esse crescimento, bem como na criação de nacionais. Ademais, eles colocaram em prática diversas obras nacionais de infraestrutura (conexão entre portos, transporte urbano, desenvolvimento da rede ferroviária, estradas, pontes e ligação da costa com o interior), visando manter ativas as empresas chinesas e evitar o crescimento na taxa desemprego (OSNOS, 2015).

Porém, além dessas metas mais óbvias, os chineses também mantinham outros objetivos com o seu décimo segundo plano. Um dos principais pontos de preocupação dos chineses era desenvolver um espaço em que pudessem se posicionar diante do cenário econômico internacional. Essa inserção chinesa no sistema econômico mundial facilitaria a execução de sua política de cooperação global, visto que uma das principais metas do plano era a busca pelo desenvolvimento, em conjunto com a comunidade global.

A busca pelo crescimento interno chinês igualmente levou o PCCh a pensar e tentar desenvolver as regiões mais distantes da China, especialmente as que historicamente são consideradas “áreas sensíveis”, como Xinjiang, na fronteira com a Ásia Central. No décimo segundo plano, o desenvolvimento regional, em especial da parte Oeste do país, é um dos principais objetivos a serem realizados. Para tanto, buscaram a integração regional com outras partes do país, com vistas a um escoamento mais ágil da produção, assim como estimularam o desenvolvimento industrial, o qual aparecia como um dos principais objetivos. Nesse caso, o desenvolvimento (aperfeiçoamento) das indústrias chinesas era fundamental para que a economia continuasse funcionando a pleno vapor.

A situação energética do país também foi outro destaque no décimo segundo plano. A renovação e o desenvolvimento do setor energético eram necessários para o crescimento chinês. Para tanto, o plano traçava como meta o desenvolvimento e a criação de novas linhas de gasodutos, oleodutos e afins. Além disso, taxava como prioridade a conexão e a criação de novas linhas de gasodutos com os países da Ásia Central. Igualmente destacava a necessidade de uma robusta rede de transporte interno e externo.

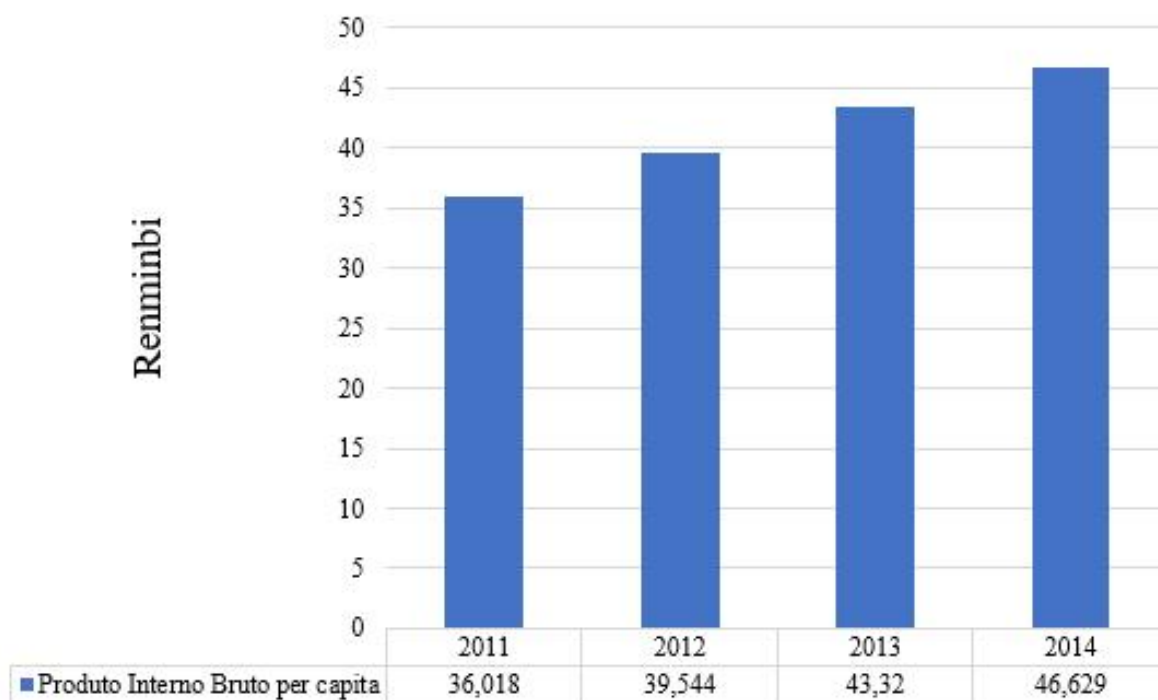
Como resultado dos anos sob a influência do décimo segundo plano, a China viu o crescimento e a expansão de sua zona de influência. Conseguiu estabelecer o seu lugar no sistema econômico internacional, estimulando as relações de desenvolvimento *bi-* e *multilaterais*. Criou, melhorou ou iniciou diálogo sobre áreas de livre comércio (com o Japão, a ASEAN, o Paquistão e o Sri Lanka). Também aperfeiçoou a sua estrutura de comércio internacional, no investimento externo, e principalmente suas plataformas de cooperação na política externa.

Ainda nesse período (2011-2015), o crescimento do PIB chinês conseguiu manter a sua meta de 7% ao ano, superior à média global. Os chineses passaram a exportar seus produtos de alto valor agregado para o resto do mundo, assim como criaram novos lanços de cooperação financeira com o restante do planeta (um exemplo disso é o Banco Asiático de Investimentos

em Infraestrutura, o AIIB, que, como veremos mais adiante, é fundamental para a manutenção da política externa chinesa)<sup>129</sup>. Foi durante a execução do décimo segundo plano que observamos o surgimento da face mais “recente” do código geopolítico chinês, que é a BRI. Através da BRI, os chineses têm costurado uma série de acordos com países dos mais variados continentes, expandindo, assim, a sua influência.

Entre 2011-2014, houve uma relativa melhora na qualidade de vida da população (ver gráfico 7), aumento de sujeitos com seguro básico de saúde (ver gráfico 8), criação de 11 milhões de postos de trabalho, e a construção de 112,000 km de ferrovias, 4,464,000 km de rodovias e 112,000 km de estradas<sup>130</sup>.

**Gráfico 7** - Produto Interno Bruto per capita chinês entre 2011-2014.

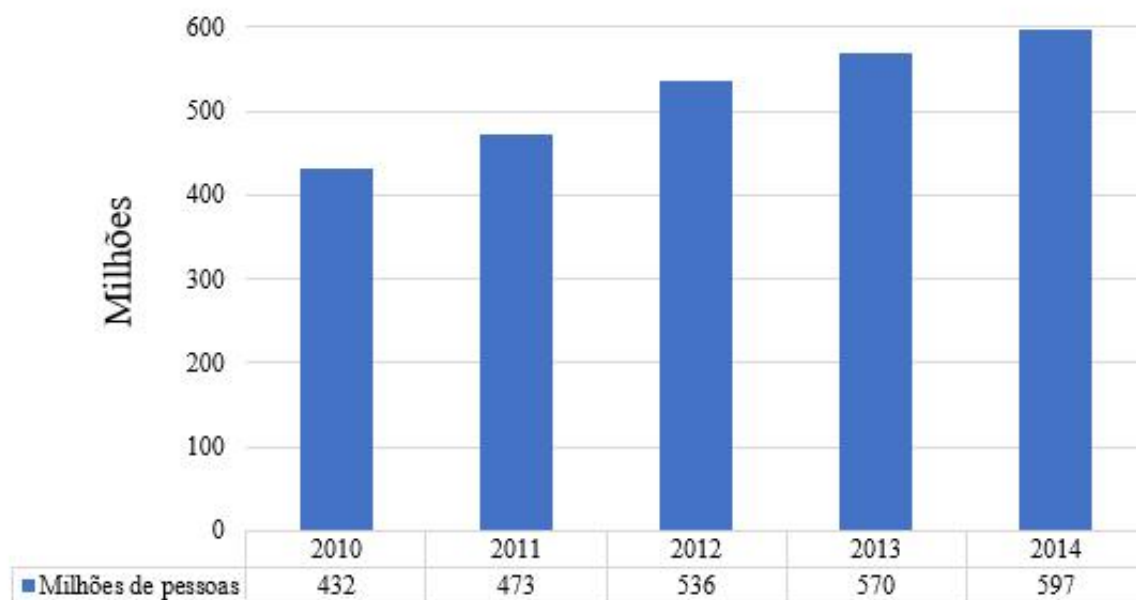


**Fonte:** National Bureau of Statistics of China. Disponível em:

[http://english.www.gov.cn/policies/infographics/2015/10/26/content\\_281475220561639.htm](http://english.www.gov.cn/policies/infographics/2015/10/26/content_281475220561639.htm)- Acesso em 21 jul. 2021

<sup>129</sup> 12th Five-Year Plan achievements a milestone for centenary goal. Xinhua. Disponível em: [http://english.www.gov.cn/news/top\\_news/2015/10/26/content\\_281475220413367.htm](http://english.www.gov.cn/news/top_news/2015/10/26/content_281475220413367.htm) - Acesso em 21 jul. 2021.

<sup>130</sup> Improvement in economy and wealth during 12th Five-Year Plan (2011-2015). The State Council. Disponível em: [http://english.www.gov.cn/policies/infographics/2015/10/14/content\\_281475211358609.htm](http://english.www.gov.cn/policies/infographics/2015/10/14/content_281475211358609.htm) - Acesso em 21 jul. 2021.

**Gráfico 8** - População com acesso a seguro básico de saúde.

**Fonte:** National Bureau of Statistics of China. Disponível em:

[http://english.www.gov.cn/policies/infographics/2015/10/26/content\\_281475220561639.htm](http://english.www.gov.cn/policies/infographics/2015/10/26/content_281475220561639.htm)- Acesso em 21 jul. 2021

A despeito das grandes conquistas exibidas pela China, os problemas aumentavam proporcionalmente. A construção de imensas redes de transporte, estruturas industriais e afins aumentava a contradição social do país (cf. capítulo 1), assim como os crimes econômicos, além disso, as grandes conquistas econômicas e sociais chinesas alteravam a forma do território chinês, afetando profundamente o meio ambiente.

Diante disso, as preocupações do PCCh, no décimo segundo plano, estavam em reduzir a emissão de gases, em controlar o uso de energia com a utilização de combustíveis não fósseis, em melhorar a distribuição e a qualidade da água, a qualidade do ar, a erosão do solo e a exploração de áreas verdes (ANGANG; JIAOCHEN, 2011). Contudo, os impactos ambientais gerados pelo crescimento chinês eram e continuam grandes.

A atenção à questão ambiental, ou a chamada “era verde” da China, começou a ganhar maior destaque nos planos quinquenais, especialmente a partir do décimo terceiro plano quinquenal<sup>131</sup>. A China é o país que mais tem investido no desenvolvimento de energia renovável: tem se comprometido com metas globais para a redução da poluição (CHIU, 2017) e, recentemente, lançou o seu mercado de carbono (o maior do mundo)<sup>132</sup>. Porém, ainda que os chineses internamente tenham se esforçado em promover o uso de energia limpa, as faces e

<sup>131</sup> Pelo menos desde o décimo primeiro plano quinquenal, já é possível observar alguma preocupação do poder central com os impactos ambientais ocasionados pelo rápido crescimento do país e as demandas exigidas por tal crescimento, como, por exemplo, a extração de recursos e a produção de alimentos para consumo interno. Todavia, a “era verde” chinesa e a sua preocupação com os danos ambientais começaram a ser focadas a partir do décimo segundo plano, ganhando ainda mais atenção no décimo terceiro plano.

<sup>132</sup> Saiba como funcionará o novo mercado de carbono na China. Correio Braziliense. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2021/07/4938004-saiba-como-funcionara-o-novo-mercado-de-carbono-na-china.html> - Acesso em 04 ago. 2021.

fases do seu código geopolítico (a cooperação), especificamente a BRI, são vistos por analistas com um problema ambiental para os países que fazem parte da iniciativa, visto que a China utiliza tal plataforma para a compra e a exploração de combustíveis fósseis fora do território chinês<sup>133</sup>.

### 3.1.2 O Décimo Terceiro Plano Quinquenal Chinês (2016-2020)

O Décimo Terceiro Plano Quinquenal Chinês já nasce em outro contexto. Discutido na Quinta Sessão Plenária do Décimo Oitavo Comitê Central do PCCh, em outubro de 2015, o plano passa a vigorar no sistema socioeconômico chinês, em 2016, após ser apresentado na Quarta Sessão da 12ª APN. À época, China conquistava cada vez mais espaço no cenário econômico mundial e aumentava suas relações de cooperação com diversos outros atores.

Se, no Décimo Segundo Plano, o crescimento de 7% ao ano era algo mais “certo”, no Décimo Terceiro, essa certeza não era tanta. O próprio Secretário-Geral do PCCh à época, Xi Jinping, afirmava que manter o crescimento que o país obteve nos últimos anos não era impossível, mas era incerto. Todavia, o crescimento ainda seria relativamente alto, se comparado com a média mundial. A ideia era manter a taxa de crescimento do país na taxa de 6,5% ao ano, para ser possível dobrar o PIB *per capita*<sup>134</sup>.

As principais metas desse plano, que teve sua duração até 2020, continuavam pautadas em um crescimento socioeconômico harmonioso e coordenado, mas também ecológico e aberto. O desenvolvimento da ciência e da tecnologia foi outra meta alcançada pela China nos cinco anos seguintes do plano, mas esse desenvolvimento tecnológico não é limitado a sistemas de telecomunicações, carros ou outros serviços de alto valor agregado: a biotecnologia também foi mais bem explorada e amplificada nesse período. Isso explica por exemplo, o rápido desenvolvimento de vacinas contra a Covid-19 por laboratórios chineses.

As preocupações com a modernização do setor industrial persistiram, principalmente com a criação de indústrias de alta tecnologia. São algumas das metas que aparecem no Décimo Terceiro Plano as seguintes: energia limpa (apenas em 2020, segundo dados da Agência Nacional de Energia da China – NEA, o país construiu o dobro de usinas eólicas e solares em relação a 2019<sup>135</sup>); conexão dos sistemas energéticos do país (inclusive suas conexões com o exterior); aceleração do crescimento urbano; mecanismos de cooperação marítima; legislação ambiental mais rígida; controle sobre as emissões de carbono na atmosfera; maior abertura econômica com o relaxamento de leis e regras associadas à atração de capital estrangeiro; redução da linha da pobreza; manutenção e expansão da BRI; modernização do sistema de defesa nacional; a criação de novas zonas de comércio<sup>136</sup>.

Na análise desse plano, algumas metas específicas chamaram nossa atenção, pois, como veremos adiante, tais metas têm ligação direta com as transformações espaciais que a China vem promovendo nos países da Ásia Central. Essas transformações, em sua grande maioria, estão associadas à criação de redes de transporte e/ou infraestrutura. Por exemplo: uma das metas que o NDRC apresenta, nesse plano, é a construção de redes (ferroviárias e rodoviárias) cortando todo o território chinês (de leste a oeste). Tal meta, além de intentar a conexão regional

<sup>133</sup> China's 'Belt and Road' risks Paris climate goals: analysis. Yahoo. Disponível em: <https://news.yahoo.com/chinas-belt-road-risks-paris-climate-goals-analysis-011113041.html> - Acesso em 04 ago. 2021.

<sup>134</sup> Presidente da China diz que crescimento de cerca de 7% é possível nos próximos 5 anos. O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/presidente-da-china-diz-que-crescimento-de-cerca-de-7-possivel-nos-proximos-5-anos-2-17949940> - Acesso em 22 jul.2021.

<sup>135</sup> China doubles new renewable capacity in 2020; still builds thermal plants. Reuters. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-china-energy-climatechange-idUSKBN29Q0JT> - Acesso em 04 ago. 2021

<sup>136</sup> Metas e missões do novo plano quinquenal da China. Diário do Povo. Disponível em: <http://portuguese.people.com.cn/n3/2016/0305/c309806-9025669.html> - Acesso em 22 jul. 2021.

do vasto território chinês, também tem a função de fortalecer os corredores de transporte internacional criados pela China nos últimos anos. Nesse sentido, essa política tem influência direta na região centro-asiática, já que, devido a ela, dezenas de trens de cargas oriundos da costa chinesa se direcionam para o Oriente Médio e a Europa.

Assim como no Décimo Segundo Plano, no Décimo Terceiro Plano, a conexão de gasodutos (ou infraestruturas de modo geral) continua sendo um dos pontos mais importantes da estratégia de desenvolvimento chinês e da sua conexão com o espaço centro-asiático. Isso porque, no Décimo Segundo Plano, fica evidente a relevância dessa ligação entre chineses e a Ásia Central: ela faz parte do projeto de integração multimodal que deveria ser promovida nas principais cidades chinesas e que visava ao transporte mais fácil e eficiente, tanto no interior do território chinês, quanto externamente a ele.

Outro ponto importante presente no Décimo Terceiro Plano e que tem atuação direta nos países da Ásia Central, é o objetivo chinês em construir uma grande plataforma logística (ou parque logístico internacional) para trens de cargas em cidades importantes para a BRI e que deve funcionar em função da OCX, quando a organização for acionada. A intenção de Pequim era a construção de grandes *hubs*, semelhantes ao existente em Khorgos, em cidades como Lanzhou e Ürümqi. A construção de projetos semelhantes também foi tentada na região centro-asiática, como observaremos posteriormente.

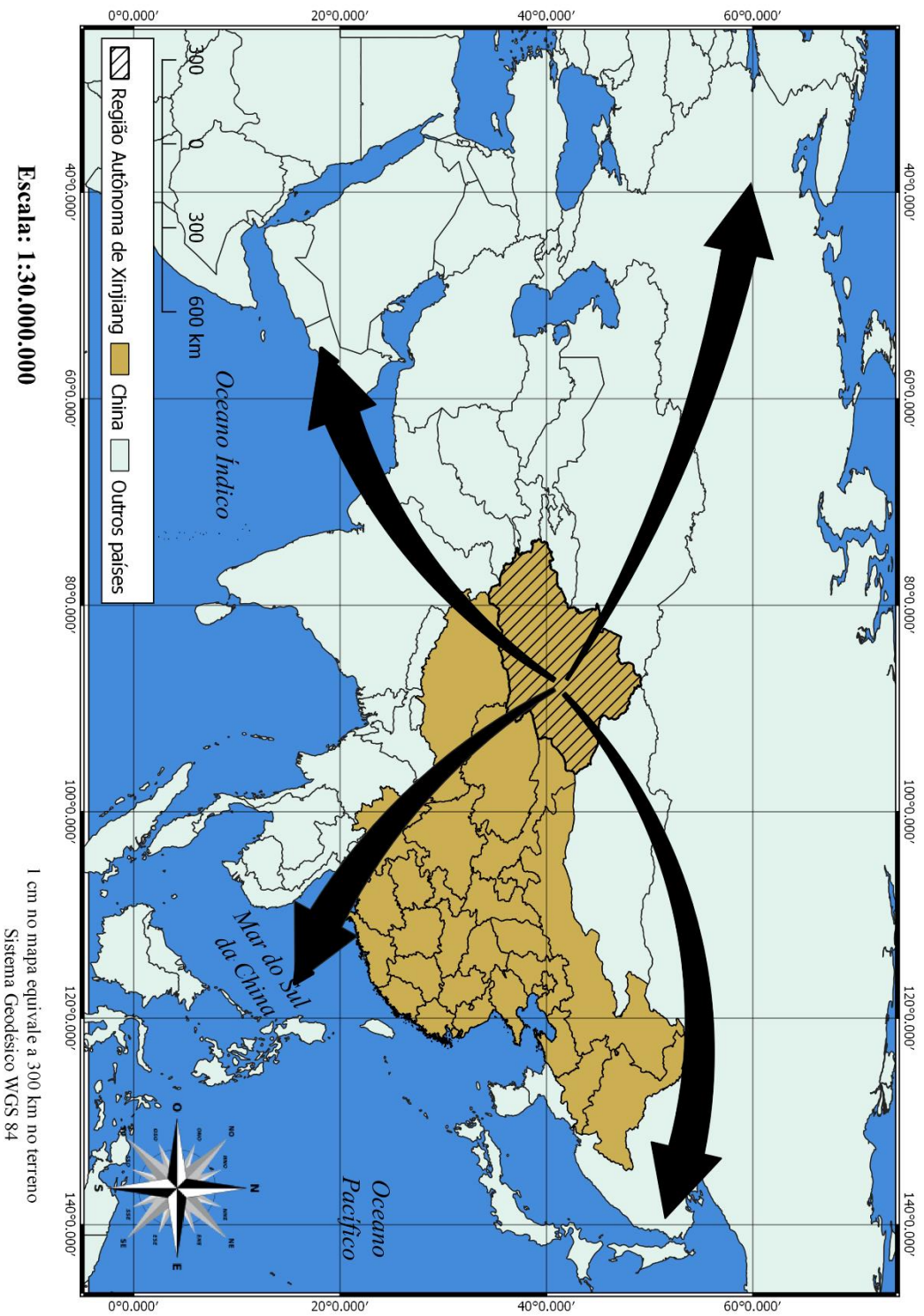
A partir desse plano, é possível observar que a BRI, na realidade, é o que os chineses acreditam ser a chave para desenvolvimento da região central do país, e Xinjiang deve ser o centro dessa estratégia (ver figura 8). Tendo tal região como o centro dessa grande jogada geopolítica, os chineses esperam reduzir as diferenças culturais e sociais históricas, bem como exercer um poder ainda maior em um espaço que historicamente é um foco de preocupação, para o poder central, da integridade territorial chinesa. Desde 2010 os chineses têm investido massivamente no desenvolvimento industrial de Xinjiang, principalmente, nos setores de eletrônicos, energia renovável, metalurgia e outros. Como aponta Vieira (2020)

[...] Xi evidencia que uma análise da ICR restrita à perspectiva da política externa e da interação entre estados está fadada a limitar-se a apenas uma parcela da sua importância, ao ignorar que os impasses relevantes para a compreensão da elaboração dessa estratégia não são apenas regionais, mas também domésticos. A iniciativa pretende converter as regiões de fronteira nos principais eixos de comunicação da República Popular da China (RPC) com o exterior, valendo-se da proximidade cultural e étnica de suas províncias fronteiriças, tais como Xinjiang, Tibete e Mongólia Interior, com vizinhos. (VIEIRA, 2020, p. 270).



Figura 8 - Região Autónoma de Xinjiang como Centro da Belt And Road Initiative

### Xinjiang como o centro da geopolítica chinesa



Fonte: Elaboração do autor



Não buscamos, aqui, fazer uma análise amplamente detalhada de todos os parâmetros que os planos quinquenais ditam para a política chinesa e os caminhos que eles estabelecem para o desenvolvimento chinês. O que tentamos realizar, nesse primeiro tópico do capítulo, foi uma busca a partir do principal guia sociopolítico chinês de caminhos que nos levem a observar a manutenção e a atuação do código geopolítico da China e, mais especificamente, como podemos avistar os principais delineamentos de tal código no espaço centro-asiático.

De modo geral, para a nossa pesquisa, ambos os planos nos dão indícios da grande preocupação chinesa com a conectividade do seu território e da sua cadeia produtiva. A atenção em relação a esses dois elementos específicos é fundamental para a forma de atuação e para a implementação de projetos chineses na Ásia Central. Tais metas e objetivos dos planos quinquenais, nos territórios centro-asiáticos, serão vistos e mapeados mais adiante, todavia, antes de listar as formas e os contornos que essas metas e objetivos ganharão em territórios externos à China, precisamos compreender como os chineses conseguem colocar em prática tais projetos. Por isso, é necessário realizarmos uma breve análise sobre os bancos chineses a estrutura financeira do país, que financiará e permitirá a execução de boa parte de tais investimentos e obras.

### **3.2 O sistema financeiro e os bancos chineses: como eles contribuem para o código geopolítico?**

Desde a reforma econômica, a abertura econômica e a rápida industrialização da China, no século passado, o sistema financeiro chinês tem se fortalecido e exerce um papel importante naquilo que o PCCh chama de modernização da economia chinesa. Após as “quatro modernizações”, propostas por Deng Xiaoping, que promoveram mudanças espaciais e socioeconômicas na China (acesso à tecnologia e novas fontes de investimento, por exemplo), o sistema financeiro chinês se modernizou paulatinamente, tornando-se cada vez mais sólido e fundamental ao processo de integração da China ao sistema capitalista ocidental e à sua participação nas cadeias produtivas mundiais.

Anteriormente ao período das quatro modernizações e todo o processo de transformação da China que apontamos no parágrafo acima (bem como no subtópico 1.3.1.2), o sistema financeiro do país era caracterizado por ser um sistema monobancário, controlado exclusivamente pelo *People's Bank of China* (PBoC) (PAULINO; SPERANCETE, 2019, p. 78 apud DAMAS, 2014; CARVALHO, 2013). Após 1978, esse cenário se altera, com a criação de novas instituições bancárias e com o PBoC assumindo a função de apenas servir como o Banco Central da República Popular da China, incumbido do controle da taxa de juros e do volume de crédito de supervisão do sistema multibancário recém-estabelecido (CARVALHO, 2013, p.119).

Em 1979, novos bancos foram criados e/ou outras instituições financeiras tiveram suas funções redefinidas, com a adoção do sistema multibancário. Ainda que outras instituições financeiras tenham começado a atuar no sistema financeiro chinês, quatro bancos foram fundamentais e formaram o núcleo dessa transformação, sendo conhecidos como *big 4*, pois emergiram como as quatro maiores instituições financeiras do país e tinham a maior concentração de ativos financeiros sobre o seu domínio (CARVALHO, 2013). Esse grupo intitulado *big 4* é constituído pelos seguintes bancos: *Bank of China* (BoC), *Agricultural Bank of China* (ABC), *China Construction Bank* (CCB) e *Industrial and Commercial Bank of China* (ICBC) (PAULINO; SPERANCETE, 2019, p.78).

**Tabela 5** – Os principais bancos chineses e suas funções após a reforma financeira da década de 1970.

<b>Banco</b>	<b>Função</b>
<i>Bank of China</i>	Gestão de câmbio (operação e organização de fundos de câmbio), controle nas operações de comércio e investimentos exterior.
<i>Agricultural Bank of China</i>	Fomentar e apoiar o investimento no setor do agronegócio (também em outros países) em partes rurais da China.
<i>China Construction Bank</i>	Em sua fundação, tinha como atividades o controle e a administração de fundos públicos para atividades voltadas à criação de infraestrutura. Após 1979, tornou-se um banco com mais atividades comerciais e, hoje, tem como principal função o fornecimento de crédito a obras de infraestrutura e manufaturas.
<i>Industrial and Commercial Bank of China</i>	Exercer funções que não se encaixam nas outras instituições.

**Fonte:** Paulino e Sperancete (2019, p.78). *History. Bank of China*. Disponível em: [https://www.boc.cn/en/aboutboc/ab7/200809/t20080926\\_1601851.html](https://www.boc.cn/en/aboutboc/ab7/200809/t20080926_1601851.html). Acesso em: 25 jul. 2021. *Overview. China Construction Bank*. Disponível em: <http://www.ccb.com/en/investor/overview.html>. Acesso em: 25 jul. 2021.

Segundo Carvalho (2013, p.119),

Estes bancos seriam especializados na medida em que cada um deles estava voltado para um determinado segmento do mercado bancário chinês, com o BOC concentrado nas operações envolvendo moedas estrangeiras, o CCB se especializado no financiamento do investimento em ativos fixos, em operações de médio e longo prazo, e o ABC e o ICBC com as demais operações bancárias no campo e na cidade, respectivamente.

Contudo, como aponta Jabbour e Paula (2018), no final dos anos oitenta e começo dos anos noventa, as reformas e a política monetária chinesa começaram a apresentar suas fragilidades, tendo como *background* o período final da Guerra Fria e os eventos que com ela ocorreram: Queda do Muro de Berlim e as transformações econômicas que passava a URSS.

Além dos eventos citados no parágrafo anterior, fatores internos também contribuíram para a fragilização da política das quatro modernizações e o sistema financeiro chinês. O aumento na taxa de inflação, as disputas na própria elite política chinesa sobre o caminho que as reformas deveriam tomar, e a insatisfação popular com a deterioração na qualidade de vida oriundas da crise econômica, cujo os protestos que reivindicavam respostas e melhoras na situação econômica e social do país, foram violentamente oprimidos pelo PCCh (como o massacre da praça celestial em 1989, por exemplo) foram alguns destes fatores.

Todavia, em 1992, Deng Xiaoping, que havia desaparecido dos holofotes políticos após 1989, conseguiu manter “viva” a política das quatro modernizações (e o sistema econômico chinês), a partir de acordos políticos com diversos setores regionais e com o ELP. Esse pacto arquitetado por Xiaoping ficou conhecido como “Grande Compromisso”, o qual

[...] “garantiu” uma política pragmática de reformas econômicas entre as duas grandes correntes – que se dividiram nos anos 1980 e comportavam os principais segmentos do PCC (anciões, marxistas-leninistas, pró-abertura, líderes locais, tecnocratas e ELP). (LEÃO, 2012, p.163).

Em troca do apoio político acordado através do “Grande Compromisso”, “o ELP receberia maiores quantidades anuais de recursos, além das províncias serem mais apreciadas

quanto aos projetos de investimentos e desenvolvimento por parte do governo central” (PAULINO; SPERANCETE, 2019, p.80 apud CARVALHO, 2013).

A partir daí, viu-se uma espécie de segunda reforma no sistema financeiro chinês, ou ajustes do modelo implementado em décadas passadas. O princípio básico do “Grande Compromisso” era manter a modernização da economia e uma estável unidade política, reduzindo ao máximo possível as tensões sociais, a exemplo do que ocorreu em 1989 (LEÃO, 2012). A preocupação do PCCh em conservar uma identidade nacional forte e um território integrado era fundamental tanto para o crescimento do país quanto para a consolidação de seu poder na esfera internacional.

A renovação (ou fortalecimento) da base monetária chinesa iniciou

[...] um novo ciclo de inovações institucionais, por meio do qual se avançou uma demarcação de fronteira de ações entre os setores estatal e privado da economia, com o primeiro em vias de se ocupar de tarefas mais amplas (“socialização do investimento”) com a formação das bases a uma moderna economia monetária e com maior margem de manobra à coordenação do investimento. (JABBOUR; PAULA, 2018, p. 14).

A partir do “Grande Compromisso”, o politburo chinês começou a preparar o país para as novas transformações que viriam na esteira da segunda reforma financeira, iniciada em 1993. Tais inovações institucionais começaram a ser vistas já no setor rural com a adoção de mecanismos de livre-mercado na produção agrícola da China. Antes de 1993, a produção agrária no país era planificada pelo poder central.

Isto é, existiam cotas de produção e preços pelos quais essas cotas seriam vendidas. Além da extinção das cotas de produção, a liberalização do preço que já vinha acontecendo, de modo lento, desde a década de 1980, é acelerada no começo dos anos 1990. O reflexo dessa transformação econômica no campo, por exemplo, foi uma maior produtividade rural (PAULINO; SPERANCETE, 2019; NONNENBERG, 2010).

Além da cessão das cotas de produção agrícola e da liberalização dos preços, houve, no sistema financeiro chinês ao final do século XX, outras reformas, como as reformas cambial e fiscal; a Lei das corporações, cujo o propósito é fornecer uma base jurídica para as empresas, especialmente as estatais, se tornarem empresas de capital aberto; e por fim, a Resolução sobre a Reforma do Sistema Financeiro, que

[...] definiu um conjunto de metas para o setor financeiro chinês, que incluíam desde mudanças no arcabouço jurídico até a divisão de tarefas entre instituições financeiras chinesas, e que serviriam de bússola para os próximos anos. (CARVALHO, 2013, p. 130).

Foi a partir da Resolução sobre a Reforma do Sistema Financeiro de 1993, que surgiram os bancos de desenvolvimento (*policy banks*) (CARVALHO, 2013). Esses bancos de desenvolvimento passaram a abrigar toda a política de empréstimo que, antes, estava sob a tutela dos *big 4*. Os quatro principais bancos deixaram de ser responsáveis pelo financiamento e pelo fornecimento de crédito, passando a ser integrados ao plano de crédito para financiar as empresas estatais (BURDEKIN; TAO, 2008). A partir dali, os bancos de desenvolvimentos forneceriam crédito a setores estratégicos da China, com o vencimento destes créditos em um tempo maior. A partir de tal mudança no sistema financeiro, surgiram três bancos, os quais são fundamentais nos projetos de cooperação da China na Ásia Central.

**Tabela 6** – Bancos chineses de desenvolvimento.

<b>Banco</b>	<b>Função</b>
<i>State Development Bank (atual China Development Bank)</i>	Financiamento de projetos de longa duração.
<i>Export and Import Bank of China</i>	Fomentar a importação e exportação de equipamentos e bens.
<i>Agricultural Development Bank of China</i>	Fomentar e fornecer investimento a atividades do setor rural.

**Fonte:** Carvalho (2013, p.130).

Esses três bancos de desenvolvimento são peças fundamentais – especialmente o *China Development Bank* (CDB) e o *Export and Import Bank of China* (EXIM) – para o funcionamento dos *Official development finance* (ODF). Os ODFs consistem no financiamento e/ou no fornecimento de crédito que a China vem realizando nos últimos anos para o desenvolvimento e a construção de obras de infraestrutura (rodovias, ferrovias, usina hidroeelétricas, gasodutos, oleodutos, portos, pontes etc).

Esses ODFs são firmados com diversos parceiros, em diversos continentes e regiões (inclusive em nosso recorte espacial de análise, a Ásia Central), sendo uma das principais formas de cooperação do código geopolítico chinês. Todavia, considerada controversa, a natureza dos ODFs é alvo de críticas por parte de analistas e acadêmicos. Para alguns, esses empréstimos significam uma espécie de neocolonialismo ou domínio financeiro dos chineses em relação aos seus parceiros. Discutiremos isso mais adiante. Antes, devemos compreender o que, de fato, significam esses financiamentos. Chen (2020) observa que os ODFs podem ocorrer de diferentes maneiras, mas que,

[...] em muitos casos, refere-se à ajuda oficial, ou seja, doações e empréstimos concessionais que apoiam o desenvolvimento de países destinatários. Também é incluso créditos de exportação visando facilitar a exportação para empresas de países prestatários. (CHEN, 2020, p.438, tradução do autor).

Desse modo, não existe um padrão específico de atuação da China quanto aos empréstimos e aos financiamentos que ela realiza aos seus parceiros, uma vez que os empréstimos e financiamentos podem ocorrer com fins de ajuda e/ou comercial. A compreensão da natureza desses financiamentos e empréstimos é o maior desafio dos analistas, visto que nem sempre os financiamentos e empréstimos chineses são claramente especificadas. Embora exista essa complexidade, para certos pesquisadores, esses financiamentos chineses são compreendidos como um “empreendedorismo público” globalizado, cujo exercício é realizado através de empréstimos concessionais e não concessionais fornecidos por bancos públicos, comerciais e ministérios da RPC. Já o CDB geralmente está atrelado a projetos internos, mas também tem uma forte atuação no exterior, com um alto fluxo de empréstimo para outros países. Outros bancos como o *Bank of China*, o *Industrial and Commercial Bank of China* e o *China Construction Bank* (todos listados na bolsa) também são instituições que, cada vez mais, tem atuado no financiamento de projetos no exterior (CHEN, 2020).

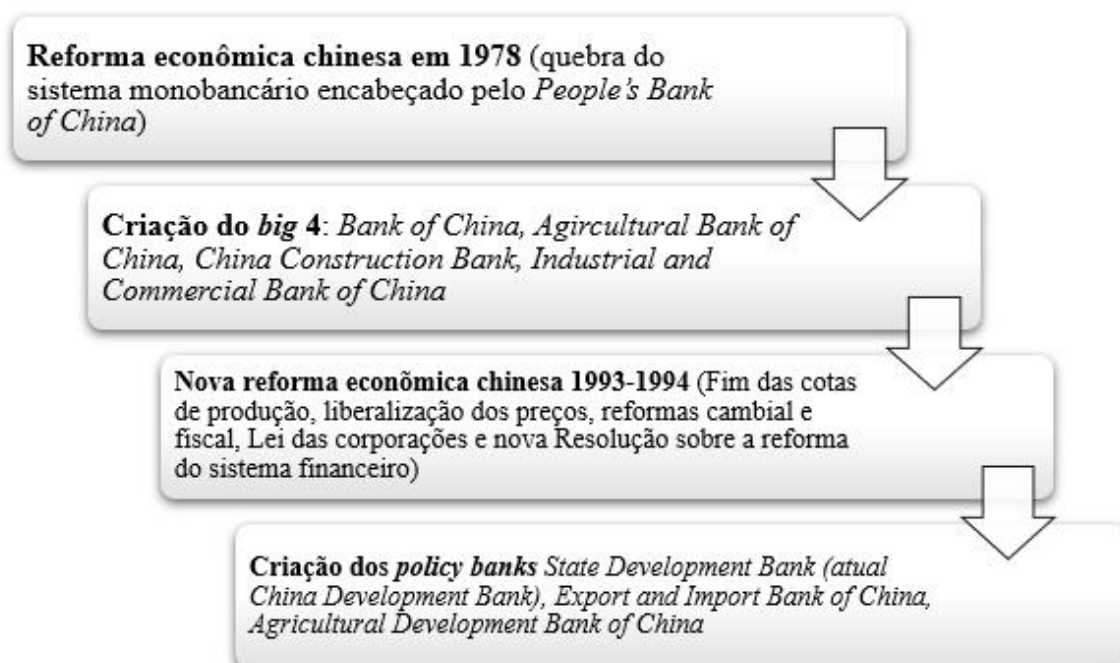
O financiamento chinês geralmente é realizado pelo MOFCOM, com assistência e financiamento sem juros, e pelo Exim, com empréstimos concessionais. A origem dos fundos dessas instituições (MOFCOM e Exim) é a emissão de títulos de créditos, diferentemente dos outros bancos e instituições da China. Dessa forma, os empréstimos dos bancos de desenvolvimento são subsidiados e apresentam vantagens em relação os bancos comerciais, pois os

Empréstimos de bancos de desenvolvimento têm “risco zero ponderação”, um favor de política concedido pelo estado e, portanto, classificado como tão alto quanto títulos do

governo. Tal garantia soberana garante grande volume de longo prazo financiamento e empréstimo. (CHEN, 2020, p. 444).

Em resumo, apesar de diversos bancos chineses estarem envolvidos no financiamento de obras de infraestruturas ao redor do mundo, as quais fazem parte da lógica de cooperação atrelada ao código geopolítico da China, nem sempre eles são subsidiados integralmente com o dinheiro público chinês, exceto nos recursos fornecidos pelo MOFCOM e pelo Exim. Segundo (CHEN, 2020, p. 449), apesar da dificuldade em analisar e compreender a essência dos auxílios financeiros prestados pela China, é possível observar algumas características nos ODFs: *i*) os dois maiores doadores de ODFs são os bancos de desenvolvimento da China; *ii*) A maioria dos ODFs chinês não são concessionais em termos de juros, ou seja, são definidos com base nas taxas do mercado; e, por fim, *iii*) O principal destino dos ODFs da China são países "em desenvolvimento".

**Figura 9-** Linha do Tempo da Reforma do Sistema Financeiro chinês: de 1978 à criação dos *Policy Banks*.



**Fonte:** Elaboração do autor.

Além dos *policy banks* citados no esquema acima, outro banco chinês que merece destaque é o *Asian Infrastructure Investment Bank* (AIIB), voltado ao manejo de recursos para a construção de infraestruturas no continente asiático, o qual tinha uma considerável ausência de investimentos (BRITES, JAEGER, 2016). O banco foi proposto em outubro de 2013. Um ano depois, em outubro de 2014, vinte e dois países assinaram o Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento do Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura. Naquele momento, Austrália e Coreia do Sul estavam dentre os membros que tinham a intenção de ingressar na iniciativa, o que não se concretizou por pressão dos Estados Unidos<sup>137</sup>.

Visto como um “rival” pelo Banco Mundial e pelo Banco Asiático de Desenvolvimento, o AIIB foi oficialmente lançado em 2016, com uma verba de US\$ 50 milhões, e tem como princípio básico de atuação o multilateralismo, visando também se tornar um vínculo entre a

<sup>137</sup> China launches World Bank's rival AIIB in Asia. Mint. Disponível em: <https://www.livemint.com/Politics/tjdx86kAvM1Q9TjfAFyrFJ/China-launches-World-Banks-rival-AIIB-in-Asia.html> - Acesso em 02 ago. 2021.

cooperação Sul-Sul e Norte-Sul, conforme disse Xi Jinping no discurso de inauguração da instituição<sup>138</sup>. Hoje, o AIIB conta com 86 países sócios (excluindo a China) de todos os continentes (ver figura 9).

O AIIB, além de ser um dos processos de consolidação da China no cenário econômico internacional, representaria, para Joseph Stiglitz (economista formulador da política econômica do governo Clinton), uma alternativa as instituições financeiras sob influência estadunidense (FMI, Banco Asiático De Desenvolvimento e o Banco Mundial). Para o economista, essas entidades econômicas são “marcadas por um excesso de ideologização, que muitas vezes é responsável pela desindustrialização de países em desenvolvimento” (BRITES, JAEGER, 2016, p.91 *apud* STIGLITZ, 2015).

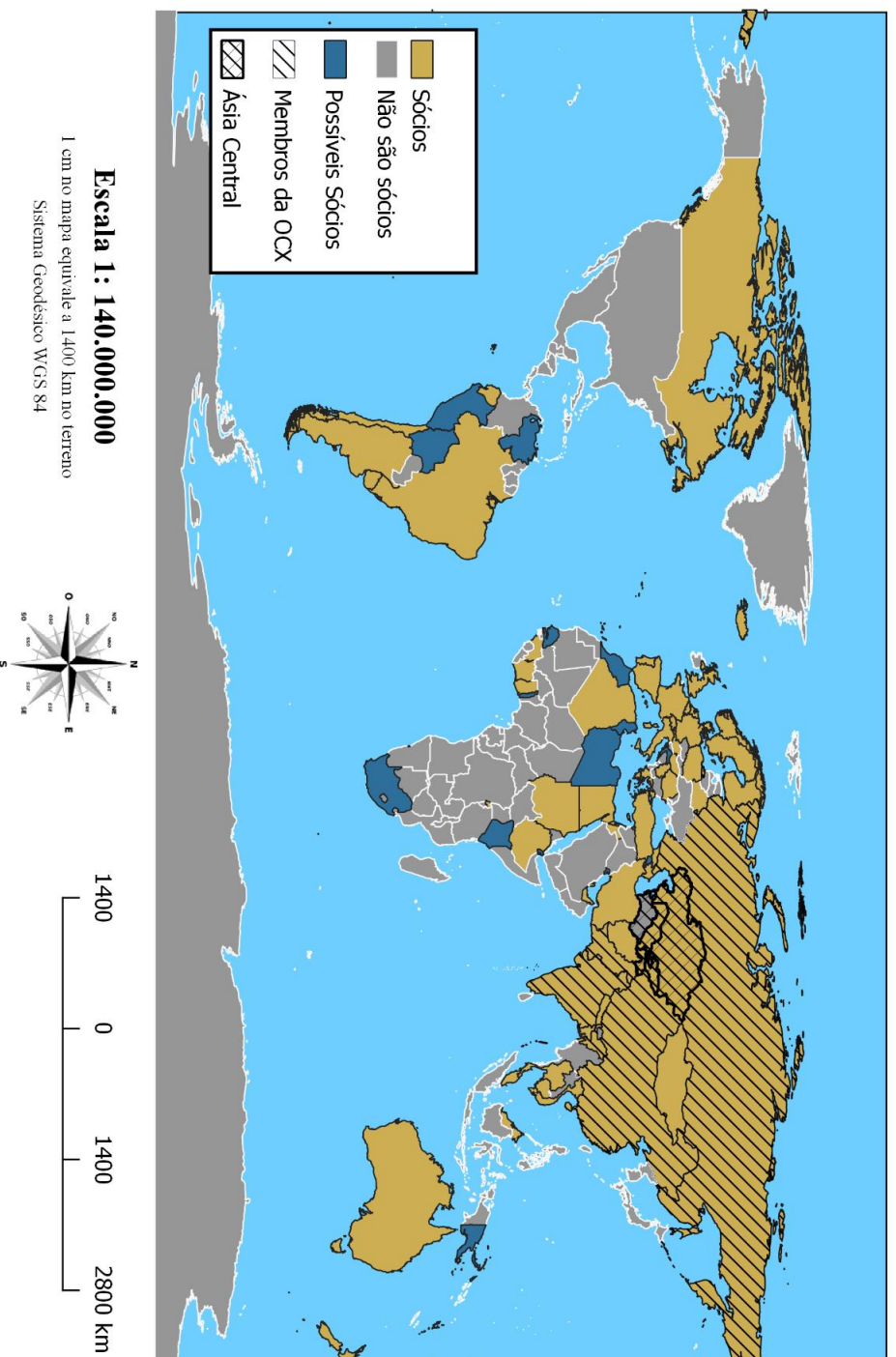
Todavia, a prestação de auxílio financeiro chinês acende um debate para alguns acadêmicos: Além da assistência que o sistema financeiro e os bancos chineses fornecem, com o financiamento e o provimento de crédito, para a execução do código geopolítico, é possível falarmos de uma geoeconomia chinesa exercida através do seu sistema financeiro/bancário e das ODF's? Primeiramente, vamos a uma definição de geoeconomia. Segundo Blackwill e Harris (2016), a geoeconomia é “o uso de instrumentos econômicos para promover e defender interesses nacionais, para produzir resultados geopolíticos benéficos; e os efeitos das ações econômicas de outras nações sobre os objetivos geopolíticos de um país” (BLACKWILL, HARRIS, 2016, p.20).

---

<sup>138</sup> Full text of Chinese President Xi Jinping's address at AIIB inauguration ceremony. China Daily. Disponível em: [https://www.chinadaily.com.cn/business/2016-01/16/content\\_23116718\\_2.htm](https://www.chinadaily.com.cn/business/2016-01/16/content_23116718_2.htm) - Acesso em 02 ago. 2021.

Figura 10 – Sócios, Possíveis Sócios e Não Sócios do Asian Infrastructure Investment Bank

## Sócios, possíveis sócios e não sócios do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura



**Fonte:** Members and Prospective Members of the Bank. Asian Infrastructure Investment Bank. Disponível em: <https://www.aiib.org/en/about-aiib/governance/members-of-bank/index.html> - Acesso em 02 ago. 2021



Porém, como os próprios autores alertam, não devemos confundir a geoeconomia com a geopolítica. O principal contraste entre a geopolítica e a geoeconomia seria, segundo os autores, a utilização, por parte do Estado, de fatores econômicos para o exercício de poder, enquanto na geopolítica, o exercício do poder seria empregando através dos fatores geográficos (população, território, recursos, etc) (BLACKWILL, HARRIS, 2016). Isto posto, a China está utilizando artifícios econômicos para obter ganhos políticos? Estamos falando de uma relação predatória e impregnada de armadilhas?

Para alguns autores, a relação de cooperação que os chineses desenvolveram nos últimos anos (que tratamos como a principal característica do código geopolítico) com muitos países, é predatória e limita a capacidade de ação, ou pelo menos, colocam esses países em situações desfavoráveis em relação à China. Os ODFs chineses corresponderiam a uma geoeconomia chinesa, ou seja, ao uso dos elementos econômicos para se obter ganhos políticos.

Para Reilly (2013), por exemplo, a ajuda externa (*foreign aid*) fornecida pelos chineses, requisitada pelo país receptor, configura-se como uma espécie de política econômica de Estado (*Economic statecraft*), definida pelo autor como “o uso de recursos econômicos por líderes políticos para exercer influência na busca dos objetivos da política externa” (REILLY, 2013, tradução nossa). Essa ajuda externa, segundo Reilly, é a principal peça da política econômica chinesa (*China's economic statecraft*).

Conforme Macikenaite (2020), o crescimento econômico chinês e a capacidade econômica que o país obteve nos últimos séculos têm efeitos diretos na relação da China com outros países. A autora entende que a expansão do setor público e privado do país permitiu o aumento do fluxo de trocas comerciais com outras regiões e países, o que produziu uma relação de interdependência. À medida que essa relação de interdependência se aprofundava e a capacidade econômica e comercial chinesa aumentavam, Macikenaite argumenta que os chineses desenvolveram habilidades para punir ou compensar os seus parceiros através de medidas econômicas.

O economista francês Thierry Amougou, quando analisa a atuação chinesa (e os impactos desta) na África Subsaariana, diferentemente de Reilly e Macikenaite, não fala explicitamente de uma política econômica chinesa, porém menciona um sistema financeiro opressor e uma política monetária discriminatória, cujo sistema bancário está a serviço dos planos quinquenais e da industrial estatal. De acordo com o economista, o Banco Central chinês não está livre da ideologia política e do poder do PCCh, portanto não segue as premissas básicas preconizadas pelo sistema econômico dominante. Ele denomina o processo de desenvolvimento chinês de “Concesso de Pequim”, uma analogia ao Concesso de Washington (AMOUGOU, 2011).

Na Ásia Central, Jaborov (2018) afirma que os governantes da região estão negligenciando a política econômica que os chineses têm promovido nos países da área. Para o professor da Universidade Nacional do Tadjiquistão, a presença de empresas chinesas em setores estratégicos dos países da Ásia Central, além dos empréstimos, operacionaliza uma influência econômica chinesa nesse espaço. Contudo, o autor reconhece que a ajuda externa chinesa (ODFs) é fundamental para a estabilidade e o desenvolvimento do espaço centro-asiático.

Inclusive, devemos reconhecer que os países da Ásia Central enfrentam grandes dívidas oriundas dos ODFs concedidos pelos chineses. Em 2019, por exemplo, 45% da dívida externa do Quirguistão era com o Exim<sup>139</sup>; já o Uzbequistão divulgou que a sua dívida externa alcançou 40% do PIB do país em 2020, sendo o Exim o terceiro maior credor do país<sup>140</sup>; no Cazaquistão,

<sup>139</sup> Kyrgyzstan's foreign debt totals 3.7 bln USD. Xinhua. Disponível em: [http://www.xinhuanet.com/english/2019-09/09/c\\_138378772.htm](http://www.xinhuanet.com/english/2019-09/09/c_138378772.htm) - Acesso em 28 jul. 2021.

<sup>140</sup>Uzbekistan: Government Debt Almost Doubled in Two Years.CABAR. Disponível em: <https://cabar.asia/en/uzbekistan-government-debt-almost-doubled-in-two-years> - Acesso em 28 jul.2021.



em 2020, a dívida chegou a 90% do PIB, todavia 80% dessa dívida pertence a empresas privadas<sup>141</sup>. Os chineses estão entre os três maiores credores do Cazaquistão (BISSEMBAY, KOSHKIN, 2020). No Tadjiquistão, também em 2020, a dívida externa representou 36,9% do PIB, sendo o Exim o maior credor<sup>142</sup>. O Turcomenistão anunciou recentemente que sanou o débito com os chineses, ao menos no setor energético.<sup>143</sup>

A posição da China enquanto um dos maiores credores dos países centro-asiáticos é vista por muitos como uma “armadilha” ou “domínio” chinês. Essa dominação, exercida através de artifícios econômicos (ODFs), estaria colocando em risco a soberania, os mercados e, até mesmo, os postos de trabalho em países com grandes débitos com a China. A atuação transnacional de companhias chinesas, a construção de infraestruturas, a compra de terras e os empréstimos seriam uma ameaça à soberania e às economias nacionais dos países receptores, que nada poderiam fazer por estarem em débito com Pequim.

Eventos recentes demonstram o contrário. Em 2020, um projeto milionário (um *hub* logístico) da *China's One Lead One Trading Limited*, em parceria com uma empresa Quirguízia, foi suspenso<sup>144</sup> na Zona Franca de Naryn, no Quirguistão, após moradores se mobilizarem contra mais um projeto chinês no país<sup>145</sup><sup>146</sup><sup>147</sup>. Em 2019, diversas manifestações foram registradas no Cazaquistão contra a presença da China na economia no país<sup>148</sup> e contra os impactos ambientais neste ocasionados pelos projetos com financiamento chinês (fazendo o governo do Cazaquistão expor mais de cinquenta e cinco projetos realizados entre empresas chinesas e cazaques)<sup>149</sup><sup>150</sup>. A pressão popular no Cazaquistão também barrou a venda de terras a estrangeiros, especificamente ao setor agrícola chinês, que estava sendo estudado pelo governo Cazaque. A proibição da comercialização de terras para estrangeiros acabou se

<sup>141</sup> Kazakhstan's External Debt Has Reached \$160.9 Billion. Kursiv. Disponível em: <https://kursiv.kz/en/news/biznes/2021-02/kazakhstans-external-debt-has-reached-1609-billion> - Acesso em 28 jul 2021.

<sup>142</sup> Living in Debt: To Whom and How Much Does Tajikistan Owe? CABAR. Disponível em: <https://cabar.asia/en/living-in-debt-to-whom-and-how-much-does-tajikistan-owe> - Acesso em 28 jul 2021.

<sup>143</sup> Turkmen State Gas Company Pays Off Its Debt to China Business Turkmenistan. Disponível em: <https://business.com.tm/post/7176/turkmen-state-gas-company-pays-off-its-debt-to-china> - Acesso em 28 jul.2021

<sup>144</sup> É importante destacar que a suspensão do projeto divide a opinião da elite política e dos habitantes da região em que o projeto iria ser desenvolvido. Uma parte acredita que o investimento é positivo para o Quirguistão e para a atração de investidores estrangeiros. Outra parte acredita que isso colocaria o país em uma dependência econômica ainda maior em relação aos chineses. Além disso, alguns habitantes, até certo ponto com um discurso sinofóbico, são contra o projeto, pois acreditam que este permitiria a entrada de costumes chineses em sua cultura e, também, que eles poderiam tomar suas terras, tendo como lembrança os acordos fronteiriços entre o Tadjiquistão e a China em 2011 (KYZY, 2021).

<sup>145</sup> Hundreds Join Protests Against Chinese Investment In Kyrgyzstan. Radio Free Europe/Radio Liberty. Disponível em: <https://www.rferl.org/a/30439686.html> - Acesso em: 28 jul. 2021.

<sup>146</sup> China-led \$280 million Kyrgyzstan project abandoned after protests. Reuters. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-kyrgyzstan-china-investment-protests-idUSKBN20C1HA> - Acesso em 28 jul. 2021.

<sup>147</sup> Kyrgyzstan Cancels China Logistics Super-Hub Investment After At-Bashy Protests. Silk and Road Briefing. Disponível em: <https://www.silkroadbriefing.com/news/2020/02/28/kyrgyzstan-cancels-china-logistics-super-hub-investment-at-bashy-protests/> - Acesso em 28 jul. 2021.

<sup>148</sup> Anti-China Protests Held in Several Kazakhstani Cities. Caspian Policy Central. Disponível em: <https://www.caspianpolicy.org/anti-china-protests-held-in-several-kazakhstani-cities/> - Acesso em 28 jul. 2021

<sup>149</sup> Half China's investment in Kazakhstan is in oil and gas. China Dialogue. Disponível em: <https://chinadialogue.net/en/energy/11613-half-china-s-investment-in-kazakhstan-is-in-oil-and-gas-2/> - Acesso em 28 jul. 2021.

<sup>150</sup> Construction of Kazakh-Chinese investment projects will be carried out in accordance with the legislation of Kazakhstan. Kazakh Invest National Company. Disponível em: <https://invest.gov.kz/media-center/press-releases/stroitelstvo-kazakhstansko-kitayskikh-invest-proektov-budet-vestis-v-sootvetstvii-s-zakonodatelstvom/> - Acesso em 28 jul. 2021.

tornando lei em maio de 2021<sup>151</sup>. O Turcomenistão, país que tem a China como principal destino de seu gás natural, recentemente tornou-se membro da Organização Mundial do Comércio, buscando justamente diversificar a sua cartela de clientes.

Segundo Der Kley (2020), no Tadjiquistão e no Quirguistão, as grandes obras chinesas apresentam aproximadamente 60% da força de trabalho composta por habitantes locais. Após pressão destes, os chineses passaram a dar mais espaço para que eles ocupassem postos de trabalho em suas empreitadas em tais países. Obviamente, também existe um interesse chinês por trás disso: redução de questões burocráticas em temas trabalhistas. É mais ágil e fácil para os chineses contratarem habitantes locais do que empregar um chinês em uma empreitada estrangeira e ter que adequá-lo às leis locais.

Em contrapartida, investidores chineses também enfrentam dificuldades com a contratação de trabalhadores não chineses na Ásia Central, como, por exemplo, a barreira linguística. Todos estes eventos ocorreram em uma zona de extrema importância para as principais plataformas de atuação do código geopolítico da China, sendo a BRI e a OCX. Obviamente, muitos outros projetos e decisões políticas sofrem contestação popular ignoradas pelos governos dos países da Ásia Central, de maneira que a total passividade (dos governantes ou da população) oriunda de uma possível dominância chinesa não é realidade.

Devemos ressaltar que, durante a recente crise pandêmica, os chineses não quiseram revisar ou aliviar a dívida do Quirguistão. Macikenaite (2020) considera essa ação uma das medidas punitivas que a China desenvolveu nos últimos anos. O cancelamento do investimento envolvendo o *hub* logístico que citamos no parágrafo anterior pode ser apontado como um motivo para a não revisão do débito quirguiz. Todavia, discordamos do uso do termo “punição”, visto que a China, de modo geral, sempre foi pragmática em suas ações, inclusive em suas cooperações. Outrossim, se a China buscasse implantar algum tipo de punição econômica aos parceiros da Ásia Central, esses mesmos países poderiam recorrer a outras fontes que disponibilizariam recursos, podendo, com isso, até mesmo reduzir a influência chinesa na área.

Esse pragmatismo, como afirmamos no primeiro capítulo (cf. subtópico 1.3.1) faz parte da política externa chinesa, e foi desta maneira, inclusive, que ela se aproximou do eixo Ocidental, que segundo Amougou (2011), diferentemente da China, teriam suas instituições financeiras preocupadas com o sistema democrático de seus parceiros. Os chineses buscam não se envolver em assuntos internos de seus parceiros, importando-se exclusivamente com o estabelecimento de acordos ou cooperação em qualquer área que seja de interesse para ambas as partes.

Como afirmou Temur Umarov, pesquisador do Carnegie Moscow Center e especialista na relação Ásia Central-China, em recente entrevista, “A China mostrou muitas vezes na América Latina e na África que não é uma instituição de caridade e que é um parceiro muito pragmático em termos de recuperação de dívidas” (STANDISH, 2021). Destacamos, aqui, novamente Madwdsley (2015), referida na primeira parte do trabalho, a qual sustenta que os organismos internacionais ocidentais impuseram, durante muitos anos, uma ordem hegemônica na cooperação internacional, mas que esse paradigma foi alterado com a cooperação Sul-Sul exercida pelos países “emergentes”, os quais, por sua vez, também apresentam seus interesses geopolíticos, a serem analisados com muita atenção. Desse modo, não é uma surpresa o interesse econômico e a atuação dos bancos e das instituições financeiras, em conjunto com as plataformas de atuação do código geopolítico chinês. Entretanto Chen (2020) e Ye (2019) mostram que essa relação é muito mais complexa do que parece.

Segundo Ye (2019), a fragmentação e a ambiguidade do Estado chinês atingem diversas camadas políticas em níveis nacionais e locais. O autor aponta que as distintas normas e

---

<sup>151</sup> Kazakhstan Bans Land Sales to Foreigners to Head Off Protests. Reuters. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-kazakhstan-farming-land-ownership-idUSKBN2AP0MU> - Acesso em 28 jul. 2021.

instituições políticas, bem como a autocracia e as divisões criadas pelo PCCh, tornam a relação intraestatal imprevisível, uma vez que as diferentes posições e tomadas de decisão podem atingir diferentes níveis de poder dentro da estrutura do partido. Vejamos o exemplo que ele fornece:

Uma empresa estatal chinesa (SOE) constrói uma usina hidrelétrica em um país vizinho, por exemplo. O projeto tem potencial para melhorar o relacionamento da China com este país; ainda assim, os órgãos estaduais que lidam com as relações externas da China - Ministério dos Negócios Estrangeiros (MFA) e Ministério do Comércio (MOFCOM) - têm pouco poder sobre a corporação e o projeto em questão. A SOE reporta-se à Comissão de Supervisão e Administração de Ativos do Estado (SASAC); seu projeto está sujeito à competência do Conselho Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC); seu financiamento vem dos bancos estaduais. Nem o MFA - com função na diplomacia, nem o MOFCOM - com função em tratados econômicos estrangeiros, têm influência sobre o SASAC, NDRC ou bancos chineses cujas prioridades são domésticas e econômicas. (YE, 2019, p.3, tradução do autor).

O que Ye expõe é que, no interior da elite política e das instituições do Estado chinês, existem diversos grupos, com interesses próprios, nem sempre convergentes e nem sempre trabalhando de forma harmônica. Chen (2020) definiu bem a complexa relação entre as instituições financeiras e os interesses políticos da China analisada por Ye (2019):

[...] a liderança comunista iniciou a BRI com ideais amplas e vagas, mobilizou vários atores para implementar a estratégia, as principais agências estatais com poder e recursos (por exemplo, ministérios de grupos de tecnocratas) executaram a política e atores de nível inferior (por exemplo, governos locais e grupos empresariais) potencializaram a BRI para perseguir seus próprios interesses. Por exemplo, o Ministério das Relações Exteriores da China (MOFA) e o Ministério do Comércio (MOFCOM) têm prioridades diferentes ao implementar o BRI. O primeiro prioriza relação exteriores, enquanto o último prioriza a cooperação econômica, embora ambos sigam as orientações do partido.

Os empréstimos dos bancos de desenvolvimento são afetados por tal fragmentação do estado - eles são bancos de "desenvolvimento" que seguem as agendas de política geral de Estado do partido; são agências financeiras sujeitas à supervisão da Comissão Reguladora de Bancos da China, o órgão regulador financeiro do Estado; e, mais importante, eles são poderosas agências próprias, com suas próprias prioridades. A prudência bancária é um de seus princípios mais importantes - eles não querem projetos falidos ou empréstimos inadimplentes. "Quando selecionamos projetos, definitivamente escolhemos aqueles com eficácia econômica e viabilidade", disse Ding Xiangqun, vice-governador do CDB em uma reunião do BRI em 2017. Essa preferência pela viabilidade econômica, no entanto, nem sempre se alinha com os objetivos não econômicos do Estado, ou seja, geopolítica, relações externas ou segurança, que são os principais interesses de órgãos específicos do estado, como o MOFA. Quando diferentes preferências colidem, permanece questionável se os bancos de desenvolvimento optariam por sacrificar a viabilidade econômica. (CHEN, 2020, p. 448-449, tradução do autor).

Portanto, até podemos falar de uma geoeconomia chinesa (ou *China's economic statecraft*) por meio dos ODFs e do sistema financeiro/bancário; porém, ela nem sempre está atrelada ou em total concordância com o código geopolítico e a sua forma de atuação. Em alguns momentos, a geoeconomia e o código caminharão de forma conjunta, principalmente para a obtenção de ganhos e/ou lucros; em outros momentos, irão divergir. Blackwill e Harris (2016), chegam, inclusive, a utilizar a atuação chinesa no continente africano como exemplo para elucidar que nem sempre a aplicação de elementos econômicos serve exclusivamente a fins geopolíticos, mas que, na realidade, eles podem simultaneamente estabelecer uma estratégia geopolítica e uma política econômica.

Em vista disso, neste tópico, tentamos demonstrar como o sistema financeiro chinês, e as suas inúmeras transformações fazem parte da estratégia desenvolvimentista do país, que, por consequência, está associada à estratégia geopolítica da China. O desenvolvimento do sistema bancário, assim como a força e o poder econômico conquistados nas últimas décadas (entrada no cenário econômico internacional, definida no décimo segundo plano quinquenal), fez com que Pequim desenvolvesse um grande arco de relações com diversos países do mundo. Também devemos ressaltar que apesar das plataformas de atuação do código geopolítico chinês (*Belt and Road Initiative* e a Organização para Cooperação de Xangai) serem influenciados pelo discurso geopolítico de benevolência, as relações de cooperação entre os chineses e os seus parceiros são sinuosas e buscam atender principalmente os interesses dos chineses.

Contudo, as relações de cooperação e os ODFs não são “predatórias”, como insistem em dizer alguns analistas ocidentais. Demonstramos como, em alguns momentos, a manifestação e a insatisfação popular em países como o Quirguistão e o Cazaquistão colocaram, em situação desconfortável, a relação da China com esses países. Destacamos também que, nenhum desses países possuem relações econômicas exclusivamente com a China. Instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Europeu de Investimento são atuantes na região e igualmente fornecem empréstimo e ajuda aos países da Ásia Central. Outro exemplo que mostramos foi o caso do Turcomenistão, que recentemente ingressou na OMC e podemos citar também o acordo (*Generalised Scheme of Preferences*) que facilita a exportação de produtos do Uzbequistão para os países da União Europeia <sup>152</sup>.

A seguir, no tópico final do capítulo, demonstraremos como os ODFs, os bancos e o sistema financeiro chinês (parte da política econômica) atuam concomitantemente com o código geopolítico e colaboram na criação de espaços de atuação geopolítica da China, através da cooperação, na Ásia Central. Apresentaremos o modo como as faces e fases do código geopolítico chinês (a OCX, de caráter mais regional; e a BRI, com o desenvolvimento de infraestruturas e circuitos espaciais de produção e de natureza global), estão posicionadas e utilizam do território da Ásia Central para funcionamento da estratégia geopolítica chinesa.

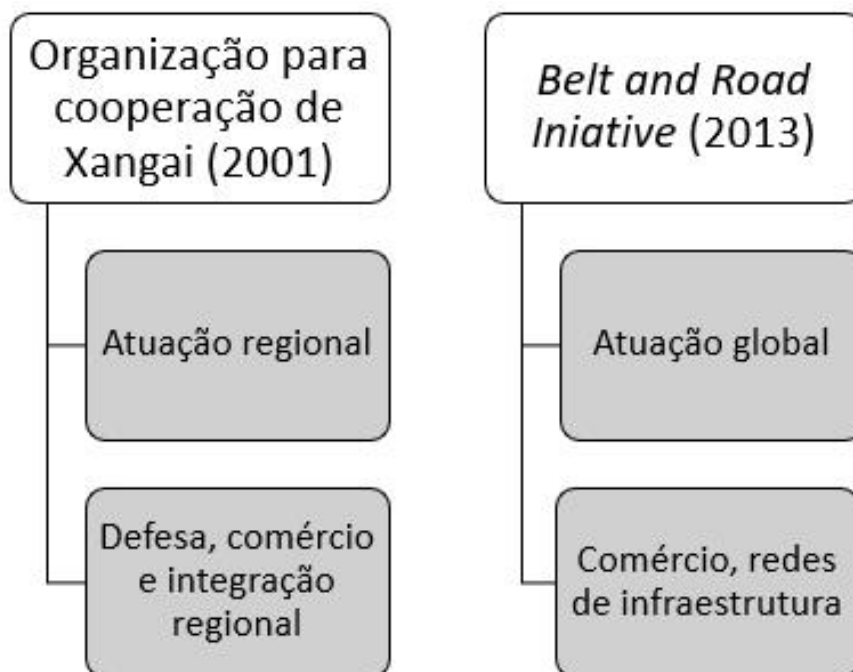
### **3.3 Compreendendo o código geopolítico da China para a Ásia Central: os projetos de infraestrutura e de defesa**

Como sustentamos até aqui, o código geopolítico chinês na Ásia Central se apresenta em distintas faces e fases: a primeira fase, é no começo do século XXI através da OCX, com uma face mais regional e voltado à defesa; e recentemente, observamos a instauração de uma segunda fase, através da BRI, com uma face voltada para a atuação em escala global. Dessa maneira, acreditamos que o código geopolítico chinês é organizado da seguinte forma:

---

<sup>152</sup> Uzbekistan joins EU's GSP+ arrangement. European Commission. Disponível em: <https://trade.ec.europa.eu/doclib/press/index.cfm?id=2263>. Acesso em 16 out.2021

**Figura 11** - Fases e Faces do código geopolítico chinês na Ásia Central.



**Fonte:** Elaboração do autor.

A materialização destas faces do código chinês no espaço centro-asiático, contudo, ocorre conforme a necessidade de atuação do código geopolítico elaborado por Pequim. O código chinês, como falamos anteriormente, é influenciado por um discurso de benevolência e ação com o outro, e, portanto, eles possuem como principal característica de atuação a cooperação. Atuando ora de forma separada, ora de forma conjunta, as faces do código chinês, ou seja, a OCX e a BRI, na Ásia Central se manifestam em diferentes maneiras de atuação: alguns pesquisadores, por exemplo, dedicam-se a compreender a atuação educacional e cultural da BRI na Ásia Central (NURSHA, 2018).

Todos esses fatores modificam e exercem uma grande influência nos territórios dos países da Ásia Central. Entretanto, nesta pesquisa, temos como recorte duas maneiras de atuação do código geopolítico que acreditamos produzir maior impacto na forma territorial desses países, a saber: os projetos de infraestrutura e os projetos de defesa. Assim sendo, nesta última seção do trabalho, mapearemos projetos na Ásia Central que estão sob interferência direta desse código geopolítico, bem como as principais instituições chinesas que financiam esses projetos e como eles atuam de forma conjunta às políticas nacionais dos países centro-asiáticos.

Como discutimos no segundo capítulo, no tópico 2.4, a relação de cooperação sino-centro asiática pode ser compreendida em três fases entre os séculos XX e XXI: o afastamento dos laços culturais e econômicos com a Ásia Central, enquanto está ainda era parte da URSS; a reaproximação após o final da Guerra Fria; e o estreitamento de relações no final do século XX e no começo do XXI. Foi justamente nessa última fase que a China investiu massivamente na cooperação com os países centro-asiáticos, principalmente no desenvolvimento de diversas infraestruturas e no treinamento militar das forças armadas de tais países.

A explicação para isso reside em dois fatores: militarmente, a Ásia Central é fundamental à estabilidade da Rússia, principalmente do Cáucaso, e para a China, no controle da região ocidental do território chinês, como anteriormente discorremos; economicamente, a

região centro-asiática é de grande valia à segurança energética e às rotas de transporte, bem como funciona enquanto a principal conexão da China com outros circuitos espaciais econômicos do mundo.

Dessa forma, a relevância do espaço centro-asiático para a China vai ao encontro de dois fundamentos essenciais para o PCCh: o controle do território e o controle de suas fronteiras, ou, como diriam os dirigentes do PCCh, a integridade e a unidade do território estatal chinês (subordinação de sujeitos e distintas culturas ao poder central). Depois que o espaço da Ásia Central é importante para o funcionamento da engrenagem econômica chinesa, sendo os centro-asiáticos o principal corredor dos chineses com a União Europeia, maior parceiro comercial da China<sup>153</sup>. Portanto, antes de apresentarmos os projetos de infraestrutura e defesa chineses na Ásia Central, vamos fazer uma breve interpretação sobre o que podemos considerar projetos de infraestrutura e sobre o modo como os chineses compreendem tais estruturas financiadas com dinheiro oriundo de suas instituições.

Para Enrique Dussel Peters, economista, professor e pesquisador da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), os projetos de infraestrutura podem ser compreendidos como “[...] um serviço entre um cliente e um provedor mediante um contrato usualmente resultado de um processo de licitação, embora o processo possa ser nomeação direta- na qual a propriedade é do cliente” (PETERS, 2020, p. 2, tradução do autor). O pesquisador, que investiga o investimento chinês em obras de infraestrutura na América Latina, ainda nos fornece uma distinção que, mais adiante, será importante para esta dissertação: os projetos de infraestrutura se diferenciam do Investimento Estrangeiro Direto.

Conforme Peters (2020), os projetos de infraestrutura, apesar de receberem investimento estrangeiro, pertencem ao cliente. Ou seja, o país receptor da verba externa (cliente) será o dono da infraestrutura criada. O autor ainda ressalta que tais acordos podem ocorrer de variadas formas. Já na iniciativa realizada através de Investimento Estrangeiro Direto, os projetos desenvolvidos pertencem exclusivamente à empresa desenvolvedora, não tendo nenhum tipo de relação com o cliente (país destinatário) e com o fornecedor (país que oferece ODF). Então, por exemplo, se uma empresa privada chinesa realiza um investimento em terras estrangeiras (como a construção de uma fábrica) e parte da verba utilizada para o desenvolvimento dessa planta industrial for proveniente de alguma instituição pública chinesa, a estrutura pertence exclusivamente à empresa privada.

Um exemplo empírico na Ásia Central, deste último cenário oferecido por Peters, é a fábrica de cimento Taj-China, no Tadjiquistão, próximo a Dushanbe. A indústria inicialmente foi fruto do investimento de US\$ 25 milhões da companhia chinesa Zhu’s Zhejiang Congcai Heavy Machinery Manufacture, sendo a empresa proprietária de 60% do negócio. Os outros 40% da propriedade pertenciam a Kodirov Abduhalim, empresário local. A planta industrial continua em operação, todavia quem é o verdadeiro dono da fábrica é uma incógnita, visto que, pouco depois de iniciar a produção no local, o lado chinês foi coagido a entregar toda a fábrica para o parceiro tadjique, conforme relatou o *CEO* da empresa chinesa<sup>154</sup>.

Considerando as diferenciações entre projetos de infraestrutura e Investimento Estrangeiro Direto fornecidas pelo autor, podemos começar a assimilar os projetos que a China tem desenvolvido na Ásia Central, assim como as contradições destes projetos chineses. Antes, vamos levantar alguns dados básicos sobre a China e os países centro-asiáticos, o que é importante para contextualizarmos a relação entre tais atores. Dos cinco países que

<sup>153</sup> Countries and regions - China. European Commission. Disponível em: <https://ec.europa.eu/trade/policy/countries-and-regions/countries/china/> - Acesso em 04 ago. 2021.

<sup>154</sup> Chinese newspaper considers that Chinese business people face difficulties in Tajikistan, including murky politics. Asia Plus. Disponível em: <https://asiaplustj.info/en/news/tajikistan/economic/20171024/chinese-newspaper-considers-that-chinese-businesspeople-face-difficulties-in-tajikistan-including-murky-politics> - Acesso em 05 ago. 2021.

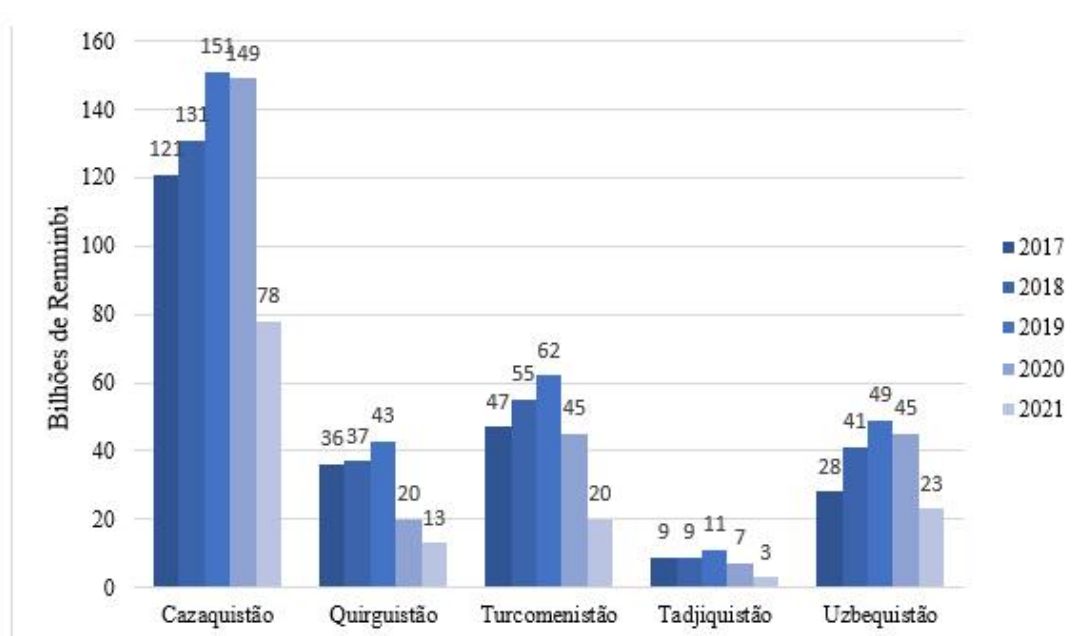


consideramos como integrantes da Ásia Central (Cazaquistão, Uzbequistão, Tadjiquistão, Quirguistão e Turcomenistão), três fazem fronteira com a China: Cazaquistão (1,783 km)<sup>155</sup>, Quirguistão (1,063 km)<sup>156</sup> e Tadjiquistão (494,95 km)<sup>157</sup>. A fronteira da China com esses países é marcada por uma geografia física montanhosa. O elevado terreno da região torna o trânsito bastante complexo e difícil, especialmente no inverno, com nevascas e o consequente acúmulo de gelo nas estradas de condições precárias em alguns setores.

Apesar disso, nesses espaços, encontram-se as principais zonas de entrada e circulação do fluxo financeiro e comercial da China na Ásia Central. No Cazaquistão, a cidade de Khorgas é que cumpre a função de ser a principal porta do fluxo comercial e financeiro chinês; já no Tadjiquistão, o *Kulma Pass*, um desfiladeiro nas montanhas Pamir é a principal ligação sino-tadjique; por fim, no Quirguistão, a principal passagem é a *Irkeshtam Pass*, na cidade de Irkeshtam, cortada pela Rodovia Internacional China-Quirguistão-Uzbequistão, um dos projetos de infraestrutura financiado pelos chineses (figura 12).

Essas redes de transporte, passando por cidades-chave e pontos estratégicos, é dos elementos que mantém o alto fluxo comercial entre os países da Ásia Central e a China. Até 2020, esse elo mantinha uma crescente anual, porém, a pandemia de Covid-19 e as suas consequências (fechamento temporário das fronteiras, por exemplo), interromperam o gradativo crescimento.

**Gráfico 9** - Fluxo comercial (importação - exportação) entre os países da Ásia Central e a China entre 2017 e os primeiros seis meses de 2021.



**Fonte:** General Administration of Customs of the People's Republic of China. Disponível em: <http://english.customs.gov.cn/statics/report/preliminary.html>. Acesso em: 07 ago. 2021.

<sup>155</sup> Delimitation and Demarcation of State Border. The Ministry of Foreign Affairs Republic of Kazakhstan. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20200122102014/http://mfa.gov.kz/en/content-view/delimitatsiya-i-demarkatsiya-gosudarstvennoj-granitsy> - Acesso em 05 ago. 2021.

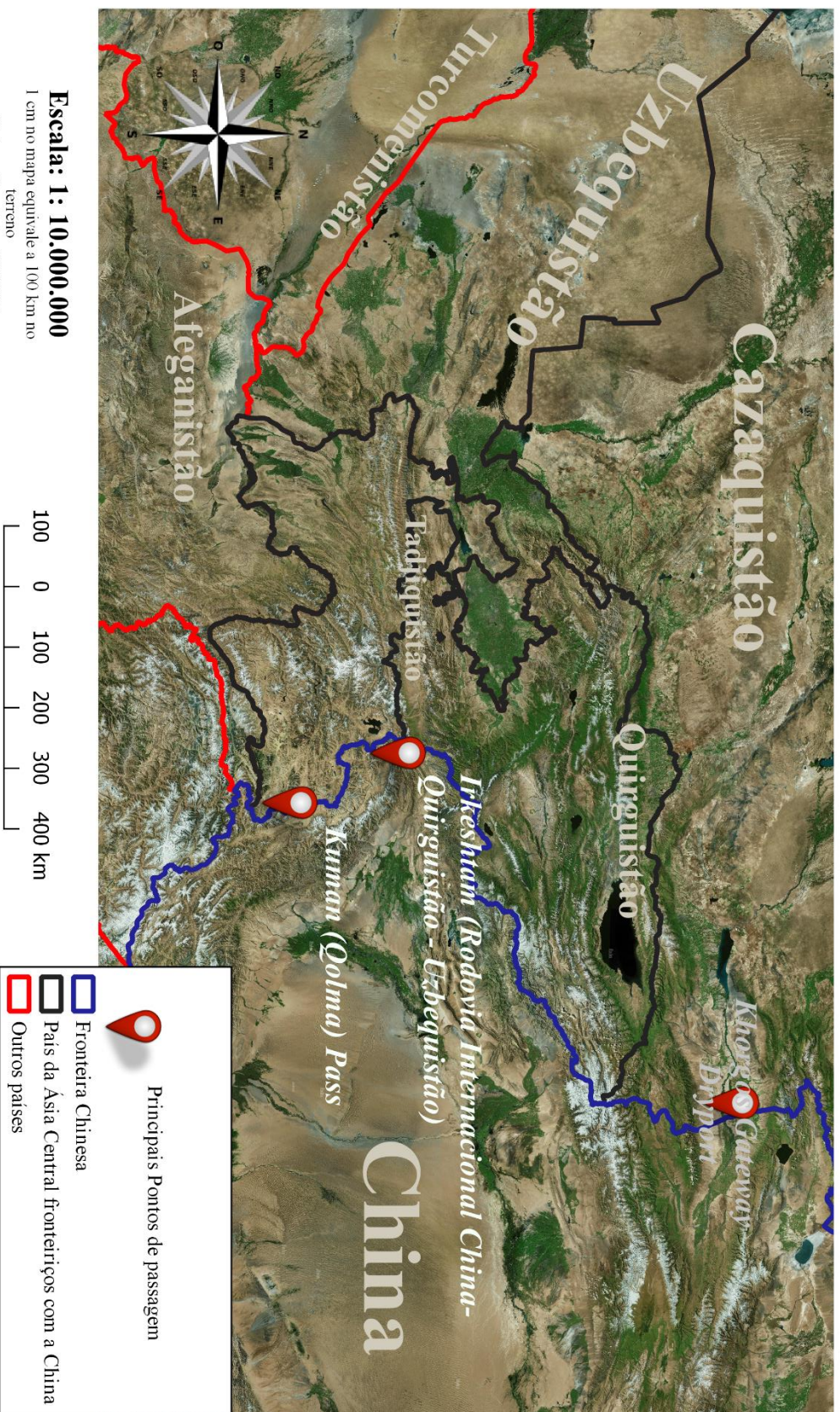
<sup>156</sup> China. The CIA World Factbook. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/china/> - Acesso em 05 ago. 2021.

<sup>157</sup> Tadjiksko-Kitaiskaya Gosudarstvennaya Granitsa. Ministerstvo Inostrannyh del Respubliki Tadjikistan. Disponível em: <https://www.mfa.tj/ru/main/view/150/tadjiksko-kitaiskaya-gosudarstvennaya-granitsa> - Acesso em 05 ago. 2021.



### Principais pontos de passagem entre a China e os países da Ásia Central

Figura 12- Principais rotas de ligação entre China e os países da Ásia Central



Fonte: Elaboração do autor

Segundo Jamali (2018), a China e os territórios centro-asiáticos (e também a Rússia), são profundamente dependentes entre si. Esse vínculo, como apontamos brevemente no primeiro capítulo, está no campo energético, todavia também se encontra nos transportes, na agricultura, na indústria têxtil, na segurança e, obviamente, no comércio – como comentamos no parágrafo anterior. Podemos refletir que essa interdependência territorial passa pelos três elementos “chave” apontado por Duarte (2018): as ferrovias, os corredores econômicos (já demonstrados na figura 5) e, por fim, obras de infraestrutura e cooperação.

Desse modo, a materialização do código geopolítico da China, através da BRI e OCX, está – na maioria das vezes – orientada por motivações doméstica, porém dependente de parceiros e dos vizinhos imediatos da Ásia Central para o seu sucesso. A forma de atração desses vizinhos é através da parceria e do discurso de benevolência que influencia o código, conforme já tratamos. Com isso, a partir da década de 1990, os chineses começaram a aproximação com os centro-asiáticos, promovendo uma conexão entre tais espaços e a ligação destes aos circuitos produtivos mundiais.

O primeiro sinal dos investimentos chineses (ainda não sendo ODF), na Ásia Central, ocorreu três anos após a visita de Li Ping à região. No ano de 1997, os chineses fizeram seu primeiro investimento na Ásia Central: venceram a licitação para o desenvolvimento do campo petrolífero Uzen, na região Oeste do Cazaquistão (JIAO, 2018). Após concorrer com diversas empresas ocidentais (como a Texaco), que começavam a ser aproximar dos cazaques visando à exploração do petróleo e do gás presentes nas estepes do país, a China National Petroleum Corporation (CNPC) tinha a intenção de desenvolver o campo petrolífero e estabelecer uma rede de abastecimento entre o Cazaquistão e o Nordeste da China. Todavia, o projeto não prosperou e, no ano de 1999, a corporação postergou a construção do oleoduto<sup>158</sup>.

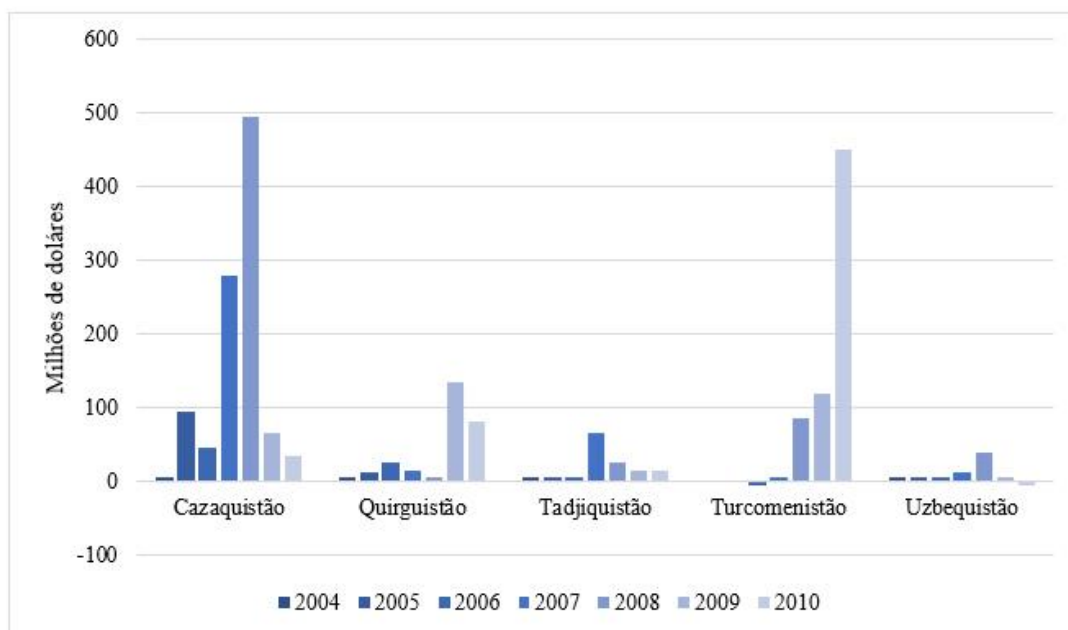
A realidade é que, nos primeiros anos do século XXI, os chineses ainda não investiam de forma tão sistemática na região. Tal panorama começou a se alterar por volta de 2005-2007 (ver gráfico 10), segundo dados do *Statistical Bulletin of China's outward foreign direct Investment* de 2010, com a primeira fase do código geopolítico chinês, a OCX, que surge como uma organização voltada à resolução de questões no campo da segurança, mas que, posteriormente, passou a ser uma organização regional com uma face mais econômica, com foco na cooperação benéfica nos campos político e energético (FEI, 2010), visando balancear a influência estrangeira na área. Ainda assim, os cenários eram heterogêneos e variavam de acordo com cada país. As cifras de investimento chinês, na Ásia Central, oscilavam e nem sempre chegavam à marca dos milhões de dólares, isso quando não negativavam, como ocorreu no Uzbequistão, em 2010, e no Turcomenistão, em 2006.

---

<sup>158</sup> CNPC shelves China-Kazakhstan oil pipeline. Oil & Gas Journal. Disponível em: <https://www.ogj.com/general-interest/companies/article/17229779/cnpc-shelves-chinakazakhstan-oil-pipeline> - Acesso em 07 ago. 2021.



**Gráfico 10** - Fluxos de Investimento Estrangeiro Direto chinês na Ásia Central entre 2004-2010.



**Fonte:** 2010 Statistical Bulletin of China's outward foreign direct Investment. Ministry of Commerce of the People's Republic of China Disponível em:

<http://images.mofcom.gov.cn/hzs/accessory/201109/1316069658609.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2021.

Apesar do esforço em aumentar o investimento na região, nesse primeiro momento, os chineses estavam focados no que consideramos como a primeira face do código geopolítico chinês no espaço centro-asiático, isto é, a defesa. A esse respeito, os territórios da Ásia Central são fundamentais na temática de segurança. Os cinco países são parte fundamental ao combate do que Pequim denomina por “*three evils forces*”. A luta contra as três forças malignas (o separatismo, o extremismo e o terrorismo, além do tráfico de drogas) era o principal foco da OCX. Os membros da organização reconheciam que tais fenômenos transnacionais eram ameaças à integridade territorial e à estabilidade econômica, política e social dos países<sup>159</sup>.

As três ameaças apontadas pela OCX surgem do laço histórico que todos os membros da organização têm em comum: a área do antigo Turquestão. Composta por territórios que vão desde as antigas fronteiras soviéticas, na Ásia Central, até a Região de Xinjiang, na China moderna, essa zona é um ponto de preocupação aos membros da organização por concentrarem grupos contrários à identidade nacional dominante. Tais grupos são frutos de uma política de isolacionismo e propaganda anti-religiosa tanto soviética quanto chinesa<sup>160</sup>, bem como da Guerra Fria em território afegão (patrocínio da CIA às *jihads* no Afeganistão na década de 1980). Os movimentos separatistas, como popularmente são conhecidos, tornaram-se alvos primários da organização na questão de segurança regional.

Inúmeros motivos poderiam ser considerados para que o poder central de cada país membro da organização tivesse insegurança no que diz respeito à manutenção do controle territorial dos seus Estados após o fim da Guerra Fria. Na Ásia Central, diversos grupos de militância islâmica surgiram, entre as décadas de 1980 e 1990, reivindicando a criação de Repúblicas Islâmicas baseadas em uma ideia pan-islâmica e pan-turquica, ou seja, a união dos

<sup>159</sup> The Shanghai Convention on Combating Terrorism, Separatism and Extremism. Shanghai Organization Cooperation. Disponível em: <http://eng.sectesco.org/documents/> - Acesso em 07 ago. 2021.

povos turcos e muçulmanos em uma entidade territorial. Os mais conhecidos na Ásia Central são os seguintes: *Hizb at-Tahrir al-Islami* (HTI), Movimento Islâmico Uzbeque (MIU, anteriormente conhecido como *Adolat*), ambos no Uzbequistão, e o Partido do Renascimento Islâmico do Tadjiquistão, no Tadjiquistão (NAUKIM, 2003). Na China, destaca-se o Movimento de Independência do Turquestão Oriental.

Apesar de terem o mesmo objetivo, as formas de atuação desses grupos são distintas. No espaço centro-asiático, o nascimento de tais movimentos tem influência direta tanto da russificação ocorrida na região no século XX quanto da Guerra Fria, em especial a partir da terceira invasão soviética ao Afeganistão em 1979, quando diversos soldados soviéticos da Ásia Central passaram a ter contato com os vizinhos afegãos e uma familiaridade maior com a religião, cuja prática era, até então, limitada e supervisionada na URSS, através da Administração Espiritual dos Muçulmanos da Ásia Central (SADUM, em inglês)<sup>161</sup>.

Uma figura central, na difusão da religião islâmica na Ásia Central, foi Muhammadjan Hindustani. Este, influenciado pelas ideias de Hassan al-Banna (fundador da Irmandade Muçulmana) e do Abul Ala Maududi (movimento Deobandi) (WALKER, 2003), foi um professor islâmico que, durante os anos 1970, pregou os ensinamentos da religião através de madraças clandestinas na Ásia Central Soviética, mais especificamente no Tadjiquistão. Futuramente, alguns de seus alunos discordariam do seu mentor, defendendo que deveriam adotar o islamismo “puro”, sem interferência de tradições locais, e que Hindustani falhou por não travar uma *jihad* contra o Regime Soviético (KHALID, 2007). Alguns desses estudantes opositores vieram a ser os “líderes” do MIU (Tahir Yuldash e Juma Namangani) e do Partido do Renascimento Islâmico do Tadjiquistão (Sayid Abdullah Nuri e Muhammad Sharif Himmatzoda).

Em 1988, um ano antes da retirada das tropas do Afeganistão e três anos antes do colapso soviético, o islamismo já era abertamente praticado nos países da Ásia Central, e a herança cultural centro-asiática foi redescoberta, ampliando as relações – até então coibidas – dos habitantes da região com o mundo islâmico. Em 1991, o SADUM foi substituído por Órgãos Religiosos Centrais criados por cada país. Apesar do renascimento da religião, os Chefes de Estado a utilizaram mais como uma forma de estabelecer uma identidade nacional pós-soviética, com restrições à sua prática e aos seus costumes. A partir de então, o islamismo tornou-se um símbolo de oposição aos que herdaram o poder. O MIU, por exemplo, após a guerra civil no Tadjiquistão radicalizou-se e aproximou-se da Al-Qaeda (Tahir Yuldash e Osama Bin Laden se tornaram próximos durante o conflito tadjique), tendo feito, inclusive, diversos ataques ao Uzbequistão entre o final dos anos 1990 e o começo dos anos 2000, com o objetivo de tomar o poder do então presidente Islam Karimov (KHALID, 2007; VIEIRA, 2020).

Militantes do MIU participaram ativamente da ofensiva da Al-Qaeda contra as tropas estadunidenses no Afeganistão em 2001. Embora boa parte dos militantes do grupo tenham sido mortos ou dispersados durante a Guerra no Afeganistão (NAUKIM, 2003), em 2015, eles

---

<sup>161</sup> Durante a época soviética, a perseguição religiosa teve momentos de maior e menor repressão. No período da 2ª Guerra Mundial, por exemplo, os soviéticos necessitavam de soldados para lutarem contra os Nazistas, e uma das formas de atrair os povos centro-asiáticos para a batalha foi uma política religiosa mais branda, com a permissão para a reabertura de mesquitas e centros de estudos religiosos. Em 1943, criaram a Administração Espiritual dos Muçulmanos da Ásia Central (SADUM, em inglês), a pedido de *ulamas* uzbeques, alegando (dentre outros motivos) que o estabelecimento de uma organização religiosa centralizada ajudaria nos esforços da Guerra. A partir daí, Moscou permitiu a formação de Madraças com número limitado de estudantes. Dessa forma, a elite soviética esperava controlar a religião no espaço centro-asiático, evitando a propagação religiosa através de redes clandestinas (KHALID, 2007).

firmaram uma aliança com o Daesh<sup>162</sup>. O último ataque do movimento ocorreu em 2018, quando atropelaram quatro ciclistas estrangeiros no Tadjiquistão<sup>163</sup>.

O Tadjiquistão, por sua vez, passou por uma Guerra Civil entre os anos de 1992 e 1997. O Partido do Renascimento Islâmico do Tadjiquistão, primeiro partido político islâmico já registrado na Ásia Central, em um primeiro momento, foi favorável a uma transição democrática de poder no Tadjiquistão e chegou a ser parte do governo de coalização em 1992, após a derrubada de Rahmon Nabyev (NAUKIM, 2003), tendo um papel crucial no conflito que se sucedeu ao fim da RSS Tadjique. As origens do partido remontam a julho de 1990, quando muçulmanos da URSS se reuniram em Astrakhan (na Rússia) para criar o “Partido da Renascença Islâmica com o objetivo de lutar pela liberdade de consciência e liberdade de prática para os muçulmanos em todo o União Soviética” (KHALID, 2007, p. 147). O partido se espalhou por outros países soviéticos, sendo estabelecida a versão tadjique em outubro do mesmo ano.

O conflito civil do Tadjiquistão, como afirma Khalid (2007), teve como cerne o vácuo de poder deixado após 1991. Dessa maneira, formaram-se dois grupos, que, segundo o autor, poderiam ser definidos como “os neo-soviéticos” e “a oposição” (KHALID, 2007, p. 149), grupos que tentaram preencher esse vazio. Enquanto os “neo-soviéticos” eram basicamente burocratas do antigo Partido Comunista Tadjique e diretores de fábricas posicionadas nos principais centros urbanos do país, a Oposição, à qual o partido se uniu, estava situada nas cidades mais ao sul e a parte leste do país, onde se encontra a província autônoma de Gorno-Badakhshan. Desse modo, o conflito tadjique teve um caráter regionalista, envolvendo mílicas das forças locais que contavam com auxílio externo e apoiavam algum dos dois grupos que reivindicavam a herança política. A vitória dos “neo-soviéticos”, inclusive, é um exemplo de como essas forças externas que também influenciaram o conflito tadjique. Tanto os russos, que conservam até hoje tropas posicionadas no país, quanto os Uzbeques, minoria concentrada próxima à região oeste do país, mas que detêm uma imensa ligação cultural com os tadjiques (as cidades de Bucara e Samarcanda são berços da cultura tadjique), deram importantes contribuições para o grupo que mantém, até os dias atuais, o poder do Tadjiquistão (KHALID, 2007).

Apesar da narrativa de que o Partido do Renascimento Islâmico do Tadjiquistão estaria perpetuando uma visão fundamentalista da religião islâmica pelo país, após uma suposta influência de grupos extremistas do Afeganistão enquanto os líderes e membros do partido estiveram refugiados no norte afegão durante a Guerra Civil tadjique, em 1997, as partes firmaram um tratado de paz e o Partido do Renascimento Islâmico permaneceu ativo, como opositor, na vida política tadjique até 2016, quando foi banido do Tadjiquistão<sup>164</sup>. Alguns membros encontram-se exiliados na Rússia e Turquia, enquanto outros foram presos.

O Hizb at-Tahrir al-Islami (HTI), para Naukim (2003) apresenta um caráter mais inter-regional, tendo um espaço de atuação mais amplo e abrangendo o Cazaquistão e o Quirguistão. De acordo com o autor, a forma de atuação do HTI, é mais educativa, não optando por uma lógica de violência em suas reivindicações. O objetivo do movimento, criado em Jerusalém em 1953, é promover uma educação islâmica e/ou o Islã como um sistema político. Na Ásia Central, tal movimento chegou à metade dos anos 1990 fomentando círculos de estudo. Nunca

<sup>162</sup> Uzbek Group In Afghanistan Pledge Allegiance To Islamic State. Radio Free Europe/ Radio Liberty. Disponível em: <https://www.rferl.org/a/uzbek-group-in-afghanistan-behead-afghan-soldier/26928658.html> - Acesso em 09 ago. 2021.

<sup>163</sup> Islamic State Claims Attack That Killed Four Foreign Cyclists In Tajikistan. Radio Free Europe/ Radio Liberty. Disponível em: <https://www.rferl.org/a/tajikistan-terrorism-possible-attack-four-foreign-cyclists/29398154.html> - Acesso em 09 ago. 2021.

<sup>164</sup> Tajikistan's Banned Islamic Party Claims Former Members Hit By 'Wave Of Arrests'. Radio Free Europe/ Radio Liberty. Disponível em: <https://www.rferl.org/a/tajikistan-s-banned-islamic-irpt-party--members-hit-by-wave-arrests/29283941.html> - Acesso em 09 ago. 2021.

se registrou como um partido oficialmente e permanece na ilegalidade em todos os países em que está presente. Embora reclame a criação de um califado que incorpore os territórios de todos os Estados centro-asiáticos, a lógica do movimento é mais voltada para uma visão de união “global” dos muçulmanos, fazendo críticas ao que seja, na opinião do grupo, ruim para a imagem, a vida e a cultura mulçumanas em geral.

A despeito da atuação do HTI ser proibida em todos os países da região, a distribuição de panfletos e a divulgação do material do grupo ocorre, segundo Khaled (2007), devido a algum tipo de auxílio financeiro (maior que a média salarial nacional) disponibilizado aos membros que se dispõem a enfrentar o risco de serem presos. A principal diferença desse grupo em relação aos outros dois que citamos anteriormente é que sua atuação e seus questionamentos levam em consideração temas morais, enquanto o MIU e o Partido do Renascimento Islâmico do Tadjiquistão se envolveram (ainda que temporariamente no caso do partido tadjique) em conflitos armados.

À luz da perspectiva chinesa, o Movimento de Independência do Turquestão Oriental<sup>165</sup> representa um perigo à integridade nacional, pois é visto como uma organização separatista que atua em uma zona economicamente importante para os planos geopolíticos da China. Historicamente, o movimento é associado à minoria Uigur. Os Uigures são povos de origem túrquica, assim como os povos espalhados pela Ásia Central, tendo, portanto, laços históricos e culturais entre si. A exemplo dos povos centro-asiáticos, os Uigures, em sua maioria, são muçulmanos.

Os Uigures estão concentrados na região de Xinjiang, um dos últimos territórios a ser incorporado pelo Estado chinês. Como apontamos anteriormente, esta região é rica em recursos naturais e hoje se constitui como o centro da estratégia de integração interna e externa da China. Todavia, a integração desta região ao restante da China foi complexa e é considerado um tema sensível pela elite política chinesa. Segundo Vieira (2020), os uigures estão afastados culturalmente da maioria *han*. Isto porque as raízes culturais do povo uigur estão ligados à cultura turcomana.

De acordo com Wang (1998), a ideia panturquica (que também influenciou os movimentos da Ásia Central antes referidos) chegou a Xinjiang no século XX, através de Ahmet Kamel. Conforme os ideais panturquicos e pan-islâmicos passaram a ganhar espaço entre os Uigures e na província de modo geral, as ideais se tornaram a principal força conceitual dos nacionalistas que desejavam implementar uma nova república na parte oeste do território chinês. De fato, por um período, existiu a República Islâmica Turca do Turquestão Oriental (tecnicamente aliada ao Kuomintang, com o suporte de forças estrangeiras como a Grã-Bretanha).

Todavia, os britânicos não foram os únicos a interferirem na política interna da China. Mais adiante, em 1944, os soviéticos apoiaram os distritos majoritariamente islâmicos em Xinjiang e forneceram apoio tanto à derrubada da República Islâmica Turca do Turquestão Oriental quanto à criação da República do Turquestão Oriental, mais alinhada aos interesses de Moscou. Essa república durou até 1949, quando o *People's Liberation Army* (PLA) adentrou a região e a integrou ao território da República Popular da China.

Vieira (2020) aponta que o processo de abertura política chinesa promovido por Deng Xiaoping, após o período da Revolução cultural, também permitiu a expansão do panturquismo em Xinjiang através das interações e trocas culturais e religiosas que os uigures tiveram com as populações da Ásia Central e do Cáucaso. A maior influência das ideias panturquicas, após o

<sup>165</sup> Movimento de Independência do Turquestão Oriental também pode ser reconhecido como “Movimento Islâmico do Turquestão Oriental”, “Partido Islâmico do Turquestão Oriental”, “Partido Islâmico do Turquestão”, dentre outras nomenclaturas. Segundo Appleman (2004), uma das causas da existência de diversos nomes para se referir à mesma organização possivelmente está em erros de tradução e na própria estrutura organizacional do movimento, considerada “pobre”.

processo de abertura chinesa, foi determinante para série de protestos que ocorreram na região durante os anos 80 e 90, especialmente após a repressão chinesa “a atividades políticas e religiosas “ilegais” – nominalmente contra a construção de mesquitas ilegais e escolas islâmicas – em março de 1990” (VIEIRA, 2020, p.282)

Segundo Wang (1998), a partir daí, podemos identificar três momentos de atuação do Movimento de Independência do Turquestão Oriental: o primeiro ocorreu na década de 1950, com a eclosão de motins e rebeliões contra o PCCh; o segundo, na década de 1960, quando os muçulmanos de Xinjiang tentaram migrar para a União Soviética, mas foram impedidos; e o terceiro, na década de 1990, com as rebeliões Uigur em Akto.

A migração de Uigures para os países da Ásia Central (e europeus) durante o século XX e o estabelecimento de redes de contato entre Uigures e centro-asiáticos, assim como a já citada importância econômica que a região de Xinjiang passou a ter no âmbito dos planos do governo chinês, tornaram essa província um ponto essencial para o equilíbrio da China. No século XXI, alguns atentados ocorridos em território chinês (os ataques em Kashgar e Hotan, em 2011; o atropelamento proposital na Praça Tiananmen, em 2013; e o ataque à estação ferroviária de Ürümqi, em 2014) foram atribuídos, pelo PCCh, Movimento de Independência do Turquestão Oriental.

O Movimento de Independência do Turquestão Oriental era considerado um grupo terrorista pelos EUA até o ano de 2020, quando foi removida da “*blacklist*” do país durante o governo de Donald Trump. Tanto o Movimento Islâmico Uzbeque (MIU) quanto o Movimento de Independência do Turquestão Oriental têm ligações com outros grupos extremistas, como o Daesh e a Al-Qaeda, como já abordamos. O número de Uigures e centro-asiáticos lutando na guerra da Síria, por exemplo, também era um ponto de preocupação para os governos da Ásia Central e da China<sup>166</sup>, mesmo que as razões culturais-religiosas não sejam os principais motivos pelos quais estes sujeitos lutem nestes conflitos. Questões como a sensação de não pertencimento ao lugar de origem e condições econômicas (pobreza, desemprego) em seus países de nascimento igualmente são fatores motivadores da participação desses indivíduos em conflitos geograficamente distantes de suas bases de atuação (SAKIEV, 2020).

Obviamente, a história da Xinjiang e dos movimentos islâmicos da Ásia Central apresenta muito mais detalhes com as elites locais que não cabem aqui retratarmos. Acreditamos que esse breve panorama seja suficiente para se ter uma compreensão da razão por que, em um primeiro momento, os chineses priorizaram os acordos de cooperação em um âmbito da segurança. Anteriormente à criação de grandes infraestruturas por todos esses territórios, os chineses precisariam garantir o mínimo de estabilidade interna e externamente. Por isso, logo após o final da Guerra Fria e do chamado “mundo bipolar”, a primeira fase do código geopolítico chinês em relação aos países centro-asiáticos é a OCX e tem como face a defesa transnacional. Ainda que a visão espacial de um mundo dividido em duas esferas de influência política e econômica distintas tenha terminado, na Ásia Central, outras concepções espaciais de influência geopolítica seriam experienciadas.

### 3.3.1 A cooperação na Defesa

Considerando esta primeira face do código geopolítico chinês (através da OCX), traçamos, a partir da década de 1990, as formas de cooperação que a China desenvolveu com os vizinhos da Ásia Central. Usamos como fonte de pesquisa, principalmente, as agências de notícias estatais e civis da China e dos países da Ásia Central. Além disso, também utilizamos o *SIPRI Arms Transfers Database*, mantido pela *Stockholm International Peace Research*

<sup>166</sup> Syria says up to 5,000 Chinese Uighurs fighting in militant groups. Reuters. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/uk-mideast-crisis-syria-china-idUSKBN1840UP> - Acesso em 10 ago. 2021.

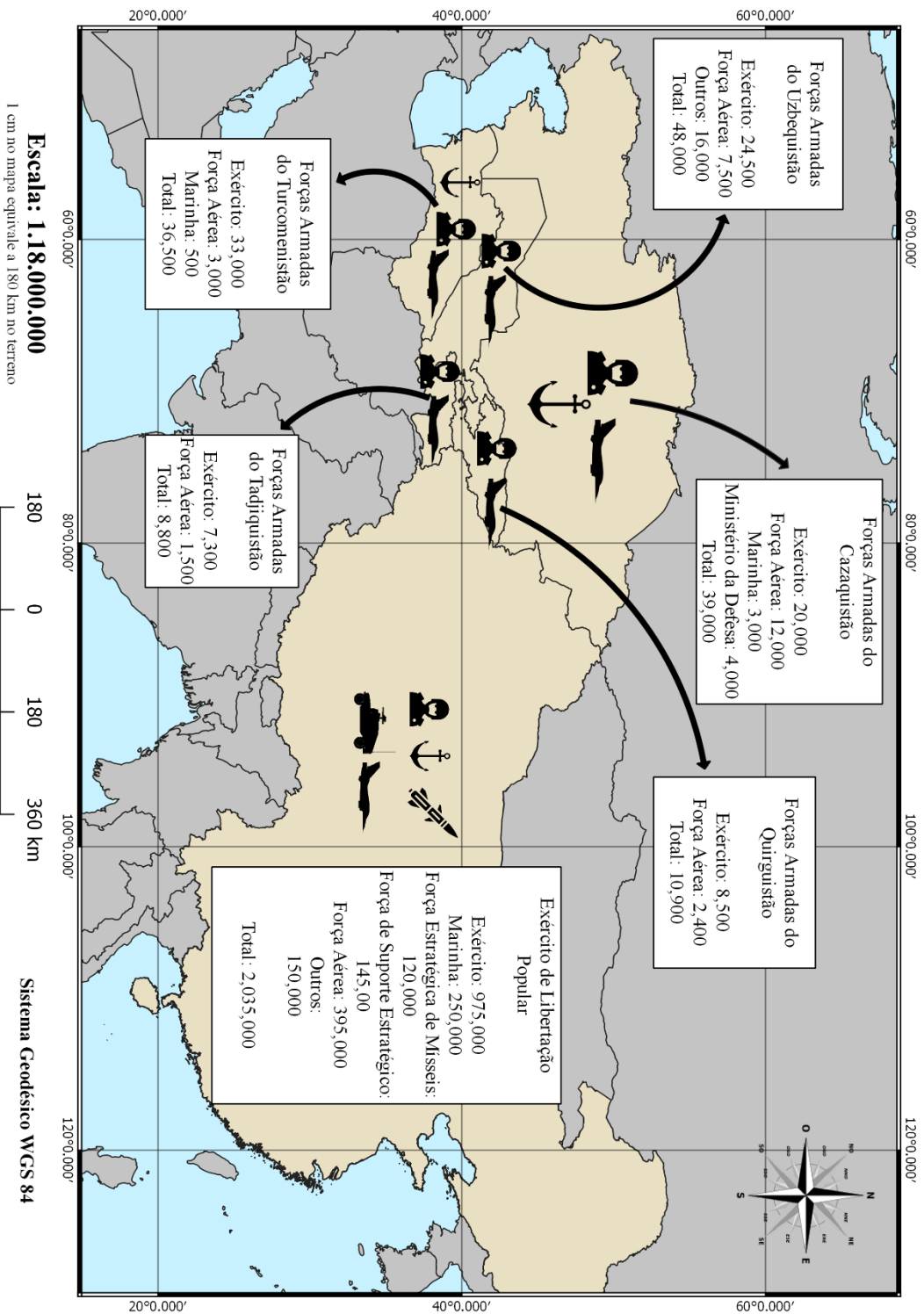


*Institute*, fundado em 1966, e o banco de dados da *Oxus Society*, um grupo de pesquisa fundado por estudiosos da região centro-asiática de todo o mundo, para obterem dados sobre comércio e armamento das forças militares de cada país. Utilizamos, mais uma vez, *The Military Balance*, uma espécie de almanaque das forças armadas de todo os países do mundo, a fim de dimensionarmos o tamanho das forças de cada Estado aqui tratado.

Antes de tratarmos dos acordos e das formas de cooperação de defesa que a China vem estabelecendo com a Ásia Central nos últimos anos, pontuaremos rapidamente o contingente militar de cada país centro-asiático e da China. Levando-se em conta apenas o contingente na ativa, o tamanho de cada força armada é o seguinte:

Figura 13 - Contingente Militar dos países centro-asiáticos e da China

# Contingente militar da China e dos países da Ásia Central



Fonte: Elaboração do autor com dados do The Military Balance 2020

A partir do levantamento realizado nas fontes citadas, conseguimos identificar três formas de cooperação de defesa entre os chineses e os centro-asiáticos: (a) exercícios militares<sup>167</sup>; (b) assistência técnica; (c) educação militar. Começando pela primeira forma (exercícios militares), conseguimos contabilizar aproximadamente 18 ações conjuntas nos últimos dezanove anos, com destaque para o ano de 2019, com o recorde de exercícios em um mesmo ano (3); seguido por 2006 e 2007, com dois exercícios cada. Desse total de exercícios contabilizados, cinco ocorreram em território chinês. Na Ásia Central, o país que mais hospedou esse tipo de atividade foi o Tadjiquistão, com 6 exercícios; seguido pelo Quirguistão e Cazaquistão (3); e Uzbequistão (2). O Turcomenistão, como não integra a OCX e mantém o *status* de neutralidade permanente, não sediou e nunca participou de nenhuma atividade dessa natureza. A Rússia também aparece na contagem, pois sediou diversos desses eventos, principalmente os que ocorreram no contexto da OCX.

**Tabela 7** – Exercícios militares entre os países da Ásia Central e a China entre 2002 e 2021.

<b>Nome</b>	<b>Data</b>	<b>Participantes</b>	<b>País/ Local</b>
Exercise-01	10-11 out. 2002	China e Quirguistão	Fronteira dos dois países
Coalition-2003	6-12 ago.2003	Países membros da OCX	Ucharal, Cazaquistão e Ili, China
East Antiterror 2006	Desconhecida	Cazaquistão, Uzbequistão, Tadjiquistão e Rússia	Uzbequistão
Tian-Shan-1-2006	24-26 ago. 2006	China e Cazaquistão	Região Leste de Almaty e Yining, China
Coordination-2006	22-23 set.2006	China e Tadjiquistão	Kulyab, Tadjiquistão
The Issyk Kul Antiterror 2007	29-31 mai. 2007	Países membros da OCX	Issyk Kul, Quirguistão
Peace Mission-2007	9-17 ago. 2007	Países membros da OCX	Chelyabinsk, Rússia e Urumqi, China
Norak-Anti-Terror 2009	Apr.2009	China, Cazaquistão, Quirguistão, Uzbequistão e Rússia	Dushanbe, Tadjiquistão
Peace Mission 2010	9-25 set. 2010	Países da OCX, exceto Uzbequistão	Cazaquistão
Peace Mission 2012	8-14 jun. 2012	Países da OCX, exceto Uzbequistão	Tadjiquistão
Exercícios conjunto	Julho. 2015	China e Tadjiquistão	Vahdat, Tadjiquistão
CentrAsia-Antiterror-2015	15-17 set. 2015	China, Cazaquistão, Rússia, Uzbequistão, Tadjiquistão	Bishkek, Quirguistão
Exercícios anti-terrorismo	Oct.2016	China e Tadjiquistão	Gorno-Badakhshan, Tadjiquistão
Cooperation-2019	Mai. 2019	China e Uzbequistão	Jizzakh, Uzbequistão
Cooperation-2019	Ago. 2019	China e Quirguistão	Xinjiang, China
Cooperation-2019	Ago. 2019	China e Tadjiquistão	Gorno-Badakhshan, Tadjiquistão
		Rússia, China,	

<sup>167</sup> Foram contabilizados exercícios militares no contexto da OCX, em ações multilaterais e/ou bilaterais.

TSENTR 2019	19-23 set. 2019	Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão	Oreburgo, Rússia
Peace Mission 2021	11-25 set. 2021	Países membros da OCX	Oreburgo, Rússia
			<b>Total: 18 ações conjuntas</b>

**Fonte:** Elaboração do autor com informações do People's Daily Online<sup>168</sup>; Xinhua News Agency<sup>169</sup>; The SCO Regional Anti-Terrorist Structure<sup>171</sup>; U.S.-China Economic and Security Review Commission<sup>172</sup>; Asia-Plus<sup>173</sup>; 24.kg<sup>175</sup>; ChinaMil<sup>176</sup>; Infoshos.ru<sup>177</sup>; UzDaily<sup>178</sup>.

Algumas atividades, apesar da ausência de alguns países membros da OCX, ocorrem como partes do organismo. Conhecendo o terreno dos países da Ásia Central, através desses exercícios militares, a segunda forma de cooperação na área de defesa que conseguimos observar é a assistência técnica. Nos últimos anos, os chineses têm conquistado espaço no meio militar da região, seja pelas crescentes vendas de armamentos ou através de doações de equipamentos militares que Pequim tem feito aos governos centro-asiáticos, o que justificaria a assistência técnica.

Os países da Ásia Central receberam doação de material militar chinês, e o tipo de equipamento é bastante variado, indo desde caminhões militares, como anunciado pelo Ministro da Defesa do Cazaquistão<sup>179</sup>, até viaturas blindadas no Quirguistão e no Tadjiquistão<sup>180</sup><sup>181</sup>.

<sup>168</sup> Backgrounder: Major PLA-related joint anti-terror military exercises and trainings. People's Daily Online. Disponível em: <http://en.people.cn/90001/90776/6325264.html> - Acesso em 11 ago. 2021.

<sup>169</sup> China, Kyrgyzstan hold joint counter-terrorism exercise. Xinhua. Disponível em: [http://www.xinhuanet.com/english/2019-08/06/c\\_138288443.htm](http://www.xinhuanet.com/english/2019-08/06/c_138288443.htm) - Acesso em 11 ago. 2021.

<sup>170</sup> Uzbekistan, China wrap up joint anti-terror drills. Xinhua. Disponível em: [http://www.xinhuanet.com/english/2019-05/16/c\\_138064037.htm](http://www.xinhuanet.com/english/2019-05/16/c_138064037.htm) - Acesso em 11 ago. 2021.

<sup>171</sup> "Peace Mission -2021" exercises among SCO Countries will be held in summer at one of the training grounds of the central military district". The SCO Regional Anti-Terrorist Structure. Disponível em: <https://ecrats.org/en/situation/status/7698> - Acesso em 11 ago. 2021.

<sup>172</sup> The Shanghai Cooperation Organization: A Testbed for Chinese Power Projection. U.S.-China Economic and Security Review Commission. Disponível em: [https://www.uscc.gov/sites/default/files/2020-11/Shanghai\\_Cooperation\\_Organization-Testbed\\_for\\_Chinese\\_Power\\_Projection.pdf](https://www.uscc.gov/sites/default/files/2020-11/Shanghai_Cooperation_Organization-Testbed_for_Chinese_Power_Projection.pdf) - Acesso em 11 ago. 2021.

<sup>173</sup> A joint exercise for Tajik and Chinese special operations forces to be held in Vahdat on June 6. Asia Plus. Disponível em: <https://asiaplustj.info/en/news/tajikistan/security/20150604/joint-exercise-tajik-and-chinese-special-operations-forces-be-held-vahdat-june-6> - Acesso em 11 ago. 2021.

<sup>174</sup> A joint anti-terror drill for Tajik and Chinese servicemen starts in Gorno Badakhshan tomorrow. Asia Plus. Disponível em: <https://www.asiaplustj.info/en/news/tajikistan/security/20161019/232235> - Acesso em 11 ago. 2021.

<sup>175</sup> SCO security forces exercise cooperation to combat terrorism. 24.kg. Disponível em: <https://24.kg/archive/en/community/177086-news24.html/> - Acesso em 11 ago. 2021.

<sup>176</sup> China and Tajikistan kicks off joint counter-terrorism exercise. ChinaMil. Disponível em: [http://eng.chinamil.com.cn/view/2019-08/12/content\\_9587478.htm](http://eng.chinamil.com.cn/view/2019-08/12/content_9587478.htm) - Acesso em 11 ago. 2021.

<sup>177</sup> "Norak-Antiterror" is a Military Training for SCO Anti-Terrorist Forces. Infoshos.ru. Disponível em: <http://infoshos.ru/en/?idn=4086> - Acesso em 11 ago. 2021.

<sup>178</sup> SCO conducts counter-terrorism exercises in Kyrgyzstan. UzDaily. Disponível em: <https://www.uzdaily.uz/en/post/432> - Acesso em 11 ago. 2021.

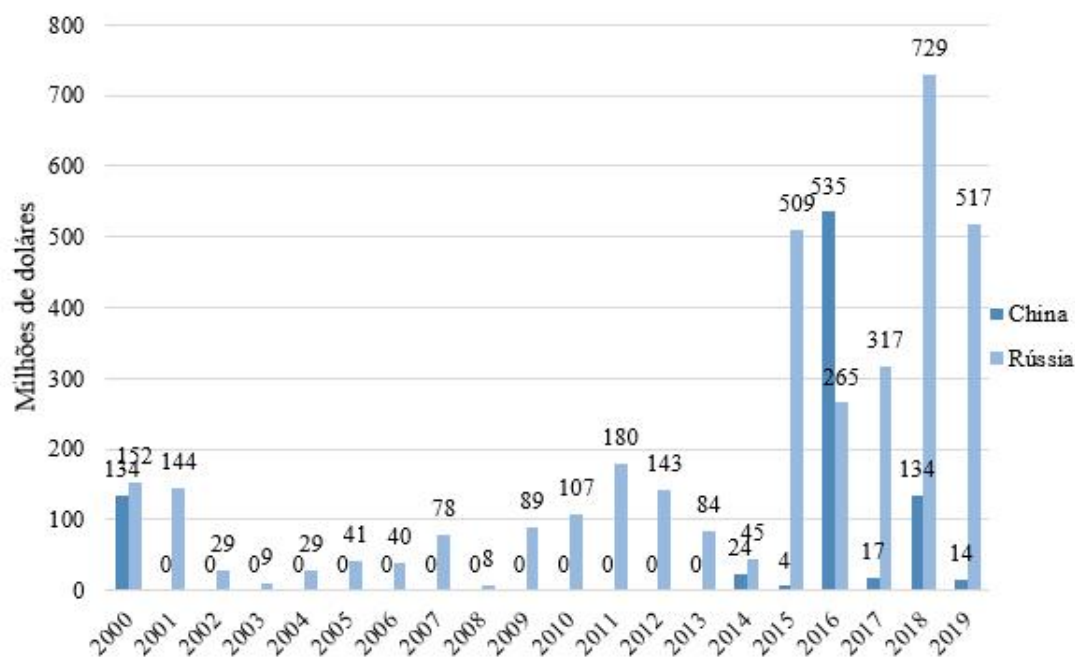
<sup>179</sup> Kazakhstan, China Strengthen Defence Cooperation. The Astana Time. Disponível em: <https://astanatimes.com/2015/10/kazakhstan-china-strengthen-defence-cooperation/> - Acesso em 11 ago.2021.

<sup>180</sup> Kyrgyz defense chief says to work with China to promote regional stability. Xinhua. Disponível em: [http://www.xinhuanet.com/english/asiapacific/2021-05/27/c\\_139973773.htm](http://www.xinhuanet.com/english/asiapacific/2021-05/27/c_139973773.htm) - Acesso em 11 ago. 2021.

<sup>181</sup> Chinese People's Liberation Army provides military equipment to armed forces of Kyrgyzstan. AKIPress. Disponível em: [https://akipress.com/news:658672:Chinese\\_People\\_s\\_Liberation\\_Army\\_provides\\_military\\_equipment\\_to\\_armed\\_forces\\_of\\_Kyrgyzstan/](https://akipress.com/news:658672:Chinese_People_s_Liberation_Army_provides_military_equipment_to_armed_forces_of_Kyrgyzstan/) - Acesso em 11 ago. 2021.

Apesar disso, os chineses ainda estão em desvantagem se comparados aos russos quando falamos em fornecimento de armamentos aos países centro-asiáticos. O armamento russo ainda é bastante presente nas forças armadas da Ásia Central, obviamente pela ligação histórica e linguística existente entre a Rússia e os países centro-asiáticos. Se considerarmos o período dos últimos vinte anos, os chineses precisariam se esforçar muito para ter uma hegemonia militar na região, como observaremos gráfico 11:

**Gráfico 11-** Valor total de armamento russo e chinês enviados aos países da Ásia Central entre 2000-2019.



**Fonte:** Arms Flows to Central Asia. The Oxus Society. Disponível em: <https://oxussociety.org/viz/arms-flows/>. Acesso em: 11 ago. 2021.

De acordo com os registros do *SIPRI Arms Transfers Database*, os chineses começam a partir de 2014 a doar ou vender armamentos aos países da Ásia Central, enquanto os russos, pelo menos desde a década de 1990, continuam comercializando aparato militar para os centro-asiáticos. A principal diferença entre os fornecedores é que os russos oferecem, na maior parte das vezes, tanques e aviões, enquanto os chineses fornecem, sistema de vigilância/defesa e blindados.

**Tabela 8** – Armamento vendido ou doado pela China aos países da Ásia Central.

País	Ano de entrega	Modelo	Quantidade
Cazaquistão	2015	Wing Loong-1 (veículo blindado)	3
	2018	Y-8 (aeronave de transporte)	4
Uzbequistão	2013	Wing Loong-1 (veículo blindado)	5
		HQ-9 (Míssil superfície-ar)	60

	2017	HQ-9 (Versão FD-2000) (Míssil superfície-ar)	1
Tadjiquistão	2017	Tiger (veículo blindado/ doação)	10
		VP -11 (veículo blindado/ doação)	
	2018	VP- 3 (veículo blindado/ doação)	
Quirguistão	2019	Tiger (veículo blindado/ doação)	6
Turcomenistão	2016	AR-1 (míssil)	10
		CH-3-Armed (drone)	2
		CM-502KG (míssil)	10
		FM-90 (míssil superfície-ar)	41
		HQ-9 (míssil superfície-ar)	76
		KS-1A (míssil superfície-ar)	51
		WJ-600 (veículo blindado)	2
		YLC-18 (radar)	1
		YLC-2 (radar)	1
		QW-2 Portable (míssil superfície-ar)	50

Fonte: SIPRI Arms Transfers Database. Disponível em:

[https://armstrade.sipri.org/armstrade/page/trade\\_register.php](https://armstrade.sipri.org/armstrade/page/trade_register.php). Acesso em: 11 ago. 2021.

Outra maneira de assistência técnica que as forças armadas chinesas prestaram aos países da Ásia Central foi a construção de instalações militares em zonas sensíveis. A mais recente destas instalações militares foi anunciada em outubro de 2021, com o financiamento de \$8.6 milhões para o desenvolvimento de um posto avançado de observação em Vahkon (território tadjique), próximo ao Corredor de Wakhan, entre as fronteiras do Tadjiquistão, do Afeganistão e da China<sup>182183</sup>. Finalmente, a educação militar é outra forma de cooperação sino-centro asiática no campo da defesa. Em 2014, a China estabeleceu o *China National Institute for Shanghai Cooperation Organization International Exchange and Judicial Cooperation* (CNISCO), instalado na Universidade de Ciência Política e Direito de Xangai. Nos últimos anos, tal instituto tem desempenhado um papel fundamental tanto para o desenvolvimento do intercâmbio entre oficiais chineses e centro-asiáticos quanto para a construção da segurança nas zonas de atuação da BRI. O objetivo da instituição era treinar 2.000 militares de todos os países da OCX em três anos, a partir de junho de 2018 (KLEY, 2019).

Além da troca de informações e de conhecimentos em áreas específicas, os chineses têm oferecido o ensino de mandarim a oficiais de países da Ásia Central, como uma forma de atraí-los para cursos em instituições militares de ensino superior chinesas. Em 2019, por exemplo, a assessoria de imprensa das Forças Armadas Uzbeque anunciou que, “A partir de setembro de

<sup>182</sup> China to build Tajik police base on Afghan border. Eurasianet. Disponível em: <https://eurasianet.org/china-to-build-tajik-police-base-on-afghan-border> - Acesso em 05 dez. 2021.

<sup>183</sup> Desde 2016 os chineses mantêm acordo de cooperação técnica-militar com os tadjiques, especialmente para o apoio nas áreas de fronteira entre o Tadjiquistão e o Afeganistão.

2019, por iniciativa do lado chinês, está prevista a realização de cursos intensivos de estudo da língua chinesa na instituição de ensino superior militar do Uzbequistão”<sup>184</sup>.

As oportunidades para obter uma educação militar chinesa, segundo Marat (2021, p.1) “[...] são especialmente atraentes para oficiais do Uzbequistão e do Turcomenistão, que têm acesso limitado ao treinamento militar russo”<sup>185</sup>. Segundo a autora, apesar do ensino militar russo ainda ser dominante na maioria dos países centro-asiáticos, países como o Turcomenistão e o Cazaquistão já têm, hoje em dia, oficiais sêniores com diploma militar chinês. O ensino do idioma e a possibilidade de educação militar em acadêmicas militares chinesas são fatores importantes para os chineses, pois, a partir deles, desenvolvem, entre os militares centro-asiáticos, uma visão espacial da geopolítica aproximada à de Pequim. Assim, conseguem contrabalancear a influência russa e/ou Ocidental e, também, resguardar seus objetivos na região.

Fica igualmente evidente o entrelaçamento das plataformas de atuação do código geopolítico chinês. A primeira fase do código, marcada pela OCX e pela preocupação com a defesa (integridade territorial do Estado-Nação chinês), era basicamente manifestada através de exercícios conjuntos entre os chineses e os centro-asiáticos. À medida que a OCX deixou de ser apenas um organismo preocupado com questões de segurança – e com a criação da segunda fase do código (BRI), voltada ao desenvolvimento das redes de infraestrutura –, as formas de cooperação para proteção se aprofundaram, através da distribuição e/ou da expansão do fluxo comercial de armamentos, do financiamento de estruturas militares e do fornecimento de disciplina militar aos círculos de alta patente dos exércitos da Ásia Central.

Ainda que os chineses estejam em desvantagem em relação os russos, atualmente, é possível que os chineses consigam manter algum nível de resguardo às suas infraestruturas concebidas no segundo código geopolítico e que estejam posicionadas na região centro-asiática. Essa cooperação, no campo militar, tende a aumentar com a retirada das tropas estadunidenses do Afeganistão e com a captura do país por parte do Talibã, com os quais os chineses, paradoxalmente, mantêm diálogo.

### 3.3.2 A cooperação em projetos de infraestrutura

A segunda fase do código geopolítico chinês na Ásia Central, como já mencionamos, é a BRI, anunciada em 2013 pelo então Secretário-Geral do Comitê Central do PCCh, Xi Jinping, ao lado de Nursultan Nazarbayev, ex-presidente do Cazaquistão. Essa fase mais recente e de escala global de atuação do código é caracterizada por ter uma face mais focada na conectividade entre territórios.

Tal conectividade, de modo geral, envolve investimentos (ODFs) realizados em grandes obras de infraestrutura. Nos últimos sete anos (2014-2021), Pequim progressivamente aumentou a sua presença nos países da Ásia Central, ofertando ODFs para o desenvolvimento de áreas que guiam a sua política interna e dando ênfase principalmente ao setor de transporte e energia. A partir do *China Global Investment Tracker*, conseguimos ter uma perspectiva total dessas aplicações. O Cazaquistão foi o Estado que mais recebeu investimento chinês, seguido pelo Quirguistão e pelo Uzbequistão.

<sup>184</sup> Defense Ministers of Uzbekistan and China ink military cooperation plan for 2019. Kun.Uz. Disponível em: <https://kun.uz/en/news/2019/04/27/defense-ministers-of-uzbekistan-and-china-ink-military-cooperation-plan-for-2019> - Acesso em 12 ago.2021.

<sup>185</sup> Marat (2021) diz que por ambos os países não serem parte da CSTO, o curso para oficiais destes Estados é diferenciado, com o mesmo conteúdo fornecido a militares da África e América Latina.



**Tabela 9** – Investimento chinês nos países da Ásia Central (2014-2021).

<b>Cazaquistão</b>	US\$ 12,9 Bilhões
<b>Quirguistão</b>	US\$ 4,34 Bilhões
<b>Uzbequistão</b>	US\$ 3,69 Bilhões
<b>Tadjiquistão</b>	US\$ 710 Milhões
<b>Turcomenistão</b>	US\$ 600 Milhões

**Fonte:** *China Global Investment Tracker*. Disponível em: <https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>. Acesso em: 13 ago. 2021.

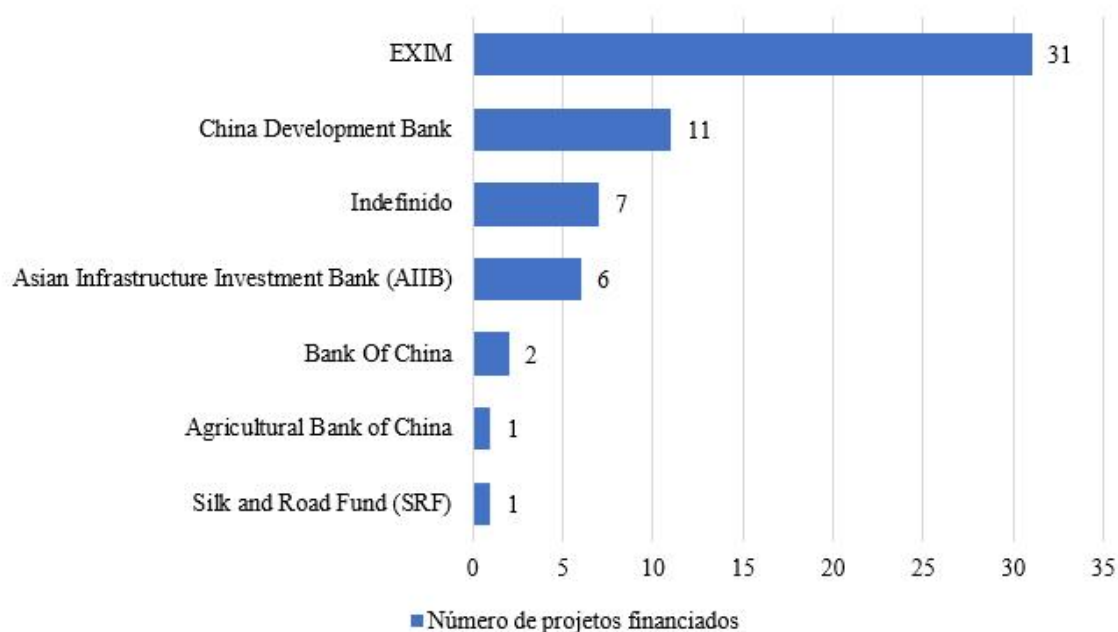
Faz-se importante destacar que, apesar de a maior parte desse investimento estar direcionada a construção de infraestruturas, nem todos os projetos que recebem tais recursos estão listados como integrantes da BRI. Porém, de alguma maneira, estas infraestruturas estão ligadas ao funcionamento e à manutenção desse código. Na realidade, classificar o que é ou não projeto integrante da BRI é muito mais complexo do que podemos imaginar. Em diversas ocasiões, as estruturas construídas em território estrangeiro são apresentadas como obras para o desenvolvimento nacional do país beneficiado com a ODF chinesa; em outras ocasiões, o fornecimento da ODF é anunciado para uma empresa específica, de forma genérica, sem muitos detalhes dos projetos que serão desenvolvidos a partir do investimento apresentado.

Por isso, em nossa análise, estabelecemos alguns critérios para traçar o mapeamento das infraestruturas da segunda fase do código geopolítico chinês proposto. Por isso, só consideramos *i*) projetos voltados ao setor de infraestrutura e semelhantes; *ii*) projetos que tivessem como fonte primária de recursos (ou indícios) bancos ou fundos chineses de suporte ao desenvolvimento; *iii*) projetos que tivessem sido executados por empresas chinesas (privadas e estatais). Não incluímos: empresas de países da Ásia Central que haviam sido compradas por empresas chinesas, investimentos realizados exclusivamente por empresas privadas da China e projetos que não fossem de infraestrutura.

A partir do levantamento realizado em bancos de dados como o *China AIDDATA*, *Global Development Policy Center*, o já citado *China Global Investment Tracker* e o interessante *Unpacking China in Central Asia: Digital resources for students and businesses*, projeto conjunto dos estudantes das Universidades de KIMEP (Cazaquistão) e Agder (Noruega), assim como em sites oficiais de organismos chineses, centro-asiáticos, internacionais, e em agências de notícias locais (estatais ou não), conseguimos identificar aproximadamente 59 projetos com auxílio financeiro total e/ou parcial chinês na Ásia Central.

Analisando tais projetos, conseguimos constatar a presença de seis instituições financeiras chinesas como principais ou parciais financiadoras de obras nos cinco países centro-asiáticos, quais sejam: *China Development Bank (CDB)*, *Agricultural Bank of China*, *Export - Import Bank of China (EXIM)*, *Silk and Road Fund (SRF)*, *Bank of China (BOC)*, *Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB)*. Desses *policy banks*, o que aparece mais vezes como principal patrocinador de infraestruturas em projetos na Ásia Central é o EXIM, seguido pelo CDB (ver gráfico 12). Em alguns projetos não fomos capazes de identificar a principal fonte de verba para a sua execução.

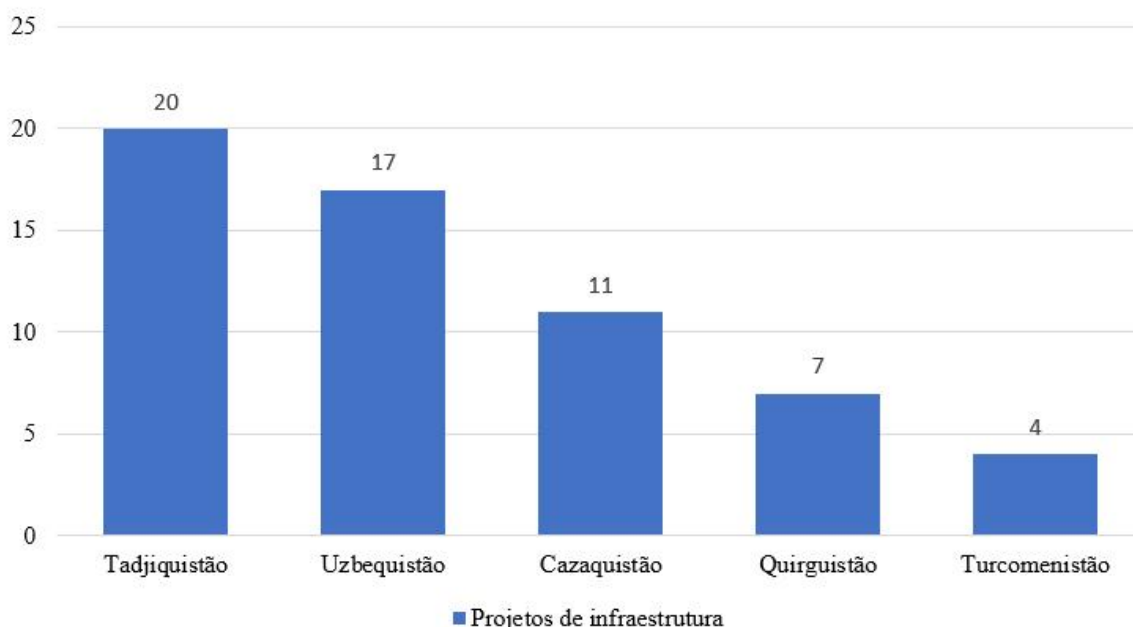
**Gráfico 12** - Principais financiadores chineses dos projetos de infraestrutura na Ásia Central.



Fonte: Elaboração do autor.

Em relação a empresas chinesas atuantes nesse código geopolítico (BRI), entre públicas e privadas, estabelecemos a presença de quinze corporações, a saber: *CITIC Construction*, *China Petroleum Engineering and Construction Corporation (CPECC)*, *Tebian Electric Apparatus (TBEA)*, *China Machinery Engineering Corporation (CMEC)*, *Shanxi Coal and Chemical Industry Group*, *China National Petroleum Corporation (CNPC)*, *CITIC Group*, *China National Chemical Engineering Co*, *IPPR International Engineering Corporation*, *China National Technical Import & Export Corporation*, *China Coal Technology & Engineering Group (CCTEG)*, *China Railway Group Limited*, *China Road and Bridge Corporation*, *Trans-Asia Gas Pipeline Company* (subsidiária da CNPC), *China Railway Group Limited (CREC)*.

Por meio desses parâmetros, também conseguimos traçar o número de projetos por cada país da Ásia Central. A partir dos critérios estabelecidos, verificamos que o Tadjiquistão foi o país que mais recebeu obras, seguido pelo Uzbequistão. O país em que registramos o menor número de projetos foi o Turcomenistão.

**Gráfico 13** - Número de obras de infraestrutura por país.

Fonte: Elaboração do autor.

Os dados acima podem parecer contraditórios quando comparados com a tabela 9; entretanto, os dados apresentados e contabilizados pelo *China Global Investment Tracker* são analisados a partir de uma metodologia diferente da que utilizamos. Enquanto consideramos na nossa metodologia o capital bancário chinês, o *database* considera em sua metodologia todo e qualquer investimento de origem chinesa feito nos países centro-asiáticos, ou seja, o capital financeiro chinês. São exemplos de investimentos desse tipo os seguintes: aquisição de empresas da Ásia Central por conglomerados chineses, investimento de empresas estatais e privadas da China, construção com dinheiro público e/ou privado de instalações e fábricas em variados setores, não apenas na área de infraestrutura, dentre outros.

O perfil das obras realizadas é bastante variado, indo desde a construção de campos para produção de energia eólica até fábricas de cimento e reabilitação de estradas. Outro ponto de destaque é que identificamos pelo menos duas maneiras de fornecimento de ODF para o financiamento dessas obras: a primeira ocorre de forma integral, com o valor sendo entregue em parcela única, enquanto a segunda forma é feita por etapas. À medida que a construção de alguma infraestrutura avança, novas parcelas de investimento são concedidas.

Veremos, a seguir, os projetos de infraestrutura com investimento chinês que conseguimos identificar em cada um dos países da Ásia Central. Seguiremos a ordem decrescente de apresentação: partiremos do país com o maior número de obras em direção ao país com o menor número, ou seja, iniciaremos com o Tadjiquistão e terminaremos com o Turcomenistão.

### 3.3.2.1 Projetos de infraestrutura no Tadjiquistão

O Tadjiquistão é um pequeno país com um terreno montanhoso que faz fronteira com a China, o Afeganistão, o Quirguistão e o Uzbequistão. A população do país, registrada em 01 de

janeiro de 2021, é de pouco mais de 9 milhões de pessoas<sup>186</sup>. Segundo o último relatório do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), elaborado pelo O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o país aparece na 125ª posição (de 189), com um IDH de 0,668, considerado desenvolvimento humano médio<sup>187</sup>.

Segundo o Banco de Desenvolvimento Asiático (ADB)<sup>188</sup>, em 2019, 26% da população vivia abaixo da linha da pobreza nacional. O Banco Mundial declara que a maior parte das pessoas em condição de pobreza estava concentrada na área rural do país (30,2%)<sup>189</sup>. Quanto ao desemprego, em 2020, este atingia, no Tadjiquistão, aproximadamente 7,5% da população.

Boa parte dos frutos da segunda fase e face do código geopolítico, ou seja, projetos de infraestrutura com financiamento chinês, está voltada ao setor energético. Cerca de 98% da energia elétrica do país é proveniente de hidroelétricas<sup>190</sup>, o que o torna praticamente dependente dessa forma de geração elétrica. Outras fontes de energia do país são o gás, o petróleo e o carvão<sup>191 192</sup>. Devido a fatores climáticos (baixo índice pluviométrico), associados a uma deficiente estrutura de distribuição, a população tadjique precisa, em determinados períodos do ano, racionar o uso da energia elétrica. Apesar disso, o país é exportador de energia para países vizinhos como o Quirguistão, o Afeganistão e o Uzbequistão<sup>193</sup>.

A partir do levantamento, identificamos que a verba chinesa recebida pelo país foi investida em: reformas de rodovias e ferrovias, redes de distribuição de energia conectando hidroelétricas do país a diferentes pontos do território tadjique, instalação de transformadores e criação de uma usina termoeletrica. As empresas chinesas atuantes em projetos no Tadjiquistão são as seguintes: *China Railway Construction Corporation*, *China Road and Bridge Corporation*, *Tebian Electric Apparatus (TBEA)* e *Trans-Asia Gas Pipeline Company* (subsidiária da CNPC).

O *policy bank* chinês com maior participação em obras no Tadjiquistão foi o *Exim Bank of China* (treze obras), seguido pelo AIIB (duas obras), *Agricultural Bank of China* e o *China Development Bank*, com uma participação cada. Em duas construções, não conseguimos localizar o investidor primário, porém as verbas disponibilizadas para a execução destas obras foram a partir de acordos bilaterais entre os governos tadjique e chinês.

<sup>186</sup> Agency on statistics under the President of the Republic of Tajikistan. Disponível em: <https://www.stat.tj/en/> - Acesso em 14 ago. 2021.

<sup>187</sup> Relatório do Desenvolvimento Humano 2020: Disponível em: [http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr\\_2020\\_overview\\_portuguese.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2020_overview_portuguese.pdf) - Acesso em 14 ago. 2021

<sup>188</sup> Tajikistan and ADB. Asian Development Bank. Disponível em: <https://www.adb.org/countries/tajikistan/poverty> - Acesso em 14 ago.2021.

<sup>189</sup> Poverty in Tajikistan 2020. The World Bank. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/infographic/2020/10/15/poverty-in-tajikistan-2020> - Acesso em 14 ago. 2021.

<sup>190</sup> Energy Sector Assessment. Asia Development Bank. Disponível em: <https://www.adb.org/sites/default/files/linked-documents/45229-001-taj-oth-02.pdf> - Acesso em 14 ago. 2021.

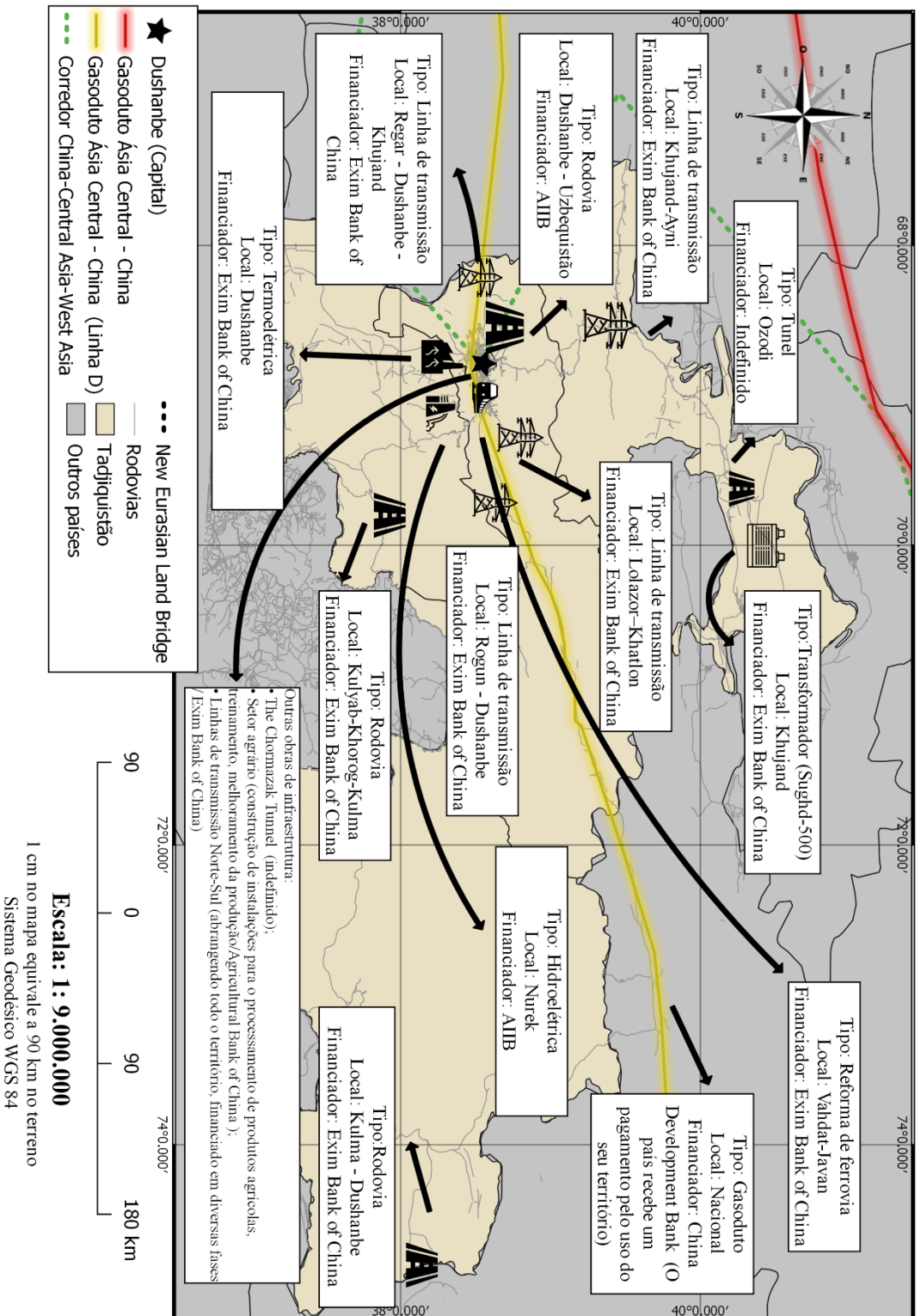
<sup>191</sup> The energy sector of the Republic of Tajikistan. Ministry Of Foreign Affairs of The Republic of Tajikistan. Disponível em: <https://mfa.tj/en/main/view/185/the-energy-sector-of-the-republic-of-tajikistan> - Acesso em 14 ago. 2021.

<sup>192</sup> Tajikistan. Agência Internacional de Energia. Disponível em: <https://www.iea.org/countries/tajikistan> - Acesso em 14 ago. 2021.

<sup>193</sup> Tajikistan returning to electricity rationing regime. Eurasianet. Disponível em: <https://eurasianet.org/tajikistan-returning-to-electricity-rationing-regime> - Acesso em 14 ago. 2021.

Figura 14 - Projetos de infraestrutura no Tadjiquistão

## Projetos de infraestrutura no Tadjiquistão



Fonte: Elaboração do autor com informações de AIIB, AIDDATA, China's Overseas Development Finance e China Global Investment Tracker



A geografia física do território tadjique é composta basicamente por cadeias montanhosas, que chegam a ter uma elevação superior a 5.000 metros (montanhas Pamir, por exemplo) e se estendem até as fronteiras tadjiques (com a China, o Quirguistão e o Uzbequistão). Durante o inverno, os desfiladeiros que funcionam como estradas para chegar e sair de pontos remotos e, também, como passagem entre os países são prejudicados pelas condições climáticas (neve, nevoeiro e temperaturas negativas).

Por esse motivo, as estradas e as passagens subterrâneas financiadas pelo AIIB e pelo *Exim Bank of China*, que pontuamos no parágrafo acima e que estão mapeadas na figura 14 (as estradas Kulyab-Khorog-Kulma, Kulma-Dushanbe, Dushanbe-Tashkent, e os túneis em Ozodi e o Chormazak) são projetos que buscam desenvolver rotas alternativas com melhores condições para a circulação de bens e sujeitos e fundamentais para estabelecer conexão com as distintas regiões do país e, também, com os seus vizinhos.

No setor ferroviário, a melhoria realizada (construção de três túneis e cinco pontes), na seção ferroviária entre as cidades de Vahdat e Javan, faz parte de um projeto desenvolvido no contexto da BRI, em que tal trecho seria parte central de uma rede ferroviária internacional conectando China, Tadjiquistão, Afeganistão e Irã<sup>194</sup>. Partes do projeto foram concluídas, enquanto outras ainda estão incertas devido às questões políticas ligadas ao Afeganistão. O principal objetivo desta ferrovia seria facilitar o acesso, aos portos iranianos, por parte dos países *landlocked* (Tadjiquistão e Afeganistão) e da região oeste chinesa.

Por fim, as infraestruturas voltadas ao setor da energia constituem boa parte do investimento chinês no Tadjiquistão, um país que apresenta uma grande contradição nesse campo. Enquanto nos últimos anos os chineses tem financiado massivamente o desenvolvimento de linhas de transmissão por todo o território tadjique, a reabilitação de produção hidroelétrica na barragem de Nurek (98% da eletricidade do país vem de fontes hidroelétricas<sup>195</sup>) e a instalação de transformadores na subestação Sughd-500 (figura 14), o país vive em constante racionamento de energia, enquanto se torna um dos maiores fornecedores de energia ao vizinho Afeganistão<sup>196</sup>. Para os chineses, uma boa infraestrutura de distribuição e geração de eletricidade no Tadjiquistão é importante, pois permite que não sejam prejudicados projetos e empresas chinesas que atuem no país e produzam elementos importantes à atividade industrial em larga escala ocorrida na China.

Além disso, gostaríamos de destacar mais dois investimentos chineses no Tadjiquistão: (a) é feito o pagamento de aluguel pelo uso do território tadjique para a passagem da linha D do gasoduto Ásia-Central-China; (b) injetam \$100 milhões, acordados em 2014, no setor agrícola (comércio, capacitação de pessoal, melhoramento na eficiência da produção). Desde o acordo de cooperação agrícola sino-tadjique firmado em 2010, *joint-ventures* entre os dois países (como a *Juntai Khatlon Sin Silu* e a *Vodii Zarrin*) e, até mesmo, fazendeiros chineses têm operado no cultivo de algodão, por meio da locação de terras, na província de Khatlon (uma das quatro províncias da divisão político-administrativa do Tadjiquistão)<sup>197</sup>.

<sup>194</sup> China Eximbank provides RMB 191.9 million government concessional loan for the Upgrade of the Vahdat-Yavan Section of the Dushanbe-Kurgantube Railway Project (Linked to Project ID#71443). AIDDATA. Disponível em: <https://china.aiddata.org/projects/40489/> - Acesso em 04 dez.2021.

<sup>195</sup> Energy Sector Assessment. Asian Development Bank. Disponível em: <https://www.adb.org/sites/default/files/linked-documents/45229-001-taj-oth-02.pdf> - Acesso em 04 dez.2021.

<sup>196</sup> Afghanistan asks Tajikistan to increase the power supply. Asia Plus. Disponível em: <https://asiaplustj.info/en/news/tajikistan/economic/20210108/afghanistan-asks-tajikistan-to-increase-the-power-supply> - Acesso em 04 dez. 2021.

<sup>197</sup> Agriculture ministry stands up for Chinese farmers yielding cotton in Khatlon province. Disponível em: <https://asiaplustj.info/en/news/tajikistan/economic/20200714/agriculture-ministry-stands-up-for-chinese-farmers-yielding-cotton-in-khatlon-province> - Acesso em 04 dez.2021.

### 3.3.2.2 Projetos de infraestrutura no Uzbequistão

O Uzbequistão, diferentemente do Tadjiquistão, é um país relativamente grande, sendo o segundo maior da região. Concentra no seu interior grandes heranças da cultura centro-asiática, o que faz dele um dos principais polos culturais e turísticos da região. A população aproximada do país é de 34 milhões de pessoas, segundo dados da agência de estatísticas nacional<sup>198</sup>. O IDH do país é de 0,720 (106ª colocação), considerado elevado pelo PNUD. A taxa de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza nacional é de 11% (2019), com índices de desemprego alcançando 6% (2020)<sup>199</sup>.

Conhecido pela grande produção de algodão, o país teve como principal produto exportado, no ano de 2020, o ouro (43%), seguido por algodão (7%), hidrocarbonetos (4,42%) e cobre refinado (4,38%)<sup>200</sup>. Não coincidentemente tais áreas estão dentre os destinos do dinheiro da China no país.

Para a China, o Uzbequistão é fundamental pois o território uzbeque faz parte do projeto chinês que pretende desenvolver uma rota terrestre entre Pequim e o Oriente Médio, chegando até o Irã e a Arábia Saudita. Diante disto, as obras de infraestrutura alcançam, no país, principalmente o setor de transporte, com a compra de locomotivas cargueiras, bem como com o melhoramento e a modernização do sistema ferroviário e rodoviário. Outras áreas que igualmente receberam investimento foram as seguintes: as áreas de produção, extração, armazenamento e escoamento de energia e recursos naturais (gás e carvão), assim como a área agrícola (melhoramento na distribuição de água nos campos), que, como pontuamos anteriormente, setor este ligado às principais *commodities* exportadas pelo país.

O *Exim Bank of China* é maior investidor no país, com operação em seis projetos. O CDB é o segundo maior, tendo fornecido verba para quatro projetos. Já o AIIB aparece em terceiro com duas participações. O BOC e o SRF, por sua vez, contam com uma participação cada. Em quatro projetos, não conseguimos localizar o investidor exato, assim como no caso Tadjique, a verba veio de acordos bilaterais entre Chineses e uzbeques.

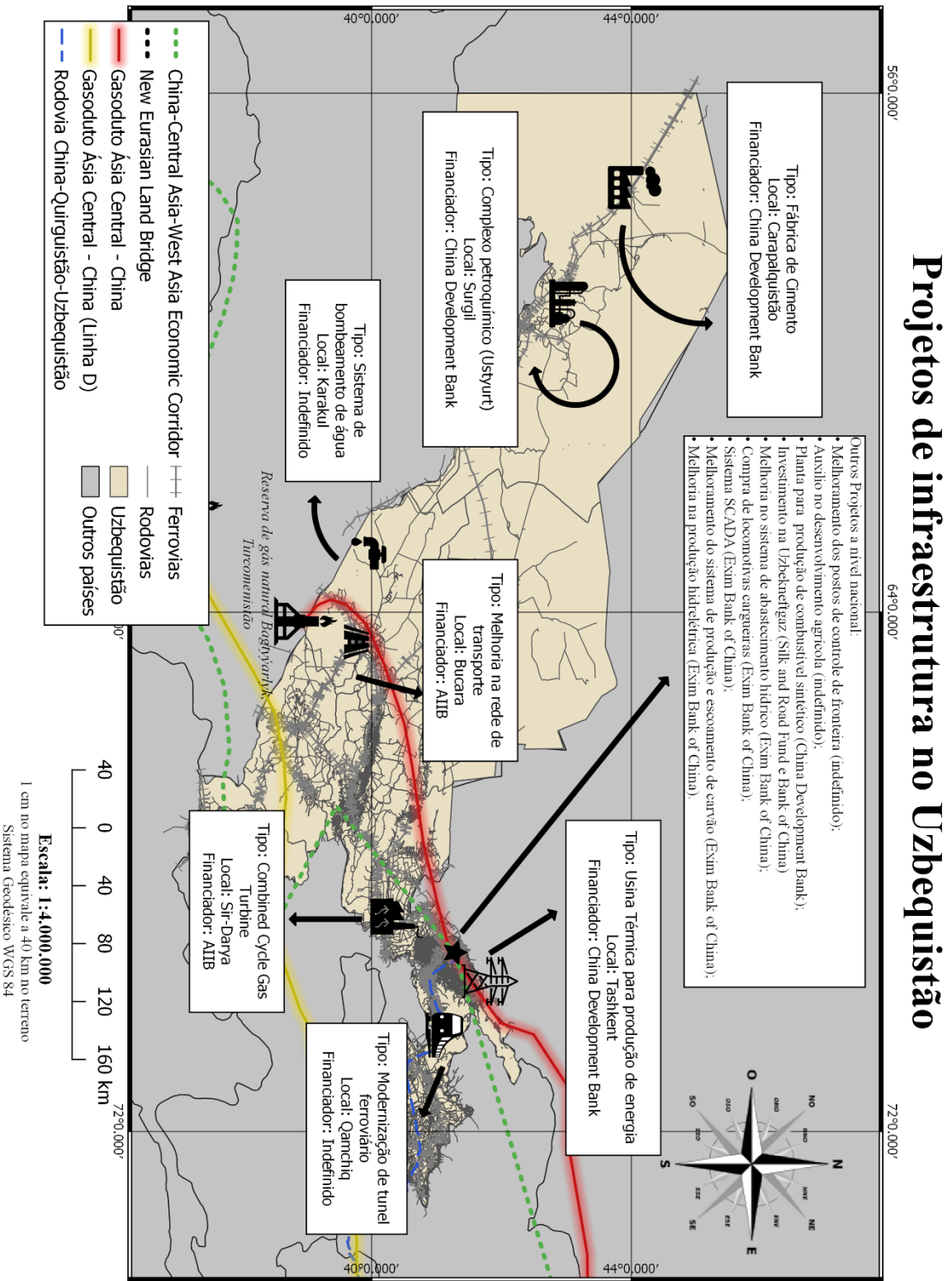
<sup>198</sup> The State Committee of the Republic of Uzbekistan on Statistics. Disponível em: <https://stat.uz/en/>. Acesso em: 14 ago. 2021.

<sup>199</sup> Uzbekistan and ADB. Asia Development Bank. Disponível em: <https://www.adb.org/countries/uzbekistan/poverty>. Acesso em: 14 ago.2021.

<sup>200</sup> Uzbekistan - Imports and Exports. Trend Economy. Disponível em: <https://trendeconomy.com/data/h2/Uzbekistan/TOTAL>. Acesso em 14 ago. 2021.



Figura 15 - Projetos de Infraestrutura no Uzbequistão



Fonte: Elaboração do autor com informações de AIB, AIDDATA, China's Overseas Development Finance e China Global Investment Tracker

Os projetos de infraestrutura financiados pela China no Uzbequistão, em geral, não diferem muito do que vimos no Tadjiquistão. Os chineses também mantêm um padrão de investimento elevado na produção de energia, como, por exemplo, o financiamento de \$224 milhões do CDB na modernização da Usina Termoelétrica de Tashkent<sup>201</sup>, além do fornecimento de \$100 milhões (feito pelo AIIB)<sup>202</sup> para o desenvolvimento, a instalação e a manutenção de uma *Combined Cycle Gas Turbine* (CCGT), com vistas a ampliarem a capacidade de geração de energia a gás no país (ver figura 15).

A Uzbekneftegaz (Empresa Estatal que cuida do setor de gás) é um dos principais destinos dos recursos chineses no Uzbequistão. Em 2007, o *Exim Bank of China* forneceu \$73 milhões para o setor de gás. Com esse financiamento, esperava-se que fosse instalado o *Supervisory control and data acquisition system* (Sistema SCADA) para otimizar a produção, o transporte e o fornecimento de gás natural<sup>203</sup>. Entretanto, o projeto não avançou, de modo que, atualmente, o país ainda utiliza equipamentos analógicos<sup>204</sup>. O destino real da verba que seria utilizado para o emprego do Sistema SCADA é desconhecido. Em 2019, o *Silk Road Fund* realizou um empréstimo de \$ 585 milhões à empresa, que seria aplicado em diversos projetos na área de combustíveis fósseis<sup>205</sup>. A justificativa para grandes somas de dinheiro emprestadas à empresa reside no fato de que ela é fundamental para o funcionamento do gasoduto Ásia Central-China.

O *Exim Bank of China* foi um dos fornecedores dos \$ 2,3 bilhões para a construção de uma planta de combustível sintético<sup>206</sup>, em um movimento de Pequim buscando diversificar a fonte de combustíveis que podem importar da Ásia Central. Já o CDB financiou a construção do complexo petroquímico *Ustyurt*, na região oeste do país, além de uma fábrica de cimento, visando ao consumo do mercado da construção civil.

Ademais, os chineses estão investindo na modernização dos postos de fronteira e no sistema ferroviário uzbeque (rede central para a importação e a exportação de bens no país). Em 2014, o *Exim Bank of China* disponibilizou um crédito de \$45 milhões a *Uzbekistan Railways* para que ela modernizasse suas locomotivas cargueiras<sup>208</sup>. As ferrovias uzbeques podem ser úteis aos interesses chineses, pois elas os ajudariam a reduzir o tempo de viagem e, conseqüentemente, o consumo de combustível das locomotivas chinesas que se deslocam em direção ao oeste.

---

<sup>201</sup> China Development Bank provides \$220 million loan for 370MW Tashkent Combined Cycle Power Plant Modernization Project. AIDDATA. Disponível em: <https://china.aiddata.org/projects/40148/>. Acesso em: 04 dez. 2021.

<sup>202</sup> Uzbekistan: Sirdarya 1,500MW CCGT Power Project. Asian Infrastructure Investment Bank. Disponível em: <https://www.aiib.org/en/projects/details/2021/approved/Uzbekistan-Sirdarya-1500MW-CCGT-Power-Project.html>. Acesso em: 04 dez. 2021.

<sup>203</sup> China Eximbank provides \$73.6 million loan for Gas Network Modernization Project. AIDDATA. Disponível em: <https://china.aiddata.org/projects/40094/>. Acesso em: 04 dez. 2021.

<sup>204</sup> Uzbekistan: Preparation of Gas Infrastructure Modernization in Uzbekistan. Asian Development Bank. Disponível em: <https://www.adb.org/projects/52322-003/main>. Acesso em: 04 dez. 2021.

<sup>205</sup> The Chinese Silk Road Fund allocated \$ 585 million for oil and gas projects in Uzbekistan. Investment promotion agency under the Ministry of Investments and Foreign Trade of the Republic Of Uzbekistan. Disponível em: <https://invest.gov.uz/mediacenter/news/russkij-kitajskij-fond-shelkovogo-puti-vydelil-uzbekistanu-585-mln-na-proekty-v-neftegazovoj-sfere/>. Acesso em: 04 dez. 2021.

<sup>206</sup> Synthetic liquid fuel producing plant worth \$ 2.3 billion to be built in Uzbekistan. Kun.Uz. Disponível em: <https://kun.uz/en/news/2018/12/15/synthetic-liquid-fuel-producing-plant-worth-23-billion-to-be-built-in-uzbekistan>. Acesso em: 04 dez. 2021.

<sup>207</sup> Uzbekistan attracts US\$2.3 billion to build a GTL plant. UzDaily. Disponível em: <https://www.uzdaily.uz/en/post/46996> - Acesso em 04 dez. 2021

<sup>208</sup> China will supply Uzbekistan with freight locomotives for \$45 million. Silk and Road News. Disponível em: <https://silkroadnews.org/en/news/china-will-supply-uzbekistan-with-freight-locomotives-for-45-million>. Acesso em: 04 dez. 2021.

Por fim, explorando a crise hídrica existente entre Uzbequistão, Tadjiquistão e Quirguistão, os chineses buscam vender alternativas simples e práticas aos fazendeiros uzbeques e às suas grandes produções de algodão<sup>209</sup>, os principais afetados pela relação litigiosa entre os vizinhos centro-asiáticos. Visando cobrir as dificuldades da produção agrícola em território uzbeque, investimentos no campo da agricultura e acesso à água também foram fornecidos ao Uzbequistão, que é extremamente dependente dos rios Amu e Sir Dária, necessário para a produção das hidroelétricas do Quirguistão e do Tadjiquistão.

### 3.3.2.3 Projetos de infraestrutura no Cazaquistão

O Cazaquistão é o maior país (em extensão territorial) da Ásia Central e, também, o maior *landlocked* do mundo. Sendo a maior economia da região, desde o fim da URSS, os cazaques se mostraram interessados em ser a principal forma de contato e união dos países recém-estabelecidos com o mundo ocidental. Parecem ter alcançado essa meta de forma satisfatória. Além de ser, na atualidade, o principal mediador (ao lado do Uzbequistão) das crises regionais, o país é igualmente o que apresenta uma política desenvolvimentista a longo prazo (*Kazakhstan 2050*) mais clara, em relação aos outros países que citamos no presente trabalho.

Com uma população de 19 milhões de pessoas<sup>210</sup>, Cazaquistão está entre a China e a Rússia e faz fronteira com quase todos os outros países da região, exceto o Tadjiquistão. Conta com uma posição privilegiada, pois permite, uma conexão entre o continente asiático e o europeu. Cerca de 4% da população vive abaixo da linha da pobreza nacional (2019) e 6% da população é atingida pelo desemprego (2020)<sup>211</sup>. Possui o melhor IDH da região: 0,825, considerado muito elevado, estando a frente do Brasil (0,765), do México (0,779), do Peru (0,777) e da Colômbia (0,767), por exemplo. Em 2020, teve como principal produto exportado combustíveis minerais (67%), seguidos por ferro e aço (6%)<sup>212</sup>.

As obras de infraestruturas identificada no país têm conexões com o setor energético e de recursos minerais (usinas, refinarias, metalúrgicas) e com o desenvolvimento de energia limpa (criação de fazendas de energia eólica). Também notamos investimento no setor de transporte. As empresas chinesas atuantes no país identificadas foram as seguintes: *CITIC Construction* e a *China Petroleum Engineering and Construction Corporation* (CPECC). No Cazaquistão, o *Exim Bank of China* e o CDB dividem a liderança, cada qual com investimento em quatro projetos. O AIIB aparece em seguida com dois projetos e, logo depois, o BOC com investimento em apenas um projeto.

<sup>209</sup> Feature: Chinese water-saving technology facilitates agricultural development in Uzbekistan. Xinhua. Disponível em: [http://www.xinhuanet.com/english/2020-07/02/c\\_139183335.htm](http://www.xinhuanet.com/english/2020-07/02/c_139183335.htm). Acesso em: 04 dez.2021.

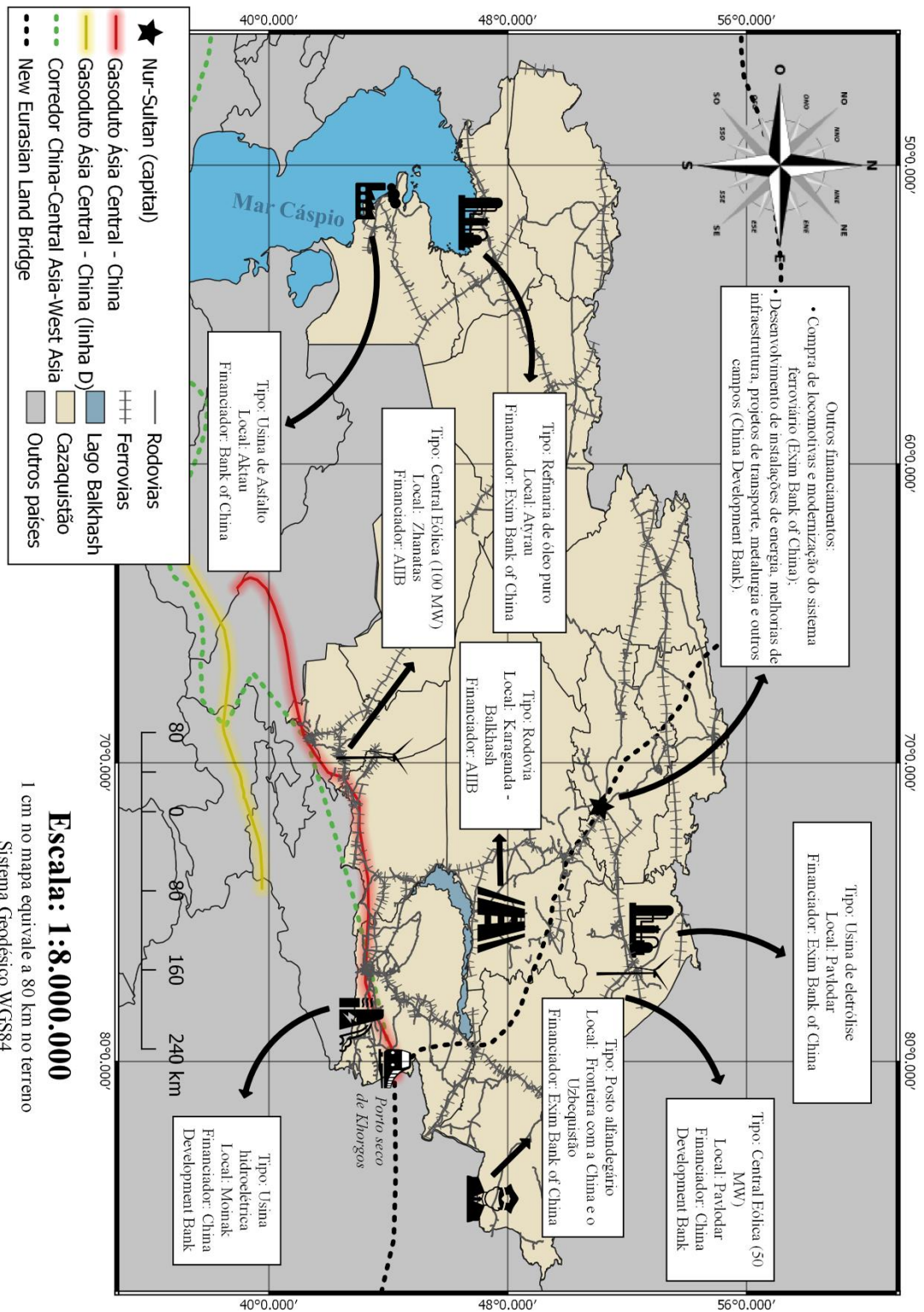
<sup>210</sup> Agency for Strategic planning and reforms of the Republic of Kazakhstan Bureau of National statistics. Disponível em: <https://stat.gov.kz>. Acesso em: 14 ago. 2021.

<sup>211</sup> Kazakhstan and ADB. Asia Development Bank. Disponível em: <https://www.adb.org/countries/kazakhstan/poverty>. Acesso em: 14 ago. 2021.

<sup>212</sup> Kazakhstan - Imports and Exports. Trend Economy. Disponível em: <https://trendeconomy.com/data/h2/Kazakhstan/TOTAL>. Acesso em: 14 ago. 2021.

Figura 16 - Projetos de Infraestrutura no Cazaquistão

# Projetos de infraestrutura no Cazaquistão



Fonte: Elaboração do autor com informações de AIIB, AIDDATA, China's Overseas Development Finance e China Global Investment Tracker



O Cazaquistão é uma peça-chave no código geopolítico chinês. No país, está localizado o Porto Seco de Khorgos e a *New Eurasian Land Bridge*, por onde passam todos os produtos que saem da China em direção ao continente europeu, o que já sinalizamos anteriormente. Os investimentos chineses no Cazaquistão são variados, indo desde a melhoria dos postos fronteiriços (como no Uzbequistão) até o financiamento de campos de energia eólica, como é o caso do parque eólico de Zhanatas, com um investimento de \$46 milhões concedido pelo AIIB<sup>213</sup> (o maior já construído por uma empresa chinesa na Ásia Central<sup>214</sup>) e a de Pavlodar (figura 16).

Os investimentos chineses funcionam paralelamente com os projetos oriundos do *Kazakhstan 2050* e, também, do *Nurly Zhol* (programa de modernização das infraestruturas de transporte do Cazaquistão sobre o qual falaremos mais adiante). Por isso, observamos financiamentos voltados à modernização dos meios de transporte. Em 2002, o *China Exim Bank* forneceu \$172 milhões (na cotação da época) à *Temir Zholy* (Companhia Nacional Ferroviária do Cazaquistão) para a compra de 152 locomotivas<sup>215</sup>. Posteriormente, em 2008 e 2017, o CDB expandiu a linha de crédito para o país e forneceu, primeiramente, \$390 milhões (2008) e, posteriormente, \$80 milhões (em 2017) para investimento em diversos setores, dentre os quais o do transporte (modernização de rodovias)<sup>216,217</sup>.

Outro investimento que chama bastante atenção é o realizado na usina hidroelétrica de Moinak, bem próxima à fronteira com a China (figura 16). Nessa obra, Pequim liberou para o Cazaquistão \$200 milhões. Inaugurada em 2011, a usina foi fundamental para solucionar o problema de instabilidade elétrica na região sul do Cazaquistão, bem como para permitir o crescimento industrial da área e a atração de investidores estrangeiros<sup>218</sup>. Também foram realizados investimento em refinaria de óleo, usina de eletrólise e asfalto.

### 3.3.2.4 Projetos de infraestrutura no Quirguistão

Com uma geografia física montanhosa, o Quirguistão faz fronteira com a China e o Tadjiquistão. Foi o país da Ásia Central que mais teve rotatividade no cargo de presidência desde o fim da URSS. Nos últimos 21 anos, cinco nomes foram eleitos presidentes da nação, a saber: Askar Akayev, Kurmanbek Bakiyev, Almazbek Atambayev, Sooronbay Jeenbekov e o recém-eleito Sadyr Japarov. Destes (exceto Japarov, empossado em 2021), apenas um conseguiu completar o mandato: Almazbek Atambayev (atualmente preso por corrupção). Desde 2005, o país passou por momentos difíceis e disputas das elites políticas, que levaram a sucessivas mudanças de chefe de Estado, não permitiram a conclusão de alguns mandatos presidenciais nos últimos 16 anos.

O país tem uma população de aproximadamente 6,6 milhões de pessoas, sendo que 20% destas vivem abaixo da linha da pobreza nacional (2019). Portanto, o Quirguistão é segundo

<sup>213</sup> Kazakhstan: Zhanatas 100 MW Wind Power Plant. Asia Infrastructure Investment Bank. Disponível em: <https://www.aiib.org/en/projects/details/2019/approved/Kazakhstan-Zhanatas-100-MW-Wind-Power-Plant.html>. Acesso em: 04 dez. 2021.

<sup>214</sup> Feature: Central Asia's largest wind farm built by Chinese firm to power 1 mln Kazakh homes. Xinhua. Disponível em: [http://www.xinhuanet.com/english/2021-06/12/c\\_1310004153.htm](http://www.xinhuanet.com/english/2021-06/12/c_1310004153.htm). Acesso em: 04 dez. 2021.

<sup>215</sup> China Eximbank provides a \$172 million USD loan for the acquisition and assembly of 152 locomotives in Kazakhstan. AIDDATA. Disponível em: <https://china.aiddata.org/projects/40085/>. Acesso em: 04 dez.2021.

<sup>216</sup> China extends \$300 million credit line to Development Bank of Kazakhstan. AIDDATA. Disponível em: <https://china.aiddata.org/projects/53545/>. Acesso em: 04 dez.2021.

<sup>217</sup> CDB provides \$80 million USD through a \$650 million USD credit line to the Development Bank of Kazakhstan. AIDDATA. Disponível em: <https://china.aiddata.org/projects/59136/> - Acesso em 04 dez.2021.

<sup>218</sup> China Development Bank provides a \$200 million USD loan for the 300 MW Moynak Hydropower Plant Construction Project. AIDDATA. Disponível em: <https://china.aiddata.org/projects/40162/> - Acesso em 4 dez.2021.

maior país centro-asiático com número de habitantes em condições precárias, se comparado com os seus vizinhos. A taxa de desemprego atinge 7,9% da população, sendo está a maior taxa entre todos os países da região<sup>219</sup>. O IDH do Quirguistão é de 0,697, considerado médio.

As obras de infraestrutura no Quirguistão são as mais variadas de todos. A partir dos dados que conseguimos encontrar, os investimentos vão desde a melhoria em refinarias até a compra de maquinário agrícola. Além disso, conseguimos detectar verba destinada ao setor de distribuição elétrica e de transportes (rodovias e aeroportos). Considerando a nossa metodologia, apenas quatro empresas chinesas atuantes em projetos no país foram localizadas: *Tebian Electric Apparatus* (TBEA), *China Machinery Engineering Corporation* (CMEC) e *Shanxi Coal and Chemical Industry Group*.

Somente dois bancos foram identificados nos projetos do Quirguistão: o *Exim Bank of China* e o *China Development Bank*. No total, identificamos cinco projetos, sendo que, em um projeto, não conseguimos identificar a origem da verba, sabendo apenas que veio de um acordo entre Quirguistão e China (figura 16).

O maior investimento realizado pela China, levando em conta os cinco projetos que mapeamos, foi o da refinaria de óleo Junda, em Kara-Balta (figura 16). O CDB investiu \$300 milhões no desenvolvimento dessa refinaria, que é operado pela *Central Asia Energy Co., Ltd*, subsidiária da *Shaanxi Dade Investment Group Co., Ltd* e *Shaanxi Coal and Chemical Industry Group* (estatais chinesas). Boa parte do que é produzido em Junda é exportado para a Rússia e o Cazaquistão<sup>220</sup>.

Assim como o Tadjiquistão, o Quirguistão é um país cercado por montanhas. O mesmo problema em relação à infraestrutura rodoviária que citamos anteriormente no caso tadjique, também é visto em território quirguiz. O *Exim Bank of China* investiu na reabilitação de diversas estradas, até mesmo pelo Quirguistão ser uma parte importante para a conexão dos chineses com os uzbeques e ser parte do corredor *China-Central Asia-West-Asia*.

O *policy bank* chinês investiu \$200 milhões para reformar a rodovia Bishkek–Naryn–Torugart (figura 17)<sup>221</sup>. Para a rodovia Osh–Batken–Isfana, que chega próxima à fronteira tadjique, o investimento foi um pouco menor: \$129 milhões<sup>222</sup>. Por fim, a rodovia Osh–Irkesham (que faz parte do projeto rodoviário China–Quirguistão–Uzbequistão) foi a que obteve o menor número de recursos das três, com apenas \$75 milhões<sup>223</sup>. Essa rodovia sai da fronteira com a China e chega até a segunda maior cidade do Quirguistão (Osh). De lá, segue para o Uzbequistão (figura 16).

O financiamento feito pelo *Exim Bank of China* – que não conseguimos confirmar se foi finalizado – concerne à modernização e à expansão do aeroporto de Osh. A princípio, seriam alocados \$200 milhões pelo lado chinês para que o aeroporto fosse reformulado; entretanto, não localizamos fontes suficientes para confirmarmos se o projeto foi executado, abandonado ou, até mesmo, se houve alguma transferência de valores para o lado quirguiz.

<sup>219</sup> Kyrgyz Republic and ADB. Asia Development Bank. Disponível em: <https://www.adb.org/countries/kyrgyz-republic/poverty>. Acesso em: 14 ago. 2021.

<sup>220</sup> CDB provides \$300 million loan for Kara-Balta Oil Refinery Project. AIDDATA. Disponível em: <https://china.aiddata.org/projects/54405/>. Acesso em: 04 dez.2021.

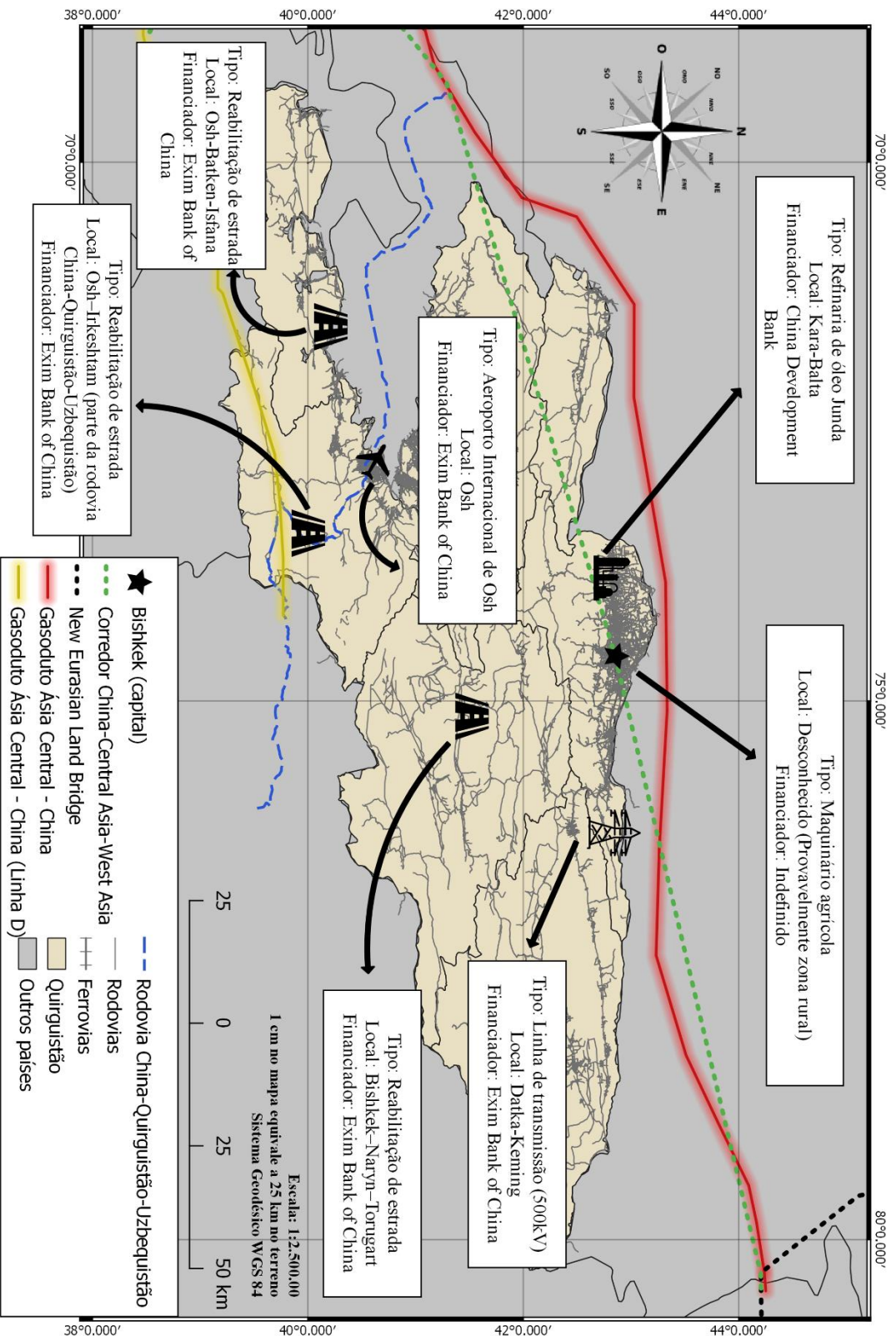
<sup>221</sup> China Eximbank provides \$200 million preferential buyer's credit for Section 1 of Bishkek–Naryn–Torugart Road Rehabilitation Project. AIDDATA. Disponível em: <https://china.aiddata.org/projects/46348/>. Acesso em: 04 dez. 2021.

<sup>222</sup> China Eximbank provides \$129.8 million USD preferential buyer's credit for the Two Sections of Highway Rehabilitation Project. AIDDATA. Disponível em: <https://china.aiddata.org/projects/40195/>. Acesso em: 04 dez. 2021.

<sup>223</sup> China Eximbank provides \$75.29 million preferential buyer's credit for the Osh–Sarytash–Irkesham Road Rehabilitation Project. AIDDATA. Disponível em: <https://china.aiddata.org/projects/40359/> - Acesso em 04 dez.2021.

Figura 17 - Projetos de Infraestrutura no Quirguistão

# Projetos de infraestrutura no Quirguistão



Fonte: Elaboração do autor com informações de AIIB, AIDDATA, China's Overseas Development Finance e China Global Investment Tracker



### 3.3.2.5 Projetos de infraestrutura no Turcomenistão

O Turcomenistão é sem dúvidas o país mais fechado da Ásia Central. Com apenas dois presidentes nos últimos 20 anos, o país é rico em gás natural e apresenta algumas das maiores reservas de gás natural do mundo em seu território<sup>224</sup>. Desde o fim da URSS, adota a postura de permanente neutralidade, não se envolvendo em assuntos externos de seus vizinhos. Também não integra a OCX nem a União Econômica Eurasiática (UEE). Muitos compreendem tal postura como um isolacionismo internacional. Os turcomenos fazem fronteira com o Uzbequistão, o Afeganistão e o Cazaquistão. Obter dados do país é difícil, devido à falta de transparência do governo turcomeno. Segundo a Organizações Unidas (ONU), a população estimada do país era, em 2020, de aproximadamente 6 milhões de pessoas<sup>225</sup>. Todavia, isso é contestado por opositores ao governo. O número real de habitantes do país seria algo em torno de 2,8 milhões de pessoas<sup>226</sup>.

Não conseguimos comparar os dados, pois o anuário estatístico do país disponível em turcomeno, russo e inglês não se encontra disponível para *download* no site da agência de estatística do país. No mesmo site, não localizamos nenhuma menção ao número total da população atual<sup>227</sup>. Opositores exilados alegam dificuldades econômicas e sociais no Turcomenistão, como escassez de alimento, por exemplo. Em contrapartida, o site da agência nacional de estatísticas do país informa que o setor da energia (gás natural) e o agrícola são estratégicos para o plano de desenvolvimento nacional que o Turcomenistão pretende alcançar até o ano de 2030. Até lá, o país espera estar dentre as maiores economias do mundo e dentre os países com o melhor padrão de vida. Atualmente, o IDH do Turcomenistão é de 0,715 (111ª posição), considerado elevado. Os poucos investimentos chineses na região estão voltados à exploração da principal *comodities* do país, o gás natural, à área das telecomunicações e à construção de fábricas variadas. As empresas CNPC e CITIC Group são atuantes nos projetos de infraestrutura turcomena, cujos principais financiadores são o *Exim Bank of China* (três projetos) e o CDB (um projeto).

<sup>224</sup> Turcomenistão. U.S. Energy Information Administration. Disponível em: <https://www.eia.gov/international/analysis/country/TKM>. Acesso em: 14 ago. 2021.

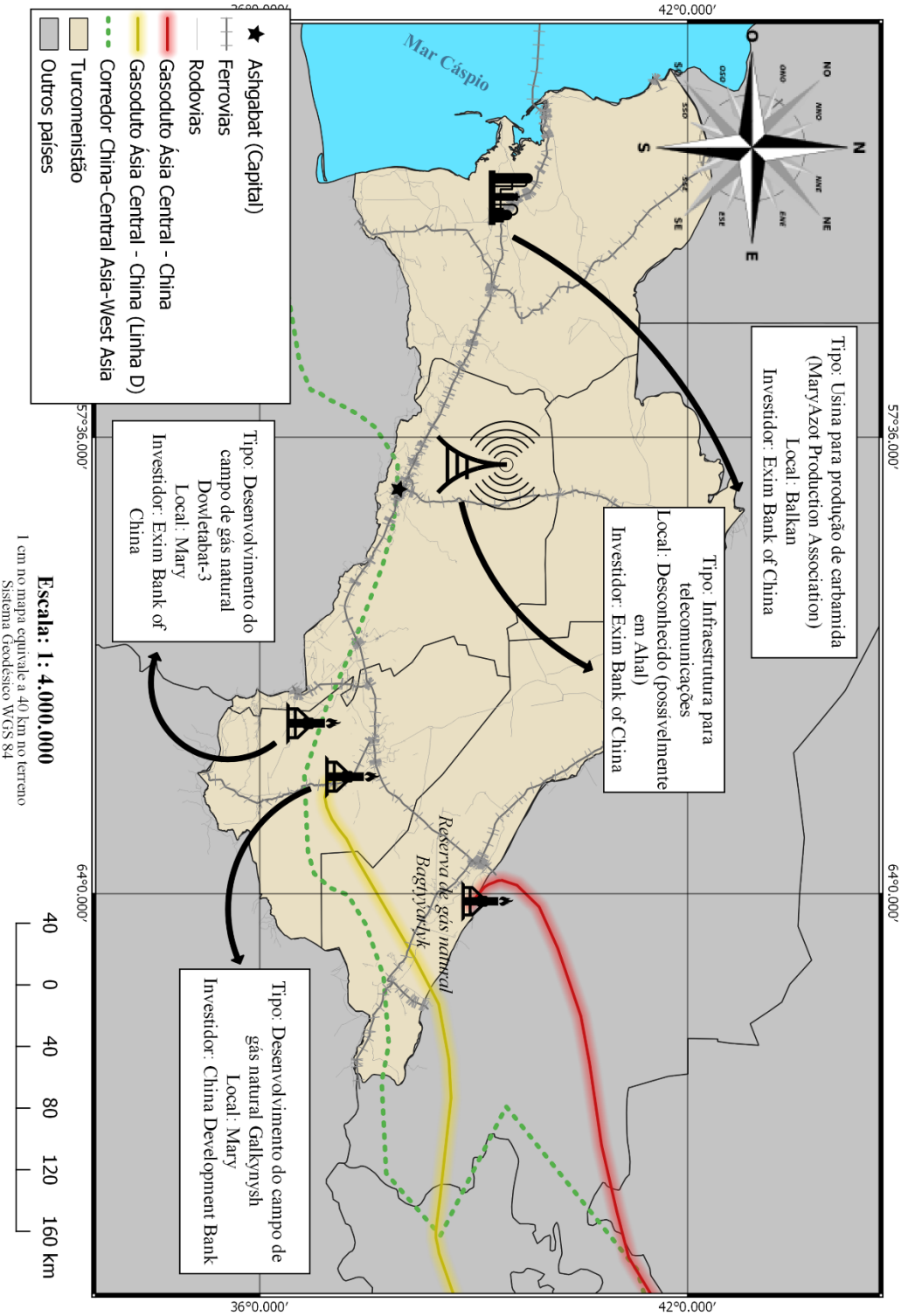
<sup>225</sup> World Population Prospects 2019. United Nations. Disponível em: <https://population.un.org/wpp/DataSources/795>. Acesso em: 14 ago. 2021.

<sup>226</sup> Turkmenistan Faces 'Shocking Population Decline' As Exodus Continues. Radio Free Europe/Radio Liberty. Disponível em: <https://www.rferl.org/a/turkmenistan-population-decline-exodus/31355045.html>. Acesso em: 14 ago. 2021.

<sup>227</sup> O Turkmenistane. Türkmenistanyň Statistika baradaky döwlet komiteti. Disponível em: <https://www.stat.gov.tm/main>. Acesso em: 14 ago. 2021.

Figura 18 - Projetos de Infraestrutura no Turcomenistão

## Projetos de infraestrutura no Turcomenistão



Fonte: Elaboração do autor com informações de AIB, AIDDATA, China's Overseas Development Finance e China Global Investment Tracker

O Turcomenistão é um país isolado. O acesso à informação é um pouco mais complicado em relação aos outros países centro-asiáticos. Além de ser parte do corredor *China-Central Asia-West Asia*, o país é o ponto de partida para o gasoduto Ásia Central-China, ou seja, é um parceiro estratégico para a segurança energética dos chineses. É a partir dos campos de gás natural *Dowletabat-3*, *Galkynysh* e *Bagtyýarlyk* (figura 18) que os chineses recebem uma parte do recurso energético que lhes permite manter a sua produção em escala elevada.

Dos três campos citados no parágrafo anterior, apenas dois receberam investimento chinês: *Dowletabat-3* e *Galkynysh*. O primeiro recebeu aproximadamente \$34 milhões do *Exim Bank of China*, para a compra de maquinário e a exploração dos recursos ali disponíveis<sup>228</sup>. Já o segundo teve duas fases de financiamento (que contabilizamos como investimento único). Na primeira fase, o CDB forneceu \$3,91 bilhões em 2009<sup>229</sup>. Quatro anos mais tarde, em 2013<sup>230</sup>, a segunda fase foi liberada com um orçamento de \$4,1 bilhões.

Os outros dois projetos que localizamos e mapeamos (figura 18) são menores e mais específicos: de um lado, uma fábrica para a produção de peróxido de carbamida, financiada pelo *Exim Bank of China* com um empréstimo de \$468 milhões (outras fábricas, como as de vidro, também foram construídas a partir desse crédito)<sup>231</sup>; de outro lado, um contrato de \$149 milhões, oferecido pelo *Exim Bank of China*, em infraestruturas de telecomunicações, com o objetivo de construir estações telefônicas pelo país, inserir a fibra ótica nas redes de comunicação, e aquisição de equipamentos para o Ministério das Telecomunicações Turcomeno<sup>232</sup>.

Apesar de não acreditarmos que os chineses estabelecem uma posição predatória na Ásia Central, com o seu domínio total nos campos sociais e econômicos dos países da região, a sua atuação geopolítica não está livre de contradições. Embora o discurso da benevolência seja o principal guia do código geopolítico chinês, suas ações são, antes de tudo, uma maneira de obter poder sobre elementos territoriais e a criação de zonas de influência. Portanto, cabem, aqui, algumas ressalvas sobre a geopolítica chinesa.

Observando com atenção, as obras de infraestrutura que os chineses têm feito nos países da Ásia Central estão transformando as redes e a própria maneira de uso dos seus territórios. Além disso, as estruturas desenvolvidas parecem, de fato, pertencer aos clientes (países receptores da ODF), como apontou Peters (2020), e colaborar no desenvolvimento regional. Todavia, como anteriormente observamos, os chineses são pragmáticos na cobrança de suas dívidas externas.

Com efeito, eles são pragmáticos e exigem segurança para que possam realizar suas ações de cooperação. Ao mesmo tempo em que realizam investimentos e deixam a obra para o país receptor, os chineses exigem garantias. Por isso, vemos acordos entre os chineses e os centro-asiáticos que garantiram a Pequim o acesso à extração de recursos naturais, por exemplo. Segundo Jaborov (2018), no Tadjiquistão, as empresas chinesas têm mais de 60% das ações de minas de ouro no país, enquanto que no Quirguistão os setores da mineração e energia seriam as garantias de Bishkek para os chineses.

<sup>228</sup> China Eximbank provides RMB 200 million government concessional loan to Türkmengaz for supply of oil and gas equipment and pipe products. AIDDATA. Disponível em: <https://china.aiddata.org/projects/54119/>. Acesso em: 04 dez. 2021.

<sup>229</sup> China EXIM Bank commits USD300M for Turkmenistan Carbamide Production Plant and Ashgabat Glass Factory (Linked to project #69497, #69498). AIDDATA. Disponível em: <https://china.aiddata.org/projects/40330/>. Acesso em: 04 dez. 2021.

<sup>230</sup> China Development Bank provides \$3 billion loan for Galkynysh (South Yolotan–Osman) Gas Field Phase I Project. AIDDATA. Disponível em: <https://china.aiddata.org/projects/40393/>. Acesso em: 04 dez. 2021.

<sup>231</sup> China Development Bank provides \$4.1 billion loan Galkynysh Gas Field Phase II Project. AIDDATA. Disponível em: <https://china.aiddata.org/projects/41905/>. Acesso em: 04 dez. 2021.

<sup>232</sup> Chinese Government pledges RMB 650 million line of credit for telecommunications projects. AIDDATA. Disponível em: <https://china.aiddata.org/projects/40214/>. Acesso em: 04 dez. 2021.

O Cazaquistão – principal destino dos investimentos chineses na região centro-asiática, nos últimos anos, inclusive nos primeiros cinco meses de 2021, segundo o MOFCOM<sup>233</sup>, tem como principal recurso, em boa parte dos projetos da BRI no país, o próprio tesouro nacional, conforme Jamali (2020). O motivo disso é que tais estruturas estão, em sua maioria, integradas à política de modernização da infraestrutura nacional (“*Nurly Zhol*”).

O território cazaque concentra a maior parte dos investimentos chineses por dois motivos: *i*) desempenha função primordial na BRI, tendo, em seu território, a passagem de dois corredores econômicos desse código (*New Eurasian Land Bridge* e o *China–Central Asia–West Asia*); *ii*) a grande presença chinesa no mercado interno do Cazaquistão – mais de 2.000 empresas chinesas operam dentro dos limites territoriais do país (SAYAT, 2020). Ainda assim, o Cazaquistão precisa dar garantias aos chineses e o faz através do setor energético.

Vale recordar que abordamos ações geopolíticas entre Estados, nas quais existem, acima de tudo, disputas de poder por elementos territoriais. Não podemos desconsiderar o quanto o auxílio chinês colaborou para o desenvolvimento e para uma certa estabilidade da região, o que é benéfico a ambos os jogadores geopolíticos. Afinal, os países da Ásia Central conseguiram desenvolver (até certo ponto) suas infraestruturas básicas – transporte, energia, água –, além de conseguirem uma conectividade melhor com outros espaços, enquanto os chineses, investidores desses avanços, usufruem deles de acordos com as suas metas geopolíticas.

Por outro lado, como diz Raffestin (1993, p. 202) “Toda estratégia integra a mobilidade e, por consequência, elabora uma função circulação—comunicação. É uma função de poder: A circulação imprime a sua ordem. A circulação é a imagem do poder”. Não podemos negar que existe um grande interesse da China em ter um certo poder na circulação dos fluxos mercadológicos e de recursos, em nível mundial, e de sujeitos em escala local. Em ambos os casos, a Ásia Central, como um conjunto, é fundamental para o seu sucesso, de forma que seu código geopolítico (e as plataformas de cooperação) na região não podem perder espaço para outros atores. De alguma maneira, Pequim precisa garantir sua estadia no espaço centro-asiático a longo prazo e, para tanto, necessita de garantias que, por vezes, são carregadas de contradições.

---

<sup>233</sup> China’s investment in Belt and Road countries in the first five months of 2021. The Ministry of Commerce of the People’s Republic of China. Disponível em: <http://english.mofcom.gov.cn/article/statistic/foreigntradeoperation/202107/20210703180196.shtml>. Acesso em: 13 ago. 2021.

## CONSIDERAÇÃO FINAIS

Começamos esta pesquisa com os objetivos específicos de observar em que medida as dinâmicas de cooperação, em níveis de integração regional e de defesa, permitem ver as faces e as fases da geopolítica chinesa na Ásia Central, sendo tais faces e fases o que chamamos, ao longo do presente trabalho, de etapas do código geopolítico contemporâneo: a Organização para Cooperação de Xangai e a Iniciativa *Belt and Road*. A partir disso, buscamos compreender a intencionalidade das cooperações intergovernamentais (PAULO, 2014) estabelecidas entre a China e os países da Ásia Central; analisar de que forma as práticas políticas oriundas dessa cooperação modificam e reestruturam o ordenamento espacial centro-asiático ao longo do século XXI; e, por fim, identificar quais elementos auxiliaram e/ou auxiliam para a construção e a manutenção dessa relação de cooperação (principal característica do código geopolítico chinês).

Observar as cooperações realizadas pela China nos faz retomar o debate sobre a dimensão geográfica da cooperação e as suas escalas de análise, que trouxemos nas seções iniciais do presente trabalho. Tais escalas de análise da dimensão geográfica da cooperação podem ser, segundo Rocha (2019), classificadas como: (a) internacional; (b) local-regional.

As plataformas dos acordos de cooperação que apresentamos ao longo do trabalho como as faces e fases do código geopolítico chinês – Organização para Cooperação de Xangai e a Iniciativa *Belt and Road* – sem dúvidas estão associadas a uma dimensão internacional da cooperação. São acordos que ocorrem através de variados setores e mecanismos de governança, com interesses voltados para o crescimento econômico de Estados e empresas (BINI, 2016; PAULO, 2014, GECO, 2016). Os *policy banks*, fornecendo ODF aos centro-asiáticos, e a atuação de estatais chinesas em obras de infraestrutura na Ásia Central, são as formas mais explícitas da dimensão geográfica internacional das cooperações chinesas.

Outrossim, observamos tais acordos de cooperação entre a China e a Ásia Central a partir de uma dimensão local-regional da cooperação. Considerando que nesta dimensão busca-se realizar uma leitura da cooperação em um caráter mais solidário, de colaboração entre as comunidades e os impactos da cooperação em escala local-regional (ANDRADE; SERRA, 2017; SAQUET, 2018; ROCHA, 2019), não podemos ignorar as transformações espaciais e socioeconômicas promovidas no espaço centro-asiático pelo código geopolítico chinês.

Como apontamos nas seções 3.1 e 3.2 do presente trabalho, os impactos causados pelas obras de infraestrutura e investimentos chineses na Ásia Central, levantaram debates e protestos da população local (exemplo do Cazaquistão e do Quirguistão) sobre a atuação, e os impactos ambientais e sociais, da China na região.

Portanto, acreditamos que a análise das plataformas chinesas de cooperação feita ao longo do terceiro capítulo demonstra (moderadamente) o que pontuamos no primeiro capítulo do trabalho: as cooperações ao nível internacional e local-regional estão em constante interação e influência entre si (BINI, 2016). As relações de poder, os impactos espaciais, econômicos e sociais na região centro-asiática são regularmente influenciados pelos objetivos traçados nos acordos de cooperação realizados na OCX e BRI.

Constatamos que os chineses construíram sua relação geopolítica com os países da Ásia Central em duas fases distintas, porém complementares, pois estão em constante comunicação. A OCX, primeira face e fase do código geopolítico chinês contemporâneo, serve principalmente para estabelecer diálogos em situações conflituosas e manter a estabilidade regional – extremamente importante para a segunda fase e face do referido código, a BRI, atuante em uma escala global, mas com grande importância para a integração regional centro-asiática.

A intencionalidade dos projetos de cooperação, principal manifestação do código geopolítico (a cooperação), entre os chineses e os centro-asiáticos está intimamente ligada ao

que pontuamos anteriormente: uma estabilidade, que deve ser garantida pela primeira fase (OCX), para que a segunda (BRI) possa se desenvolver plenamente, permitindo, assim, o sucesso da estratégia de Pequim no que diz respeito à sua inserção e ao seu poder de decisão no cenário político-econômico internacional.

Neste sentido a região centro-asiática é fundamental e tem a sua importância geopolítica ressignificada, pois, a estratégia geopolítica chinesa depende internamente da região de Xinjiang, fundamental para a manutenção das fronteiras e prosperidade político-econômica chinesa. Xinjiang é o centro da estratégia geopolítica chinesa contemporânea e está intimamente ligada aos territórios da Ásia Central, por questões culturais e históricas. Estes dois espaços (Xinjiang e os países centro-asiáticos) são partes necessárias ao código geopolítico chinês e a estabilidade destes territórios é a prioridade do PCCh. Sem o suporte dos países da Ásia Central, Pequim corre o risco de ter em suas fronteiras (e de uma região economicamente importante) redes insurgentes que ameaçam a estratégia geopolítica chinesa. Essa rede, caso fosse consolidada, poderia ganhar força e apoiadores na Ásia Central devido às ligações que Xinjiang e os centro-asiáticos possuem.

A estratégia geopolítica chinesa é traçada a partir das demandas e objetivos traçados pelos planos quinquenais, os quais exploramos no começo do último capítulo deste trabalho. As demandas internas da China exercem uma grande influência no código geopolítico do país, que, por sua vez, é centrado em um modelo, em tese, benevolente, o qual difere dos países do Eixo Ocidental de Poder. Os chineses esperam estabelecer relações em que ambos os lados sejam beneficiados pela cooperação traçada, de forma pragmática, sem nenhum ator estatal envolvido impor cartilhas econômicas e/ou políticas.

Entretanto, a materialização da estratégia geopolítica chinesa altera o espaço mundial de forma significativa. Aqui apontamos dois aspectos dessa estratégia chinesa: um positivo, promovendo a imensa conectividade entre cidades, países e continentes; e outro negativo, que são os rastros ambientais que essas mesmas conectividades têm deixando tanto em território chinês, quanto fora dele.

Na Ásia Central, nosso recorte espacial, as fases e faces do código geopolítico chinês estão materializados através de estradas, ferrovias, gasodutos, oleodutos e outras infraestruturas construídas com o auxílio chinês. Esses elementos permitem uma melhor ligação e estabelecem novas redes entre sujeitos, serviços e recursos de variados países, sendo uma das principais maneiras de prover o contínuo funcionamento do sistema econômico mundial.

As transformações espaciais reestabelecem a posição fundamental da região centro-asiática no interior do circuito financeiro mundial, visto que esses países agora são fundamentais para o trânsito de subsídios que manterão ativa uma grande engrenagem mercantil onde os capitalistas estão conectados, sendo a China a principal força dessa engrenagem.

Para manter essa cooperação ativa de forma satisfatória, verificamos que os chineses atuam de diversas maneiras para contar com diversificados parceiros em seus códigos geopolíticos. Na Ásia Central, primeiramente, utilizaram os exercícios militares como uma forma de aproximação e de estabelecimento de cooperação no âmbito de defesa.

Posteriormente ao aprofundamento dessa relação de cooperação (e a maior relevância da região da Ásia Central aos planos geopolíticos de Pequim), os chineses arrumaram novos caminhos de se manterem atuantes e parceiros dos países centro-asiáticos, utilizando os empréstimos e as linhas de crédito dos *policy banks* chineses para financiarem novas obras de infraestrutura ou a renovação de outras infraestruturas, oriundas dos tempos soviéticos.

Em várias situações, tal financiamento de obras não beneficia apenas os chineses, mas principalmente os países centro-asiáticos, com a criação de novas (ou a reforma) de fontes de energia, ligação entre cidades, assistência no desenvolvimento agrícola e afins. Contudo, essa cooperação não é gratuita e exige garantias, as quais, no caso da Ásia Central, estão associadas principalmente ao setor dos recursos energéticos.



Contudo, devemos estar sempre atentos em nossas análises que estamos tratando de relações entre Estados e essas relações são dotadas de disputas pelo poder territorial e seus recursos. Reforçamos aqui a compreensão de Mawdsley (2015; 2019) sobre as cooperações entre países do chamado Sul Geopolítico e as suas intencionalidades: essas relações são estabelecidas pela busca dos objetivos geopolíticos que estes atores possuem. Os chineses, por exemplo, foram contraditórios com o Quirguistão quando não quiser renegociar o crédito que o país possui com Pequim. Outro ponto de contradição deste código geopolítico chinês, mais uma vez insistimos, está voltado para o meio ambiente. Enquanto investem e formulam políticas voltadas a produção de energia verde no interior do território chinês, Pequim é discreta na produção de energias renováveis em países vizinhos. Os investimentos existem, porém, são menores se comparados com a criação de estruturas voltadas para produção de energia fóssil, por exemplo.

Ainda que a cooperação seja dotada de um discurso de ação com o outro, ainda é possível observar o caráter normativo, outrora visto na relação entre Norte e Sul Geopolítico, nas relações entre parceiros austrais. Como afirma Bini (2016), e apontamos nas páginas iniciais do trabalho, isto ocorre pela assimetria de poder entre os atores envolvidos nestas relações.

Devemos lembrar que em nossas análises geopolíticas, especialmente que envolvam o discurso, precisamos estar atentos as bases apontadas por Müller (2013, p.58) e expostas na seção 1.2.2: [a] evitar a análise por meio de resumos, [b] evitar a análise considerando ou tomando lado específico; [c] não desconsiderar as especificidades presentes no discurso. O que tentamos realizar ao longo destas páginas foi pautado nestas bases. Não desconsideramos as intenções geopolíticas dos atores envolvidos, entretanto, buscamos evidenciar alguns equívocos comumente presentes nas análises sobre o atual código geopolítico chinês.

A metodologia, com livros e *databases* de diversas instituições mundiais, utilizada no trabalho nos ajudou consideravelmente no mapeamento daquilo que nos propomos a realizar, em acordos tanto de defesa quanto de infraestrutura. Todavia, o maior desafio que encontramos, no percurso da pesquisa, foi o recolhimento de dados oficiais de alguns países.

Os dados chineses, por vezes, diferem dos dados dos países centro-asiáticos. A disparidade entre dados, ocorre por conta do contrabando alfandegário realizado pela população na fronteira entre os países da Ásia Central e a China. Alguns produtos são registrados como vendidos na China, mas estes mesmos produtos não pagam os seus impostos ao entrarem em países como o Cazaquistão e o Tadjiquistão, por exemplo.

Sem dúvidas, a barreira linguística e o acesso de forma transparente a dados foram os grandes desafios a pesquisa. A ausência de material em língua portuguesa sobre a temática foi uma das grandes dificuldades que enfrentamos ao longo do estudo. Se observarmos bem a bibliografia utilizada, veremos uma quantidade consideravelmente maior de produções em língua inglesa, espanhola e francesa do que em língua portuguesa. Isso nos leva a refletir sobre o quanto os geógrafos brasileiros têm dado pouca atenção ao continente asiático, fundamental nas relações de poder contemporâneas.

Além disso, países como o Turcomenistão são extremamente fechados e com difícil acesso a suas informações. Ainda que tenhamos iniciado o estudo do russo (idioma comum a todos os países centro-asiáticos por questões óbvias), foi extremamente difícil obter algum dado oficial sobre o número de habitantes atual do país, por exemplo. Nem mesmo organismos internacionais possuem dados atualizados sobre a população e o comércio internacional do país.

A falta de clareza na comunicação sobre determinados investimentos acordados entre países também dificultou, até certo ponto, nosso trajeto de investigação. Por exemplo: alguns fundos ou *policy bank* chineses destinam a verba a uma empresa estatal centro-asiática, mas sem especificar para o que exatamente tal verba será utilizada. Em muitos casos, só é possível

descobrir a finalidade deste investimento anos depois, quando a obra para qual ela foi disponibilizada é finalizada.

Por isso, este trabalho requer um esforço contínuo, de décadas, para poder se manter atualizado. O que fizemos, até aqui, foi apenas retratar uma parte de uma história que tende a se tornar cada vez mais importante para o funcionamento e a organização espacial do sistema mundial contemporâneo. Este trabalho pode e deverá ser mais bem desenvolvido conforme essas relações se tornem cada vez mais complexas. A Ásia Central e a China exigirão paulatinamente atenção de geógrafos, internacionalistas e economistas, os quais deverão e atentos às mudanças que, nos próximos anos, decorram dessa zona do mundo.

## REFERÊNCIAS

AIDDATA. Disponível em: <https://www.aiddata.org/china> - Acesso em 16 ago. 2021

AGNEW, John. **A nova configuração do poder global**. Caderno CHR, Salvador, v. 21, n. 53, p. 207-219, Maio/Ago, 2008 (tradução de Breno Marqués Bringel).

\_\_\_\_\_. **Emerging China and Critical Geopolitics: Between World Politics and Chinese Particularity**. Eurasian Geography and Economics, v.51, 5, 2010.

\_\_\_\_\_. **The Origins of Critical Geopolitics**. In: KUSS, Merje. The Routledge Research Companion to Critical Geopolitics, Londres: Routledge, 2016.

AMOUGOU, Thierry. **L'inflation chinoise en Afrique noire: entre nouvelles opportunités et sous-développement durable**. In: La Chine en Afrique: Menace ou opportunité pour le développement? Syllepse: Paris, 2011.

ANDRADE, Áurea Andrade Viana de; SERRA, Elpídio. **Território e desenvolvimento na perspectiva dos geógrafos da escola de Turim - Itália**. Boletim Goiano de Geografia, Goiás, v. 37, n. 3, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/bgg/article/view/50771> - Acesso em 04 dez. 2019

ANGANG, HU; JIAOCHEN, Liang. **China's green era begins**. In: GEALL, Sam *et al.* China's Green Revolution: Energy, Environment and the 12th Five-Year Plan. Versão eBook, 2011

APPLEMAN, Kathryn. **The East Turkistan Islamic Party (E.T.I.P.)**. University Honors Capstone. Disponível em: <https://dra.american.edu/islandora/object/auislandora:11373/datastream/PDF/view> - Acesso em 10 ago. 2021

ARENDDT, Hannah. **O que é política?** 2ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

ASIAN INFRASTRUCTURE INVESTMENT. Disponível em: <https://www.aiib.org/en/index.html> - Acesso em 16 ago. 2021

AZEVEDO, Aroldo. **A Geografia a Serviço da Política**. Boletim Paulista de Geografia. AGB-SP, 1955.

BACHMAN, David. **Differing Visions of China's Post-Mao Economy: The Ideas of Chen Yun, Deng Xiaoping, and Zhao Ziyang.** Asian Survey, v. 26, n.3, p. 292-321, 1986.

BATUMAN, Bülent. **The shape of the nation: Visual production of nationalism through maps in Turkey.** Political Geography, v.29, n.4, p.220-234, 2010.

BENWELL, Matthew C.; DODDS, Klaus. **Argentine territorial nationalism revisited: The Malvinas/Falklands dispute and geographies of everyday nationalism.** Political Geography, v. 30, p.441-449, 2011.

BINI, Valério. **Coperazione allo sviluppo in Africa. Teorie, politiche, pratiche.** Milão: Ilmezis edizione, 2016.

BISSEMBAY, Rysbek; KOSHKIN, Olga. **The Impact of Kazakhstani External Debt on the Economy of Republic.** Eurasian Journal of Economic and Business Studies, n.1, v.55, p. 16-36, 2020. Disponível em: <https://journals.indexcopernicus.com/api/file/viewByFileId/1269078.pdf> - Acesso em 28 jul. 2021

BLACKWILL, Robert D.; HARRIS, Jennifer M. **War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft.** The Belknap press of Havard University press: Cambridge, 2016.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política.** Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev.geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1 la ed., 1998.

BOYD, Olivia; COPSEY, Tan. **What's in the Five-Year Plan?** In: BOYD, Olivia; COPSEY, Tan; GEALL, Sam. China's Green Revolution: Energy, Environment and the 12th Five-Year Plan. Chinadialogue, 2011.

BRAGA, Amanda. **Análise do Discurso: Novos Olhares.** Eutomia: Revista de Literatura e Linguística, v. 1, n. 09, 381-393, 2012.

BRAGA, Pablo S.B.. **Potências regionais por uma nova ordem? A política externa de Brasil e África do Sul no campo dos direitos humanos.** 2018. p. 424 Tese (Doutorado). Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/12479> - Acesso em 09. Mar.2022

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução a análise do discurso** – 2ª ed. rev. - Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

BRITES, P.V.P; JAERGER, Bruna Coelho. **A Criação do Banco Aisático de Investimento em Infraestrutura e os Desafios à Governança Financeira Global.** Rev. Conj. Austral, v.7, n.33-34, p.89-103, 2016.

BURDEKIN, Richard C.K.; TAO, Ran. **China's State-Owned Banks' Lending Practices, 1994-2005: Empirical Tests and Policy Implications.** The Open Economics Journal, n.1, p. 14-24, 2008. Disponível em: <https://www.econstor.eu/obitstream/10419/67424/1/716628465.pdf> - Acesso em 26 jul. 2021

CABESTAN, J. **The Shangai Cooperation, Central Asia and the Great Powers, an Introduction One Bed, a Different Dreams?**, Asian Survey, v.53, n.3, 2013

CAIRO, H. **A América Latina no século XXI: geopolítica crítica dos Estados e os movimentos sociais, do conhecimento e da representação**. Cad. CRH vol.21 no.53 Salvador, 2008.

CALVOCORESSI, Peter. **Política Mundial a partir de 1945**. Porto Alegre: Penso, 2012

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria política**. (equipe de trad. PUCCAMP) 2ª ed. Campinas: Papirus, 1988.

CARVALHO, M. H. **A economia política do sistema financeiro chinês (1978-2008)**. (Dissertação de mestrado). Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2013. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PEPI/dissertações/2013/Miguel%20Henriques%20de%20Carvalho.pdf> – Acesso em 26 jul.2021

CASSIOLATO, José Eduardo. **As políticas de ciência, tecnologia e inovação na China**. Boletim de Economia e Política Internacional, nº 13, p.65-80, janeiro/abril, 2013.

CHEN, Muyang. **Beyond Donation: China's Policy Banks and the Reshaping of Development Finance**. Studies in Comparative International Development, n. 55, p.436–459, 2020. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/s12116-020-09310-9.pdf> - Acesso em 26 jul. 2021

**CHINA GLOBAL INVESTMENT TRACKER**. Disponível em: <https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/> - Acesso em 16 ago. 2021

CHIU, Dominc. **The East Is Green: China's Global Leadership in Renewable Energy**. Center for Strategic and International Studies, 2017. Disponível em: [https://csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/171011\\_chiu\\_china\\_Solar.pdf?i70f0uep\\_pGOS3iWhvwUIBNigJMcYJvX](https://csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/171011_chiu_china_Solar.pdf?i70f0uep_pGOS3iWhvwUIBNigJMcYJvX) – Acesso em 04 ago. 2021

COGGIOLA, Osvaldo. **A Revolução Iraniana**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

DALBY, S. **Critical geopolitics; discourse, difference, and dissent**. Environment and Planning: Society and Space, 1991.

\_\_\_\_\_. **Imperialism, Domination, Culture: The Continued Relevance of Critical Geopolitics**. Geopolitics, v.13, n.3, p.413-436, 2008.

DAMAS, R. D. **Economia chinesa: transformações, rumos e necessidade de rebalanceamento do modelo econômico da China**. São Paulo: Saint Paul Editora, 2014.  
DENEZ, Cleiton Costa. O Estado, o território e os grupos de poder. In: SILVA, Maria da; FERREIRA, Joyce Allane A. Geografia e Poder: Desafios para a leitura do território. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

DIJKINK, Gertjan. **Geopolitical codes and popular representations**. *GeoJournal*, v.46, p.293–299, 1998.

DREYER, June Teufel. **The ‘Tianxia Trope’: will China change the international system?** *Journal of Contemporary China*, v. 24, p.1015-1031, 2015.

DUARTE, Paulo. **China in the Heartland: The Challenges and opportunities of OBOR for Central Asia**. In: LARUELLE, Marlene. *China’s Belt and Road Initiative and its impact in Central Asia*. The George Washington University, Central Asia Program, 2018

DUCHÊNE, François; MUSHAKOJI, Kinhide; OWEN, Henry D. **The Crisis of International Cooperation**. [S. l.]: The Trilateral Commission, 1973.

DUGIN, Aleksandr. **Geopolítica da Rússia Contemporânea**. Lisboa: IAEGCA, 2016. 150 p. E-book.

ECO, Umberto. **A estrutura ausente**. 7ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013.

FEI, G. **The Shangai Cooperation Organization and China’s New Diplomacy**. Netherlands Institute of International Relation, 2010.

FERNANDES, José P. T. **Da geopolítica clássica à geopolítica pós-moderna: entre a ruptura e a continuidade**. *Política internacional*. p. 161-186, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. Curitiba: Ed. Positivo, 2008.

FLINT, Colin. **Introductions to Geopolitics**. Routledge: Nova Iorque, 2006.

\_\_\_\_\_; TAYLOR, Peter J. **Political Geography: World-Economy, Nation-State and Locality**. 7ª ed. Routledge: Nova Iorque, 2018.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3ª. ed. São Paulo: Edições Loyla, 1996.

\_\_\_\_\_. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Cadernos PUC, 1974.

FRANKOPAN, Peter. **O coração do mundo: Uma nova história universal a partir da Rota da Seda, o encontro do Oriente com o Ocidente**. São Paulo: Planeta, 2019.

GADDIS, John Lewis. **Strategies of Containment: A Critical Appraisal of Postwar American National Security Policy during the Cold War**. Nova Iorque: Oxford University, 1982.

GARCIA, Ana Saggiaro. **Hegemonia e imperialismo: caracterizações da ordem mundial capitalista após a Segunda Guerra Mundial**. *Contexto int.* vol.32 no.1 Rio de Janeiro Jan./June 2010.

GECO. **Lasciarsi provocare dal mondo geografia e cooperazione allo sviluppo: una relazione Antica, um dibattito attuale**. *Rivista. Geografia Italiana*, 2016.

GEORGE, Alexander L. **The "Operational Code": A Neglected Approach to the Study of Political Leaders and Decision Making**. *International Studies Quarterly*, Vol. 13, No. 2, p.190-222, 1969.

\_\_\_\_\_. **The Causal Nexus between Cognitive Beliefs and Decision-Making Behavior: The Operational-Code Belief System**. In: Falkowski, Lawrence S. (ed.) *Psychological Models in International Politics*, Boulder, Colo: Westview, 1979.

GOTTMANN, Jean. **La Politique de États et leur Géographie**. Paris: Librairie Armand Colin, 1952.

\_\_\_\_\_. **The evolution of the concept of territory**. *Social Science Information*, v. 14, n. 3, ago. 1975

GOTTMANN, Jean. **La Politique de États et leur Géographie**. Paris: Librairie Armand Colin, 1952.

GREGOLIN, M. R. V. **A análise do discurso: conceito e aplicações**. *Alfa (São Paulo)*, v.39, p.13-21, 1995.

GUERMOND, Yves. **L'identité territoriale: l'ambiguïté d'un concept géographique**. *L'Espace géographique*, [s. l.], 2006.

GUIMARÃES, Alexandre Queiroz. **Economia, Instituições e Estado de Bem-Estar Social: Respostas à Nova Configuração do Capitalismo pós-1970**. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 58, ed. 3, 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S001152582015000300617&script=sci\\_abstract&tlng=p](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S001152582015000300617&script=sci_abstract&tlng=p)t. Acesso em: 17 fev. 2020.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HAMBLY, Gavin et al. **Asia Central**. Madri: Ediciones Castilla, 1970.

HAMMOND, Thomas Taylor. **Bandeira vermelha no Afeganistão**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1987.

HART- LANDSBERG, Martin; BUKERTT, Paul. **China and Socialism**. Nova Iorque: Monthly Review Press, 2005.

HE, Y. **Investimento direto estrangeiro e desenvolvimento econômico na China**. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 24, n. 4, p. 195-225, 1997.

HU, Biliang; LIU, Qingjie; YAN, Jiao. 18. **Promoting the Belt and Road Initiative by Strengthening ‘5 + 1’ Cooperation**. In: SONG, Ligang; GARNAUT, Ross; FANG, Cai; JOHNSTON, Lauren. *China's New Sources of Economic Growth: Human Capital, Innovation and Technological Change*. [S. l.]: ANU Press, 2017. cap. 18, p. 409-430.



IBAÑEZ, Pablo. **Belt and Road Initiative and China-Pakistan Economic Corridor: Geopolitical Challenges**. Journal Of China and International Relations Special Edition: Brics, p.23-44, 2020.

JABBOUR, Elias; PAULA, Luiz Fernando de. **A China e a “Socialização do Investimento Uma abordagem Keynes-Gerschenkron-Rangel-Hirschman”**. Revista de Economia Contemporânea, v. 22, n.1, p.1-23, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/spBf9YHJPZCNzc9QhGNKMMB/?format=pdf&lang=pt> – Acesso em 25 jul. 2021

JABOROV, Safovudin. **Chinese Loans in Central Asia: Development Assistance or “Predatory Lending”?** In: LARUELLE, Marlene. China’s Belt and Road Initiative and its impact in Central Asia. The George Washington University, Central Asia Program, 2018

JAGUARIBE, Anna. **Capacidades estatais comparadas: China e a reforma do Sistema Nacional de Inovações**. In: Capacidades estatais em países emergentes: o Brasil em perspectiva comparada / Editores Alexandre de Ávila Gomide, Renato Raul Boschi. - Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

JAMALI, Ahmed Bux. **Understanding China’s Energy Security in Central Asia**. In: NOOR, Muhammad Asif. **Belt and Road Initiative (BRI): Five year of achievements**. The Diplomatic Insight, 2018.

\_\_\_\_\_. **China’s Silk Road diplomacy in Kazakhstan**. Asia Times. 2020. Disponível em: <https://asiatimes.com/2020/06/chinas-silk-road-diplomacy-in-kazakhstan/> - Acesso em 20 ago.2021

JIAO, Janet Xianli. **China’s energy diplomacy towards Central Asia and the implications on its “belt and road initiative”**. The Pacific Review, v.34, n.3, p. 490-552, 2021.

KAHN, Haider A. **China’s Development Strategy and Energy Security**. In: PAULINO, Amelia U. Santos; WAN, Guanghua. **The Rise of China and India: Impacts, Prospects and Implications**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2010.

KHALID, Adeeb. **Islam after communism: religion and politics in Central Asia**. Los Angeles: University of California Press, 2007.

KLEY, Dirk van der. **China's Security Activities in Tajikistan and Afghanistan's Wakhan Corridor**. IN: ROLLAND, Nadège. **Securing The Belt and Road Initiative: China’s Evolving Military Engagement Along the Silk Roads**. National Bureau of Asian Research, 2019. Disponível em: [https://www.nbr.org/wp-content/uploads/pdfs/publications/sr80\\_securing\\_the\\_belt\\_and\\_road\\_sep2019.pdf](https://www.nbr.org/wp-content/uploads/pdfs/publications/sr80_securing_the_belt_and_road_sep2019.pdf) - Acesso em 12 ago.2021

\_\_\_\_\_. **Chinese Companies’ Localization in Kyrgyzstan and Tajikistan**. Problems of Post-Communism, v.67, n.3, p. 241-250, 2020.

KURMANALIEVA, Gulzana. **Kyrgyzstan and Tajikistan: Endless border conflicts**. EUCACIS Online Paper. Berlin. n.4, p. 4-10, fev.2019. Disponível em:

<[https://www.cife.eu/Ressources/FCK/EUCACIS\\_Online%20Paper%20No%204%20-%20Kurmanalieva.pdf](https://www.cife.eu/Ressources/FCK/EUCACIS_Online%20Paper%20No%204%20-%20Kurmanalieva.pdf)>. Acesso em: 17 ago.2019.

KYZY, Aizat Shailoobek. **Is anti-Chinese sentiment in Kyrgyzstan strong enough to freeze a key Belt and Road Initiative project?** Global Voices, 2021. Disponível em: <https://globalvoices.org/2021/08/05/is-anti-chinese-sentiment-in-kyrgyzstan-strong-enough-to-freeze-a-key-belt-and-road-initiative-project/amp/> - Acesso em 05 ago. 2021

LACOSTE, Yves. **A Geografia serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** 19ª ed. Campinas: Papirus Editora, 2012.

LEÃO, R.P.F. **A Economia Política da transição chinesa no último quartel do século XX.** Revista Tempo do Mundo, v.4, n.3, p.153-177, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6288> - Acesso em 25 jul.2021

LEWIS, D.G. **Central Asia: Fractured region, illiberal regionalism.** In: OHANYAN, Anna. *Russia Abroad: Driving Regional Fracture in Post-Communist Eurasia and Beyond.* Washington: Georgetown University Press, 2018.

LIMA, Ivaldo. **A Geografia e o Resgate da Antigeopolítica.** Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, v. 3, n.2, p. 149-168, 2013.

LYMAN, Stanford M. **The "Yellow Peril" Mystique: Origins and Vicissitudes of a Racist Discourse.** International Journal of Politics, Culture, and Society, v. 13, n. 4, pp. 683-747, 2000. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20020056?seq=1> – Acesso em 24 mar.2021.

MACIKENAITE, Vida. **China's economic statecraft: the use of economic power in an interdependent world.** Journal of Contemporary East Asia Studies, v.9, p. 1-19, 2020

MACKINDER, H. J. **The Geographical Pivot of History.** The Geographical Journal, v.170, n.4, p.298-321, dez. 2004.

\_\_\_\_\_. **The Round World and the Winning of the Peace.** Foreign Affairs. Vol. 21, No. 4, p. 595-605, jul 1943.

MAHTANEY, Piya. **India, China and Globalization: The Emerging Superpowers and the Future of Economic Development.** Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2007.

MAMADOUH, Virgine; DIJKINK, Gertjan. **Geopolitics, International Relations and Political Geography: The Politics of Geopolitical Discourse.** Geopolitics, v. 11, n. 3, p. 349-366, 2006.

MARAT, Erica. **China's Expanding Military Education Diplomacy in Central Asia.** PONARS Eurasia. Disponível em: <https://www.ponarseurasia.org/chinas-expanding-military-education-diplomacy-central-asia/> - Acesso em 12 ago. 2021

MARTINS, Raúl François. **Geopolítica e geoestratégia: o que são e para que servem.** Revista Nação e Defesa, v.21, n.78, p.22-78, 1996.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Cooperativas de trabalho**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MASIERO, Gilmar; COELHO, Diego Bonaldo. **A política industrial chinesa como determinante de sua estratégia going global**. Rev. Econ. Polit. v.34, n.1 São Paulo Jan./Mar. 2014

MAWDSLEY, Emma. **Development geography: Cooperation, competition and convergence between ‘North’ and ‘South’**. Progress in Human Geography, 2015.

\_\_\_\_\_. **South–South Cooperation 3.0? Managing the consequences of success in the decade ahead**. Oxford Development Studies, v. 47, P. 259-274, 2019.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem tem medo da Geopolítica?**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2015.

MELO, Iran Ferreira de. **Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções**. Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura, 2012.

MING, Liu. **Xi Jinping’s Vision of a Community with a Shared Future for Humankind A Revised International Order?** NBR Special Report no. 85, 2020. Disponível em: <https://www.nbr.org/publication/xi-jinpings-vision-of-a-community-with-a-shared-future-for-humankind-a-revised-international-order/> - Acesso em 14 set.2020

MÜLLER, Martin. **Text, Discourse, Affect and Things**. In: DOODS, Klaus; KUUS, Merje; SHARP, Joanne (ed.): The Ashgate research companion to critical geopolitics. Farnham: Ashgate, 2013.

NAUKIM, Vitaly V. **Militant Islam in Central Asia: The Case of the Islamic Movement of Uzbekistan**. Berkeley Program in Soviet and Post-Soviet Studies Working Paper Series. Disponível em: [https://iseees.berkeley.edu/sites/default/files/shared/2003\\_06-naum.pdf](https://iseees.berkeley.edu/sites/default/files/shared/2003_06-naum.pdf) - Acesso em 09 ago. 2021

NAZARBAYEV, Nursultan. **Crónica del diálogo global: Kazajstán en el contexto de las tendencias mundiales**. Traducción al español. Almaty: Servicio de prensa del presidente de la República de Kazajstán, 2014.

NONNENBERG, Marcelo José Braga. **China: estabilidade e crescimento econômico**. Rev. Econ. Polit. vol.30 no.2 São Paulo Apr. /junho, 2010.

NONNENBERG, Marcelo José Braga. **China: estabilidade e crescimento econômico**. Revista de Economia Política, v. 30, n. 2 (118), pp. 201-218, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/F3rdpjPK4Jf8cq49BjtXpKN/?lang=pt> – Acesso em 25 jul. 2021

Ó TUATHAIL, Gearóid. **Critical Geopolitics: The Politics of Writing Global Space**. Londres: Routledge, 2005.

\_\_\_\_\_. **Geopolitical discourses: A new geopolitics series**. Geopolitics, v.5, n.1, p. 125-128, 2000.

\_\_\_\_\_. **Understanding critical geopolitics: Geopolitics and risk society**. Journal of Strategic Studies, v.22, n.2-3, p.107-124, 1999.

OLIKER, Olga. **Building Afghanistan's Security Forces in Wartime: The Soviet Experience**. Santa Mônica: RAND Corporation, 2001.

OSNOS, Evan. **A era da ambição: em busca da riqueza, da verdade e da fé na nova China**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

PAULINO, Luis Antônio; SPERANCETE, Luiz Fernando Mocelin. **Estado, sistema financeiro e desenvolvimento industrial da China entre 1978 e 2008**. Revista Intellector, v. 16, n. 32, p.73-91, 2019. Disponível em: <https://revistaintellector.cenegri.org.br/index.php/intellector/article/view/321>. Acesso em 06 nov. 2020

PAULO, Sebastian. **International Cooperation and Development: A Conceptual Overview**. German Development Institute, Bonn, 2014.

PÊCHEUX, M. Apresentação da AAD. In: GADET, F., HAK, H. **Por uma análise automática do discurso (Uma introdução à obra de Michel Pêcheux)**. Campinas : Pontes, 1990.

\_\_\_\_\_. **L'étrange miroir de l'analyse de discours**. Langages, n. 62, p.5-8, 1981.

PETERS, Henrique Dussel. **Monitor de la infraestructura china en América Latina y el Caribe 2020**. Red Académica de América Latina y el Caribe sobre China (Red ALC-China), 2020. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/342923859\\_Monitor\\_de\\_la\\_infraestructura\\_china\\_en\\_America\\_Latina\\_y\\_el\\_Caribe\\_2020](https://www.researchgate.net/publication/342923859_Monitor_de_la_infraestructura_china_en_America_Latina_y_el_Caribe_2020). Acesso em 10 jul. 2021

POMAR, Wladimir. **A Revolução Chinesa**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

POWER, Marcus; CAMPBELL, David. **The State of critical geopolitics**. Political Geography, v.29, p.243-246, 2010.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993.

RAHSID, Ahmed. **Taliban: Islam, Oil and the New Game in Central Asia**. Nova Iorque: I.B. Tauris, 2000.

RATZEL, Friedrich. **La géographie politique: les concepts fondamentaux. Chapitre I – L'État comme organisme lié au sol**, Paris : Fayard, 1987.

REILLY, J. **China's economic statecraft: turning wealth into power**. Lowy Institute analysis, 2013.

REILLY, James. **China's Economic Statecraft: Turning Wealth into Power**. Lowy Institue. Disponível em: [https://www.files.ethz.ch/isn/175042/reilly\\_chinas\\_economic\\_statecraft\\_web.pdf](https://www.files.ethz.ch/isn/175042/reilly_chinas_economic_statecraft_web.pdf). Acesso em 28 jul. 2021

REIS FILHO, Daniel Aarão. **As Revoluções russas e o Socialismo soviético**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. **The 13th Five-year Plan for Economic and Social Development of the People's Republic of China**. Pequim: Compilation and Translation Bureau, Central Committee of the Communist Party of China, 2015. Disponível em: <https://en.ndrc.gov.cn/policies/202105/P020210527785800103339.pdf> . Acesso em 05 jul. 2021

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. **12th Five-Year Plan (2011-2015) for National Economic and Social Development**. Asia Pacific Energy Portal, 2011. Disponível em: <https://policy.asiapacificenergy.org/node/37> - Acesso em 05 jul. 2021

RETAILLÉ, Denis. **Geopolitics in history**. Geopolitics, v5, n.2, 2000.

RIBEIRO, Guilherme. **Geografia, fronteira do mundo. Ensaio sobre política, epistemologia e história da geografia**. Geographia, Niterói, v. 17, ed. 34, 2015. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13711/8911>. Acesso em: 17 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. **Geografias Imperiais: o caso de Halford John Mackinder (1861-1947)**. Geographia, Niterói. v. 16, ed. 31, 2014. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13677/8877>. Acesso em: 18 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. **Território, Império e Nação: geopolítica em Paul Vidal de La Blache**. Revista da ANPEG, v. 6, n. 06, p.30-42, 2010.

ROCHA, André Santos da. **“As representações ideais de um território”: dinâmica econômica e política, agentes e a produção de sentidos na apropriação territorial da Baixada Fluminense pós 1990**. 242fl. (Teste de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia UFRJ, 2014.

\_\_\_\_\_. **Geografia da Cooperação Internacional para o desenvolvimento: um olhar estratégico das relações Brasil-África no início do século XXI**. In: The Overarching issues of the european space/Grandes problemáticas do espaço europeu: A strategic (re)positioning of environmental and socio-cultural problems? / Um(re)posicionamento estratégico das questões ambientais e socioculturais? Porto, Universidade do Porto – Faculdade de Letras, 2019, pag. 315-326Porto: Fac. Letras Univ. Porto, 2019.

ROLLAND, Nadège. **Securing the Belt and Road: Prospects for Chinese Military Engagement Along the Silk Roads**. In: ROLLAND, Nadège et all. Securing the Belt and Road Initiative: China's Evolving Military Engagement Along the Silk Roads. The National Bureau of Asian Research: Washginton, 2019.

ROSLYAKOV, A.; TASHLIEV, Sh. **How socialism came to Central Asia**. Moscou: Progress Publishers, 1965.

ROUTLEDGE, Paul. **Critical Geopolitics and terrains of resistance**. Political Geography, Vol. 15, No. 6, p. 509-531, 1996.

SAKIEV, Azamat. Guest warriors: **The phenomenon of post-soviet fighters in the Syrian conflict**. Journal of Eurasian Studies, v. 11, n.2, p.188–200, 2020. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1879366520947105> - Acesso em 10 ago. 2021

SANTANA, C. S. DE. **Notas sobre a História da Revolução Cultural Chinesa (1966-1976)**. História Social, n. 17, v. 11, p. 115-131. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/279>. Acesso em 08 ago.2020

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SAQUET, Marcos Aurelio. **A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, São Paulo, v. 38, n. 3, 2018.

SAYAT, Kalimoldanov. **Belt and Road Initiative and Investment in Kazakhstan**. The Diplomatic Insight, v. 13, n.5, 2020.

SEGRILLO, Angelo. **O fim da URSS e a Nova Rússia: de Gorbachev ao pós-Yeltsin**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SERGUNIN, Alexander. **Explaining Russian Foreign Policy Behavior: theory and practice**. Stuttgart: Ibidem Press, 2016.

SHARP, Joanne P. **Geopolitics at the margins? Reconsidering genealogies of critical**. Political Geography, v. 37, p.20-29, 2013.

SILVA, Igor Castellano da; PERES, Lorenzo de Aguiar. **Religiosidade e decisão política: Problemas nas áreas de Política Externa e Gestão da Guerra**. Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos, v.2, n.3, 2013.

SMITH, Graham. **Teoria política e geografia humana**. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham. Geografia Humana: Sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

SOUZA, Rodrigo Pina de. **Territorialização militar em rede e o imperialismo estadunidense na América Latina: um novo código geopolítico?** Orientador: Ivaldo Gonçalves de Lima. 2007. p. 214. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=122068](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=122068). Acesso em 04 abr. 2021.

SPENCER, Donald S. **A Short History of Geopolitics**. Journal of Geography, v.87, n.2, p-42-47, 1988.

STANDISH, Reid. **How Will Kyrgyzstan Repay Its Huge Debts To China?** Radio Free Europe/Radio Liberty. Disponível em: <https://www.rferl.org/a/how-will-kyrgyzstan-repay-its-huge-debts-to-china-/31124848.html>. Acesso em 29 jul. 2021.



STIGLITZ, Joseph. **Asia's Multilateralism**. Project Syndicate, 13/04/2015. Disponível em: <http://www.project-syndicate.org/commentary/china-aiib-us-opposition-by-joseph-e--stiglitz2015-04>. Acesso em 02 ago. 2021.

STOBDAN, P. **India and Central Asia: The strategic dimension**. Nova Deli: KW Publishers Pvt Ltd, 2020.

SVARIN, David. **The construction of 'geopolitical spaces in Russian foreign policy discourse before and after the Ukraine crisis**. Journal of Eurasian Studies, v.7, n.2, 2016.

TAAFFE, Robert N. **Transportation and regional specialization: the example of Soviet Central Asia**. Annals of the Association of American Geographers, v. 52, n.1, p. 80-98, 1962. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2561499>. Acesso em 16 ago.2020.

TAYLOR, Peter J. **Geopolitics, Political Geography and Social Science**. In: DODDS, Klaus; ATKINSON, David. Geopolitical traditions: a century of geopolitical thought. Londres: Routledge, 2003.

**THE MILITARY BALANCE 2018**. International Institute for Strategic Studies. Nova Iorque: Routledge, 2018.

**THE MILITARY BALANCE 2019**. International Institute for Strategic Studies. Nova Iorque: Routledge, 2019.

THOMPSON, Richard Austin. **The Yellow Peril, 1890-1924**, Nova Iorque: Arno Press, 1979.

TOTA, A. P. **Um Plano Marshall para os pobres ou os caminhos da modernização brasileira**. Revista USP, n. 115, p. 69-76, 2017.

TRÉBOUS, Madeline. **Coopération et développement**. Revue Tiers-Monde, v.5, n.20°, p.915-920, 1964.

U.S. EMBASSY IN TAJIKISTAN. **U.S. Embassy to Support a New Border Guard Detachment at Ayvoj, along the Tajik-Afghan-Uzbek Border**, 2021. Disponível em : <https://tj.usembassy.gov/u-s-embassy-to-support-a-new-border-guard-detachment-at-ayvaj-along-the-tajik-afghan-uzbek-border/>. Acesso em 26 dez. 2021.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Remarks at the New Silk Road Ministerial Meeting**, 2011. Disponível em: <https://2009-2017.state.gov/secretary/20092013clinton/rm/2011/09/173807.htm>. Acesso em 19 fev.2022.

\_\_\_\_\_. **Remarks on India and the United States: A Vision for the 21st Century**, 2011. Disponível em: <https://2009-2017.state.gov/secretary/20092013clinton/rm/2011/07/168840.htm> . Acesso em 19 fev.2022

UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. Fevereiro 2020. **United States Strategy for Central Asia 2019-2025: Advancing Sovereignty and Economic Prosperity**, [S. l.], 5 fev. 2020.

**Unpacking china in central asia: digital resources for students and businesses.**

Disponível em: <https://china-centralasia.org/en>. Acesso em 16 ago. 2021

VESENTINI, José William. **Novas Geopolíticas**. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

VIEIRA, Victor C. C. **Panturquismo em Xinjiang e na Ásia Central: Entre o separatismo e a integração**. Lua Nova, n.109, p.269-301, 2020

VISENTINI, Paulo Fagundes. **Brics, OCX e Ibas: as coalizões dos emergentes**. In: VISENTINI, Paulo; ADAM, Gabriel; VIERA, Maíra; SILVA, André; PEREIRA, Analúcia. **BRICS: as potências emergentes**. Petrópolis: Vozes, 2013. cap. 6, p. 199-225.

WALKER, Edward W. **Islam, Islamism and Political Order in Central Asia**. Journal of International Affairs, v.56, n.2, p. 21-41, 2003.

NURSHA, Gaukhar. **Chinese Soft Power in Kazakhstan and Kyrgyzstan: A Confucius Institutes Case Study**. In: LARUELLE, Marlene. **China's Belt and Road Initiative and its impact in Central Asia**. The George Washington University, Central Asia Program, 2018

WANG, David. **East Turkestan Movement in Xinjiang**. Journal Of Chinese Political Science, v. 4, n.1, p. 4-18, 1998.

WOON, Chih Yuan. **China's Contingencies: Critical Geopolitics, Chinese Exceptionalism and the Uses of History**. Geopolitics, v.23, p.67-95, 2018.

YE, M. **Fragmentation and mobilization: domestic politics of the belt and road in China**. J. Contemp China, v. 28, p. 696–71, 2019

ZHUANGZHI, Sun. **The Relationship between China and Central Asia**. Slavic Eurasian Studies, v. 16, n. 1, p. 41-63, 2007. Disponível em: [http://src-h.slav.hokudai.ac.jp/coe21/publish/no16\\_1\\_ses/03\\_zhuangzhi.pdf](http://src-h.slav.hokudai.ac.jp/coe21/publish/no16_1_ses/03_zhuangzhi.pdf). Acesso em 22 ago.2020.